

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CAMILA BARBOSA VIEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E DIMENSÃO EDUCATIVA: UM OLHAR A PARTIR DAS OSCs
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**FRANCA
2019**

CAMILA BARBOSA VIEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E DIMENSÃO EDUCATIVA: UM OLHAR A PARTIR DAS OSCs
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.
Linha de Pesquisa: Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional.

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Maria José de Oliveira Lima.

FRANCA

2019

V658s	Vieira, Camila Barbosa SERVIÇO SOCIAL E DIMENSÃO EDUCATIVA : UM OLHAR A PARTIR DAS OSCs NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / Camila Barbosa Vieira. -- Franca, 2019 269 p. : tabs., fotos, mapas + 1 CD-ROM Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca Orientadora: Maria José de Oliveira Lima 1. Serviço Social. 2. Trabalho Profissional. 3. Dimensão Educativa. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CAMILA BARBOSA VIEIRA

**SERVIÇO SOCIAL E DIMENSÃO EDUCATIVA: UM OLHAR A PARTIR DAS OSCs
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Maria José de Oliveira Lima

1º Examinador: _____
Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana

2º Examinador: _____
Prof. Dr. Araré de Carvalho Junior

Franca, 30 de maio de 2019.

Primeiramente dedico este trabalho ao meu pai, Osvaldo, 'em memória', por ter sido a minha primeira referência de humanidade e respeito ao próximo, sem dúvida, existe muito dele na minha trajetória de luta e resistência. Em especial, dedico também à todas as pessoas que contribuíram para a construção e realização deste sonho, sobretudo, ao meu sobrinho e afilhado Osvaldo Henrique, que, com a leveza de uma criança, me representa a renovação e a esperança de tempos melhores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Osvaldo, 'em memória', por sempre ter me estimulado a estudar e lutar pelos meus ideais. À minha mãe e irmão por me compreenderem e estarem juntos nessa caminhada de estudos.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Maria José, que está presente em minha trajetória acadêmica desde a primeira aproximação com o Serviço Social, é inquestionável a sua importância neste processo. Tenho muita gratidão pela oportunidade de ser próxima de uma pessoa tão especial, humana, que tenho a em um lugar extremamente cativo.

Ao meu querido irmão, que a vida me permitiu escolher, meu grande amigo Antônio, parceiro de profissão, de paixões pelo conhecimento, de vida e ideais. Minha gratidão é imensa pelo presente que a vida me deu a partir de você. Uma relação ainda não conhecida, cheia de significados, carinho e muito cuidado. Estamos juntos na caminhada de luta e resistência. Obrigada por tudo, meu amigo, TE AMO.

À minha irmã Leigre, que a vida me possibilitou encontrar e que me tem presenteado cotidianamente, construído uma amizade que nos tem feito crescer e construir um ser humano melhor, mais crítico. É minha parceira de luta. Obrigada por você existir e fazer parte da minha vida, sobretudo, pelo apoio e paciência neste processo. Como havia dito no momento da minha classificação no programa, essa vitória seria coletiva.

Aos presentes que a UNESP me trouxe, Isabelle, minha parceira nesta trajetória, obrigada pelos longos caminhos e horários, pela amizade e carinho que me aconchegaram no decorrer deste período, sem esse encontro possivelmente a trajetória seria mais pesada; à Bruna por ter dividido comigo muitos momentos e se mostrado uma parceria dificilmente encontrada. Agradeço também aos demais amigos, àqueles que conheci no programa e àqueles que a vida me proporcionou reaproximar, como a minha querida Mari.

Agradeço a todos os professores que tive a riquíssima oportunidade de frequentar as disciplinas e me enriquecer com seus ensinamentos.

À Profa. Dra. Adriana Giaqueto pelas suas contribuições riquíssimas em minha banca de exame de qualificação.

Aos Professores Doutores, Maria Cristina Piana e Araré de Carvalho Junior, indicados à banca, os quais tenho profunda admiração, pela disponibilidade de

estarem presente em um momento de extrema relevância para a minha trajetória acadêmica, e sem dúvida, pela rica contribuição que me proporcionarão com seus apontamentos.

À minha coordenadora e presidente da Instituição, Graça Canoas, por apoiar o meu aprofundamento teórico, entendendo o quão profícuo é este movimento para o trabalho profissional na Instituição. Agradeço também a todos os companheiros de trabalho, em especial ao Willians, amigo que o espaço me permitiu encontrar, companheiro de resistência e de luta, tanto no campo reflexivo quanto no campo do embate, também à Irene, amiga que compõe a equipe técnica da instituição, aos dois minha gratidão, sobretudo, pelas várias vezes que me auxiliaram em relação às tarefas no horário que precisei me ausentar.

Aos amigos de estudo de vida e academia, Geis, Luany, Cátia, Andreza, que por diversas vezes compartilhamos, no trajeto à Franca, angustias, experiências, sonhos, sobretudo, muito da vida acadêmica. Aos amigos Kelly e Jeverson, que a vida profissional me fez conhecer, dentre eles pessoas que tenho total apreço e profunda admiração, quais também foram presentes nesse processo com muito carinho.

Às minhas colegas de profissão, que passaram pela condição de minhas estagiárias, as quais deixaram muitas marcas em minha caminhada profissional, me possibilitaram crescer na convivência, dentre elas à Karina Luz e Cristiane Tozador, que permanecem em convivência e estiveram presentes no meu percurso de mestrado, quais estimo e tenho muito orgulho.

E, por fim e mais relevante, com todo meu respeito e admiração, agradeço aos assistentes sociais, participantes desta pesquisa, as quais contribuíram muito para com este trabalho e para com o desnudamento da realidade pesquisada.

É com muita satisfação que realizei esta pesquisa e este curso de pós-graduação em nível de mestrado. Sei que dele estou levando muita bagagem acadêmica para minha trajetória enquanto assistente social. A caminhada não foi fácil, muitas vezes solitária, no entanto, saio com enorme prazer e satisfação de ter realizado mais esse sonho, que, com certeza, não será o último.

Meus sinceros agradecimentos!

“O homem carrega um fuzil no olhar...
E o dispara quando vê
Que há injustiças no Mundo,
Antes dele e de todos os outros homens,
Hoje, privatizado.

A injustiça está no próprio Mundo, hoje privado, e não mais público!
O privado o excluí, o privado o domina, o privado o oprime...

O homem carrega balas na boca...
E as dissipa cada vez que fala para a massa,
Que ela só trabalha por trabalhar,
E se mantém com as migalhas do pão que o patrão come,
Produzido pelas mãos da própria massa.

Fala em quem construiu o forno, quem cortou as lenhas,
Quem plantou o trigo e dele o fez farinha,
Quem sintetizou os ingredientes.

O homem carrega um tambor e uma bandeira dentro do peito...
Que o toca e a tremula cada vez que a vê,
E se enfurece com a contradição de querer se aburguesar e viver ao seu lado
Fazendo dela uma propriedade...

Entretanto, vê nela A Unidade que faltava -

Não só entre os olhos sensíveis à injustiça,
A boca que expurga o incômodo que tem com a ideologia burguesa e dominante,
E o peito que se contradiz por ama-la...
A Unidade...
Não só entre pernas, lábios e corpos

Mas nela vê a possibilidade
De prender-se
Para libertar-se dos grilhões capitalistas;
De tanto ama-la
para odiar o sistema que também a oprime;
De sofrer como amante
para ganhar uma camarada de luta.

Vê nela a relação dialética entre o amor e a revolução.

O homem a carrega em seus pensamentos,
Que, volta e meia,
O desconcentra ao ler Marx,
Mas a via nas entrelinhas
De qualquer poema de amor e combate.

O que ele quer é ama-la para rebelar-se!
Pois ela é
Sua pulsão revolucionária!

E, ao mesmo tempo,
Sua pulsão de vida.

Deseja a unidade
Para não perecer
Na insegurança do seu Ser.
Ela é a metade
Que faltava para luta...

O homem não quer objetivar somente o seu amor
Mas também a democracia operária

Pois ele carregava em suas costas
O compromisso
Do direito de todos
Amarem
Como ele amou
De todos viverem
Iguais ou melhores de como ele viveu

O homem carrega na sua vida
A paixão pelo outro
E carregaria até a sua morte
Ideais de emancipação

A unidade não brota somente
No asfalto em que pisa o peão
A unidade que o homem queria
Começava no coração
Depois ia
Para os livros de teoria...
Mas nenhuma revolução
Para ele, se materializaria
Se ele não tivesse
Como companhia,
Ela,
A Artilharia da nova noção
Do amar."

(Arthur Witter Meurer)

VIEIRA, Camila Barbosa. **Serviço Social e dimensão educativa: um olhar a partir das OSCs na política de assistência social**. 2019. 269f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019.

RESUMO

O objetivo principal desse estudo pautou-se em compreender a dimensão educativa do trabalho profissional do assistente inserido na Política de Assistência Social, por intermédio das OSCs na cidade de Barretos-SP. Entendendo que o profissional assistente social, desde o surgimento da profissão, foi requisitado para intervir junto às expressões da questão social dentro da sociabilidade do capital, e, desde então, seu caráter educativo é evidenciado. As circunstâncias ocasionadas pelo neoliberalismo, sobretudo, no contexto da América latina, contingente brasileiro, espaço geográfico de capitalismo periférico demonstra um espaço particular ao trabalho do assistente social na contemporaneidade, entendendo, sobretudo, o contexto das políticas Neoliberais que redirecionam o posicionamento do Estado para interferir minimamente aos direitos sociais, trazendo o destaque da presença das organizações da sociedade civil – OSC no trabalho social. De forma direta ou indireta estas instituições têm hoje uma grande responsabilidade, tais quais as de promover de forma continuada vários serviços que legalmente são de responsabilidade do Estado e que hoje lhe é terceirizado. Para pensar o trabalho do assistente social por meio de sua dimensão educativa, considerando o contexto de Estado mínimo e ofensiva do capital tornou-se necessário conhecer este espaço e o trabalho profissional ali desenvolvido. A Política de Assistência Social no município de Barretos/SP foi o cenário da pesquisa e as OSCs que possuem o assistente social em seu quadro funcional formaram a amostra deste estudo. A possibilidade de contato próximo com os indivíduos e com suas vulnerabilidades, sobretudo, as fragilidades que a organização do capital os coloca, estimulou o interesse por este lócus. E é neste contexto, cheio de possibilidades e desafios que se buscou compreender a importância do contexto profissional inseridos nestas instituições da Política de Assistência Social, por este motivo, a grande importância desta pesquisa foi levantar possibilidades e caminhos pela função pedagógica do trabalho profissional do assistente social inseridos na esfera não-governamental, na execução da Política de Assistência Social. Compreendendo que este espaço atua com menos influências coercitivas do Estado, na tentativa de tecnicizar e racionalizar o trabalho do assistente social, pode ter maior concepção crítica e, se aplicado de tal maneira é um forte aliado, podendo contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. Tal investigação foi norteadada através de estudos bibliográficos aprofundados pela perspectiva crítica dialética. Também utilizou a pesquisa de campo. Como instrumentos para a apreensão dos dados utilizou-se o questionário, a entrevista buscando valorizar a história e experiência dos participantes.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho Profissional. Dimensão Educativa

VIEIRA, Camila Barbosa. **Social Service and educational dimension: a view from the OSCs in the social assistance policy.** 2019. 269f. Dissertation (Master in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2019.

ABSTRACT

The main objective of this study was to understand the educational dimension of the professional work of the assistant inserted in the Social Assistance Policy, through the CSOs in the city of Barretos-SP. Understanding that the social worker, since the emergence of the profession, was ordered to intervene with the expressions of the social question within the sociability of capital, and since then its educational character is evidenced. The circumstances caused by neoliberalism, especially in the context of Latin America, Brazilian contingent, geographic space of peripheral capitalism demonstrates a special space for the work of the social worker in the contemporary understanding, above all, the context of neoliberal policies that redirect the positioning of the State to interfere minimally with social rights, highlighting the presence of civil society organizations – CSO in social work. In a direct or indirect way these institutions have a great responsibility today, such as to promote in a continuous way several services that legally are the responsibility of the State and that today you are outsourced to it. To think about the work of the social worker through its educational dimension, considering the context of minimum and offensive state of capital, it became necessary to know this space and the professional work developed there. The Social Assistance Policy in the city of Barretos/SP was the scenario of the research and the CSOs that have the social worker in their functional framework formed the sample of this study. The possibility of close contact with individuals and their vulnerabilities, especially the fragilities that the organization of capital places them, stimulate the interest for this locus. And it is in this context, full of possibilities and challenges that we sought to understand the importance of the Professional context inserted in these institutions of the Social Assistance Policy, for this reason, the great importance of this research was to raise possibilities and paths for the pedagogical function of the professional work of the social worker inserted in the non-governmental sphere, in the implementation of the Social Assistance Policy. Understanding that this space acts with less coercive influences of the State, in an attempt to technicize and rationalize the work of the social worker, can have greater critical conception and, if applied in such a way is a strong ally, and can contribute to the construction of a more Just society. Such research was guided by in-depth bibliographical studies by the dialectical critical perspective. He also used Field research, As instruments for the seizure of the data the questionnaire was used, the interview seeking to value the history and experience of the participants.

Keywords: Social Service. Professional Work. Educational Dimension

LISTA DE SIGLAS

AAMB-VP	Associação das Auxiliares Missionárias Bertoni “Vila dos Pobres”
ABAVIN	Associação Barretense Vida Nova
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABNSR	Associação Beneficente Nossa Senhora do Rosário
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACIB	Associação Comercial e Industrial de Barretos
ADC	Associação de Defesa da Cidadania
AMA	Associação de Amigos do Autista
AN-MCAS	Albergue Noturno “Maria do Carmo Abreu Sodré”
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APF	Associação Promocional da Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAAF	Centro Adventista de Apoio à Família
CAE-NS	Casa Assistencial Espírita “Nosso Lar”
CAS-CO	Centro de Ação Social “Casa do Oleiro”
CAS-COK	Centro de Ação Social “Casa do Oleiro Kids”
CATUH	Casa Assistencial Trabalhadores da Última Hora
CC-MD	Casa de Convivência “Dr. Mariano Dias”
CCS-AB	Centro Cultural e Social “Aruanda Brasil”
CDI	Centro Dia do Idoso
CDJMP	Creche Dom José de Matos Pereira
CEB	Comunidade Eclesiais de Base
CEBAS	Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social
CEI-NC	CEI “Nossa Casinha”
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
CEREA	Centro de Recuperação do Alcoolatra
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CIT	Comissão Intergestores Tripartite

CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMI	Conselho Municipal do Idoso
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS	Conselho Nacional de Entidades de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CT-AL	Casa Transitória “André Luiz”
DRADS	Diretoria Regional de Assistência Social e Desenvolvimento Humano
DRE	Diretoria Regional de Ensino
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENF	Educação Não-Formal
EP	Educação Popular
ESC	Educandário Sagrados Corações
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FPGC	Fundação Padre Gabriel Correr
FUNRURAL	Fundo de Nacional de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCE	Instituto Cesalpina
INCO	Instituto Criança Olímpica
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPF	Instituto Pró-Família
IRB	Instituto Rosentino Bispo
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LCLI	Lar da Criança Legionários de Ismael
LIMPE	Princípio do direito administrativo de: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde

LVF	Fundação Lugar de Viver Feliz
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPC	Modo de Produção Capitalista
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NAS	Núcleo de Apoio Social
NOB/RH	Norma Operacional Básica / Recursos Humanos / Sistema Único de Assistência Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica / Sistema Único de Assistência Social
ONG	Organização Não-Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RA	Região Administrativa do Estado de São Paulo
SE-25D	Sociedade Espírita 25 de Dezembro
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano da cidade de Barretos-SP
SOS	Serviços de Obras Sociais
SSVP	Sociedade São Vicente de Paula – Conselho Central de Barretos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFEB	Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Organização da sociedade civil nas políticas públicas	120
QUADRO II – Universo da pesquisa: OSCs vinculadas à Política de Assistência Social do município de Barretos/SP	160
QUADRO III – Caracterização dos(as) participantes da pesquisa	171

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I –Mapa das OSCs no Brasil	124
FIGURA II –Diagrama – Participação da sociedade civil no ciclo de políticas públicas	129
FIGURA III –Mapa – Localização da 13ª RE – Região Administrativa do Estado de São Paulo.....	150
FIGURA IV –Mapa das OSCs – A realidade do Estado de São Paulo	151
FIGURA V – Mapa socioassistencial da cidade de Barretos/SP	166
FIGURA VI –Territórios socioassistenciais da cidade de Barretos/SP: demarcação dos bairros de cobertura	167
FIGURA VII –Territórios socioassistenciais e a rede de OSCs na Política de Assistência Social na cidade de Barretos/SP	169

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Assistentes sociais: funcionários(as) públicos municipais	155
GRÁFICO II – Organograma da Política de Assistência Social em Barretos/SP e seus equipamentos de referência em 2019l	157
GRÁFICO III – Cenário das OSCs a partir da listagem disponibilizada pelo CMAS Barretos/SP	163
GRÁFICO IV – A Assistência Social em Barretos/SP no ano de 2019	164
GRÁFICO V – Cenário da Política de Assistência Social em Barretos/SP: entre o público e o privado	165
GRÁFICO VI – Percurso para delimitação da amostra da pesquisa.....	170
GRÁFICO VII – Questão de gênero: perfil dos(as) participantes da pesquisa.....	172
GRÁFICO VIII – Faixa etária dos(as) participantes da pesquisa	173
GRÁFICO IX – Participantes da pesquisa: graduados a quanto tempo?	173
GRÁFICO X – A capacitação continuada na vida profissional dos(as) participantes da pesquisa	174
GRÁFICO XI – Tempo de atuação profissional dos(as) participantes da pesquisa nas OSCs por meio da Política de Assistência Social na cidade de Barretos/SP.....	175
GRÁFICO XII – Serviços no âmbito da Política de Assistência Social desenvolvidos pelos espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes participantes da pesquisa.	176
GRÁFICO XIII – Assistentes sociais participantes etapas da pesquisa	176
GRÁFICO XIV – Vínculo de trabalho dos(as) participantes da pesquisa	179
GRÁFICO XV – Apreensão dos(as) participantes da pesquisa acerca da Dimensão Educativa	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL.....	24
1.1 Categoria trabalho em Marx	25
1.2 Trabalho e Globalização	31
1.3 A concepção de trabalho e o Serviço Social	39
CAPÍTULO 2: O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A DIMENSÃO EDUCATIVA	48
2.1 Trajetória histórica do Serviço Social e o desenvolvimento da profissão no Brasil	49
2.2 O espaço sócio-ocupacional do trabalho do assistente social nas políticas públicas.....	61
2.3 As dimensões do trabalho do assistente social: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político	68
2.4 A dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social	75
2.4.1 A dimensão educativa do Serviço Social.....	75
2.4.2 Educação não-formal: luz à perspectiva crítica	83
2.4.3 Educação popular: a perspectiva não-escolar.....	87
2.4.4 A dimensão pedagógica do trabalho do assistente social: a educação não-formal na perspectiva da educação popular.....	91
CAPÍTULO 3: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INICIATIVA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA - OSC.....	97
3.1 Política de Assistência Social no Brasil: percurso da caridade ao direito ..	98
3.2 A gestão da Política de Assistência Social: as OSCs enquanto parte deste arcabouço	109
3.2.1 As OSCs no cenário da Política de Assistência Social.....	116
3.2.2 O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: a regulação da parceria entre público e privado	126
3.3 O trabalho do assistente social na Política de Assistência Social	132

CAPÍTULO 4: A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR INTERMÉDIO DAS OSCs NA CIDADE DE BARRETOS-SP	143
4.1 O percurso metodológico.....	144
4.2 O cenário da pesquisa	149
4.3 O processo de apreensão dos dados.....	158
4.4 Os assistentes sociais: participantes da pesquisa.....	171
4.5 Análise e interpretação dos dados da pesquisa: a construção do conhecimento entre Serviço Social, Dimensão Educativa e OSCs na operacionalização da Política de Assistência Social em Barretos/SP	177
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 233
 REFERÊNCIAS.....	 239
 APÊNDICES	 261
Apêndice A – Questionário de Pesquisa de Campo	262
Apêndice B – Entrevista Semi-Estruturada.....	263
Apêndice C – Termo de consentimento e livre esclarecimento (TCLE)	264
Apêndice D – Folha de rosto da pesquisa envolvendo seres humanos (Plataforma Brasil)	265
 ANEXOS	 267
Anexo A – Comprovante de envio do projeto (Plataforma Brasil)	268
Anexo B – Parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa (CEP – Plataforma Brasil).....	269

INTRODUÇÃO

O interesse de pesquisa pelo presente tema deu-se pela trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora, considerando que a mesma atua enquanto assistente social em uma instituição da sociedade civil organizada - OSC, que compõe a gestão da Política de Assistência Social no município de Barretos/SP.

O Serviço Social, desde o início sempre teve uma característica educativa e, ao longo do desenvolvimento da profissão, essa característica também foi se transformando de acordo com os movimentos da sociedade e do Serviço Social. Atualmente, percebe-se que a dimensão educativa do trabalho do assistente social contribui, diretamente, no processo de acesso de direitos sociais por parte dos usuários da Política de Assistência Social, sobretudo, essa política representa como fértil espaço de trabalho com a base, aspectos estes, presentes na trajetória do trabalho profissional do assistente social. Diante disso, surgem várias inquietações e questionamentos relacionados à concepção e direcionamento que a dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social vem tomando no cenário das OSCs, sobretudo, a qual perspectiva.

Para apreender a realidade pesquisada, considerando todos os determinantes que o circunda na sociabilidade do capital, buscou-se aprofundar o conhecimento em relação ao trabalho profissional do assistente social inserido nestes espaços, sobretudo, considerando o Serviço Social enquanto trabalho, parte inerente da divisão social e técnica do trabalho, para assim compreender, de forma qualitativa, na dinâmica do processo de trabalho coletivo, qual o profissional se insere, tais determinações da profissão, sobretudo, as diversas refrações no atual contexto do capital brasileiro.

O recorte temporal utilizado foi a partir da década de 1990, considerando o desenvolvimento sócio-histórico da profissão no Brasil e os marcos legais tais como: o Código de Ética Profissional do assistente social de 1993; a Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão; as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social de 1996 (aprovadas pela ABEPSS), e também pelos processos políticos, econômicos e sociais que foram se desenvolvendo na sociedade brasileira nesse período.

Esta pesquisa parte do pressuposto de que o profissional assistente social que tem consciência da dimensão educativa no trabalho profissional e o desenvolve em uma perspectiva crítica, caminhando junto aos propostos pelo Projeto Ético-Político Profissional, podendo ter grandes possibilidades de construção e desconstrução coletiva, de forma a estimular a participação ativa dos sujeitos

envolvidos em seu contexto histórico-social e contribuir com pequenas e iniciais rupturas e fortalecimento da base.

Entendendo que a Política de Assistência Social é uma política ampla, que se expressa enquanto locus de grande proximidade à classe trabalhadora, sobretudo, aqueles em que vivenciam situações inflamadas de risco e vulnerabilidade social, com vistas a garantia do acesso a bens e serviços sociais para o alcance de direitos universais.

Pressupõe-se, desta forma que a pouca consciência da potencialidade desta dimensão e, a forma como ela está sendo conduzida parece esvaziada de conteúdo reflexivo pelos assistentes sociais. Esta falta está furtando a categoria à capacidade do impacto interventivo profissional junto à classe trabalhadora e, muitas vezes, deixando de ocupar pequenos espaços que poderiam ser cenário de grandes transformações.

O objetivo principal desse estudo foi compreender a dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social inserido na Política de Assistência Social, por intermédio das OSCs na cidade de Barretos-SP.

Também destacam os objetivos específicos que buscaram identificar as Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que atuam na cidade de Barretos-SP; identificar e compreender a dimensão educativa do trabalho profissional dos assistentes sociais destas instituições; conhecer a concepção e consciência do assistente social sobre a dimensão educativa de seu trabalho profissional.

Esta pesquisa trata de uma temática de relevância para a o meio acadêmico e para a categoria profissional, pois trata de estudo do trabalho do assistente social e sua dimensão educativa no cotidiano da realidade social, de modo específico junto às populações beneficiárias da Política de Assistência Social. Vale destacar que essa pesquisa também responde às exigências do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais FCHS/UNESP, Câmpus de Franca/SP, atendendo a consonância deste com a linha de pesquisa “Serviço Social: Formação e Trabalho Profissional”.

O trabalho foi desenvolvido sob à luz da perspectiva crítica dialética tendo em seu percurso metodológico o levantamento bibliográfico para o desenvolvimento das categorias nos capítulos iniciais. No último estágio, a fase da pesquisa de campo, utilizou-se dos procedimentos metodológicos de questionário e entrevista semi-

estruturada para melhor apreender os propostos, através de uma perspectiva qualitativa.

O primeiro capítulo traz a reflexão sobre a categoria trabalho, como fundante no desenvolvimento do ser social, desdobrando ao estágio no sistema capitalista, onde este perde todo seu caráter civilizatório, abordando as demarcações e expressões da sociedade de classe à população trabalhadora, sobretudo, a partir do estágio globalizado do capitalismo neoliberal aproximando do Serviço Social à compreensão da sociedade de classes e mundo do trabalho, compreendendo esta profissão enquanto parte da divisão social e técnica do trabalho nesta sociabilidade.

Discutindo trabalho na perspectiva de Marx, sobretudo, como o mesmo se materializa na esfera dos serviços, aproxima a análise do trabalho nas políticas públicas. Espaço este que o assistente social desempenha suas funções profissionais e lócus alvo desta pesquisa. Destacando ainda, a tendência da redução à racionalização burocrática que a política pública, enquanto ferramenta do Estado representa.

No segundo capítulo a pesquisa abordou sobre a dimensão educativa inerente ao trabalho profissional do assistente social. Dimensão esta que a pesquisadora entende ser materializada no cotidiano profissional através da contribuição da educação não formal com perspectiva da educação popular.

Destarte, fazer um processo dialético de abstração histórica, refletindo em torno do processo de maturação da profissão, desde sua gênese até os dias atuais. Compreender, dentro das categorias de análise, quais os posicionamentos que foram adotados pela profissão no decorrer deste processo e qual seu compromisso e contribuição diante de um contexto de ofensiva neoliberal.

Encontra-se, neste caminho, a Dimensão Educativa, inerente ao trabalho profissional do assistente social, contextualiza esta dimensão e as diferentes matizes adotadas pela categoria no decorrer de seu processo de maturação. Na concepção do Projeto Ético-Político a considera como uma forte ferramenta de embate estratégico no trabalho crítico-social junto às bases, uma vez que a profissão se caracteriza enquanto eminentemente ideológica, sem neutralidade, que se reconhece enquanto classe trabalhadora e compõe esta luta, e, com esta aproximação privilegiada e propícia, na esfera cotidiana da vida social dos sujeitos coletivos, pode contribuir fortemente por meio da dimensão educativa na perspectiva crítica.

O terceiro capítulo evidencia o cenário da Política de Assistência Social no Brasil, sua trajetória da caridade à concepção de política pública de direito demarcando os projetos em disputa no seu cerne, os embates, as intencionalidades, os avanços, sobretudo, os impactos e ameaças da atual lógica de ofensiva neoliberal no que tange a redução do papel do Estado às demandas sociais.

No contexto de neoliberalismo, a gestão da política de Assistência Social, vem demarcando o espaço das iniciativas da sociedade civil neste arcabouço. Representando-se enquanto parte da estratégia do sistema, em ter o Estado ausente de suas responsabilidades, sobretudo, garantindo o mínimo social, precavendo o caos social. Porém, de forma contraditória, o mesmo tem sua representatividade de grande relevância, pois tem grande possibilidade de construção social popular por estarem próximos as demandas societárias e com menor influência coercitiva direta do Estado. Desta maneira evidencia neste capítulo o trabalho do assistente social e suas particularidades inseridos na gestão desta política, destacando as potencialidades e os desafios.

O quarto e último capítulo retrata o processo de construção da pesquisa, demarcando todo o caminho percorrido para a delimitação no universo e amostra da pesquisa que foi constituído por assistentes sociais, trabalhadores de instituições sociais na gestão da Política de Assistência Social em Barretos/SP.

Neste processo foi possível apreender a fragilidade da presença do Estado no trato da Política de Assistência Social, sobretudo, a reprodução da fragilidade que a esfera não governamental representa, no entanto, com salvas críticas, é um espaço que tem contribuído muito para dar concretude no enfrentamento da questão social, sobretudo, direcionado seu trabalho de maneira crítica, tem grandes potencialidades frente ao fortalecimento das bases comunitárias, com quase nula interferência coercitivas do Estado, diferentemente dos aparelhos governamentais.

Através de estudo aprofundado a luz da perspectiva crítica, buscou devidas compreensões sobre as categorias teóricas e empíricas da pesquisa para melhor tratar os dados, observando lacunas na percepção, dos profissionais sobre a dimensão educativa na profissão; como as identificam no seu cotidiano de trabalho, sobretudo, permeadas pelo projeto Ético-Político da profissão, tais quais foram devidamente apresentadas e analisadas no desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO 1: TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

1.1. Categoria Trabalho em Marx

De acordo com a contribuição de Marx, o trabalho¹ é uma atividade exclusivamente do ser humano, onde nenhum outro ser vivo o desenvolve nesta concepção.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com as construções dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1996, p. 297-28).

A prévia ideação, presente no processo de trabalho, faz com que o trabalho do homem seja diferente de qualquer outro ser vivo, e, neste sentido, compreende-se que trabalho é toda relação do homem com a natureza a fim de manter e/ou suprir suas necessidades humanas.

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. (MARX, 1996, p. 297).

Marx coloca que o trabalho, existente em todas as formas de sociedade, é determinante para a produção e reprodução da vida social, no entanto, na sociedade do capital, a atividade social do trabalho, enquanto centralidade da vida humana e fundante para a construção do ser social, difunde-se ao ponto que o trabalho não tem mais a função primária de satisfazer as necessidades humanas, este objetiva, de forma intrínseca, primordialmente a reprodução e acumulação do capital. “O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital) [...]” (MARX, 2004, p. 87).

¹ Para Marx, só se pode compreender a sociabilidade do capital e todas as suas determinações materializadas no cotidiano da vida social através da compreensão do Trabalho enquanto categoria fundante deste sistema. Sua contradição é que auto-regula e autossustenta a existência do sistema. Para aprofundar ver: (O Capital. Livro Primeiro. Volume I. Tomo 1. Capítulo V).

A organização do trabalho na sociedade capitalista é pautada na compreensão de produção material da riqueza, conferindo o valor de uso e troca do trabalho atrelado ao produto do trabalho, ou seja, utiliza do valor para se referir à atividade humana que transforma as coisas. Qualificando o trabalho como mercadoria que pode ser trocada no campo mercantil.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa como dúzia de relógios [...]. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria [...]. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso se constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca. (MARX, 1996, p. 166).

O produto, valor de uso, não é preço em espécie financeira, mas sim, valor quanto à forma social do produto do trabalho, ou seja, o valor empregado às coisas que as transforma, qualitativamente atreladas. O valor de uso então é o que determina a qualidade e relevância que o produto tem, de forma a satisfazer as necessidades humanas.

Já o valor de troca, também presente na categoria trabalho, tem sua formação histórica dentro da lógica mercantil, representa-se pela forma como a mercadoria pode ser circulada na sociedade burguesa. A objetivação do assalariamento é a produção de mercadoria (valor), qual circula no mercado e possibilita a troca, assim o valor de troca se materializa e efetiva a mais valorização do capital.

O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores e uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria [...]. (MARX, 1996, p. 166).

Vale ressaltar que no valor de troca ocorre a extorsão da mão de obra que é utilizada para a produção de mercadorias. Quando o trabalho excedente, realizado pelo trabalhador acontece, ele produz uma quantidade maior de mercadorias, além dos limites do trabalho necessário, ou seja, o dispêndio da força de trabalho, que para

o trabalhador não traz nenhuma soma financeira. Acabando por ser concebido como um simples “coágulo de tempo de trabalho” (MARX, 1996).

Neste sistema “[...] o trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão alternativa para ganhar a vida [...]” (BRAVERMAN, 1987, p. 55).

Também é necessário compreender sobre a reprodução das relações sociais gestadas pelo modo de produção capitalista, entendendo como estas categorias perpassam a vida humana neste processo de construção do ser social.

De acordo com as contribuições de Marx, compreende-se que os aspectos que envolvem a produção e reprodução social do homem, que vivencia o processo de trabalho no sistema capitalista, vem sendo modificado, e o trabalhador vive as intercorrências dessas transformações, que tornam o trabalho e o seu produto, estranhos ao próprio trabalhador.

O trabalho na sociedade capitalista, ainda, a partir de determinados enfoques, pode ser considerado enquanto elemento civilizatório do ser social, como coloca Alves:

Na verdade, a exploração capitalista, em si, teria um sentido civilizatório (santa contradição!), pois é a partir dela que homens e mulheres teriam a possibilidade objetiva da consciência de classe, consciência da própria natureza da exploração do capital, constituindo, através do (e com o) partido da classe, a prévia ideação política e ideológica para a sua emancipação social e política. (ALVES, 1999, p. 165).

Neste percurso, defronta-se com a alienação², característica intrínseca do modelo de produção capitalista e socialmente determinado pelo processo de trabalho da sociedade burguesa. O impacto ocorre diretamente nas relações sociais e que faz do indivíduo estranho em seu próprio meio, não se reconhecendo sujeito pertencente

² “[...] o homem se divorcia de si mesmo pela alienação e, o que não deixa de ser irônico, a trilha que conduz o homem a perder-se é a mesma que o constrói – o trabalho: chegamos no inferno pelo paraíso do trabalho e também atingimos o paraíso pelo inferno do trabalho. É que o homem é o único animal que produz sua própria existência, somos o que somos pelo trabalho, ele é o nosso modo de ser. Já se transformando em lugar-comum dizemos: somos um ser histórico. Ora, fazer história demanda se objetivar no produto, ser fora de si, deixar a própria face na natureza. Se o homem se projeta no seu trabalho, o que ocorrer com ele se reproduzirá de alguma forma conosco. No trabalho, organizado na sociedade capitalista, ocorre uma ruptura, uma cisão, um divórcio entre o produto e o produtor, o trabalhador produz o que não consome, consome o que não produz. Dizemos que a alienação implica ser e não ser ao mesmo tempo. A mágica se realiza pelo trabalho. Depositamos nele nossa alma, nos perdemos quando ele nos abandona” (CODO, 1988, p. 19-20).

do contexto que vivencia, e conseqüentemente estimulando ao movimento societário contrário à consciência de classe coletiva.

A propriedade privada tornou-nos tão néscios e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é diretamente comido, bebido, vestido, habitado etc. em síntese, utilizado de alguma forma. (MARX, 1983, p. 120).

O trabalho, inerente da vida humana em sociabilidade e forma de produção e reprodução da vida social, sofre as intercorrências na sociabilidade do capital que em seus processos sociais furta todas suas características positivas, contradizendo com a própria natureza do trabalho na vida do ser social.

O critério do trabalho na sociedade burguesa é gerar mais valor ao capital. “Esse critério definitivo que o trabalho na forma social do capital deve cumprir coincide com a finalidade e imediata da produção sob a forma capitalista: gerar mais-valia³ para a classe proprietária, fornecendo assim a substância da expansão de seu capital” (COTRIM, 2012, p. 38).

Essa expansão consome as forças do trabalhador, pois é através do ser humano, da pessoa que trabalha para produzir o produto, que é subtraída as condições necessárias para obter o lucro que movimenta o capital. A manipulação do trabalhador para gerar um lucro cada vez mais exponencial tem tornado o trabalho, desde o século 20 e 21, um verdadeiro predador da força humana.

Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera de produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador instrumento direto de criar mais valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar (MARX, 1988, p. 584 *apud* GRANEMANN, 1999, p. 159).

³ “A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentiaspecifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma do LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais valia é crucial” (BOTTOMORE, 1988, p. 361).

Compreende-se desta forma, que o trabalho produtivo não está atrelado com o ato laborativo de produzir algo material, mas sim em fazer parte de um processo em que o trabalho seja trocado por valor, com a finalidade de valorizar capital. Nesta característica de trabalho no capitalismo, é necessário o valor de uso e valor de troca, o que será gerada a mais-valia na esfera da circulação do “produto do trabalho”, ou seja, a acumulação de capital ou valorização do capital por parte do capitalista.

Este desenvolvimento produtivo não se resume à técnica do trabalho, mas significa também a transformação do modo de organização social dos indivíduos, na forma da propriedade e na divisão do trabalho [...] quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais. (COTRIM, 2012, p. 34).

Em contraponto, o trabalho improdutivo, que não quer dizer, da mesma forma, que não produz alguma matéria ou que seu trabalho não produz algo. O que o diferencia do anterior é que este trabalho detém o valor de troca substancialmente pelo valor do salário.

Segundo Iamamoto, o trabalho improdutivo seria “aquele que não se troca por capital, mas diretamente por renda, salário ou lucro”. Essas determinações não derivam “da forma social determinada, das relações sociais de produção nas quais o trabalho se realiza”. De modo que, por exemplo. Um ator teatral é trabalhador produtivo se trabalha para um empresário duma companhia teatral, “a quem devolve mais trabalho do que recebe como salário”. Todavia, “um alfaiate que vai à casa do capitalista e produz valores de uso é um trabalhador improdutivo”. Já um escritor, “não é um trabalhador produtivo enquanto produz ideias”, mas “o é à medida que enriquece o editor que explora a editora e publica seus livros” – isto é, enquanto ele é um trabalhador assalariado de um capitalista. (IAMAMOTO *apud* CASTRO, 2012b, p. 75).

Ocorre desta forma, que o trabalho improdutivo não é trocado por valor com a função de valorizar o capital (M-D-M⁴), mas sim trocado pela renda (D-M-D). Estas formas de trabalho são comumente encontradas na esfera governamental e na não governamental sem fins lucrativos (ONGs).

⁴ “A forma direta de circulação de mercadorias é M-D-M, transformação de mercadorias em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercado, vender para comprar. Ao lado dessa forma encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma D-M-D, transformação do dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e. de acordo com sua determinação já é capital” (MARX, 1996, p. 168).

O processo de trabalho, desta forma, está inserido dentro de um processo de consumo e valorização do capital através do mais valor. A exploração do homem pelo trabalho, na sociabilidade do capital, torna-se mais intensa, pois o seu objetivo é gerar a produção do excedente, a mais-valia, e, sobretudo, valorizar o patrimônio mercantil de forma exacerbada.

O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*⁵. Produzem-se aqui valores de uso somente porque e na medida em que sejam substrato material, portadores do valor de troca. E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais valia. (MARX, 1996, p. 305).

Compreende-se a mais-valia enquanto parte inerente da exploração do trabalho humano pelo capital no processo de produção de mercadorias. Considerando, que, a mais-valia associa-se com a quantidade do excedente de trabalho.

Entende-se que a produção de excedente, inerente ao processo de trabalho produtivo de forma diretamente e ao improdutivo por compor o processo de trabalho na forma de produção capitalista, todos representam sua devida relevância no processo de trabalho para a manutenção da sociabilidade do capital.

No entanto, a reflexão não pode reduzir-se à compreensão se produz ou não o excedente de mais valor, uma vez que a forma de organização da sociedade é através da exploração do trabalho para acumulação de riquezas, sendo necessário compreender que “[...] material ou imaterial – estão imersos e são força de trabalho que *coletivamente* produz a mais-valia, que resulta na valorização do capital” (GRANEMANN, 1999, p.160), mesmo os trabalhadores improdutivos, estão direta e indiretamente ligados ao contexto de mais-valor.

⁵ “Que se ama por si mesma” (MARX, 1996, p. 305).

1.2. Trabalho e Globalização

Para compreender a categoria Globalização⁶ é necessário fazer o processo de abstração e entende-la enquanto um fenômeno sócio-histórico, existente na lógica do capitalismo em seu estágio moderno de desenvolvimento.

É na virada da década de 70 para 80, no bojo da ofensiva do capital na produção (o complexo de reestruturação produtiva) e da ofensiva do capital na política (a política e a ideologia⁷neoliberal) que se dá o “ponto de partida” para a mundialização do capital. (ALVES, 1999, p. 59).

“Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte” (MARX; ENGELS, 1968, p. 26), entendendo, desta forma, que a tendência de extensão chega à globalização, sendo este um dos estágios da expansão, intentos do sistema, desde sua implantação.

Mas não é uma mera descontinuidade sócio-histórica, mas sim um momento de desenvolvimento mais avançado do sistema mundial do capital, qualitativamente novo. É por isso que poderíamos dizer que presenciamos a construção real – e não meramente formal – de um sistema orgânico do capital. (ALVES, 2001, p. 47).

A globalização, enquanto mundialização do capital gera, no seu processo histórico, impactos na esfera cotidiana da vida humana. Para compreender tal fenômeno é necessário entendê-lo em sua totalidade⁸, sobretudo, considerar as formas contraditórias em que o mesmo é posto na sociedade.

⁶ “[...] globalização é um fenômeno sócio-histórico intrinsecamente *contraditório e complexo* que caracteriza, em nossa perspectiva, uma nova etapa do desenvolvimento moderno. [...] é resultado de múltiplas determinações sócio-históricas (e ideológicas) [...]” (ALVES, 2001, p. 13).

⁷ “A ideologia é um conjunto lógico, sistêmico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indica e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional par as diferenças sociais, políticas e culturais [...]” (CHAUÍ, 2001, p. 108-109).

⁸ “A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneira completamente diversas, mas sempre determinadas” (LUKÁCS, 1967, p. 240).

Este fenômeno se faz a partir de contradições, à dicotomia entre o caráter civilizatório do ser humano-genérico presente neste processo, como também o vasto potencial que o mesmo apresenta, em alastrar sua perversidade junto aos povos, aspectos estes progressivos e regressivos.

As dimensões da globalização são contraditórias entre si, tendo em vista que, como iremos salientar, a ideologia (e a política) da globalização tende a “ocultar” e legitimar a lógica desigual e excludente da mundialização do capital e a mundialização como Ideologia do capital tende a impulsionar, em si, o processo civilizatório humano-genérico, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas humanas, que são limitadas (ou obstaculizadas) – pelo próprio conteúdo da mundialização (ser a mundialização do capital). (ALVES, 2001, p. 13-14).

Esta fase do capitalismo mundial, como apresentada acima, representava em grande expectativa a abertura de novas perspectivas de desenvolvimento societário nas suas mais diversas dimensões. Para tanto, a abordagem não pode ser reducionista à compreensão de globalização enquanto abertura comercial e livre circulação, uma vez que este novo formato abriu espaço para uma nova era de civilização, onde o Estado teria seu papel reduzido pela autorregulação dos mercados. Conforme Antunes (2009):

[...] com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a consequente crise do *Welfare-State*, deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital [...]. (ANTUNES, 2009, p. 187, grifo do autor).

Desta forma, compreende-se que a globalização a partir do ideário neoliberal representa o fracasso do Estado democrático social. Apreender estas categorias é fundamental para dimensionar a profunda lesão que o sistema vem gerando para com a sociedade, sobretudo, para com a classe trabalhadora. A reforma do Estado⁹ atende

⁹ A reforma do estado se dá a fim de atender aos interesses do grande capital, no caso brasileiro o processo se materializa “Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1998 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 148).

indescritivelmente aos interesses do mercado capitalista, afastando-se da área social e reforçando aspectos do ideário burguês na esfera institucional.

Por sinal, a globalização, de forma alguma, vem de maneira linear e homogênea se estender na esfera global, ela é caracterizada por ser desigual, excludente e seletiva, conforme apontado por Alves (2001, p. 79), “O desenvolvimento da globalização tende a exacerbar as próprias características da sociabilidade capitalista – exploração, desigualdade e exclusão social, dando-lhes novas formas sociais e institucionais”.

Refletir este processo a partir da ótica brasileira e novamente fazer o processo de abstração histórica, possibilita defrontar-se com o contexto peculiar que o país tem. O Brasil passou pela colonização, vivenciando por longo período essa subordinação, exploração de suas riquezas e de seus habitantes, sendo tais situações decorrentes dos interesses econômicos de seus colonizadores. A escravidão no país não foi um ato desvinculado deste processo histórico, ele representou a força de trabalho por vasto tempo, para alimentar os interesses de mercado, mediados por Portugal.

O contexto sócio-histórico brasileiro reflete diretamente na forma como a sociedade se organiza no tempo contemporâneo. O fim da colônia brasileira é demarcado pela “configuração do contexto mundial que já não comportava o colonialismo naqueles moldes. Era a transição do capitalismo comercial para o industrial” (SANTOS, 2012, p. 59).

Após este período demarcado, o país passa pelo fim da escravidão¹⁰ (1889), com a Proclamação da República Brasileira, que se caracteriza como um dos tantos golpes vivenciados na sociabilidade brasileira, este não acontece desconexo do contexto sócio-histórico, sendo mais uma estratégia do ideário burguês, neste caso para a introdução do liberalismo¹¹. Ideário este que preza pela liberdade, defesa da propriedade privada e individualidade, sempre com objetivo de alcançar os interesses da burguesia e se consolidar como nova cultura social.

¹⁰ Sistema que tinha como fundamento “O trabalho realizado sob alguma forma de coerção [...]. O escravo era, ele próprio, uma mercadoria de propriedade privada, a quem era perpetuamente negada a posse dos meios de produção, o controle sobre seu trabalho ou sobre os produtos desse trabalho e de sua própria reprodução” (BOTTOMORE, 1988, p. 215). No Brasil o contexto da escravidão se deu através da exploração do trabalho negro enquanto propriedade mercadológica do “homem branco burguês”.

¹¹ “O liberalismo é uma doutrina política. Como uma doutrina política o liberalismo não é neutro em relação aos seus fins que o homem pretende alcançar; pressupõe que a imensa maioria das pessoas prefere a abundância à pobreza. Procura mostrar qual o melhor meio de atingir esse objetivo. [...] propõe para que esse objetivo seja atingido é a liberdade” (STEWART JR, 1995, p. 71).

Os princípios e práticas que se configuram no liberalismo eram reinterpretados e aplicados por agentes sociais cujos interesses eram suportados por uma estrutura econômica pré-capitalista. Continuaram, portanto, a ser a representação do mundo que reproduzia, legitimava e buscava explicar a desigualdade social com alterações que se desejam tanto quanto possível, meramente formais. (ALBUQUERQUE, 1981, p. 240).

Os liberais nesta época ainda “suportavam” o Estado com o viés “social”, existindo para legitimar uma fração societária sob a perspectiva da emergência, das prioridades e concomitantemente os burgueses visando proteger a propriedade privada e garantir a acumulação de capital.

A partir da década de 1930, o Brasil passa a consolidar-se enquanto poder central, potencializando a mentalidade industrial nacional com mais autonomia, sem grandes influências de monopólios externos. O grande impulsor dessas transformações e avanços foram às crises vivenciadas, como a de 1929, por exemplo, a crise que inicia no comércio externo e impulsiona o país a criar o comércio interno, com maior autonomia do Estado.

As ações de enfrentamento à questão social, demarcadas a partir deste período, se dão enquanto forma estratégica de controle social do trabalhador, sobretudo, das mobilizações e conflitos da época.

Não se pode ignorar, neste processo de abstração histórica, que o Estado sempre exerceu uma função crucial e essencial para a efetivação do ideário burguês. Recorrendo à Gramsci (1991, p. 50) observa-se que para manter o domínio, o Estado usa destas estratégias para ofuscar sua real postura societária.

O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”. O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados [...]. (GRAMSCI, 1991, p. 50).

Em seio prematuro da conquista do Estado Democrático de Direito, após a vivência de um dos grandes golpes da história brasileira (militar 1964), forte período de luta social se instaurou, e este processo de redemocratização é marcado pela

Constituição Federal de 1988. Este marco foi fortemente afrontado com a introdução do modelo ideário neoliberal¹² no Brasil (1990).

Este modelo traz a proposta de grande redução da intervenção estatal nas ações sociais, priorizando a abertura do mercado, privatizações e retrocessos sociais, rebatendo diretamente na crescente desigualdade, subempregos, desemprego estrutural, exército de reserva¹³, pauperização, dentre outros, ou seja, a agudização das expressões da questão social.

A política neoliberal de abertura comercial do governo Collor, que prossegue no decorrer da década sob os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, significou a destruição de cadeias produtivas na indústria brasileira, com empresas sendo fechadas por não conseguirem concorrer com produtos estrangeiros, e, portanto, o crescimento do desemprego de massa [...]. Por conseguinte, na medida em que a política econômica neoliberal constrange o crescimento e o investimento produtivo no mercado interno (o que é a lógica da mundialização financeira), ela contribui para a degradação paulatina do mercado de trabalho [...]. (ALVES, 2009, p. 193).

Neste período da história brasileira, sobretudo, sob o signo da globalização financeira e implementação do neoliberalismo¹⁴, observa-se que o privatismo, a ausência da responsabilidade pública e obrigação social foram aspectos fortemente presentes. Um país que desde seu ‘descobrimento’ é marcado por desigualdades, continua proporcionando em seu decorrer histórico uma falsa existência de Estado Democrático de Direito à população. O Brasil, país de capitalismo periférico e subordinado¹⁵, vivencia então, uma relação particular com a globalização e neoliberalismo.

¹² Doutrina adepta ao estágio neoliberalista no sistema do capital.

¹³ Conforme Marx, o modo de produção capitalista, em seu processo de acumulação de riquezas provoca mutações constantes na lógica orgânica do sistema, sobretudo seu processo estratégico tradicional e central é criar uma massa de trabalhadores à margem do sistema produtivo, a modo de que esse passo crie melhores condições de mais-valia ao grande capital. Essa lógica, de demanda e oferta caracterizam o sistema sociometabólico do capital, entendendo que “A atual dinâmica do capitalismo mundial estrutura um conjunto de condições econômicas e políticas que aprofunda cada vez mais a tendência de desvalorização da força de trabalho à medida que modifica as formas de produção e o conjunto das relações sociais para assegurar o nível das taxas de lucro” (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 162).

¹⁴ “Doutrina, em voga nas últimas décadas do século XX, que favorece uma redução do papel do Estado na esfera econômica” (FERREIRA, 2001, p. 484).

¹⁵ Ver PREBISCH, Raúl. Transformación y desarrollo. La gran tarea de América Latina. Cepal, Santiago, 1970; In: “Crítica al capitalismo periférico”, Revista de La Cepal, 1976.

A vida social, deste modo, passa a ser mais determinada ainda pela esfera privada que não possui nenhum compromisso social, nem preocupação com a qualidade do emprego, saúde, educação, cultura e meio ambiente, mas apenas com a quantidade de riqueza abstrata, ou dinheiro, que é acumulada por tal atividade de negócio. (ALVES, 2001, p. 17).

De modo geral, e em particular com a realidade brasileira, a globalização permite que a população tenha “acesso” ao conhecimento, tecnologia e a possibilidade de se desenvolver economicamente, culturalmente etc. Mas a sociedade é impactada pelo ideário neoliberal, aí instituído, que deixa claro esse contraste, desde os impactos diretamente no mundo do trabalho, à má distribuição de renda, ao agravamento das expressões da questão social. Cenário este de perversidade social causados pelo capital e de oportunidades desiguais.

A globalização, como foi citada, ratificou a perversidade dos meios ideológicos utilizados pelo capitalismo para alcançar seus intentos através da produção. As manobras, reordenamentos, reformas, entre demais, fazem parte desta teia obscura, tais como as recentemente vivenciadas no país: lei da terceirização, flexibilização das leis trabalhista com a reforma trabalhista, reforma previdenciária, PEC do teto público¹⁶, dentre outros.

Estes exemplos supracitados são algumas formas recentes de ofensiva neoliberal¹⁷, no entanto, o Brasil vem “sobrevivendo” há quase 20 anos sob esta

¹⁶ Sob a ofensiva neoliberal brasileira, nos últimos anos desta década foi estabelecido várias manobras “contra-reformistas” aos direitos sociais, que imbricam diretamente na vida do trabalhador. Contexto este de redução da seguridade social, sobretudo do afastamento do Estado de sua responsabilidade no trato à questão social, ampliando a concepção liberal de Estado no que tange ao Estado Mínimo ao campo social. Fato evidenciado pela aprovação da PEC 55 que “[...] estabeleceu um teto de gastos públicos para o Brasil, que passou a vigorar em 2017 [...]”, esta propõe o congelamento dos investimentos públicos “[...] portanto, as despesas do governo não teriam crescimento real [...]”. Tendo vigência de 20 anos, estas medidas de interesse liberal, estranho seria se estivesse à classe trabalhadora, desta maneira, “[...] a diminuição do gasto afeta políticas públicas que beneficiam diretamente classes sociais mais baixas – as mais dependentes dos serviços oferecidos pelo Estado -, o que tende a piorar sua qualidade de vida e retroceder o quadro de desigualdade social no país [...]” (BLUME, 2016, Online).

¹⁷ “[...] “programa de reforma neoliberal” [...] orientadas de acordo com quatro eixos: “reforma do Estado, liberalização do mercado externo, desregulamentação do mercado interno e política de estabilização”. Embora comuns os eixos de orientação, as medidas afins [...] variar em intensidade e amplitude de acordo com as realidades políticas, econômicas e sociais entre países e regiões específicas [...]” Autor ainda cita o grande exemplo que ocorreu na América Latina que, “[...] Com efeito, o “neoliberalismo chileno” foi implementado no governo ditatorial de Pinochet, que assumira o poder após o golpe militar de 1973, através do programa econômico El Ladrillo, formulado sob orientação de Milton Friedman, expoente e fiel adepto do liberalismo hayekiano [...]. No âmbito da Reforma do Estado, por exemplo, as medidas ficariam condicionadas à adequabilidade ao regime ditatorial, e se resumiriam, principalmente, na privatização/desnacionalização de empresas e serviços estatais. Destacaram-se, por outro lado, a ampla abertura da economia ao capital estrangeiro, em especial a ortodoxia da política monetarista de estabilização. O controle do processo inflacionário e o crescimento econômico,

implantação. Esta situação só corroborou com o aumento da precarização e da exploração do trabalho e do trabalhador.

É só através da “revolução conservadora”, das políticas neoliberais, de liberalização, desregulamentação e de privatização, com o triunfo do “mercado, que o êxito do capital seria completo [...]. Ocorre, a partir daí mudanças qualitativas nas relações de força política entre capital e trabalho [...]. É a partir daí que a ideologia da “globalização” – subjacente às políticas neoliberais – é posta como a nova orientação capitalista, considerada como saída para a crise de 1974-1975. (ALVES, 1999, p. 58).

Como se observa a estratégia do capital para sair das crises é altamente relacionada com a forma de organização produtiva e sua relação entre capital x trabalho.

O alastramento da miséria capitalista no Brasil, com atenuantes por se tratar de um país de capitalismo periférico e dependente, tende a ser mais aguda, adotando medidas mais regressivas no que tange aos campos sociais da vida humana da classe trabalhadora.

O novo complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados (cuos principais exemplos são a proliferação da subproletarização tardia e do desemprego estrutural). Surge o que podemos denominar um novo (e precário) mundo do trabalho. São novas (e cruciais) provocações do capital para o mundo do trabalho organizado. (ALVES, 1999, p. 137).

A grande intenção do capital de desmobilizar a consciência de classe¹⁸, já é algo presente desde o início de sua ideologia, no entanto, as suas estratégias com o desenvolvimento do sistema vão se tornando mais latentes.

Com a globalização, propriamente no Brasil, a produção interna é altamente estimulada e a exportação dos produtos é que move a incrementação do mercado.

exatamente no momento de crise mundial, fez da experiência chilena referência para neoliberais de todos os matizes exaltarem a viabilidade do neoliberalismo na realidade concreta” (RAMALHO JÚNIOR, 2012, p. 354). Fato este que traz até os dias atuais consequências amargas à população, ações estas que estão sendo inspiradas pelo Governo brasileiro neste atual momento histórico-político.

¹⁸ “Ao superar a mera percepção imediata e parcial da realidade e a alienada vida cotidiana sob hegemonia do capital, desmistificando a ideologia hegemônica, desenvolve-se uma consciência-em-si para uma consciência-para-si. Desenvolve-se uma consciência de classe. O desenvolvimento da “consciência de classe” representa o *máximo de consciência possível*, entendida como o conhecimento científico da realidade e dos fundamentos da vida social em uma dada época” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 171).

Como o mais-valor (lucro) é a forma do capitalista, acumular riquezas, as estratégias vão além da relação capital e homem que trabalha, esta se torna mais escassa no momento em que os trabalhadores são frequentemente trocados por máquinas, sendo que essas representam menor investimento ao capitalista, maior produtividade e maior percentual de lucro sobre a mercadoria na esfera da circulação, precisando assim de menor percentual de trabalhadores, também de menor qualificação, aqui identificando-se o espírito do toyotismo¹⁹.

É claro que as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados são resultados de processos sócio-históricos estruturais, de longa duração, de acumulação capitalista. É algo que percorre o século XIX e o século XX. O que o complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital faz é incorporar – e impulsionar com maior aceleração histórica – as perversidades da lei geral da acumulação capitalista, na direção do enfraquecimento do mundo do trabalho (e da perspectiva de classe). Ele dá novas características à classe dos trabalhadores assalariados – principalmente da classe operária – que tende a surgir, de acordo com seu “momento predominante” – o toyotismo. (ALVES, 1999, p. 138).

Destarte, pode-se concluir que o processo de globalização injeta inúmeras e novas expressões da questão social na sociabilidade, sobretudo, à vida do trabalhador.

Novas formas e estratégias vem surgindo na organização do mundo do trabalho, pensar o não-trabalho como categoria de análise no sistema capitalista, já se torna imprescindível.

Sob a mundialização do capital, ocorre uma alteração lógico-epistemológica (e ontológica) da categoria de “população trabalhadora excedente”, capaz de expressar a nova forma de ser do mundo do trabalho sob a nova ofensiva do capital [...]. (ALVES, 1999, p. 151).

Sobretudo, com os fatos brasileiros contemporâneos, como supracitado em referência à Gramsci, o Estado está a exercício do ideário burguês e o mesmo tem desenvolvido manobras inexplicáveis, contra todo o conceito de Estado Democrático

¹⁹ “Nos últimos vinte anos, o avanço do espírito do toyotismo tem sido significativo na produção do capital. O desenvolvimento do toyotismo pressupõe certas pré-condições institucionais, capazes de potencializar, no nível da consciência- contingente, a captura da subjetividade operária pelo capital [...]” (ALVES, 2006, p. 91-92). Observados em toda a lógica do trabalho contemporâneo, o que se pode exemplificar a evidencia nos processos de terceirização, regulamentado recentemente pelo Estado brasileiro.

de Direito, tornando latente “a nova forma de ser do mundo do trabalho sob a nova ofensiva do capital” como foi citada anteriormente, a perversidade não tem fim.

Portanto, o que se observa é que, sob a mundialização do capital, com a exacerbação da concorrência capitalista, desenvolveu-se um novo patamar histórico, uma “cisão” do mercado de trabalho, sob a posição plena do imperativo da flexibilidade (com impactos decisivos na solidariedade de classe). (ALVES, 1999, p. 155).

Aspectos que provocam a agudização da exploração, da desigualdade, da concentração de renda e, sobretudo, não afetam somente a conexão da estrutura sobre o trabalhador e o capitalista, mas atinge a sociedade como um todo, inclusive o mundo do trabalho, aprofundando as condições de informalidade, subemprego, desemprego estrutural e demais vulnerabilidades decorrentes desta contradição.

1.3. A concepção de trabalho e o Serviço Social

Historicamente, passa-se da caridade tradicional levada a efeito por tímidas e pulverizadas iniciativas das classes dominantes, nas suas diversas manifestações filantrópicas, para a centralização e racionalização da atividade assistencial e de proteção de serviços sociais pelo Estado, à medida que se amplia o contingente da classe trabalhadora e sua presença política na sociedade. Passa o estado a atuar sistematicamente sobre as sequelas da exploração do trabalho expressas nas condições de vida do conjunto dos trabalhadores. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 85).

O percurso do Serviço Social no Brasil segue esta sequência, embora seu início seja demarcado pelo cenário conflituoso do capitalismo, é o processo histórico que as práticas sociais vivenciaram que justificaram a relevância do trabalho especializado, na qual também se instala enquanto trabalho assalariado, caracterizando seu valor de uso na sociabilidade do capital.

O reconhecimento do Serviço Social como trabalho está hipotecado ao entendimento da gênese de várias profissões que em um dado tempo do desenvolvimento do modo de produção tornaram-se quase tão igualmente necessárias para a sua continuidade como o próprio trabalho operário. (GRANEMANN, 1999, p. 159).

Considerando, assim, o Serviço Social inscrito na divisão social e técnica do trabalho²⁰, qual se compõe na esfera dos serviços, recorre-se a Iamamoto (2013) a qual classifica que:

[...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços [...]. O assistente social é, nesse sentido um intelectual que contribui, junto com outros inúmeros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído; é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas [...]. (IAMAMOTO, 2013, p. 69).

Estes consensos podem ser compreendidos pela forma como o Serviço Social se apresenta na sociedade, entendendo que o contexto é de uma sociedade dividida por classes, cujos interesses são antagônicos. O Serviço Social participa dos processos de reprodução dos interesses tanto do capital, como em respostas às necessidades da classe que vive do trabalho. Esta questão apresentada não se mostra de forma contraditória pela categoria profissional, mas sim, pela forma natural que se dá as relações sociais no sistema capitalista, movimento este intrínseco na reprodução social nesta sociedade de classe.

Desta forma, o Serviço Social, compreendido aqui, enquanto trabalho, corrobora para a manutenção à produção de mais-valia, mesmo sem estar diretamente ligado à esfera do trabalho produtivo, pois essa compreensão é “referente às condições e situações de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação das condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho” (IAMAMOTO, 2010, p. 256).

Para compreender o Serviço Social enquanto trabalho expresso na esfera de reprodução das relações sociais é, sobretudo, necessário considerar que o fazer profissional está ligado aos modos de vida, ao cotidiano e demais aspectos que fazem parte da vida em sociedade, ou seja, a reprodução da vida social.

²⁰ O mais antigo princípio inovador do modo capitalista de produção foi a divisão manufatureira do trabalho, e de uma forma ou de outra a divisão do trabalho permaneceu o princípio fundamental da organização industrial. A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especificidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo [...]. Esta forma de divisão do trabalho, características de todas as sociedades, é, se acompanharmos a terminologia de Marx, a divisão social do trabalho. Deriva-se do caráter específico do trabalho humano: “um animal faz coisas de acordo com o padrão e necessidade da espécie a que pertence, enquanto o homem sabe como produzir de acordo com o padrão de cada espécie” (BRAVERMAN, 1987, p. 70).

Dentro da referência analítica adotada, cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção [...]. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção [...]. Assim, a reprodução das relações sociais é a *reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida* que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 78-79, grifo dos autores).

Alargando a compreensão sobre o trabalho do assistente social, é certo afirmar que ele, independentemente de sua ocupação na esfera da produção, tem seu trabalho inserido no âmbito da reprodução social²¹, entendendo que a matéria de sua intervenção são aspectos como os supracitados, condicionantes e resultantes do cotidiano da vida social no processo antagônico capital x trabalho.

Neste sentido, o Serviço Social, enquanto profissão institucionalizada, necessária na lógica deste sistema, de forma inicial já apresenta seu valor de uso, uma vez que seu trabalho contribui de tal forma com o público usuário de sua intervenção profissional, bem como a coletividade. O profissional assistente social é um profissional que trabalha com as matérias sociais a partir das expressões da questão social: questões societárias, econômicas, políticas etc.

Do outro ângulo, compreende-se por reprodução não só aqueles atos relativos à vida material e biológico dos homens. Mas, também, aqueles atos que os fazem dar continuidade ao conjunto da vida social, a um dado estágio de sociabilidade, à participação em um dado grau de civilização. (GRANEMANN, 1999, p. 156).

Destarte, observa-se nitidamente o trabalho do assistente social na esfera da reprodução social, o profissional que está inserido no campo de disputa junto aos

²¹ “[...] cabe reafirmar que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social, jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, p. 78).

interesses da classe trabalhadora, no que tange as relações sociais e as experiências da questão social que rebate diretamente a esta classe.

Deste modo, o processo de trabalho é tanto a realização objetiva do trabalho como a materialização das relações entre os agentes diferenciados do processo produtivo. Isso significa que o trabalho se realiza por meio de mecanismos de disputa, convencimento e disciplinamento, em última instância, recursos de poder que atravessam o conjunto das práticas e ações disciplinadoras no trabalho. (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 116).

A materialização entre os agentes no processo de trabalho capitalista, que atravessam mecanismos e práticas é compreendido pela divisão sociotécnica do trabalho. O assistente social inserido nesta dinâmica vivencia em seu cotidiano profissional processos de trabalho coletivo, vez que o mesmo se dá como ramificação da especialização deste trabalho.

O trabalhador de Serviço Social, inserido nesta lógica, tendo seu valor de uso institucionalizado, devido sua posição frente às expressões da questão social, quais estão intrinsecamente ligadas à contradição capital x trabalho, não as deixa de vivenciá-las, vez que o profissional também é um trabalhador assalariado, e, que, vivencia todas as vulnerabilidades desta relação.

Não obstante, para compreender o Serviço Social enquanto trabalho se faz necessário a compreensão das formas de trabalho na sociabilidade do capital, sendo que:

O trabalho concreto no modo capitalista de produção exprime o trabalho imediato, individual e específico, que resulta em valores de uso, mas cujo dispêndio, isso é, como tempo de trabalho determinado, objetiva-se em valor. O trabalho abstrato é o trabalho em seu caráter social, assim como o valor é produto universal do trabalho social. Na produção mercantil, o trabalho concreto imediato se põe como trabalho social pela mediação da troca, de modo que trabalho abstrato denomina o trabalho social na forma específica dos trabalhos privados mediados pela troca, ou seja, em que a sociabilidade do trabalho se põe como valor de troca do produto do trabalho abstrato – valor – é, por isso, o dinheiro, valor de troca autonomizado da mercadoria [...]. Se para se tornar social, ou seja, dirigido às necessidades sociais e não às do produtor individual, o trabalho deve ser mediado, a mediação da troca faz com que o trabalho social assuma a forma de trabalho abstrato porque põe valor, riqueza abstrata que apenas se confirma como riqueza social na troca, e não na atividade [...]. (COTRIM, 2012, p. 41-42).

Assim, pode-se dizer que o trabalho do assistente social na esfera privada tem cunho produtivo por compor o trabalho coletivo no processo de valoração do

capital de seu empregador, entretanto, os profissionais inseridos na esfera governamental e não governamental sem fins lucrativos se caracterizam enquanto trabalho improdutivo por ser atribuído a estes somente o valor de uso, embora corroborem indiretamente com o processo coletivo da valoração do capital, sobretudo pelas formas de controle do Estado atrelado às políticas públicas.

[...] as mudanças nos processos de produção são mobilizadoras de novas formas de combinação do trabalho dos assalariados dos serviços e dos que atuam no processo material de produção, dando origem a uma nova composição do trabalhador coletivo e, conseqüentemente, à emergência de novas formas de cooperação [...]. A complexidade destas novas relações requerem a problematização e qualificação do trabalho no setor dos serviços a partir do ponto de vista do processo de valorização e das novas formas de subordinação do trabalho ao capital. (COSTA, 2010, p. 98-99).

O cenário interventivo, do trabalho assalariado, vem sofrendo transformações, desde a reestruturação produtiva, onde, as mobilizações e lutas sociais, ao conquistarem alguns direitos como resultados de suas batalhas, abrem o leque do sistema em seu estágio neoliberal de reformar e criar estratégias para vulnerabilizar instâncias de trabalho.

A esfera dos serviços, espaço majoritário do trabalho profissional dos assistentes sociais toma, ao neoliberalismo, nova dimensão, se tornando não somente às profissões eminentemente ligadas à esta esfera, mas a outras também um espaço de grande absorção.

Com o crescimento dos serviços, alteram-se não apenas as fronteiras da divisão social e técnica do trabalho, especialmente aquelas que dizem respeito às fronteiras existentes entre os serviços de consumo privado e coletivo, entre os serviços de consumo, de produção e de circulação, mas, essencialmente a função que têm os serviços no processo de acumulação capitalista, na realidade atual. (COSTA, 2010, p.101).

A tendência que ocorre dentro da mundialização do capital, conhecida como a globalização, segue a sequência transnacional. O crescimento expressivo do trabalho na esfera de serviços, decorrente do processo de reestruturação capitalista, sob o seio da hegemonia neoliberal. Tais formas de produção são repaginadas e repensadas a fim de responder as necessidades do mercado na reprodução e circulação de mais valor.

O processo de criação destrutiva, que contempla a redução do contingente de trabalhadores industriais, oriundos desse período, tem rebatido em novas expressões no campo do trabalho brasileiro.

Por sua vez, é no setor de serviços – públicos e privados – que, de modo geral, se observa a maior e mais ampla precarização e intensificação do trabalho, cujas atividades são mais desvalorizadas com valor agregado menor e mais baixos salários. Neste contexto, crescem o assédio moral, o desgaste mental das/os assistentes sociais, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização [...]. (RAICHELIS, 2018 p. 59).

Como o intuito do capitalismo no estágio neoliberal é tornar o Estado mínimo, pode-se se adiantar na compreensão de que, a esfera de serviços é uma forma facilitada para iniciar a institucionalização desta implementação.

Observa-se, sobretudo, o desafio do trabalho profissional do assistente social, qual tem em seu fazer profissional, um direcionamento político radicalmente determinado, no posicionamento à resistência deste sistema e na luta junto classe trabalhadora que vivencia às expressões da questão social oriundas da relação capital x trabalho, e, por natureza do sistema, por si só contraditório, de antemão, compõe a linha de frente dos profissionais que vivenciam tais vulnerabilidades no mundo do trabalho.

No entanto, é necessário alargar a compreensão ao que representa os serviços na esfera da categoria trabalho ao Serviço Social.

Os serviços para Marx são em princípio improdutivos, em função de serem trabalhos trocados por renda e não por capital, permanecendo, portanto, no nível de valores de uso. Contudo, muitas dessas atividades de serviços como a medicina, a engenharia, o direito, [poderíamos acrescentar o Serviço Social], em muitos casos foram proletarizadas, passando a ser exercidas por empresas organizadas na forma capitalista e que buscam ampliar a valorização do capital. (RAICHELIS, 2018, p. 44).

Como se nota, o Serviço Social, como qualquer outra profissão, aparentemente improdutiva, majoritariamente da esfera dos serviços, está sendo inserido nos quadros institucionais na busca de valorização de capital. Estratégias estas como as supracitadas, como forma de flexibilizar o trabalho e gerar a valorização do capital.

As profissões estão integradas na lógica do trabalho coletivo, fazem parte da divisão social e técnica do trabalho, o que muda são as formas como se organizam e

possam oferecer o produto de seu trabalho e/ou seus serviços, “um serviço”, observou Marx, “é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja ele mercadoria ou trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 302), ou seja, a lógica de acumulação, de valor do trabalho não muda.

Nestes termos, Mandel expõe um interessante argumento que parece explicar, por exemplo, a expansão mercantil dos serviços de saúde, educação, previdência, lazer, considerados como de consumo coletivo para os trabalhadores. Assim, Mandel mostra que a diferenciação das necessidades de consumo, sobretudo a dos consumidores assalariados, especialmente da classe operária, constitui elementos e/ou pré-requisito à expansão do processo de acumulação. Segundo ele, as necessidades de consumo passam a expressar um meio de dinamização (incremento no processo de circulação) no chamado “mercado interno” para bens ou serviços de consumo. (COSTA, 2010, p. 102-103).

Ou seja, algumas das políticas públicas, que compõem o trabalho do assistente social no sistema capitalismo brasileiro, vêm sendo, paulatinamente, desmontadas, para o estímulo da coisa “não pública” como a melhor opção e a intensificação dos serviços, automaticamente uma avalanche contra o trabalho do assistente social, sob a perspectiva de resistência a garantia e ampliação de direitos à classe trabalhadora.

Na esteira das análises de Marx, o resultado de um serviço pode ser uma mercadoria vendida ao consumidor ou a prestação de um serviço, de saúde, por exemplo; pode se separar ou não de seu produtor; pode ser produtor direto de mais-valia ou não; pode envolver diferentes conteúdos em sua realização. Esse conjunto de variáveis que pode assumir o trabalho em serviços simplesmente ilustra o princípio que, para o capitalismo, o que importa não é o conteúdo ou a materialidade do trabalho, mas sua forma social, historicamente situada, a capacidade de produzir, como trabalho assalariado, lucro para o capitalista e valorização do capital, ainda mais em seu estágio monopolista que tende a suprir as diferenças entre formas de trabalho para submetidas todas ao domínio do trabalho abstrato. (BRAVERMAN, 1981 *apud* RAICHELIS, 2018, p. 50).

Vale ressaltar sobre o quanto o espaço dos serviços vem sendo absorvido pela lógica mercantil, os aspectos de direitos como supracitado, composto pela seguridade social, por exemplo, este é um campo contemporâneo de grande disputa entre “direitos” e capitalismo. Como é o caso das questões de educação, lazer, saúde, que é garantia enquanto direito fruto de muita disputa e briga de classe, mas que o mercado se apodera para gerar mais valor na esfera privada.

[...] a expansão dos serviços sociais voltados para o atendimento das necessidades de reprodução do trabalhador e da sua família – na atual fase de desenvolvimento do capitalismo – expressa a complexa e contraditória tensão entre a sua existência como um serviço que *tem um valor de uso social e coletivo* e a possibilidade de serem transformados em um serviço cuja utilidade social passa a depender da geração de lucros, isto é, da sua mercantilização. (COSTA, 2010, p.109).

Esta associação do trabalho do assistente social vinculado, principalmente às parcerias com a iniciativa privada, faz com que o profissional vivencie em seu cotidiano a contradição entre materializar o direito do seu público usuário e dar resultados ao mercado. Exemplos disso são as necessidades de resultado para mensurar a aplicabilidade de recursos per capita, trabalhos remunerados por remessa e/ou produtividade como no caso de visitas para laudos e perícias, encontra-se aspectos como estes nos programas governamentais, tais como os habitacionais, dentre outros. Ou seja, a lógica do profissional fazer parte do controle social para a geração de mais valor, não está presente somente na esfera privada não, na esfera governamental ele se dá de forma velada, vez que o Estado é gerido pelo capital.

É neste campo conflituoso e de disputa que o Serviço Social se insere enquanto agente que auxilia na mediação destes serviços sociais. Os processos de trabalho coletivos em que o assistente social se insere, de acordo com a ocupação, estão repletos de contradições e inquietações que muitas vezes repercutem no fazer profissional do assistente social.

O trabalho do/a assistente social integra essa dinâmica racionalizadora, a partir do processo de generalização das relações de compra e venda da força de trabalho para todas as esferas de produção e reprodução social [...]. Tencionando a relativa autonomia do trabalho profissional na implementação de políticas sociais, observa-se a imposição de estratégias racionalizadoras do aparato técnico-burocrático do Estado a partir do ideário neoliberal, com a tendência crescente à rotinização das atividades que combinam o fortalecimento de mecanismo de controle do trabalho com a adoção de uma base técnica e conceitual voltado para a padronização dos processos interventivos apoiados na informatização cada vez mais presente nos processos de trabalho institucional. (RAICHELIS, 2018, p. 58-59).

O espírito do toyotismo alcança a máquina pública e os demais órgãos executores da política pública. A tendência de racionalização do trabalho do assistente social, enquanto técnico de uma política pública, que em face contemporânea tende a ser mais excludente do que includente.

[...] podemos destacar que o processo de trabalho do Serviço Social guarda também um vínculo estreito com o conjunto de enunciados apresentados com relação aos processos de trabalho fora da esfera de produção. Temos assim que também o processo de trabalho do Serviço Social se assenta sobre uma força de trabalho assalariada e contratada no mercado; dispõe de certos meios de produção – que, ao longo da história dessa profissão, lhe imputaram muitos limites na sua atuação [...]. (ALMEIDA, 1996, p. 39).

As limitações do fazer profissional do assistente social materializam-se na contradição do seu cotidiano profissional, latente em um sistema negligente, cenário sob lógica do Estado neoliberal, sistema que por si só potencializa circunstâncias conflituosas. O profissional se posiciona neste campo de tensão e disputa frente à própria questão antagônica do sistema, que vem se tornando mais perversa e irracional, sobretudo, resistindo não só às demandas externas, mas vivenciando no seu fazer profissional, inicialmente já por ser subordinado ao mercado.

O contexto contemporâneo, neoliberal e globalizado rebate ao Serviço Social desafios internos e externos, vez que um dos seus instrumentos de trabalho mais forte é a organização coletiva para à resistência, o que no estágio neoliberal, através da alienação isto tem sido fortemente furtado.

CAPÍTULO 2: O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A DIMENSÃO EDUCATIVA

2.1. Trajetória histórica do Serviço Social e o desenvolvimento da profissão no Brasil

O Serviço Social brasileiro tem como marco de seu surgimento e institucionalização profissional às décadas de 1930 e 1940. Este processo não acontece isoladamente, estão relacionados ao contexto sócio histórico determinante da época.

A história da sociedade é dinâmica, muitas foram suas transformações desde o início dos tempos e, neste contexto, vivencia a mudança que envolve as estruturas sociais para a implementação do sistema capitalista. Neste novo contexto, a população, sobretudo, com ênfase à classe proletariada, é impelida em adotar novas formas de se organizar, criar novos hábitos e formas de sobrevivência.

O processo de intensificação do capitalismo mundial expõe consequências agressivas à sociedade. No Brasil, o capitalismo que se constitui é de caráter periférico e dependente, o que por si só tende a ser mais agressivo, não obstante, que a recente lembrança histórica da realidade particular da nação, no que tange à escravidão.

Este processo marca contundentemente a história brasileira e traz à realidade das vulnerabilidades no cenário capitalista expressões particulares ainda mais latentes. A escravidão, dentro de toda sua complexidade e aspecto sócio-histórico, mesmo que em caráter distinto, não se desvincula da materialização da exploração do homem pelo trabalho, sobretudo, da opressão ao subalterno.

Compreender este cenário e o processo inicial da sociabilidade do capital, sobretudo, em contexto particular às realidades brasileiras, que são demarcadas como capitalismo periférico, faz-se necessário para apreender a complexidade da expressão da questão social na realidade do país, sobretudo, com clareza da materialidade intensificada no cotidiano²² da vida social da classe subalterna²³.

²² “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais ‘insubstancial’ que seja, que vive tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente” (HELLER, 1992, p. 17).

²³ A classe subalterna refere-se à classe trabalhadora, tal qual, na lógica organizativa do capital se coloca na condição de subalternidade que “Diz-se de, ou o que está sob as ordens de outro [...]” (FERREIRA, 2001, p. 647).

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 133).

Os aspectos societários se modificam e reproduzem consequências à classe trabalhadora. Com a intensificação do processo de industrialização mudou-se as estruturas e os espaços societários e, gerou maior concentração populacional em zonas urbanas. Essa nova organização desencadeou ainda mais vulnerabilidades, desigualdades e desproteção a população proletariada²⁴.

As pequenas cidades se complexifica, crescem com a emigração do campo para a cidade. As consequências imediatas da instauração do modo de produção capitalista, impresso na rápida industrialização e urbanização, resultam no acirramento da questão social, que se expressa em fenômenos como a prostituição, o alcoolismo a violência e o suicídio, que, por sua vez, são manifestações da principal contradição do modo de produção capitalista [...]. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

A busca por oportunidades leva um número expressivo de pessoas do campo para as cidades e, esse fenômeno, resulta em consequências severas para a cidade e para os cidadãos que buscam ali uma melhor condição de vida. A pauperização e ausência de salubridade marcam o sofrimento das pessoas que, sem ter outro meio de sobrevivência, seguem caminhos tortuosos e decadentes.

Para aqueles que conseguem oportunidades de trabalho nas cidades, mesmo que à custa de exploração incessante, resta sobreviver e vender sua força de trabalho a um preço mínimo, isso enquanto tiver forças para o trabalho.

A exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, “a moral, religião e a ordem pública”. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 134).

²⁴ “A moderna sociedade burguesa, saída do declínio da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Apenas pôs novas classes, novas condições de opressão, novas configurações de luta, no lugar das antigas. A nossa época, a época da burguesia, distingue-se, contudo, por ter simplificado as oposições de classes. A sociedade toda cinde-se, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que diretamente se enfrenta: burguesia e proletariado” (MARX; ENGELS, 1968, p. 29).

O contexto sócio-histórico brasileiro vivenciado na década de 1930, era característico da formação histórica da sociedade brasileira e as contradições eram inerentes ao próprio sistema, tais quais eram consequências do desenvolvimento da industrialização. As expressões da questão social eram manifestadas das mais diversas formas de desigualdade, considerando, sobretudo, os fatores que potencializavam o processo, bem como, o fator econômico-político.

A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a “questão social” atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela. A igreja a encara segundo os preceitos estabelecidos nas encíclicas papais [...], fonte inspiradora das posições e programas assumidos diante dos “problemas sociais”. Para a igreja, “questão social”, antes de ser econômica-política, é uma *questão moral e religiosa*. (IAMAMOTO, 2013, p. 20-21, grifo da autora).

A questão social até então era vista enquanto um “problema social”, sendo este particular e de responsabilidade dos indivíduos. A questão social não estava associada ao fator econômico-político na análise da problemática, ficando somente refém da visão moral, fator este que trabalha sob a perspectiva da culpabilização.

Estes movimentos e conceitos estavam atrelados ao surgimento do Serviço Social brasileiro, que a priori nasce para responder a estas “problemáticas sociais” através da articulação das instituições: Estado, mercado e Igreja Católica.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico, [...] surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135).

A profissão que nasce no seio da Igreja Católica, como especialização das boas ações religiosas” e com possibilidades de ser mais benéfica à burguesia do que à sua “clientela” de fato, visto que sua perspectiva inicial era de cunho dogmático, doutrinador e conservador. Tinha como luz de suas ações a lógica neotomista²⁵, que

²⁵ “[...] entende-se o movimento de retorno à doutrina de S. Tomás de Aquino, no seio da cultura católica [...]. Esse movimento consiste na defesa de teses filosóficas tomistas contra as diversas tendências da filosofia contemporânea e, indiretamente, na reelaboração e modernização de tais teses” (ABBAGNANO, 2007, p. 711).

entendia que sua contribuição era em ajustar o indivíduo ao meio, à ordem societária do momento.

A perspectiva de ação para o Serviço Social, nesse primeiro momento, é bem delimitada. Restringe-se ao atendimento individual, a partir da concepção de sociedade, que caracteriza o indivíduo em condições estruturais de pobreza, como pessoa fraca, desajustada e incapaz, que precisa de ajuda especial. Adota-se a metodologia de caso, grupo ou comunidade, como formas de implementar a intervenção social, sem objetivar, contudo, uma análise na estrutura social. (OLIVEIRA; CHAVES, 2017, p. 147).

Com uma intervenção de análise superficial, trabalhava na lógica da culpabilização do indivíduo, seguindo a linha de harmonia que o próprio sistema capitalista traz. Buscava-se conciliar os interesses, para tanto, na sociedade do capital não existe conciliação positiva, visto que as possibilidades são determinadamente desiguais.

Um “caso de sucesso” na intervenção do Serviço Social era visto de forma aparente, analisados através de métodos como o caso, grupo e comunidade, não obstante, ocorria a *“individualização dos “casos sociais”*, em detrimento do reconhecimento da situação comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a “clientela” do Serviço Social [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 33, grifo da autora). Ou seja, não se levava em consideração os determinantes sócio-históricos condicionantes das problemáticas no sistema capitalista.

Com o desenvolvimento da sociedade e o agravamento das problemáticas sociais, o contexto era visto como ameaça ao capital, sobretudo, ao Estado, entendendo o mesmo como auto-regulador do sistema. Neste cenário o Serviço Social então, já inserido em seu cotidiano profissional no contexto das vulnerabilidades sociais, é notado pelo Estado como uma possibilidade de trabalhar nas intervenções frente às “problemáticas sociais” em ações governamentais.

Se o Serviço Social surge no seio do movimento católico, o processo de profissionalização e legitimação da profissão encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 1940. A criação dessas grandes instituições tem como pano de fundo um período marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista de Estado e por uma política econômica favorecedora da industrialização. (IAMAMOTO, 2013, p. 35).

O nível de desigualdade é tanto que o Estado vê a necessidade de intervir e evitar que essa crise não fuja ao controle e gere revoltas organizadas, para tanto o Estado contrata o Serviço Social com o intuito de ser apaziguador das “problemáticas sociais” o que justifica a necessidade e apoio na tecnificação e qualificação da profissão, vinculando a criação das escolas de serviço social junto à igreja católica.

No modo de produção capitalista não são dadas as mesmas condições e oportunidades a todos, desta forma não terão todos, as mesmas realidades de vida. Neste contexto o assistente social ainda sem capacidade crítica de análise societária, reproduzia sua intervenção a luz da filosofia dogmática, o que posteriormente é questionado.

A análise da trajetória histórica do Serviço Social aponta, como sugerido anteriormente, para a prevalência de um comportamento essencialmente conservador. Nota-se, a partir dos registros disponíveis, que é apenas no final dos anos 1950 e início da década seguinte que se fazem ouvir as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições que questionam o *status quo*²⁶ e contestam a prática institucional vigente. (IAMAMOTO, 2013, p. 40, grifo da autora).

O Serviço Social inicialmente é vinculado ao Estado para a execução de seu trabalho. As transformações societárias mudam o cenário social e o Estado também sofre suas mutações.

Os agravamentos societários e a intensificação da questão social nas últimas décadas do século passado já tinha um contexto de realidade global e não se distanciava do local. O aumento das vulnerabilidades e o empobrecimento da população trabalhadora começam a trazer novas requisições ao Serviço Social, tais quais sugerem a revisão do fazer profissional, tanto no âmbito técnico-operativo, quanto no âmbito formativo – ideológico, motivando e acirrando o debate e a mobilização política da categoria do Serviço Social.

A Reconceituação só pode ser adequadamente situada sem se considerar que ela se inscreve num processo mais amplo, de caráter mundial. A segunda metade dos anos 1960 marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizará como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais (e, compreensivelmente, dos discursos teóricos ou pseudoteóricos que as legitimavam). No século passado a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como “Serviço Social tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada,

²⁶ “Estado de uma coisa ou de uma situação num determinado momento; designa, geralmente o estado atual das coisas, em sentido neutro: defender o status quo, desafiar o status quo” (LÉXICO, Online).

orienta por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável. (PAULO NETTO, 2005, p. 7).

Nas décadas de 1960 e 1970 a profissão passa por um processo de renovação profissional. Este movimento ocorreu em toda a América Latina, fomentando pautas coletivas. Tendo como enfoque as particularidades de cada país, sobretudo, o contexto vinculado ao estágio do capitalismo mundial e local.

[...] a Reconceituação está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960[...]. Na sua gênese imediata, a Reconceituação foi comandada por uma questão elementar: *qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?* [...]. Neste marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social”, sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político social. Tais indagações minavam as bases tradicionais do Serviço Social. E as primeiras respostas renovadoras permitiram constelar uma *espécie de grande união* contra o tradicionalismo: todos aqueles assistentes sociais que estava convencidos da necessidade de contribuir profissionalmente para as *mudanças sociais* requeridas para superar o quadro do subdesenvolvimento vincularam-se na luta contra o “Serviço Social tradicional”. Foi esta grande união que marcou os primeiros passos da Reconceituação: uma frente profissional que reunia um largo e heterogêneo leque de assistentes sociais (e não só) interessados em promover efetivamente o desenvolvimento econômico e social. (PAULO NETTO, 2005, p. 7).

No Brasil, a mobilização foi com o intento de tomada de posicionamento ideológico crítico, percorrendo sobre os termos da profissão se reatualizar do tradicionalismo, até alcançar, posteriormente, o estágio de busca da ruptura com o conservadorismo profissional para sua laicização.

O movimento inicialmente parte de uma concepção conservadora como se pode contextualizar acima e em seu caminhar foi estimulando as reflexões internas da categoria, no entanto, a profissão vivencia momentos de avanços e de retrocessos no primeiro período do processo de reconceituação, entendendo o contexto histórico autocrata burguês da época que exerceu forte repressão ao Serviço Social progressista por meio da ditadura militar.

O processo de crítica que se iniciou no Brasil, no final dos anos 1950 e início dos 1960 foi interrompido em 1964, com a ditadura do grande capital, havendo repressão ao debate do Serviço Social crítico e progressista que havia se iniciado no início da década. A modernização conservadora exigiu a renovação do Serviço Social para atender as novas demandas colocadas e submetidas à racionalidade burocrática de reformas promovidas pelo Estado a serviço do capital internacional, havendo necessidade de mecanismos impulsionadores e organizadores da reflexão profissional. (BRAVO, 2009, p. 682).

O contexto da época era de lutas e movimentos sociais reivindicativos. Para o Serviço Social o cenário sócio-histórico se apresenta como reflexo da conjuntura, qual impulsiona a categoria em adotar novas formas teóricas e formativas que respondam qualificadamente as demandas apresentadas na época.

Nesta conjuntura de distensão política, a perspectiva modernizadora da profissão de Serviço Social foi questionada e duas outras direções se esboçam: a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A primeira recupera a herança histórica e conservadora da profissão, mas o faz com um verniz de modernidade, tentando fundá-la em matrizes intelectuais de inspiração fenomenológica. A intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional [...], possui crítica ao desempenho profissional e seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos, manifestando, ao contrário das anteriores, a pretensão de romper com a herança do pensamento conservador. (BRAVO, 2009, p. 684-685).

Essa ruptura com o conservadorismo se fazia extremamente necessária, pois muitos profissionais já conseguiam apreender que práticas conservadoras não traziam resultados significativos à classe trabalhadora, apenas resultados fragmentados e paliativos.

[...] no Brasil, os impactos da Reconceituação foram peculiares. [...] no lapso temporal próprio da Reconceituação, 1965-1975, a renovação do Serviço Social brasileiro – com a exceção expressa da experiência de Belo Horizonte – praticamente reduziu-se à incorporação de vetores desenvolvimentistas. Com efeito, o deslocamento do “Serviço Social tradicional” por este viés desenvolvimentistas-modernizante tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial e permitiu a consolidação de um profissional bastante diverso do tradicionalismo. É somente a partir da segunda metade dos anos setenta, quando a ditadura começa a experimentar a sua erosão, que se fazem sentir no Brasil as ressonâncias das tendências que, na Reconceituação, apontavam para uma crítica radical ao tradicionalismo. E esses assistentes sociais investiram fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica. No primeiro deles, em pouco tempo, fortaleceu-se uma articulação nacional que tornou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais um fórum maciço e representativo da categoria profissional, quanto à formação acadêmica, instituiu-se um currículo de âmbito nacional e consolidou-se a pós-graduação (mestrado e doutorado). (PAULO NETTO, 2005, p. 16-17).

O processo de reconceituação para Paulo Netto (2005), passou sobre um processo de renovação, iniciou-se hegemonicamente conservador, inaugurou e legitimou o pluralismo, cobrou a busca pela cientificidade e o distanciamento do senso comum, sobretudo, no último nível já se coloca na busca pela ruptura com o conservadorismo.

Deu-se início ao processo de diálogo aprofundado com as ciências sociais, psicologia e antropologia. Aproximou-se do meio acadêmico e alargou-se a base teórico-metodológica. Saiu de espaços isolados, de intervenção com cunho confessional e distanciou-se da presença da igreja, deixando a concepção humano-abstrato no processo profissional.

Desta forma, fica claro, o processo histórico do Serviço Social brasileiro, observa-se que a profissão atingiu diversos estágios, de diferentes concepções deste percurso, sobretudo, indo ao encontro com o contexto sócio-histórico e a maturidade da profissional de cada tempo determinado. Este caminhar representa a construção que vem moldando a concepção ética e política do Serviço Social no país. Elementos estes que vem contribuindo, desde o movimento para a construção da “identidade²⁷” e a concepção do ser e fazer profissional assistente social.

A construção dessa identidade vem, ao longo do tempo sendo construída e fortalecida, fato que pode ser comprovado nos diversos momentos em que a profissão se reinventou para acompanhar as mudanças na sociedade e em seu próprio bojo com vistas a se qualificar e a aperfeiçoar seu caráter interventivo. “[...] o Movimento de Reconceituação foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas, e a partir de 1971, houve aproximação com a tradição marxista, sem entretanto, uma apropriação rigorosa aos textos de Marx” (BRAVO, 2009, p. 682).

O caráter interventivo da profissão desde o processo de reconceituação toma outra direção, sua capacidade técnica se tornou mais crítica com a valorização e aprofundamento da categoria com a teoria do pensamento crítico-dialético, onde passa a prezar pelas questões inerentes à luta de classe, enfocando na luta pela

²⁷ “As identidades se constroem e se objetivam na práxis, pela mediação das formas sociais de aparecer das profissões. Tais formas sociais expressam as respostas construídas profissionalmente para atender às demandas que incidem em seu campo de ação” (MARTINELLI, 2013, p. 145-146). Desta maneira, é certo compreender que existem identidades diversas em disputa no legado do Serviço Social brasileiro, tais se chocam até os dias atuais, tanto no seio da profissão, como na forma que a sociedade compreende a profissão.

defesa e garantia dos Direitos Humanos e Sociais, através da busca pela equidade e justiça social na sociedade do capital, eminentemente desigual por si só.

Neste decorrer histórico, o Serviço Social brasileiro presencia a crise do capitalismo mundial, qual força a sua reestruturação global, invocando a flexibilização das relações laborativas, sobretudo, a subordinação dos países periféricos aos países de capitalismo central.

Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. (IANNI, 1998, p. 28).

As prerrogativas do mercado, em seu estágio de mundialização do capital, geram o alargamento dos interesses do capital na economia interna e externa, bem como agudiza as expressões da questão social em todo o planeta.

No Brasil estas condições não são diferentes, a condicionalidade de Estado mínimo aos interesses sociais se torna realidade a partir da década de 1990, que

[...] consolida-se no país o projeto neoliberal, ocorrendo a regressão dos direitos sociais e a defesa do mercado e do capital. Há uma investida contra a organização dos trabalhadores e crescem as desigualdades. O projeto neoliberal é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital ocorrida nos países centrais, a partir dos anos de 1970, tendo impacto no Brasil primordialmente na década de 1990. (BRAVO, 2009, p. 695).

A ideologia liberal é reconstruída no cerne da sociabilidade brasileira, passando a ser organizada a partir dos interesses neoliberais. As relações de trabalho e econômica no país se transformam e as contradições se tornam ainda mais aguda, do que nos países de capitalismo central, entendendo que o Brasil é um país de capitalismo periférico, sobretudo, dependente dos países de capitalismo central.

Desta forma, observa-se que

Neste novo momento do desenvolvimento do capital, a inserção dos países “periféricos” na divisão internacional do trabalho carrega as marcas históricas persistentes que presidiram sua formação e desenvolvimento, as quais se atualizam redimensionadas no presente. Essas novas condições históricas metamorfoseiam a *questão social* inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações sociais historicamente produzidas, e impõem o desafio de elucidar o seu significado social presente. (IAMAMOTO, 2010, p. 107).

Os desmandos do capital no estágio neoliberal acarretam na minimização do Estado e dos direitos sociais. Neste contexto, também amplia a atuação social por iniciativas organizadas da sociedade civil. Observa, neste contexto, que a categoria profissional do Serviço Social compreende a necessidade de se capacitar para novas formas interventivas, sobretudo, estratégias de resistência junto ao compromisso que a profissão veio construindo desde o movimento de reconceituação.

A construção de um novo código profissional entra em pauta. O compromisso e ideal-crítico interventivo tornam-se ainda mais real e necessário no cotidiano profissional do(a) assistente social.

No ano de 1993 é aprovada uma nova lei (n.8.862) que dispõe sobre a regulamentação da profissão de assistente social. O código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão foram meios vitais para se consolidar uma perspectiva de transformação social e um projeto ético-político da profissão que tem profundas raízes no movimento de reconceituação do Serviço Social. (FALEIROS, 2005, p. 32).

A maturidade da profissão atinge um nível nunca imaginado, se comparadas o seu início extremamente caritativo-conservador. A busca dos profissionais pela liberdade de atuação, pelo compromisso com a classe trabalhadora, iluminada pela leitura das obras de Marx, encontra nessa década, alicerces firmes para o enfrentamento desse difícil momento histórico, onde o neoliberalismo está alinhado com a realidade brasileira trazendo privatizações e precarização para a sociedade brasileira, mas é característica da profissão, sair fortalecida nos momentos mais críticos da história.

A elaboração do código de 1993 teve duas preocupações centrais, segundo Paiva e Salles (1996, p. 180): ser um instrumento efetivo no processo de amadurecimento político da categoria e um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos desafios da sociedade brasileira, constituindo-se num mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais e de garantia do exercício profissional, fornecendo respaldo jurídico à profissão. (BRAVO, 2009, p. 696).

Pode-se dizer que o projeto ético político é um instrumento ideológico de defesa e resistência frente aos desmandos do capital, sobretudo, em seu contexto neoliberal.

O seu direcionamento político é demarcado ainda mais intensificado frente às vulnerabilidades sociais e às camadas populares. As ações passam a ser direcionadas pela defesa ampla da cidadania, democracia e luta intransigente dos direitos humanos e sociais. O projeto ético-político marca fortemente o compromisso que a categoria deve adotar, para intervir frente à ampliação e consolidação da cidadania, visando garantir direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora.

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida [...]. (PAULO NETTO, 1999, p. 16).

O Serviço Social se posiciona e vem lutando pela garantia e acesso a direitos, buscando através de seu trabalho, predominantemente de caráter interventivo, romper com processos de desigualdade que o sistema vigente gera por sua própria existência.

O profissional assistente social, a partir desta concepção crítica demarcada, deve lutar por um projeto de uma nova ordem societária, sociedade que garanta direitos à classe trabalhadora, por uma sociedade justa e igualitária. Esse é o compromisso profissional ético, político e metodológico da categoria.

A luta do Serviço Social por direitos, trabalho e socialização da riqueza no Brasil, e em todo mundo é, uma luta contra a “economia política da iniquidade” [...] e constitui mediação na luta histórica pela emancipação humana, pois os direitos, na sociabilidade capitalista, se inserem em um processo complexo e contraditório de produção e reprodução das relações econômicas e sociais sob a égide do capital e da mercantilização das relações sociais. [...]. Defendemos a luta pela democracia política e econômica e pela garantia dos direitos como estratégia de ganhos e fortalecimento da classe trabalhadora, e como mediação necessária e inadiável no percurso de construção de uma sociedade emancipada. (CFESS, 2009, p. 1-2).

A luta por uma nova ordem societária que garanta direitos à classe trabalhadora, que se embase na justiça e equidade social são os almejos da categoria

profissional. Essa direção político-crítica se defronta com o projeto social econômico vigente.

[...] é adequado caracterizar o desenvolvimento deste “Serviço Social crítico” no Brasil como herdeiro do *espírito* da Reconceituação: comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualificação acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na pesquisa. (PAULO NETTO, 2005, p. 18).

Entendendo o contexto do Serviço Social brasileiro enquanto uma profissão nova, que recentemente completou oito décadas de história, e, sobretudo, que vivencia apenas três décadas de sua renovação, observa-se o quanto o movimento trouxe avanços à profissão. No entanto, na contemporaneidade percebe a retomada do conservadorismo que “reuniu condições de se fortalecer no contexto [...]” social brasileiro “[...] e se mostra também em processo de reatualização no interior da nossa profissão, quando viu-se, inúmeras manifestações de colegas assistentes sociais nas redes sociais apoiando retrocessos que já foram superados há quase quatro décadas” (CFESS, 2018, Online).

Desta maneira, frente a tantos encontros e desencontros através da luta e disputas de narrativas profissional, sobretudo, a compreensão da profissão na atualidade, considera-se:

[...] como importantes desafios postos à profissão na atualidade:

- Defender de forma radical o Projeto Ético-Político do Serviço Social construído nesses trinta anos e criar condições para a sua materialização no cotidiano. Desta forma, é imprescindível continuar preservando a autonomia do projeto, sem cair na armadilha da sua flexibilização. Como estratégias para o fortalecimento do trabalho profissional no cotidiano, o conjunto CFESS/CRESS, a partir de 2008, tem tido como diretriz a elaboração de parâmetros de ação para as principais áreas de atuação profissional [...]. A proposta desses documentos é fortalecer o exercício profissional com base no projeto ético-político, subsidiando os assistentes sociais de referências teóricas e ético-políticas para a realização das suas competências e atribuições na defesa dos direitos, tendo no horizonte a emancipação humana.
- Continuar no aprofundamento teórico-metodológico como fundamentação na teoria crítica por considerar ser esta matriz a única que oferece elementos para análise e transformação da realidade no enfrentamento das desigualdades sociais. Frente à crise estrutural do capitalismo, a construção de um projeto societário voltado para a emancipação humana, contra-hegemônica aos interesses do capital, é uma necessidade. Desta forma, uma tarefa importante é repensar as condições nacionais concretas para viabilizar o processo de transição. A luta pela garantia dos direitos e pela ampliação da democracia na esfera da economia, da política e da cultura é uma estratégia nesse sentido.

- Articular as lutas institucionais, vividas no cotidiano profissional, com as lutas mais gerais da sociedade em defesa das políticas públicas universais e de responsabilidade do Estado.
- Construir alianças estratégicas com os movimentos sociais na luta pela radicalização da democracia e fortalecimento da participação da classe trabalhadora nos espaços políticos com vistas à socialização da política.
- Aprofundar a articulação entre as entidades da categoria que tem sido fundamental para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social e o seu espraiamento para o meio profissional [...]. (BRAVO, 2009, p. 703-704).

O exercício profissional, assim sendo, continua ter muitos desafios, entretanto, o projeto da profissão, o código de ética, os encontros em seminários, os congressos e as pesquisas cada vez mais qualificadas demonstram que a profissão de Serviço Social definitivamente está “atenada” com a realidade, buscando constantemente a qualificação para prestar aos usuários de seus serviços a oportunidade de acesso aos mais variados direitos. O compromisso da profissão não se limita apenas ao acesso aos direitos, mas também em estar presente nos momentos de lutas e de conquistas do cidadão, seja nos movimentos sociais, seja em reivindicações de categorias e onde for necessária a intervenção em prol dos direitos e da cidadania.

2.2. O espaço sócio-ocupacional do trabalho do assistente social nas políticas públicas

O Serviço Social foi acompanhando as transformações societárias e se institucionalizando profissionalmente em consonância às necessidades de sua intervenção, conseqüentemente, amplia a demanda por sua mão de obra que passa a ser requerida pelos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissão de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades [...]. O Assistente Social aparecerá como uma categoria de assalariados – quadros médios cuja principal instância mandatária será, direta ou indiretamente, o Estado. O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 326-327).

O advento da Constituição Federal promulgada em 1988 traz à cena, a responsabilidade do Estado frente os conflitos sociais gerados pela contradição capital x trabalho, no entanto, ainda em períodos prematuros do avanço no campo social, no início da década de 1990, é incorporado o neoliberalismo no Brasil e, tal contexto, geram flexibilizações, decorrentes das relações econômicas e produtivas.

Este cenário é ilustrado pelo fomento e o aprofundamento das problemáticas sociais decorrentes do enxugamento dos direitos sociais e da responsabilidade do Estado.

[...] a *questão social* e as ameaças dela decorrentes assumem um caráter essencialmente político, cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade. A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre consentimento e rebeldia, o que certamente encontra-se na base da tendência de ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social na última década. É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 341-342).

O caráter flutuante dos direitos sociais ilustra o desmonte do sistema de proteção social nesta sociedade do capital. Observa-se, neste contexto, iniciativas da sociedade civil em maior concentração, com intentos de intervir junto às problemáticas decorrentes das vulnerabilidades sociais.

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um “setor” em detrimento da crise de outro, mas a *alteração de um padrão de resposta à “questão social”* [...], com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a auto-responsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele). (MONTAÑO, 2003, p. 185).

A transferência da responsabilização dos problemas sociais e estruturais do capital à individualidade de pessoas, grupos e comunidades é uma característica do sistema para burlar sua responsabilidade frente à questão.

A crescente de iniciativas civis desde os grupos às instituições sociais está cada vez mais presente no trato do desenvolvimento de ações que se caracterizam

em caráter de urgência consequentemente a ampliação da atuação profissional do assistente social na esfera de Organizações Não-Governamentais²⁸, sem fins lucrativos – ONGs, exigindo da categoria novas formas de capacitação para intervir nestes espaços, de acordo com suas vertentes de trabalho.

[...] já que o Estado tem se distanciado de suas ações e intervenções sociais e a sociedade civil tem assumido, em parte, algumas demandas. O assistente social, inserido nessas entidades, vivencia, no dia a dia, dentre outras coisas, a ampliação das demandas pelos serviços prestados pelas ONGs, assim como a complexificação das dificuldades de atendimento nestas. (ANDRADE, 2016, p. 66).

O Brasil, país de capitalismo periférico e dependente, em seu estágio neoliberal, que prevê um Estado Mínimo às questões sociais, sobretudo, para a classe subalterna, que também não atingiu o nível de Estado de bem-estar social, o pouco que conseguiu se aproximar ainda se apresenta com fragilidades em seu contexto conceitual-operacional.

O Estado terceiriza a responsabilidade à sociedade civil e, nem ao menos lhe dá suporte e condições para o trato da ação que é de sua alçada. Há situações que não existem iniciativas da sociedade, a culpabilização recai sobre os indivíduos, mas não se tem nenhuma interventiva estatal, em outras há a “tendenciosa” fragilização dos serviços estatais para o “estímulo” à privatização das políticas públicas.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais [...]. Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, dentre os quais, os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 197).

Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (OLIVEIRA e SALLES, 1998; BRAVO, 1996; PEREIRA, 1998 *apud* IAMAMOTO, 2010, p. 195-196).

²⁸ “São constituídas sob a forma de associação ou fundação e não distribuem patrimônio auferido mediante o exercício de suas atividades sob qualquer denominação (lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações etc.), aplicando integralmente os recursos na consecução do respectivo objetivo social” (BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Online).

Nesse contexto ocorre à entrega de vários serviços que são de responsabilidade do poder público para a iniciativa privada, o que aprofunda a crise que afeta a sociedade. Esse fator torna paulatinamente a nação em mais uma que aderiu aos modelos de privatizações e mercantilização empobrecendo ainda mais o que resta de serviços oferecidos à sociedade.

Os processos de privatização, mercantilização e as superações de direitos sociais e trabalhistas são expressões dessas expropriações contemporâneas, revelando-se como o principal meio de atualização de reprodução capitalista. Em geral, essas expropriações, além de ser objeto de violências as mais diversas, são também “a matéria-prima” de manipulações ideológicas, assumindo características de práticas modernas com o objetivo de naturalizar os meios de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, de que é exemplo o trabalho por conta própria. O direito à educação, à renda na inatividade e à saúde, por exemplo, transita da esfera dos direitos para a da oferta de serviços privados e mercantis, por vezes considerados complementares ou suplementares aos serviços públicos, como expressão das modernas expropriações que afetam as classes trabalhadoras e subalternas. Sob os auspícios do Estado, o capital – com ao aporte do capital financeiro – expande a capitalização e a mercantilização dos serviços sociais mediante a criação de negócios lucrativos que alteram o acesso de homens e mulheres nessa quadra histórica. (MOTA; TAVARES, 2016, p. 235).

A apreensão acerca dos espaços ocupacionais em que o assistente social ocupa na sociedade contemporânea, de antemão, necessita, ser acrescida da compreensão do mundo do trabalho, qual em sua totalidade vêm vivenciando grandes ressignificações, e, tais metamorfoses rebatem direta e indiretamente na forma como o Serviço Social se insere nesta sociedade.

Neste contexto, vale pensar os espaços ocupacionais que o assistente social ocupa, sobretudo, a forma como a sociedade está posta, o que interfere diretamente no seu fazer profissional frente à luta de classe, entendendo, que estes espaços estão relacionados com os processos sociais historicamente determinados pela dinâmica de acumulação e de relações do poder, bem como às respostas interventivas da categoria na sociabilidade.

[...] a diretriz a ser resgatada, e que me parece cara ao debate sobre os espaços ocupacionais, é o fato de que eles contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresariado e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras, todos eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas. (IAMAMOTO, 2009, p. 344).

As políticas públicas e os direitos sociais são fatos concretos no presente devido grandes movimentos e processos de resistência popular. Essas conquistas, fruto da tensão entre classe, sobretudo, entre interesses econômicos, se materializam na história enquanto recursos estratégicos de conciliação e forma “amenizadora” das repercussões populares nas estruturas do capital. Refletindo ao capital como forte estratégia para equilibrar a acumulação de riquezas.

Mesmo que de forma contraditória, é neste contexto de disputa de interesses que resulta os direitos sociais e políticas públicas. Este recurso é uma das principais ferramentas que o Serviço Social tem em seu trabalho. Desta forma, vale atrelar os espaços ocupacionais com as políticas públicas brasileiras, entendendo que o profissional assistente social, independente do espaço de intervenção, é incumbido da utilização de políticas públicas, enquanto ferramenta de trabalho para a efetivação de direitos nesta sociedade desigual.

Ao propor refletir sobre o trabalho do assistente social nas políticas públicas é necessário compreender o contexto societário em que estas estão inseridas. O Estado, no contexto neoliberal, exerce função essencial para efetivação das relações dominantes. Para compreender as características entorno da questão é necessário tomar como ponto de início a luta de classes e a real função do Estado.

Destarte, pensar a operacionalização e implantação das políticas sociais, na lógica capitalista de Estado Mínimo é compreender que esta serve majoritariamente enquanto ferramenta de controle social e benéfica aos interesses burgueses, de forma direta e/ou indiretamente.

A política pública é apresentada enquanto arena interdisciplinar que comporta ações do governo, tendo o Estado como seu provedor. O Serviço Social se coloca enquanto um dos agentes na sua mediação e operacionalização a partir de diferentes lócus de intervenção profissional.

[...] como parte de uma estratégia dos setores dominantes no enfrentamento da questão social e objetivada a partir de cada especialização sociotécnica do trabalho. O serviço social se profissionaliza, assim, na mediação de certos conflitos e tensões sócio-institucionais no âmbito das políticas sociais e da assistência. Essa compreensão do terreno de atuação profissional permitiu nos reconhecer e ponderar não só o seu alcance na esfera da reprodução social como suas origens e o nível de entrelaçamento da sua prática aos contornos tomados pelo Estado Brasileiro. (ALMEIDA, 1996, p. 27).

A profissão se insere no espaço de execução da política pública e vivencia o terreno de conflito e disputas, no entanto, vale dizer que a luta da categoria deve ser para que os limites institucionais do trabalho coletivo nas políticas públicas não tornem o trabalho dos agentes envolvidos reducionista.

Assim como esses serviços tem sua justificativa histórica na desigualdade estrutural que permeia a sociedade de classes, têm, também, seus limites dados pelo próprio regime de produção, que devido à sua natureza, permite, no máximo, a redução da exploração e não sua eliminação. A política social que orienta o aparato burocrático-legal que implementa os serviços sociais é estabelecida e controlada pelo poder do Estado, existindo, prioritariamente, para assegurar as condições básicas indispensáveis ao domínio do capital no conjunto da sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 111).

Desta forma, compreende-se que a política pública se representa enquanto campo de intervenção do trabalho profissional do assistente social e, espaço para a mediação determinante do fazer profissional frente à ferramenta de garantia de direitos, e a manutenção à seguridade social, sobretudo, de forma antagônica, representa-se enquanto espaço de disputa da burguesia no controle da sociedade pelo Estado.

[...] a atividade do profissional do Assistente Social, como tantas outras profissões, está submetida a um conjunto de determinações sociais inerentes ao trabalho na sociedade capitalista, quais sejam: *o trabalho assalariado, o controle da força de trabalho e a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das entidades empregadoras*. (COSTA, 2006, p. 306, grifo da autora).

Neste contexto, se reconhece a tendência imposta aos profissionais de reducionismo de suas atribuições profissionais. A racionalidade generalizada do capital cria suas estratégias para exercer o controle social em toda a esfera societária, a própria setorialização nas políticas públicas é uma realidade que afirma esse fato de controle institucionalizado do trabalho coletivo.

O trabalho do assistente social integra processos de trabalho coletivos em unidades públicas e privadas que implementam diretamente, gerenciam, articulam, controlam e acionam os serviços sociais em consonância com as políticas públicas. Compreender os desafios e as particularidades do trabalho profissional na contemporaneidade requer a apreensão de como as esferas pública e privada se relacionam hoje na conformação dos vetores que orientam as políticas públicas. E também identificar como as diferentes unidades do Poder Executivo e do Poder Judiciário se articulam para desenvolver e assegurar o desenvolvimento das práticas de proteção social no âmbito do Estado, da família e das instituições da sociedade civil. Além de

verificar como as tendências e fenômenos hoje presentes no campo da política social, como a descentralização, a intersetorialidade, o controle social democrático e a territorialidade, determinam novas racionalidades na organização dos processos de trabalho coletivos e potencializam ou obstaculizam as competências e atribuições profissionais dos assistentes sociais. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 145-146).

Visto o quão fértil é o trabalho de base, aqui mencionando o trabalho do assistente social juntamente com as demais profissões que comungam de seus princípios e integram o trabalho coletivo nas políticas públicas, é necessário potencializar cada vez mais a estratégia de desmobilizar, fragmentar e incorporar conceitos que, como foi supracitado, recorrendo em Gramsci (1991), o Estado maquie e cria de forma sutil, mecanismos para que os trabalhadores, subordinados a sua hierarquia institucional, se perca em seus próprios ideais políticos, incorporando-os a necessidade da racionalidade política.

[...] determina então a possível impotência do assistente social para dominar a globalidade do trabalho que executa e o seu significado social no processo de dominação burguesa. E, dessa possível alienação adviria aquela realização social dos interesses burgueses que motivam a própria contratação do assistente social. (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 117).

Cabe a reflexão sobre à quem de fato o assistente social está servindo juntamente às políticas públicas. O campo está posto e este é o espaço e a ferramenta que o assistente social tem, de executar, de forma mais próxima possível o acesso aos direitos nesta sociedade, no entanto, não se pode deixar de ter esse entendimento crítico, e o exercício constante para não se deixar fazer “racionalizar” frente à estratégia neoliberal de Estado.

[...] vale enfatizar que a profissão opera com matéria que possui um conteúdo fortemente político e que sua ação também deve se fazer referência nos parâmetros ético-políticos coletivamente construídos, na direção de contribuir na construção de uma sociedade na qual se supere a questão social como matéria de trabalho, porque também a sociedade que se estrutura sobre a existência de classes sociais antagônicas terá sido superada. (GRANEMANN, 1999, p.166).

2.3. As dimensões do Trabalho do assistente social: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político

O Serviço Social é, como outras áreas do saber, uma profissão que tem na materialização de seu trabalho o viés interventivo no cotidiano da vida social. Suas ações contribuem para a transformação de contextos e realidades com os indivíduos na sociabilidade do capital.

O fazer profissional do assistente social, deve, desta maneira, ser pautado na direção do Projeto Ético-Político vigente, qual legitima social e institucionalmente o Serviço Social brasileiro contemporâneo, bem como, delimita os aspectos que devem ser cimentados no cotidiano do profissional assistente social, tais quais, se chocam com o projeto econômico-societário vigente.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (PAULO NETTO, 1999, p. 95).

Para a atuação do assistente social na realidade, é necessária a capacidade de se transitar por três dimensões, tais quais, em sua diversidade, articulam-se e se complementam no cotidiano da atuação profissional.

[...] o exercício profissional se constitui em uma totalidade, formada pelas três dimensões, a saber: **teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa**, que mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 27, grifo nosso).

A partir das dimensões presentes no Serviço Social é que o profissional pode materializar o trabalho profissional e torná-lo ainda mais sólido, sobretudo, o institucionalizando de acordo com as prerrogativas do Projeto Ético-Político da categoria na sociabilidade brasileira contemporânea.

A atuação que não se faz, a partir destas mediações, é materializada de forma acrítica e a-histórica, ignorando todo o movimento que o Serviço Social brasileiro tem percorrido e as exigências do projeto profissional, entendendo que a sua ação

acontece na sociedade de classe, de interesses dominantes e contraditórios, as quais exigem da categoria o aprofundamento e a maturidade intelectual para a articulação destas dimensões para apreender a realidade e posicionar-se em suas respostas interventivas na sociedade, tendo seus limites e possibilidades de acordo com esses processos.

Parte-se do pressuposto de que o exercício profissional do assistente social, recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade de diversas dimensões que se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si. Tais dimensões, em razão da diversidade que as caracteriza, constituem-se “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, caracterizam-se como unidade de elementos diversos, que conforma a riqueza e amplitude que caracteriza historicamente o modo de ser da profissão, que se realiza no cotidiano. (GUERRA, 2017, p. 49).

O assistente social, decorrente de seu compromisso ético-profissional, deve conhecer e aplicar estas dimensões, deixando claro o direcionamento das mesmas na aplicação da práxis²⁹ profissional.

As três dimensões, complementadas entre si, possibilitam que “[...] a dimensão **técnico-operativa** se constitua na “forma de aparecer” da profissão, na dimensão “pela qual a profissão é conhecida e reconhecida. Ela é o “modo de ser” da profissão, o modo como aparece [...]” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 27).

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um ethos profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas. (GUERRA, 2017, p. 52).

O fazer profissional, desta maneira, é determinado pela dimensão técnico-operativa, dimensão esta que está vinculada à apropriação do assistente social ao

²⁹ “A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo [...]. A sugestão é feita no contexto de uma divisão das ciências ou do conhecimento; de acordo com a qual há três tipos básicos (o “produtivo”), que se distinguem pela finalidade ou objetivo: para o conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa, e, para o conhecimento prático, a própria ação” (BOTTOMORE, 2001, p. 292).

conjunto de técnicas e habilidades que proporcionará o desenvolvimento da ação profissional no cotidiano das relações sociais.

Com essa concepção sobre a dimensão técnico-operativa, vale ressaltar que até mesmo o que se denomina de instrumental técnico-operativo ultrapassa as técnicas e os instrumentos; ele incluiria o conjunto das ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando à consecução de uma determinada finalidade, bem como a avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos da ação. Aí se encontram, portanto, estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, ética, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais. Reduzir a dimensão técnico-operativa ao instrumental técnico-operativo significa, portanto reduzi-la a um estatuto meramente formal, compatível com os ditames da racionalidade burguesa. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 30).

O que proporciona o caráter instrumental ao Serviço Social é o viés eminentemente interventivo da profissão, viés este que está presente em qualquer espaço ocupacional na divisão social do trabalho na sociabilidade capitalista.

Desta maneira, compreende-se que,

Pela forma de inserção sócio profissional na divisão social e técnica do trabalho, o espaço reservado ao Serviço Social, como um ramo de especialização do trabalho coletivo, é o de dar respostas, buscar prontamente soluções à pluralidade de questões que lhes são colocadas, para o que necessita de fundamentos teórico-metodológicos, conhecimentos e saberes interventivos, habilidades técnico-profissionais, procedimentos teórico-metodológicos e de uma perspectiva ética com clara orientação estratégica. É a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, sua localização na estrutura sócio ocupacional e a sua funcionalidade na sociedade burguesa, construída no espaço de mediação entre classes e Estado, que atribui à intervenção um caráter político. (GUERRA, 2017, p. 51).

O assistente social vivencia as relações de opressão e dominação em sua vivência profissional, não somente pelos usuários de seus serviços, mas também pela sua condição de trabalhador na divisão social do trabalho na sociabilidade do capital.

Desta maneira, entendendo as relações de força, qual o assistente social está inserido, as ações do profissional devem ser adequadas às competências técnicas visando atingir seus objetivos junto aos usuários de seus serviços, porém exige-o muita habilidade estratégica para ser propositivo frente às condições que o capitalismo impõe ao campo social, contrastes estes inerentes da tensão entre capital x trabalho nesta sociabilidade.

Não somente suas limitações, mas os desafios para o seu fortalecimento. Na dimensão técnico-operativa que o assistente social materializa, através de sua intervenção, sua intencionalidade de ação.

Estar, sobretudo, norteador pelo código de ética profissional contemporâneo, qual propõe que o profissional tenha posicionamento político, notoriamente contrário a ser um profissional neutro, destarte que corrobore com as questões societárias tragas pela condição da sociabilidade do capital a fim de superá-las. Elementos estes ideológicos, de caráter objetivo e subjetivo.

Neste entendimento, a intervenção profissional do assistente social, na contemporaneidade brasileira, se apresenta a partir da direção político-ideológica clara, posição essa contra hegemonia do capital, na luta por uma sociedade democrática, mais justa e igualitária. Pode-se dizer que não se alcançou a social democracia, o que se vivencia é os lapsos da democracia burguesa, seletiva.

Expressado através da dimensão **ético-política** o compromisso da categoria frente à constante reflexão e leitura crítica de realidade sobre a sociabilidade do capital, sobretudo, a tomada de posicionamento frente à sua intencionalidade, “Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama” (YAZBEK, 2014, p. 681), entendendo que não há neutralidade no trabalho do Serviço Social, o compromisso ideológico é fortemente demarcado.

[...] o assistente social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a sua direção da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais [...], e que assumem claramente uma postura de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade. (SOUSA, 2008, p. 121).

A clareza de sua direção é o caminho profícuo para cimentar o seu fazer profissional, e esta concepção perpassa a natureza ética que o Serviço Social adota, construindo historicamente seus posicionamentos coletivos que, organizados, vem construindo o arcabouço teórico e legislativo do Serviço Social brasileiro.

Segundo Barroco (2009), a ética:

[...] se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; pode ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro. Embora momentânea, pode se estabelecer entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social. (BARROCO, 2009, p, 167).

Nesta perspectiva, compreende-se que a ética pode atender questões da sociedade, tendo a possibilidade de ter sua visão voltada ao interesse da perspectiva que lhe direcionar. No entanto, observa-se que a ética busca corroborar com o contexto cotidiano das organizações e possibilidades junto aos indivíduos, para atingirem suas consciências.

Como acontecem os fatos e em quais circunstâncias, sendo na perspectiva ética, os fenômenos que justificam as leis, as normas, as regras, que vão intervir nas relações humanas.

A dimensão ética da profissão está fundada na liberdade concebida historicamente como possibilidades de escolhas dentre alternativas concretas, evidenciando compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Em sua dimensão política, o projeto se posiciona pela socialização da participação, pela universalização tanto ao acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais quanto da riqueza socialmente produzida. (BATTINI, 2001, p. 2).

Nesta dimensão, o projeto ético-político fica ainda mais evidenciado, apontando nitidamente o seu compromisso de intervir nas relações sociais e suas necessidades, entendendo, sobretudo, o grande fator gerador dos problemas societários nesta sociabilidade, principalmente as agudizações da contemporaneidade.

Esse é o terreno que atualiza a luta por direitos, fundamental em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias. Um projeto democrático se constrói no jogo dos poderes e contra-poderes, na receptividade às diferenças, na transparência das decisões, com publicização e controle constantes dos atos de poder e na afirmação da sabedoria popular. Os assistentes sociais também são seus protagonistas sem abrir mão da crítica e do controle social do Estado. Este é terreno em que um projeto ético-político profissional comprometido com a universalização dos direitos pode enraizar-se e expandir-se. (IAMAMOTO, 2006, p. 165-166).

O compromisso ético-político determina o posicionamento da profissão, entendendo que a atuação do assistente social se materializa a partir das questões contraditórias da sociabilidade do capital, tendo que mediar os interesses de classe.

A luta da categoria por direitos na sociabilidade do capital, sobretudo, a resistência frente ao desmonte da proteção social conquistada, ações presentes na ofensiva do neoliberalismo, são pautas materializadas da busca de uma sociabilidade mais justa, sobretudo, processos estes de ruptura que visam a superação desta sociabilidade que não prevalece a igualdade e liberdade.

O direcionamento e posicionamento que o assistente social adota, a partir de seu compromisso ético, na concretude do trabalho profissional estão estritamente ligados à dimensão **teórico-metodológica**, qual fornece ao profissional o acesso constante ao conhecimento aprofundado.

A profissão que, desde seu processo de renovação, aproxima-se da teoria social crítica de Karl Marx vem alimentando-se constantemente desta vertente teórica para a produção do conhecimento interno e particular ao Serviço Social, bem como, para o desnudamento das realidades interventivas.

Dessa maneira, é importante ressaltar que,

[...] o conhecimento é aproximativo, a teoria não é algo que se “encaixe” na prática, nem pode servir de modelo, até mesmo porque, se ela é uma reprodução do objeto pelo pensamento, ao se conhecer determinados objetos de realidade social, o processo de conhecimento – que é sempre aproximativo e provisório – deve ser retomado e revisado. Todavia, a teoria pode ter um caráter prospectivo, pode antecipar uma prática. Nesse caso, ela apresentará as determinações dessa prática, as leis que permitiram tal antecipação. (SANTOS, 2006, p. 124-125).

Desta forma, a dimensão teórico-metodológica, proporciona ao profissional a leitura crítica dos processos sociais, a devida apreensão sobre o significado social da profissão e sua intervenção perante os paradigmas que adotou na história, sobretudo, a concepção da sociabilidade do capital.

Assim, “[...] entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias [...]” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 28).

É a partir desta dimensão que a práxis é norteada, auxiliando os profissionais na forma como devem intervir na realidade a partir da análise do concreto³⁰vivido.

Implica, portanto, pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção possa se constituir em finalidade real, objetiva. [...]. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 28).

Essa experiência fornece subsídios para a atuação profissional, que não se prende a aparência que está na superfície, assim sendo, através das práxis, o profissional consegue direcionamento propositivo de sua ação.

Por meio da superação da percepção da aparência que o profissional consegue atingir a essência para a compreensão da sua realidade interventiva. O processo de conhecimento e intervenção é necessário para a construção fortalecida do caráter teórico-metodológico.

O assistente social consegue identificar caminhos para sua intervenção e ser propositivo através de suas ações, as quais influenciam em mudanças na realidade social dos sujeitos envolvidos em suas ações. É na relação dialética da práxis que as dimensões se relacionam e complementam.

O Assistente Social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência, o que significa entender que o particular é parte da totalidade. Assim, cabe exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética. Essa é a condição — o requisito imprescindível — do seu trabalho profissional. (GUERRA, 2007, p. 6).

A capacidade de captar tais sinais, conforme sinaliza Guerra (2007), é fator decisivo para intervir na realidade dos usuários dos serviços em que o profissional

³⁰ Considerando que o cotidiano em sua totalidade deve ser apreendido através do pensamento crítico, respeitando os elementos conectados aos fatores sócio-históricas e econômicas, entendendo o movimento dialético ali inerente.

“No trato prático utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo ‘em situação’ cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade” (KOSIK, 1976, p. 10).

Desta maneira compreende-se que analisar o cotidiano em sua concreticidade exige processos de abstrações para atingir a essência dos fatos e coisas, utilizando, sobretudo, a mediação através do saber científico.

executa, tendo o claro cuidado em entender as suas múltiplas determinações, as muitas formas em que os sujeitos são afetados pelas expressões da questão social.

A dimensão técnico-operativa acontece a partir da intencionalidade da ação profissional, qual tem seu caráter eminentemente ideológico, estando demarcada pela dimensão ético-política qual, por sua vez, se ancora nos fundamentos teóricos metodológicos da profissão.

As três dimensões são essenciais e devem ser articuladamente desempenhadas para o melhor desempenho do trabalho profissional do assistente social. A partir desta compreensão, caracteriza-se a Dimensão Educativa, enquanto parte inerente ao Serviço Social, e característica fundamental no processo dinâmico das dimensões anteriormente descritas. Ela se materializada na conexão das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica no fazer profissional do assistente social possibilitando de forma concreta o alicerce das ações do profissional de Serviço Social em seu trabalho.

2.4. A dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social

[...] educar para a cidadania seria o mesmo que formar pessoas como autênticos sujeitos da história e, deste modo, como indivíduos cada vez mais livres. (TONET, 2005, p. 481).

2.4.1. A dimensão educativa do Serviço Social

O Serviço Social, desde seu surgimento carrega o cunho educativo em seu fazer profissional. A dimensão educativa no Serviço Social vem desta maneira, exercendo impactos junto à população atendida, de acordo com o contexto histórico e o compromisso ético que a profissão vai atingindo.

O assistente social é, neste sentido um intelectual³¹ que contribui, junto com outros inúmeros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído; é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas [...]. (IAMAMOTTO, 2013, p. 69).

³¹ “É com a ação do intelectual e do “partido” que pode difundir-se a “consciência de classe”, transformando-se a “classe em si” em “classe para si”, constitui-se uma “ideologia” do proletariado, definirem-se os objetivos e meios para a luta de classes” (MANTAÑO E DURIGUETO, 2010, p. 112).

A inserção do Serviço Social brasileiro na divisão social e técnica do trabalho, como uma especialização do trabalho coletivo, se situa na mediação das relações sociais capitalistas, desenvolvendo ações junto às populações ao meio do agravamento das problemáticas decorrentes à contradição capital X trabalho. À medida que intensificam os conflitos sociais entre as classes, o Estado amplia o seu caráter de mediador aos interesses opostos, contudo, favorece a classe dominante assumindo ao controle social³². O Serviço Social, diante desse contexto contraditório, se desenvolve através de uma prática educativa voltada à ajuda, com enfoque estritamente psicossocial, individualizado e moralizador.

Conforme aponta Abreu (2011),

A prática profissional inscreve-se nesses processos a partir da mediação do sistema de controle social em que se situam as práticas assistenciais, considerando, sobretudo, o agravamento da questão social e as exigências postas pelo novo padrão produtivo e de trabalho; vincula-se, pois, à necessidade histórica de imprimir às referidas práticas um cunho “educativo”, “ressocializador”, mediante inculcação de um novo código de conduta individual, familiar e política do trabalhador e sua família, adequado às necessidades da produção e da reprodução social. (ABREU, 2011, p. 39-40).

O projeto profissional conservador da época coincide com o avanço dos ideários da hegemonia burguesa em sua fase ditatorial, ainda se embasando para sua intervenção na perspectiva da pedagogia da “ajuda”. Tal qual, está umbilicalmente atrelada ao projeto ideológico inicial da profissão, que era de interesse do capital. O mesmo era voltado ao particular, culpabilizando e responsabilizando o indivíduo pelos processos em qual vivenciava. Direta e indiretamente, esta vertente era favorável aos interesses do capital, sobretudo, no que se refere ao equilíbrio do “caos” social.

³² “A expressão ‘controle social’ tem origem na sociologia. De forma geral é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinado a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados [...]. Na teoria política, o significado de ‘controle social’ é ambíguo, podendo ser concebido em sentidos diferentes a partir de diferentes concepções de Estado e de sociedade civil distintas. Tanto é empregado para designar o controle do Estado sobre a sociedade quanto para designar o controle da sociedade (ou de setores organizados na sociedade) sobre as ações do Estado [...].” na perspectiva de compreensão “[...] a burguesia tem no Estado, enquanto órgão de dominação de classe por excelência, o aparato privilegiado no exercício do controle social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988 *apud* CORREIRA, Online).

A intervenção social, desta maneira, era embasada na perspectiva metodológica do Serviço Social de caso, grupo e comunidade³³, referenciada aos pensamentos de Mary Richmond.

As formulações de Mary Richmond, em Diagnóstico Social (1950), revelam elementos substanciais da função pedagógica do assistente social vinculada às estratégias de reforma moral e reintegração social, na medida em que o referido estudo centra-se no aperfeiçoamento de procedimentos e instrumentos pedagógicos [...] utilizados no processo de elaboração do diagnóstico sobre a situação social e a personalidade do indivíduo considerando necessitado, condição básica para a intervenção – desenvolvimento do processo de “ajuda” psicossocial individualizada, em sentido estrito. (ABREU, 2011, p. 87).

Apesar da proposta conservadora de Mary Richmond, vale ressaltar que os instrumentos e os métodos utilizados pela profissional demonstraram certo avanço no quesito conhecimento, pois dá a profissão um teor de tecnificação profissional, distanciando-se da perspectiva neotomista e caminha para um outro patamar, um processo de cientificidade.

O processo de cientificidade da profissão emerge com grande força política na América Latina, porém o Serviço Social brasileiro tem seus horizontes contidos,

³³ “As teorias de caso, grupo e comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da integração do homem ao meio social. A influência norte-americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade [...], como técnicas e campos de intervenção profissional. O Serviço Social de caso [...] orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Potter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente” (ANDRADE, 2008, p. 280).

“As bases do Serviço Social de Grupo estão intimamente ligados aos movimentos da auto-ajuda e, somente em 1936, é fundada a Associação Americana para seu estudo. O enfoque “terapêutico” e disciplinador dado ao trabalho desenvolvido junto a grupos facilita o processo de integração-adaptação, porque ele contém o comportamento do homem inadequado, desequilibrado, sem, no entanto, rever questões sociais mais profundas. Neste sentido, o problema está no homem, não na sociedade” (ANDRADE, 2008, p. 283).

“A organização de comunidade, posteriormente chamada de Desenvolvimento de Comunidade, também apresenta características semelhantes à dos dois processos anteriormente descritos. Objetivava o ajustamento social do indivíduo, ao mesmo tempo em que realizava um trabalho assistencial. Durante a década de 1950 e início da década de 1960, o Serviço Social incorpora a política desenvolvimentista no ensino. Essa política enfatizava a aceleração econômica, incentivada pela industrialização e modernização capitaneada dos Estados Unidos. Ao Serviço Social caberá contribuir para o aprimoramento do ser humano, mesmo que o país convivesse com a existência de setores subdesenvolvidos. O DC foi uma estratégia lançada para garantir a prosperidade, o progresso social e a hegemonia ideológica americana (capitalismo), cuja política visava preservar o mundo livre de ideologias não democráticas. Partindo do pressuposto de que as populações pobres têm maior receptividade ao comunismo julgava ser preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista. Daí, a busca de estratégias, como a implementação de DC” (ANDRADE, 2008, p. 283-284).

embora a perspectiva crítica ainda fosse aquém ao ideário hegemônico profissional. A ditadura militar traz à profissão um período de grandes dificuldades no campo da luta por direitos e liberdade teórica.

No contexto histórico da reconceitualização do Serviço social, avança-se no ideário frente à perspectiva educativa do Serviço Social, notando-se neste período a tendência da intervenção pedagógica para a participação, cujo direcionamento era do desenvolvimento comunitário.

[...] o projeto desenvolvimentista do governo brasileiro à época viabiliza a inscrição da **participação** – até então, elemento inerente aos processos de ajuda – como esfera programática das políticas sociais, tendo em vista a chamada integração social aos programas de desenvolvimento. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 598).

O lócus ideal para propostas de criação, entretanto, ainda nesse momento histórico e com a bagagem teórica ampliada não eram suficientes para garantir que a atuação do profissional tivesse grande alcance, no sentido valorizar o papel do cidadão na construção das políticas que favorecessem a classe trabalhadora. Ainda havia na prática profissional a naturalização num viés psicologizante da vida social

Tais redefinições não significaram rompimento com a perspectiva histórica, nem com a base conservadora de explicação da questão social, que sustentam o Serviço Social em sua formulação denominada tradicional. Mas a reafirmam, aperfeiçoando-a, refinando o cunho tecnicista positivista³⁴ da intervenção profissional, consubstanciado na tendência à naturalização da vida social e no seu corolário, a psicologização das relações sociais, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, apontam elementos para a superação. Assim, por um lado, identifico a noção de que a instância da comunidade como a tônica da intervenção não significou superação do enfoque individualista psicologista e conservador da prática. A categoria comunidade constitui um dos elementos centrais do pensamento conservador [...]. (ABREU, 2011, p. 111).

Ainda focalizada e reducionista, a perspectiva educativa do Serviço Social neste contexto histórico se fazia aquém da perspectiva crítica e/ou prática revolucionária. Teve seus avanços, mas ainda os apresentava em contextos contraditórios.

³⁴ “[...] é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Como Romantismo em ciência, o P. acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial da sociedade moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo” (ABBAGNANO, 2007, p. 776).

O enfoque à comunidade ainda retratava o caráter da ajuda, onde as práticas educativas exerciam características manipuladoras, como forma de “responsabilizar” as instâncias sobre a necessidade do bem-estar-social. Essas estratégias de intervenção educativa reforçam, sobretudo, o caráter acrítico do Serviço Social até a década de 1970.

Nos anos de 1980, a cena nacional era de grandes mobilizações sociais e o contexto profissional caminhava para a construção de seu projeto ético-político, tendo como um dos seus enfoques, o olhar diferenciado ao sentido da participação, considerando necessária a aproximação da categoria profissional aos movimentos sociais, sobretudo, o fomento da organização política interna da profissão, entendendo, portanto, o Serviço Social enquanto parte integrante do processo de trabalho no capital.

Na década de 1990, em meio à ofensiva do capital, pela lógica neoliberal no país, o Serviço Social sofre em decorrência das condições econômicas e sociais criadas para o enfrentamento da ordem do capitalismo mundial, a grande tendência do Estado Mínimo aos interesses sociais.

O campo interventivo junto à proteção social³⁵ no país tem seu caráter reconfigurado, e neste mesmo período a profissão que passava pelo processo de renovação conceitual, se aproximava à teoria social crítica de Karl Marx, amparada pelos últimos códigos de ética profissional (1986 e 1993), aspectos estes, que contribuíram para a construção do Projeto Ético Político do Serviço Social contemporâneo, contribuindo para a categoria analisar, sobretudo, o período em que vivenciava com maior criticidade, devolvendo em suas ações, respostas interventivas, com cunho diferenciado dos que até então.

O Serviço Social, desta maneira, rompe com o conservadorismo e adota estratégias de resistência e enfrentamento a hegemonia neoliberal, sendo a função pedagógica um viés frutífero no seu cotidiano profissional para a organização popular, e a busca de processos emancipatórios da população alvo de seus serviços, visto que,

³⁵ “A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. Seu campo de ação não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força viva de trabalho humano. As atenções que produz constituem respostas a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal porque próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores, mais, ou menos, igualitários da sociedade para com seus cidadãos” (SPOSATI, 2013, p. 652).

Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação³⁶, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as idéias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas reacionárias. Elas apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor não só exteriormente pela política, mas também em outros planos muito mais profundos. (ADORNO, 1995, p. 142).

Nesta sociedade, onde se vivencia a “falsa democracia”, a da não voz política aos indivíduos, do poder de fala seletivo, que continua reproduzindo às suas ações o caráter coercitivo e “silenciador” em detrimento do protetivo, tendo a alienação como um de seus eixos centrais, a emancipação dos sujeitos ainda é uma característica distante da realidade.

Sob este contexto societário que as práticas pedagógicas no bojo do Serviço Social contemporâneo assumem o caráter revolucionário, vez que tem como alvo e objetivação de seus processos, a emancipação humana.

[...] no bojo da crise profissional que se configurou a partir da negação das bases conservadoras do Serviço Social, e se caracteriza pelo vínculo profissional à perspectiva histórica das classes subalternas e à sua luta pela construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo. Os elementos constitutivos desta pedagogia viriam das experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) daquele momento, que, enraizadas nas práticas cotidianas das camadas populares, politizavam-nas e encorajavam-nas à auto-organização, realizando uma formação política através do debate crítico sobre as contradições sociais em meio a um processo de luta por melhorias de condições de vida e de contestação à ordem estabelecida. (DURIGUETTO; BALDI, 2012, p. 196).

Não somente a profissão de Serviço Social se transforma, mas a própria sociedade passa por efervescências, assim a profissão, em seu trabalho no contexto educativo passa a trabalhar de forma exponencial em:

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca converter-se, articulando-se com as forças emergentes da

³⁶ “[...] Marx afirma que assim como a **emancipação política** tem como fundamento um ato de trabalho – o trabalho assalariado – a **emancipação humana** tem como seu fundamento outra forma de trabalho, o trabalho associado. Este se caracteriza por ser uma forma de trabalho livre, consciente, coletiva e universal. E, por sua natureza, elimina, pela raiz, toda forma de exploração e opressão do homem pelo homem, possibilitando a todos os indivíduos serem plenamente livres e realizarem, da forma mais ampla possível, as suas potencialidades” (TONET, 2015, p. 282, grifo nosso).

sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso, a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular. (SAVIANI, 2003, p. 65).

O enfoque desta perspectiva não só potencializa o compromisso que o Serviço Social adere com seu Projeto Ético-Político vigente se caracterizando enquanto classe revolucionária no que tange aos ideários neoliberalista, mas também, enquanto intelectual que intervém na base e tem o potencial de fomentar o pensamento crítico democrático, enquanto parte inerente deste processo.

Em outras palavras, as estratégias e mecanismos de politização das relações sociais no processo de intervenção consciente das classes subalternas no movimento histórico impulsionam a reconstrução da solidariedade e da colaboração no interior das referidas classes, como elementos de unidade das mesmas e de força na relação com o Estado e com as classes detentoras do capital, supondo a construção de processos de mobilização, capacitação e organização de classes. Esses elementos são, assim, no mesmo movimento, condição e tradução dos vetores mencionados. Deste modo, a solidariedade e a colaboração intraclasses subalternas, bem como a mobilização, a capacitação e a organização das mesmas classes apresentam-se como elementos constitutivos de um novo princípio educativo – base de uma pedagogia emancipatória – na medida que, em condições históricas determinadas, contribuem para subverter a maneira de pensar e agir, isto é, a ordem intelectual moral estabelecida pelo capital, e plasmam novas subjetividades e condutas coletivas indicativas de uma nova cultura. (ABREU, 2011, p. 134-135).

Se, na prática que o ser humano deve materializar seu conhecimento, os profissionais de Serviço Social, o faz assumindo seu papel dentro da luta de classes, visto que o intento de seu Projeto Ético-Político prevê a luta por uma sociedade livre e emancipada.

O ser humano é motor revolucionário da transformação histórica de uma sociedade, ou seja, ele constrói sua história, fazendo-a não em processos friamente calculados, mas sim, em decorrência circunstanciada da própria condição vivida. Neste contexto, a profissão, que vem historicamente intervindo na realidade do capital e se maturando criticamente, pode ter o potencial crítico de contribuir no processo de emancipação política e humana nesta sociabilidade.

Desse modo, o processo de construção de uma pedagogia emancipatória, que reflete as contradições e os desafios postos nas lutas sociais das classes subalternas, afirma-se entre duas direções, nem sempre excludentes, quais sejam, entre o horizonte da cultura do “bem-estar” e o da superação da ordem capitalista e construção de nova e superior cultura. Os desdobramentos

desses processos na configuração da mobilização social e organização no âmbito das práticas educativas em Serviço Social [...]. (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 601).

Há de se compreender que existem dentro da categoria, elementos de disputa por narrativas sob a dimensão educativa, entendendo que a concepção da perspectiva pedagógica do profissional pode contribuir para a negação da sociabilidade e a luta por condições de melhora em sua subsistência, que consequentemente contribuirá para a organização política da base e a superação da sociedade excludente do capital, vez, a mesma pode servir de manutenção da ordem do capital na difusão do compromisso ético político, reafirmando práticas de “bem-estar” acríticas e reducionistas.

Desta forma, o caráter educativo do Serviço Social, em consonância com o projeto ético-político profissional, pode

[...] contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social. (LIMA, 2006, p. 137).

Essa percepção se materializa no cotidiano do fazer profissional do assistente social. As suas ações de caráter propositivo e criativo, em todos os estágios da gestão de seu trabalho e/ou institucional estão perpassadas pela forma como vê e compreende o mundo, sobretudo, a qual concepção de caráter pedagógico do Serviço Social tem em sua ideologia.

Sabe-se que todas estas vertentes pedagógicas do Serviço Social, que vieram se acrescentando e evoluindo no decorrer do contexto histórico e seu nível de maturação, se fazem presentes no contexto contemporâneo, muitas vezes indo de encontro com o projeto Ético-Político profissional da categoria. Essa contradição existente representa a ideologia em disputa no cenário atual capitalista, sobretudo, do profissional.

Neste contexto, de crise do capitalismo em meio a sua ofensiva neoliberal, de retorno da avalanche conservadora e sua doutrinação, é necessário ter fortemente claro que, em relação às práticas educativas para a emancipação,

[...] o conhecimento do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares, pois o processo educativo se desenvolve em um mundo historicamente determinado e em situações concretas. É preciso conhecer, pelo menos em linhas gerais, o processo histórico humano e especialmente a realidade do mundo atual (capitalista), a lógica do capital que o preside e a natureza da crise em que está mergulhado o mundo, hoje. Afinal, a educação é uma parte dessa totalidade complexa que é o conjunto da sociabilidade. Sociabilidade que, por sua vez, tem no trabalho o seu fundamento. Deste modo, é absolutamente necessário que as articulações com esse mundo sejam compreendidas para que a dimensão educativa não seja vista de modo isolado. (TONET, 2005, p. 481).

Destarte, é fundamental ter a clareza do caráter pedagógico do trabalho profissional do assistente social, entendendo que este faz parte da natureza de sua existência na sociabilidade, sobretudo, sua perspectiva contemporânea, enquanto forma de materializar os pressupostos do Projeto Ético-Político vigente e elementos profícuos para a disseminação da luta e resistência junto à base.

2.4.2 Educação Não-Formal: luz à perspectiva crítica

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: Educações? (BRANDÃO, 2007, p. 9).

A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, sobretudo, à capitalista, que tem como estratégia condicionar o ser humano aos seus interesses, lhe fazendo aquém aos contextos totalitários, peculiares desta sociedade desigual. No entanto, entende-se como processos educativos aqueles além dos moldes formais³⁷ da educação.

A educação existe onde não há escola e por toda a parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criado a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. (BRANDÃO, 2007, p. 13).

³⁷ “Em princípios podemos caracterizar a educação formal como aquelas desenvolvidas nas escolas, com conteúdos previamente demarcados [...]. Na educação formal sabemos que os educadores são fundamentalmente os professores, embora as ações de todos(as) os(as) profissionais que atuam na escola tem caráter educativo por seu sentido e significado” (GOHN, 2010, p. 16-17).

As relações educativas demonstram grande relevância na vida humana e sua sociabilidade, segundo Gohn (2014, p. 36), “[...] o conhecimento é uma ferramenta para orientar a existência e conduzir a humanidade na História. Para que se leve adiante a História, qualquer espécie de vida humana necessita de conhecimento [...]”.

O enfoque à educação não-formal - ENF contribui para o alargamento da compreensão das relações sociais, sobretudo, os processos educativos inerentes aos processos sociais, dentre eles, os participativos (GOHN, 2014, p. 35).

Mas afinal, do que se trata esta modalidade? “O termo *educação não-formal* vem sendo utilizado para designar os processos de ensino e aprendizagem que se realizam à margem do sistema educativo formal” (CENDALES; MARIÑO, 2006, p. 1, grifo do autor).

Nesse sentido, movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos praticam educação não-formal quando estimulam os grupos sociais a refletirem sobre as suas próprias condições de vida, os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea. Muitas práticas educativas não-formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas. (DHNET, Online).

Observa-se que a ENF vem contribuindo com a sociabilidade dos indivíduos frente às suas condições de existência, desta forma, sua relevância no contexto desigual do sistema capitalista é inquestionável.

O enfoque aqui destacado são os processos educativos de cunho críticos-reflexivos e, para tanto, ativos.

No caso da educação não-formal, que se faz no contexto da educação popular, sua intenção é potencializar as capacidades materiais, institucionais, organizativas e culturais das pessoas e dos grupos com os quais o trabalho é realizado. Assim, proporciona novas formas de relação, espaços nos quais seja possível vivenciar a participação, a democracia, a solidariedade; questiona estilos de exercer a autoridade e a liderança social, contrários aos valores anteriores e, ainda, apoia a construção e o fortalecimento de experiências e iniciativas voltadas para a reivindicação das demandas sociais, culturais e econômicas, bem como a participação na tomada de decisões. (CENDALES; MARIÑO, 2006, p. 14).

Nota-se que a ENF exerce cunho de socialização, bem como estimula a consciência coletiva, sobretudo, à de classe, com os sujeitos envolvidos. Esta função educativa se afirma enquanto ato político.

Considerar a dimensão política no processo de ENF é, sobretudo, compreender que ela se faz consubstanciada de intencionalidade.

[...] a educação não formal tem campo próprio, tem intencionalidades, seu eixo deve ser formar para a cidadania e emancipação social dos indivíduos [...]. A educação não formal é um campo que vem se consolidando desde as últimas décadas do século XX e a explicação para este fato advém das mudanças e transformações ocorridas na sociedade neste período, especialmente com a globalização (GOHN, 2010, p. 33-34).

O seu caráter político é fortemente demarcado para a superação das relações antagônicas no contexto capitalista. Partindo de ideais frente aos contextos vividos, porém ainda não alcançados. Seu posicionamento é ideológico, visto que não existe a neutralidade³⁸ em suas intervenções.

Prática esta que através dos grupos envolvidos “[...] trabalha e forma sua cultura política [...] (este é um dos grandes destaques da educação não formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento e fortalecimento do grupo [...]” (GOHN, 2010, p. 20), sendo assim, um grande instrumento metodológico para a construção da contra-hegemonia neoliberal, contexto este que visa tornar o indivíduo isolado dos demais e pouco participante da vida coletiva, social e política de seu país e seu momento histórico.

Seus objetivos não são dados a priori, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e as necessidades dos que participam. A construção de relações sociais baseadas em princípios de igualdade e justiça social. A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta da educação não formal. Ela prepara formando e produzindo saberes nos cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo etc. (GOHN, 2010, p. 19).

A ordem econômico-política dita processos de dominação na sociedade, tais quais não são restritos a um somente espaço, eles estão presentes se reproduzindo em todos os espaços societários, tais quais: mídia, religião, escola, dentre outros.

³⁸ “[...] essa coisa impossível, acinzentada e insossa que é a neutralidade. Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “Lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação [...]” (FREIRE, 2005, p. 126).

Pensar em práticas educativas que visem à igualdade, a justiça social em oposição à barbárie, é, sobretudo, pensar neste processo enquanto práticas pedagógicas contra hegemônicas, que contribuem e correspondem aos ideários da luta de classes.

Via a forma e espaços onde se desenvolvem suas práticas, a exemplo de um conselho ou a participação em uma luta social, contra discriminações. Por exemplo, a favor das diferenças culturais etc. Resumidamente podemos enumerar os objetivos da educação não formal como sendo:

Educação para cidadania que incorpora

- a) Educação para justiça social
- b) Educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais etc.)
- c) Educação para Liberdade
- d) Educação para igualdade e diversidade cultural;
- e) Educação para democracia;
- f) Educação contra toda e qualquer forma de discriminação;
- g) Educação pelo exercício da cultura e para a manifestação das diferenças culturais. (GOHN, 2010, p. 39-40).

Todos os preceitos da ENF vão ao encontro com os objetivos contra liberais, buscando uma sociedade justa, livre, para tanto igualitária na sua diversidade cultural, entendendo que a figura que se representa enquanto educador não formal faz parte deste processo. A ENF deve ser compreendida enquanto movimento dinâmico a partir das necessidades da base e jamais impostas como o sistema formal.

As experiências educativas não-formais estão sendo aperfeiçoadas conforme o contexto histórico e a realidade em que estão inseridas. Resultados mais recentes têm sido as alternativas para o avanço da democracia, a ampliação da participação política e popular e o processo de qualificação dos grupos sociais e comunidades para intervir na definição de políticas democráticas e cidadãos. O empoderamento dos grupos sociais exige conhecimento experimentado sobre os mecanismos e instrumentos de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos. (DHNET, Online).

Acredita-se que essas iniciativas, compõem, de forma consistente, os movimentos de base, já se caracterizando enquanto práticas reformistas e revolucionárias.

2.4.3 Educação Popular: a perspectiva não-escolar

A origem da Educação Popular³⁹ – EP é legitimamente brasileira e teve como seu contexto de surgimento o cenário sócio histórico do país nas décadas de 1930-1960, estimulados posteriormente pelo método Paulo Freire⁴⁰.

Com a transição do capitalismo interno para o modelo monopolista, observa-se na nação a crescente dos movimentos de expressão popular desempenhando diversas práticas de cunho educativo.

[...] por outro lado o debate acerca de uma identidade cultural e a busca pela democratização da cultura permitiram a emergência de um movimento popular que posteriormente possibilitou a presença das expressões de cultura e de educação popular [...]. (MACHADO, 2012, p. 156).

Contextualizar a EP, seu significado e sua representatividade no Estado capitalista brasileiro, faz-se necessário, para a devida compreensão de sua relevância junto ao campo das lutas sociais, sobretudo, a compreensão do campo popular⁴¹ de intervenção. Afinal a EP:

É um paradigma teórico que surge no calor das lutas populares. Trata de codificar e decodificar os temas geradores dessas lutas, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz à indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do afro-americano, do analfabeto e do trabalhador industrial. (GADOTTI; TORRES, 2003, p. 14).

A EP se compromete com os mais pobres e sua emancipação. Volta-se ao oprimido entendendo o contexto cultural e educacional do sistema vigente, uma vez

³⁹ Para aprofundamento ver: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318).

⁴⁰ “O Método Paulo Freire é a aplicabilidade de ensino que tem por base a instrução enquanto um processo de dupla via, ou seja, educador e educando são responsáveis por tal cada qual desempenhando o que lhe é inerente. O educador despido de modelos arcaicos que em nada colaboram e ao contrário tendem a manter a hegemonia de poucos e o educando que deve estar disposto a sorver o conhecimento que lhe é transmitido – conhecimento este que agrega reflexão e traz consigo o ato de pensar acerca da realidade fazendo com que o educando repense sua situação e saia da zona de oprimido” (FREIRE, 1978 *apud* PLÁCIDO; SOUZA, 2017, p. 2).

⁴¹ “O “popular” da Educação seriam aquelas massas populares economicamente desfavorecidas que, por conta das condições de miséria econômica da sociedade desigual em que vivem, são excluídas dos programas de Educação instituídos pelo ensino formal. Massas que têm as suas existências marginalizadas, oprimidas que são pela condição material de vida em que estão imersas. Em sua maioria, o popular da Educação constitui uma grande quantidade de adultos sem escolarização ou semi-escolarizados, que ocupam uma posição desprivilegiada na garantia de condições” (SCOCUGLIA, 1999, p. 64).

que o sistema público no Estado neoliberal é instrumento do ideário burguês, enquanto recurso para massa de manobra.

O trabalho de base com enfoque na educação contra hegemônica é um dos princípios da EP, despertando a consciência dos indivíduos e grupos, quais, pelos meios “formais” de conhecimento, são impossibilitados de acessar os reais processos sociais de forma totalitária.

Ao fazermos esta afirmação, não queremos dizer que os oprimidos, neste caso, não se saibam oprimidos. O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. “Re conhecer-se” a este nível, contrários ao outro, não significa ainda lutar pela superação da contradição. (FREIRE, 1987, p. 18).

A consciência da própria condição frente à opressão é o primeiro estágio proposto pela EP, porém este não é o caráter revolucionário do processo educativo, visto que não basta o sujeito avançar em seu processo individual, ascendendo nos moldes econômicos não compreendendo de forma totalitária o processo societário, e, deixando de responder no cotidiano de sua vida como tal.

Raros são os camponeses que, ao serem “promovidos” a capatazes, não se tornam mais duros opressores de seus antigos companheiros do que o patrão mesmo. Poder-se-ia dizer – e com razão – que isto se deve ao fato de que a situação concreta, vigente, de opressão, não foi transformada. (FREIRE, 1987, p. 18).

É, através do processo de conscientização crítica que surge a necessidade para a superação do “silêncio” imposto pelo opressor ao oprimido, através das manobras para o não alcance dos processos sociais totalitários. A consciência, só pode então fazer sentido, quando materializada na ação crítica do cotidiano da vida social.

A EP tem caráter problematizador e é esta mesma característica que a capacita para reconhecer quais os caminhos críticos existentes para o estímulo da consciência. Para tanto, torna-se necessário ações que dialoguem com as problematizações da realidade em caráter reflexivo. É na materialização da vida social que as práticas educativas para a consciência ganham sentido.

Desta maneira, a EP é compreendida enquanto práxis social⁴², tal qual, está fortemente materializada nos grupos populares, sendo determinada por sua perspectiva histórica, reflexiva e para tanto ativa (PINI, 2012), não sendo desconectada entre o saber e a devida intervenção na realidade.

A conscientização é um compromisso histórico [...], implica que os homens assumam seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece [...], está baseada na relação consciência-mundo. (FREIRE, 1980, p. 26).

Este processo de se reconhecer enquanto sujeito acontece na consequência da “leitura de mundo” adotada. Esta, na perspectiva da EP é um dos elementos fundamentais para a decodificação dos processos sociais e para o fortalecimento do sujeito em seu processo de desvelamento crítico das relações sociais totalitárias.

O seu fortalecimento é o processo, objetivo da EP, de ação contra hegemônica. Tem sua dimensão política fortemente enunciada, não há neutralidade nas ações educativas de cunho popular. No entanto, este processo se faz a partir do caráter dialógico entre os sujeitos.

[...] proponho uma pedagogia crítico-dialógica, uma pedagogia da pergunta [...] qual se destaca apreensão crítica do conhecimento significativo por meio da relação dialógica. [...] que estimula [...] perguntar, a criticar, a criar, onde se propõe a construção do conhecimento coletivo, articulando o saber popular e o saber crítico, científico, mediados pelas experiências do mundo. (FREIRE, 2005, p. 83).

O caráter valorativo do mundo e das experiências que cada sujeito carrega é fundamental para a construção do conhecimento coletivo. Pensar em uma prática propositiva, contra hegemônica é, sobretudo, romper com os paradigmas do capital no que tange a não valorização do popular, do não-científico, do diferente.

⁴² “[...] na práxis social, o objeto é o próprio homem como ente envolvido na sociedade. A ação exercida já não produz diretamente, mas desencadeia um processo incisivo sobre a consciência dos indivíduos, buscando direcionar suas decisões, seus atos, sua conduta. Para tanto, a atividade social atua mediada pelas objetivações que fazem parte da experiência sócio-histórica: conhecimentos, saberes, valores. À proporção que estes conteúdos elaborados socialmente são apropriados pela consciência e incorporados à conduta prática dos indivíduos é que as finalidades que estavam no início se objetivam. A objetivação, neste caso, é mediada pelas decisões dos homens que sofrem a ação, razão por que seus resultados não podem alcançar o grau de univocidade comparecente na ação do homem sobre a natureza. Por isto, afirmar que o trabalho educativo produz algo nos indivíduos não é adequado, inclusive porque esta formulação abre o flanco para as críticas interessadas do irracionalismo – muito presente na teoria educacional contemporânea – no tocante ao tema da relação entre sujeito e objeto da atividade educativa” (MACÁRIO, 2009, p. 431).

Faz-se necessário, enquanto prática pedagógica construir com o outro e não para o outro, conforme Scocuglia (1999, p. 46), se deve ter a “compreensão de que os processos educativos são sempre sociais, nunca individuais. Educador e educandos se humanizam juntos (caráter dialógico)”.

Desse modo, o diálogo não é instrumento pedagógico, mas princípio de uma Educação Popular que reconhece a construção coletiva como aquela que possibilita a humanização dos sujeitos e convive com o conflito não para negar o outro, mas para reconhecer suas contribuições no processo de transformação individual e social. (PIN, 2012, p. 6).

Reconhecer o conhecimento enquanto produto socialmente construído é base fundamental na EP. O sujeito individual, a partir da concepção de sujeitos coletivos em suas dinâmicas de relações interdependentes, tem a possibilidade de conhecer o processo societário a partir da condição vivida e suas realidades com a relação social determinada.

Neste século 21, a Educação Popular é compreendida como o regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, e seu reconhecimento é urgente para a ampliação e a concretização dos direitos. Ganha centralidade, pois ela retoma sua direção ao pleno desenvolvimento humano, respeitando, reconhecendo os grupos socialmente excluídos e, com eles, reassumindo a luta histórica por um projeto emancipador anticapitalista [...]. Os contextos da Educação Popular ampliam-se como forma de enfrentamento ao modo de produção capitalista, tendo em vista, que a estrutura social vigente é promotora da desigualdade, violência, individualismo e barbárie. (PINI, 2012, p. 3-4).

Em um país cujo sistema por si só determina as relações, oportunidades desiguais, contribuir para a existência de vulnerabilidades e desigualdade a EP é uma ferramenta fértil para a construção de uma nova camada societária, camada está de base, com consciência, sobretudo, no fortalecimento da luta para a superação deste modelo, que vem há séculos interditando a sociedade com seus desmandos.

Os profissionais, sobretudo, os que eminentemente são engajados nas lutas sociais e populares tem um papel de grande relevância neste contexto, visto que,

O papel do trabalhador social se desenvolve num domínio mais amplo, no qual a mudança é um dos aspectos. O trabalhador social atua, com outros, na estrutura social [...]. Daí que não possa ser o trabalhador social, como educador que é, um técnico friamente neutro. Silenciar sua opção, escondê-la no emaranhado de suas técnicas ou disfarçá-la com a proclamação de sua neutralidade não significa na verdade ser neutro mas, ao contrário, trabalhar pela preservação do “status quo”. (FREIRE, 1981, p. 32).

Os trabalhadores sociais, por intervirem nas estruturas sociais demandadas pelo contexto do capital devem ser claros de seu posicionamento ético-político, sobretudo, posicionar-se e atuar em direção a este compromisso, como sabiamente contribui Freire, na citação acima. Não existe neutralidade, quando se procura escondê-la, a posição ideológica está sendo tomada, contribuir para a “preservação do “status quo”, no que tange à hegemonia do capital.

Seria, porém uma ilusão pensar que o trabalhador social, numa linha como esta, pudesse agir livremente, como se os grupos dominantes não estivessem necessariamente despertos para a defesa de seus interesses. Em função deste é que são admitidas certas mudanças, de caráter obviamente reformistas e, mesmo assim, com a devida cautela. Daí a necessidade que tem o trabalhador social de conhecer a realidade em que atua, o sistema de forças que enfrenta, para conhecer também seu “viável histórico”. Em outras palavras, para conhecer o que pode ser feito, em um momento dado, pois que se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer. Isto significa ter uma compreensão clara das relações entre tática e estratégia, nem sempre, infelizmente, seriamente consideradas. (FREIRE, 1981, p. 34).

Se opor ao sistema opressor e sua ofensiva junto à população oprimida é uma tarefa que exige cautela nas ações, sobretudo, que exige do profissional, criatividade para ser propositivo e desta forma ativo. Fato que requer a construção detalhada de possibilidades para a atuação e desempenho de ações para o fortalecimento da cidadania e do conhecimento dos direitos.

2.4.4 A dimensão pedagógica do trabalho do assistente social: a educação não-formal na perspectiva da educação popular

Retoma-se a compreensão conjuntural contemporânea a partir das determinações do trabalho na sociabilidade capitalista. Observava-se que os novos cenários têm exigido do profissional um olhar ainda mais crítico da realidade social. As mudanças societárias vêm afetando o mundo e estabelecendo novas mediações⁴³

⁴³ “É uma categoria central da DIALÉTICA. Em um sentido literal, refere-se ao estabelecimento de conexões por meio de algum intermediário [...]” (BOTTOMORE, 2001, p. 263).

Conforme contemplado por Pontes (1995), “[...] a categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto a reflexiva. É ontológica porque “é uma categoria objetiva, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito” intelectual, porque a razão, para ultrapassar

entre as classes e apontando para o Serviço Social novas formas de respostas às expressões da questão social, influenciando diretamente no trabalho profissional do assistente social. Nesse cenário, o Serviço Social necessita de capacidade para decifrar a realidade e criar estratégias de intervenção, assim, podendo intervir de forma criativa e propositiva junto aos contextos sociais determinados.

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como condição para que possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e discutir alternativas de ação [...]. (IAMAMOTO, 2013, p. 20).

Desta forma, para refletir e compreender aspectos que envolvam o trabalho profissional do assistente social na contemporaneidade faz-se necessário remeter-se ao entendimento sobre a necessidade da constante análise de conjuntura⁴⁴ na perspectiva crítica, bem como, do trabalho desempenhado.

As questões apresentadas no contexto de ofensiva neoliberal vêm acarretando, várias expressões da questão social, ainda mais aguçadas na sociedade capitalista, onde a barbárie vem atingindo sua plenitude, seja pela exploração do trabalhador, seja pelo abandono absoluto de outros que estão à margem do sistema produtivo, circunstância esta de grande crescente no contexto contemporâneo.

[...] Marx compreende radicalmente que o *trabalhador produz a riqueza e vive na miséria*, saltando às suas concepções teórico-filosóficas a dialética da riqueza e miséria do trabalho, pois a *valorização do mundo das coisas é*,

o plano da imediatez (aparência), em busca da essência, tem que construir intelectivamente mediações, para reconstruir o próprio movimento do objeto” (LUKACS, 1979, *apud* PONTES, 1995, p. 67).

⁴⁴ “A análise da conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse. Nesse sentido não há análise de conjuntura neutra, desinteressada: ela pode ser objetiva, mas estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos. A análise da conjuntura é não somente parte da arte da política como é em si mesma um ato político. Faz análise política quem faz política, mesmo sem saber. Mas a análise da conjuntura é uma tarefa complexa, difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e das informações” (SOUZA, 2014, p. 7-8).

simultaneamente, a desvalorização do mundo do homem. (MARX, 1844 apud LARA, 2016, p. 215, grifo do autor).

A sociedade vai se dividindo pelo caráter econômico, enquanto um grupo vive com muitos privilégios, outro é fadado a viver caminhos obscuros, sem perspectivas e opções, na ótica que lhes é imposta. Para tanto, o assistente social vem lutando cotidianamente para que essas contradições sejam superadas, deixem de ser somente leis, direitos engavetados, utopia para quem se vê extremamente subalternizado e excluído.

Contextualizar o modelo econômico neoliberalista vigente se faz extremamente importante para a devida compreensão das contradições que ele reproduz por sua organização. A sociedade brasileira convive cotidianamente em um Estado minimalista aos aspectos sociais, que comunga e caminha em razão dos interesses da burguesia, regredindo gradativamente no que diz respeito à garantia e efetivação de direitos e a democracia recentemente conquistada.

Entendendo o contexto capitalista, mínimo aos aspectos sociais, sabe-se ainda que a lógica e ideologia de poder do país é que a sociedade seja cada vez mais alienada, não questionadora de seus direitos.

Neste contexto, onde “A alienação, no MPC⁴⁵, é um elemento que passa a caracterizar a vida cotidiana e, portanto, a consciência ali desenvolvida” (MONTANÕ; DURIGUETO, 2010, p. 102), entendendo que ela faz parte da estratégia dominante do sistema, ter clareza da fertilidade que o caráter pedagógico representa para se alcançar os pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, é iniciar a caminhada em busca de desvendar horizontes com a população e aguçar a análise crítica, colaborando com a construção social coletiva e ativa.

Desta forma, a atuação do assistente social junto à base, em grande parcela, por meio das políticas públicas, faz do profissional um educador, visto que este é um profissional que intervém nas demandas sociais causadas pela contradição do capital,

⁴⁵ “Marx diz que mais importante do que o que produz a humanidade num certo momento é como a humanidade se organiza para executar essa produção. Em outras palavras, para se compreender o conceito de modo de produção é preciso considerar esse aspecto central: as relações específicas que são postas em movimento pelos humanos numa dada sociedade, com a intenção de produzir e reproduzir sua vida material. Essas relações sociais de produção correspondem a um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, determinam seu próprio desenvolvimento. Essas relações sociais de produção também estão ligadas a outras estruturas, que derivam dela e mantêm entre si interações recíprocas nos períodos de reprodução. A reprodução é possibilitada, por sua vez, exatamente por essa interação das estruturas, ainda que a econômica exerça sempre a determinação em última instância” (BARROS, Online, p. 5-6).

tendo como norteammento político e ideológico de sua luta interventiva a contra hegemonia burguesa.

Para Gramsci, as relações pedagógicas não se reduzem às relações escolares, pois “cada relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”. (Gramsci, 1978a: 46), estando essas relações inscritas na luta de classe pela hegemonia na sociedade. (IAMAMOTO, 2010, p. 317).

As relações de luta e disputa por espaços e narrativas em que o assistente social se insere, através de seu posicionamento ético-político, o torna um profissional que, por meio da concepção de educação não-formal, na vertente da educação popular, tem, juntamente com outros profissionais do campo social, grande potencial no trabalho de base, na construção da consciência coletiva e assim o início de um processo de emancipação política e humana⁴⁶ dos cidadãos.

O trabalho do assistente social está inserido na luta pela ampliação de direitos e pela ascensão política da classe subalterna na busca de sua emancipação. Suas ações interventivas, de caráter pedagógico, são profícuas para a construção social crítica da comunidade, entendendo que a

[...] função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. (ABREU, 2011, p. 17).

Quando se fala no caráter pedagógico do trabalho profissional do assistente social, fala-se, sobretudo, da relação entre o profissional e os usuários de seus serviços. Desta maneira, a sua intervenção se caracteriza enquanto práxis que intervém na realidade social, que esta é embasada na perspectiva crítica, ideológica e histórica, não havendo neutralidade na ação profissional do assistente social.

⁴⁶ “A emancipação política remete, portanto, ao conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma “liberdade” e uma “igualdade” formais dos cidadãos – a liberdade e a igualdade perante a lei, portanto, meramente jurídica. Desta forma, ela sem dúvida representa conquistas importantes no progresso de direitos e igualdades (formais) humanos, mas realiza-se no interior da ordem social comandada pelo capital, portanto *manutenção* de um sistema estruturalmente desigual. Emancipação política não é incompatível com o MPC [...]. A *emancipação humana* [...] exige a eliminação de toda forma de *desigualdade, dominação e exploração*, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir, ela ocorre, portanto na *necessária superação da ordem do capital* [...]. Assim, se a “emancipação política” é compatível com a ordem burguesa, a “emancipação humana” supõe sua superação” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 130-131).

A proposição de sua intervenção, através das aproximações sucessivas no cotidiano da vida social é despertar a consciência de classe junto à base, considerando neste processo a transformação da “classe em si” para a “classe para si”⁴⁷, e, desta forma, proporcionar contínuas mudanças no campo de sua intervenção, entendendo-se enquanto sujeito deste processo.

Deter o conhecimento crítico da realidade e seus direitos faz com que indivíduos se posicionem na recusa da injustiça e iniquidade social, potencializando a importância da participação ativa e democrática nas demandas da sociedade. **“Considerando** a dimensão do projeto ético-político do Serviço Social que sinaliza a importância de disseminar uma cultura crítica dos direitos humanos, diferenciando-a da abordagem liberal-burguesa” (CFESS, 2006, Grifo do autor), o assistente social, detentor de uma abordagem ideológica histórico-crítica, permeia seu posicionamento às demandas sociais. Prezando pela participação social, o profissional de Serviço Social vem lutar pela democracia.

Pode-se apontar que a defesa e a luta intransigente pela efetivação dos direitos humanos, pressuposto do Projeto Ético-Político, diante não já determina seu caráter pedagógico, pois só se garante um direito via conhecimento. Uma luta sem conhecimento é fadada ao fracasso.

Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade. Essa concepção exige, por um lado, o rompimento com a lógica tradicional dos processos socioassistenciais por ser ela calcada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais às demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social [...]. (MIOTO, 2009, p. 501).

⁴⁷ “A “classe em si” é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracteriza uma unidade de interesses comum em oposição aos outros? Não representa necessariamente um momento “imaturo” da formação das classes, mas uma dimensão da sua constituição e da análise social. “Classe em si” remete à mera existência de uma classe [...]. A “classe para si” caracteriza outra dimensão possível da constituição e da análise de classe. Conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes. Pode-se verificar um momento histórico que Marx observou a passagem da “classe em si” para a “classe para si” no contexto em que, entre 1830 e 1848, a classe trabalhadora se torna sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo ao capital, e organizado para as lutas de classe” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 97).

A lógica da lei deveria garantir os direitos sociais que foram perpetrados, entretanto, isso não ocorre. Vários percalços econômicos e políticos afetam sua verdadeira efetivação, e, ainda, o fato de vivenciar uma sociedade competitiva e individualista que torna a concretude de benesses sociais ainda mais remota.

É neste contexto, com essa visão de sociedade, de homem e mundo que o Serviço Social se insere, em uma sociedade onde a equidade e a justiça social não são universais a todos. Uma sociedade marcada pela exclusão, pela desagregação, pela intolerância, onde o que prevalece é acumulação, o consumo e em condição a isso à discriminação e o preconceito com o “desigual”.

Refletir e almejar uma sociedade justa e igualitária, como é o que busca a categoria profissional do assistente social, exige permear pela reflexão em totalidade do contexto social que circunda as relações, para tanto, ter uma atuação na perspectiva crítica, na recusa da ofensiva neoliberal e a busca da superação desta ordem societária.

Assim, vale voltar à compreensão no tempo. Compreender o compromisso profissional e para qual realidade o profissional assistente social vem intervir, assim compreender que os aspectos da educação não-formal na vertente da educação popular dialogam na perspectiva da função pedagógica do Serviço Social, que primordialmente nasce e se alicerça profissionalmente para intervir na realidade social.

CAPÍTULO 3: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A INICIATIVA DA SOCIEDADE CÍVIL ORGANIZADA - OSC

Para refletir sobre a Política de Assistência Social brasileira é essencial refletir sobre a história da assistência enquanto prática social. Importante destacar que em qualquer civilização ou parte do mundo, existiram práticas de assistência às pessoas que estivessem vivenciando algum processo de vulnerabilidade.

As ações solidárias de ajuda ao próximo existem nas diversas sociedades, suas práticas de bondade sempre foram direcionadas as pessoas incapazes, pobres, doentes, viajantes, dentre outros, que se caracterizavam enquanto pessoas mais frágeis, tais quais necessitavam de ajuda alheia.

“No intuito de conformar as práticas de ajuda e apoio aos aflitos, grupos filantrópicos e religiosos começaram a se organizar, dando origem às instituições de caridade” (SPOSATI et al. 2008, p. 40).

As ações acontecem neste percurso inicial de forma benevolente, onde a sociedade e o Estado entendem que a responsabilidade do sucesso é questão de meritocracia⁴⁸, desta forma, se o sujeito está em situação de vulnerabilidade esta responsabilidade é inteiramente sua, quando não, entendem ser por fatalidades isoladas.

Entendendo que “[...] os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes” (SPOSATI et al, 2008, p. 47). Compreensão esta que se intensifica com o passar do tempo, apresentando, sobretudo, ainda mais as lacunas vulneráveis a partir do avanço do sistema capitalista.

A desigualdade que é gerada pelo sistema de dominação econômica atinge sua era industrial. O capitalismo por sua vez, tendia a crescer sem limites e fronteiras, e a classe proletariada passa a sentir as transformações de forma mais intensificada, muitos recolocados em trabalhos informais, outros já desempregados, necessitavam de amparo. Nesse período histórico, o Estado não tinha a responsabilidade de cuidar das pessoas em situação de vulnerabilidade. Vivia-se sob a tendência da culpabilização do indivíduo e omissão do Estado, que por sua natureza, estava cuidando dos interesses da classe burguesa.

⁴⁸ “Retomando Dubet [...], ele nos alerta sobre os limites do princípio da igualdade, demonstrando que a chamada “igualdade de oportunidades” permitiu apenas alguma mobilidade social. Quanto ao conceito de mérito, é preciso diferenciá-lo de meritocracia, sendo este visto como um sistema supostamente apoiado no mérito, mas sem considerar as desigualdades preestabelecidas, de ordem objetiva, nas sociedades liberais e de mercado. Assim, a justiça escolar baseada somente na meritocracia, de cunho liberal, encontra grandes dificuldades para se efetivar” (DUBET, 2004, p. 541-544 *apud* MARCATO; CONTI, 2017, p. 69).

Neste contexto, observa-se a presença ainda mais contundente das iniciativas cristãs, sobretudo, às da igreja católica, no trato às causas socialmente emergenciais, onde “[...] a forte influência do Cristianismo, através da doutrina da fraternidade, incentivou a prática assistencial com a difusão das contrarias que apoiavam as viúvas, os órfãos, os velhos e os doentes” (CARVALHO, 2006, p. 15).

A expansão do sistema econômico gera vulnerabilidades ainda mais agudizadas, estabelecendo novas mediações na expressão da questão social. Tais “problemáticas” vão se tornando ainda mais explícitas a ponto de incomodar a classe burguesa, sendo vistas enquanto risco social a seus interesses particulares.

Desta forma, as ações voltadas ao campo social no trato de das vulnerabilidades começam a ser controladas pela burguesia a fim de “manter a ordem do caos social”, sendo que “estas legislações impunham um “código coercitivo do trabalho” e possuíam caráter mais punitivo e repressivo do que protetor” (BOSCHETTI, 2003, p. 53).

Pensar nas questões societárias na sociabilidade do capital exige a compreensão de que esta sociedade de classe tem sua centralidade na exploração do trabalho. Uma sociedade que preza a existência de “marginalizados” ao sistema produtivo como forma de se autogerir e autossustentar.

Destarte, suas ações para com estes “desajustados”, tendenciosamente aos seus interesses, aconteciam como molde de “ajuste” societário, entendendo que o trabalho estava intrinsecamente ligado às ações de proteção a estes indivíduos.

Elementos comuns nortearam tais legislações, dentre os quais, o estabelecimento do imperativo do trabalho para todos os que não têm outros recursos para viver senão da força de seus braços; a obrigação do pobre em aceitar o primeiro trabalho que lhe fosse oferecido (“quem já trabalha, que permaneça em seu emprego – salvo se convier ao empregador dispensá-lo – e quem está em busca de emprego que aceite a primeira injunção que lhe for feita nos limites territoriais”); o bloqueio da retribuição ao trabalho efetuado que não poderia ser objeto de negociações ou ajustes; a proibição da mendicância aos pobres válidos, vedando a assistência aos indivíduos aptos para o trabalho, obrigando-os a se submeterem aos trabalhos oferecidos. (CASTEL, 1998, p. 98).

Desta maneira, de acordo com Gonçalves (1996), a partir das alianças do Estado com a burguesia, com maior evidência a partir da década de 1970, sobretudo, com ênfase já abertura da década de 90, onde as ONGs são submetidas à lógica da “parceria”, estabelecendo no repasse de recursos, sobretudo, de responsabilidades.

As ações são parcialmente subsidiadas pelo poder público para o “amparo social”, no entanto, tais práticas ainda carregam o ranço da benevolência.

Este contexto inicial, de atenção à população subalterna, não acontece sem intencionalidade, elas corroboram para a consolidação das relações mercadológicas, embasadas no capitalismo que já tem enraizada sua marca, sobretudo, na luta por interesses antagônicos nesta sociabilidade.

Condicionava aos direitos o critério de assalariamento, uma falsa superação e independência, que ofuscava a compreensão do real sentido destas, no cotidiano social do proletariado frente as suas questões de proteção social.

É na correlação das forças sociais que a política social se estabelece e se modifica, a partir das transformações das relações de apropriação econômica, como também do exercício da dominação política [...]. É ela uma forma de gestão estatal da força de trabalho e, nessa gestão, não só conforma o trabalhador às exigências da reprodução, valorização e expansão do capital, mas também é o espaço de articulação das pressões e movimentos sociais dos trabalhadores pela ampliação do atendimento de suas necessidades e reivindicações. (SPOSATI et al, 1986, p. 35).

Tais circunstâncias já apontavam que o povo não estava satisfeito com suas condições de vida. Ainda não havia a compreensão de pobreza enquanto fruto da contradição do sistema capitalista, não era considerado enquanto fenômeno de expressão da questão social, tais questões ainda eram notadas como “caso de polícia, por ser problema individual, deveriam ser tratadas de forma repressiva.

O primeiro passo foi dado à medida, que mesmo não operacionalizando as “políticas”, o Estado buscava as parcerias para a oferta de serviços, isso mostra um importante estágio da atenção governamental à população, mesmo que em caráter de benemerência, perdendo o seu caráter coercitivo, marcado também pela presença do Serviço Social, através da instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS.

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia. (MESTRINER, 2001, p.57-58).

Com este pontapé os avanços no campo da proteção social começam a ser trilhados. É marcada, neste momento, a relação entre o Estado e burguesia, porém tal aliança acontece para que o poder público conceda subvenções financeiras às iniciativas da sociedade civil, aquelas que estejam voltadas ao amparo social da pobreza.

Na análise inicial deste percurso histórico, depara-se com a primeira e grande Instituição de Assistência Social, que se vinculada neste formato de Estado ao trato das problemáticas sociais. A LBA – Legião Brasileira de Assistência, que foi criada em 1942 (UFSM, Online), e é uma instituição protagonizada por mulheres, o que reforça a compreensão das práticas judaico-cristã, representadas por mulheres de “almas caridosas”.

Assim, no governo de Getúlio Vargas, período de 1930-1945, a ação pública da esfera social ficou mais evidente. O sentido do patriotismo por sua esposa vinculada à LBA reforça as ações do primeiro-damismo⁴⁹ presentes com ações pontuais, emergenciais e paliativas, sobretudo, na Assistência Social, fato este que se faz presente até os dias atuais. Muito embora, nesta época as ações no campo da Assistência Social ainda eram cotadas sob a perspectiva da “boa vontade” de quem as provê e não enquanto direito das pessoas. (BARBOSA, 2017).

Nesta gestão presidencial, ainda sob a hegemonia liberal ditatorial, decorrente do crescimento e fortalecimento das bases, em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O surgimento dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAP, que eram vinculados às categorias e/ou locação de trabalho criadas nas décadas de 1930 e 1940, passam a proteger os trabalhadores que detinham vínculos trabalhistas.

Mesmo com iniciativas paliativas e mínimas, a pauperização se torna ainda mais latente, decorrente também de todo o contexto econômico-social, sobretudo, ditatorial que o país vivenciava. Tal circunstancia exigiram do Estado intervenções mais profundas no trato à proteção social, qual,

⁴⁹ “Trata-se da intervenção das “primeiras-damas” no trato da filantropia institucionalizada pelo Estado. Desta forma, observa-se que “Nesse caso específico do nascedouro do primeiro-damismo, há uma motivação política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil. Foi assim que as atividades de filantropia/assistencialismo acabam determinando a identidade social das primeiras-damas, fato que parece difícil de depurar-se, posto que encontra-se arraigado ao imaginário social das classes subalternas” (TORRES, 2002, p. 40).

[...] supõe antes de mais nada tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. Nesse sentido a ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida – supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Este sentido preservacionista é que exige tanto as noções de segurança social como de direitos sociais. (SPOSATI, 2009, p. 6).

Pensar uma sociedade que preza pela existência de “marginalizados” ao sistema produtivo como forma de se autogerir e autossustentar é o primeiro passo para compreensão do movimento da proteção social da nação.

Por conseguinte, a política social acontece direcionada ao exército de reserva, usando essa problemática para justificar o crescimento do Estado, no entanto as ações acontecem como forma de controle do “caos social” e desordem que aos olhos do grande capital seria negativo à sua vitalidade.

Neste caminhar, a partir da Era Vargas, o contexto foi de expansão de programas sociais, tais como: os de casa populares, complementação alimentares, alfabetização pelo Mobral, dentre outros. Deixando assim, sucessivamente, de ser prática de ajuda, de caráter opcional, e fazendo parte da relação social de produção capitalista por gestão do Estado.

Estas intervenções e programas, voltados às áreas sociais, saúde, previdência e etc. eram planejados e contemplavam as circunstâncias que tivessem a centralidade no mundo do trabalho, ou seja, uma forma de mostrar ao indivíduo que a melhor forma de se garantir era vendendo sua força de trabalho ao grande capital.

Como contribui Sposati (2008, p. 12), no ideário liberal existia a ideia moral de oferecer benefícios ao trabalhador formal, era um modo de disciplinar e incentivar o trabalho que permanecer em situação de vadiagem.

Os benefícios eram poucos, no entanto só tinham acesso aqueles que estavam vinculados a um trabalho formal. Se neste período, da década de 1930 a 1980, poucos eram os que tinham vínculo e condições de trabalho formal, o benefício estatal atendia pequena parcela da população, ficando para as ações de filantropia atender, conforme conseguisse, os desamparados pelo emprego e os trabalhadores do campo (rural).

A criação de novos organismos segue a lógica do retalhamento social, criando-se serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, compondo uma prática setorizada, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje. (MESTRINER, 2001, p.170).

Com o final do período de repressão, sobretudo, o período da ditadura militar (1964-1985), que se representava enquanto período de congelamento e regressão de conquistas, o campo social ganha maior visibilidade, traz, sobretudo, aos ativistas e movimentos sociais, a possibilidade de legitimar suas demandas, ampliando o caráter da proteção até então desempenhada. Estas lutas possibilitaram a visibilidade da Assistência Social dentre as demais políticas públicas, enquanto ferramentas para ser utilizadas no enfrentamento da questão social no que tange reduzir as desigualdades sociais presentes na nação.

O proletariado lutou muito para condições de trabalho digno, sobretudo, de políticas públicas efetivas, tais quais as de educação, saúde, dentre outras, buscando melhoria no âmbito social da vida coletiva.

Nesse caminhar, muito se progrediu. A população que já havia sofrido um golpe militar, presenciando seus direitos surgirem, mesmo que burocratizados, passa a se organizar e mobilizar na busca da ampliação destes direitos, tais quais como Assistência Social, a criação da Previdência Social, o FUNRURAL e, logo depois, a criação do INSS.

Através da promulgação da Constituição Federal de 1988, o marco mais importante da nação frente aos interesses sociais, reconhece-se a política pública enquanto direito do cidadão e dever do estado. A Assistência Social passa a ser política social compondo juntamente com a Previdência Social e a Saúde o tripé da seguridade brasileira.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [...]

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL, 1988).

Esta contemplação legal foi considerada como uma forma de grande ampliação dos direitos sociais, principalmente pelo fato de a saúde passar a ser universal não dependendo de contribuição.

Apesar dos muitos elementos prometidos para o povo nesta carta magna ainda, eis o desafio, é necessário processo constante para a sua regulamentação, fazê-la se tornar concreta na realidade.

O desafio se mostrava possível, a população acreditava firmemente neste ato, pois a própria sociedade poderia participar na construção das emendas, prova disso é o surgimento da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, fator de grande importância, garante o modelo de gestão e controle social, de forma descentralizada e participativa:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. (BRASIL, LOAS 1993).

Com a LOAS, o advento Benefício de Prestação Continuada – BPC, que é gerido pela Política de Assistência Social, garantindo renda de um salário mínimo para pessoas com deficiências e para a pessoa idosa, tais quais, que não possuam “[...] meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família [...]” (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011a, p. 5), que fruto de emenda popular, beneficia vários indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade.

Dentre os grandes feitos oficializados através da LOAS observa-se a instituição do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que tem a missão de fiscalizar a operacionalização da Política de Assistência Social. A lei e os conselhos em harmonia começam a materializar o sentido do direito à Assistência Social enquanto política pública de responsabilidade do Estado. O trabalho coletivo dos profissionais na política também começa a ter atribuições e objetivos singulares.

Nos anos de 1990 deu-se início as Conferências de Assistência Social, precisamente em 1993 ocorreu a conferência número 0, e em 1995 a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social. Neste mesmo ano a LBA e o Ministério do Bem-Estar Social foram extintos.

Assim, com este caminhar histórico significativo para a Política de Assistência entendendo a velocidade que ocorreu no contexto geral do tempo, no ano de 1998 é aprovado o texto para a Política Nacional de Assistência Social – PNAS começa a definir regras para repasses de recursos de fundo a fundo⁵⁰, vindo do governo federal aos e estados, distrito federal e municípios.

Todo este caminho mostra que o monitoramento e as regras foram resultado de empenho e profissionalismo, movimento este de rompimento do estigma de assistencialismo, entendendo que no decorrer da história este era o cunho das ações de assistência.

Pouco mais a frente, já no ano de 2003, é implantado o Sistema Único de Assistência Social – SUAS através da deliberação ocorrida na Conferência Nacional de Assistência Social. Ela "dá definição do governo de estabelecer uma rede de proteção e promoção social, de modo a cumprir as determinações legais" (LOAS Anotada, 2009, p. 4), com a importância firmada pelo seu propósito de existência determinou que,

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015c, Online).

Desta maneira, pode-se notar que as legislações e normativas da Política de Assistência Social são complementares e conversam entre si, visto que na LOAS já era possível identificar os princípios de sustentação em relação à descentralização e a territorialização, presentes no vocabulário da Assistência Social.

⁵⁰ “Os pagamentos realizados na modalidade fundo a fundo são aqueles que se caracterizam pelo repasse por meio de descentralização de recurso diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal, de forma regular e automática. Esse tipo de pagamento está relacionado ao cofinanciamento de serviços de ação continuada. [...], são consideradas ações continuadas de assistência social, aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, bem como às ações relacionadas aos programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes. Por sua vez, o repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social é realizado por meio dos Fundos Municipais de Assistência Social (Fmas), do Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF) e dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Feas), de acordo com as condições gerais, os mecanismos e os critérios de partilha para a transferência de recursos federais” (BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015b, Online).

Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - Plano de Assistência Social.

Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS⁵¹ aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999.

Art. 30-A. O cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais, no que couber, e o aprimoramento da gestão da política de assistência social no Suas se efetuam por meio de transferências automáticas entre os fundos de assistência social e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas 3 (três) esferas de governo.

Parágrafo único. As transferências automáticas de recursos entre os fundos de assistência social efetuadas à conta do orçamento da seguridade social, conforme o art. 204 da Constituição Federal, caracterizam-se como despesa pública com a seguridade social, na forma do art. 24 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 30-B. Caberá ao ente federado responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Art. 30-C. A utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização. (BRASIL, LOAS, 1993).

A articulação das legislações na área da assistência demonstra a necessidade da descentralização enquanto forma profícua de intervir nas realidades, entendendo a grande dificuldade de materializar política pública que sejam efetivas ao trato de combater as desigualdades da população brasileira, visto que o país tem enquanto sua característica sociopolítica, um território de alta concentração populacional cujo índice de desigualdades no espaço socioterritorial é gigantesco. Não há justa distribuição de renda, que conseqüentemente, daria acesso a outras oportunidades de forma igualitária.

⁵¹ O Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS é estabelecido através da LOAS (Lei nº 8.742/93) tendo como objetivo estabelecer melhor forma de gestão aos repasses e financiamento dos programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social. Para aprofundamento ver: Lei nº 8.742/93, Art. 28, 29 e 30.

[...] o princípio da homogeneidade por segmentos na definição de prioridades de serviços, programas e projetos torna-se insuficiente frente às demandas de uma realidade marcada pela alta desigualdade social. Exige-se agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005, p. 43).

Desta maneira, é fundamental considerar as principais problemáticas, bem como reconhecer as diferenças regionais, quais com o avanço da concepção de direito vinculado às políticas públicas, como forma de garantir o equilíbrio do poder nas decisões a serem tomadas, cada esfera de governo passa a ter sua relativa autonomia no trato às políticas, garantindo o atendimento das demandas particularidades daquele território de gestão.

A política pública de assistência social constrói sua rede de proteção a partir de um funcionamento descentralizado e participativo. Quando falamos do funcionamento de uma política estamos nos referindo a um jeito de compreender o mundo e de atuar nele que tem a ver com a organização de um sistema. Por isso, toda vez que fazemos ligações entre as responsabilidades dos gestores(as), suas 51 ações, os recursos destinados e formas de controle social estamos falando de um sistema. Todas essas “peças” têm ligações de dependência umas das outras, ou seja, elas são interdependentes. Quando alteramos uma delas, estamos afetando todas ao mesmo tempo. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p. 50-51).

A descentralização das políticas públicas não exclui a exigência nas ações desempenhadas, bem como a existência de fiscalização pelos órgãos superiores em cada esfera de governo, sendo todos também observados pela União.

Entendendo que as ações da Política de Assistência Social exercem influência em outras políticas sociais, como recebe também as influências externas, enquanto um organismo dinâmico e interdependente é ainda mais significativo as ações de caráter particular ao universal, considerando as particularidades da territorialidade.

[...] o território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intra-urbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2008, p. 53).

Todo esse empenho em conhecer os espaços onde habita o público a ser atendido demonstra um certo avanço na política de assistência social, contudo, há muito a ser feito. E mesmo com ações construídas, no século XX e XXI, o público que dela necessita cresceu vertiginosamente, sinal que os reflexos produzidos pelo capitalismo parasitário, presente na nação brasileira, mais cria necessitado do que a política consegue atender.

Entretanto, apesar do panorama pragmático do país em relação à sociedade e suas necessidades, não há como negar o esforço de muitos profissionais em torno à política de assistência social em um elemento que possa vir a fortalecer certa parcela da sociedade, ou melhor, protegê-la.

Assim sendo, a Política de Assistência Social enquanto direito, vem adquirindo boa representatividade junto ao campo das políticas públicas,

A Política de Assistência Social vem assumindo um novo patamar nas últimas décadas, com importantes avanços no seu arcabouço teórico-normativo, consolidando um importante movimento de regulamentação da área, com inovações no campo da gestão de uma política social que historicamente padeceu de ilegitimidade e pífio reconhecimento como política pública. Tais avanços são fundamentais, mas o processo de expansão desta Política carrega uma série de contradições que se relacionam a sua expansão em detrimento das demais Políticas de Seguridade Social. A perspectiva de integração que deveria articulá-las torna-se inviável, em face do atual modelo de proteção social que se vem efetivando, pautado em políticas sociais compensatórias, marcadas pela focalização e seletividade. (SCHMIDT; SILVA, 2015, p. 92).

A representatividade dessa política traz para o cenário brasileiro a necessidade, já conhecida por muitos profissionais, de articulação, parcerias e gestão qualificada, conferindo resultados que permitam ir além da ajuda ou de ações pontuais que apenas “amenizem” problemáticas sociais. Para, assim, poder criar rotas para a efetiva ação de cidadania onde os direitos dos cidadãos sejam efetivos e produzam resultados que garantam firmemente o fim da “ajuda” e coloque o cidadão como alguém capaz de caminhar e construir seu próprio caminho.

3.2 A gestão da Política de Assistência Social: as OSCs enquanto parte deste arcabouço.

Refletir acerca da gestão da Política de Assistência Social no contexto da sociabilidade neoliberal é de extrema relevância para a devida compreensão de como a mesma se materializa no país, considerando que no atual contexto ela se faz, mesmo que veladamente, enquanto estratégia mercantilizada e sob a ótica da família, enfocando não nos cidadãos de direito, mas sim no familismo⁵² da relação.

Para compreender a categoria gestão recorre-se à ciência da administração, que contribui em apresentar a gestão enquanto “um conjunto de práticas e de atividades fundamentadas sobre certo número de princípios que visam uma finalidade [...]” (CHANLAT, 1999, p. 31).

Anteceder-se às particularidades da Política é necessário para imergir na compreensão do processo de gestão enquanto atividade inerente do ser humano. Neste aprofundamento depara-se com,

[...] a reflexão sobre caracterização em geral da gestão, conforme proposto por Paro (2006), [...] seu desdobramento remete-nos a duas questões fundamentais. A primeira delas refere-se ao fato de que se a administração requer racionalidade, ela é uma tarefa eminentemente humana e sempre estará presente nas ações que a humanidade se propuser visando atingir um objetivo proposto racionalmente, definindo e utilizando recursos também de forma racional. A segunda diz respeito à explicitação do que significa “utilização racional de recursos”[...]. Como a administração é a “utilização racional dos recursos”, age-se administrativamente quando se utiliza racionalmente os elementos conceituais e materiais empregados na relação entre homem e natureza e na relação do homem com outros homens para atingir um fim definido. (PARO, 2016 *apud* SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 29).

O processo de descobrir e aplicar de forma racional conceitos e materiais faz parte do mecanismo da racionalidade do trabalho. A coordenação do homem sobre suas ações e/ou sobre outras categorias e pessoas, implica a efetividade da gestão.

⁵² “Repassando para a família toda a responsável por seu bem-estar, onde o Estado somente intervém nas circunstâncias onde essa instituição minou suas possibilidades, perdendo seu caráter universal. Entendendo que “os paradoxos aparecem na medida em que a família ora é tomada como sujeito de direitos, merecedora de proteção social, ora como agente de proteção social, provedora de assistência e cuidado aos seus membros como principal estratégia das ações de prevenção. O trabalho com famílias, profundamente marcado por esse viés, termina assumindo versões normatizadoras e disciplinadoras sobre os papéis sociais hegemônicos e os comportamentos esperados, o que inibe a dimensão emancipatória que poderia ter ou proporcionar” (TEIXEIRA, 2015, p. 236).

A razão implica na aplicabilidade da finalidade objetivada para o trabalho elencando no processo de trabalho os recursos necessários e inerentes para atingir os resultados propostos.

Se a racionalidade do trabalho é uma tarefa eminentemente humana, considera-se que toda relação de trabalho é inerente à gestão, seja ela do próprio trabalho, do trabalho de um grupo de pessoas, institucional e/ou em maiores proporções, como no caso da gestão pública⁵³.

Comumente, em conhecimentos rasos, a gestão, enquanto um processo da administração em sua concepção alargada é visto como práticas burocráticas, na esfera profissional atrelada a tecnocratas, condicionando aos estritamente aos conceitos de agilidade, eficácia e eficiência dos procedimentos de seu trabalho.

Neste processo de desnudamento da temática, é importante a devida compreensão sobre a representatividade que a categoria gestão vem adquirindo na contemporaneidade para romper com o paradigma reducionista da categoria.

A tarefa da administração é a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio do planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação. (CHIAVENATO, 2000, p. 7).

Desta forma, compreender as novas determinações no campo do cotidiano da vida social, sobretudo, das políticas públicas, estimula o alargamento da leitura e a busca de novos horizontes. Tem-se notado que a gestão vem ampliando seus espaços e atribuições, estando viabilizada em debates coletivos, contribuindo para a expansão da compreensão e missão desta área do conhecimento.

Direcionar a compreensão para a gestão pública, qual representa a Política de Assistência Social é, sobretudo, ter ciência da diferença e impacto que esta ação causa na e para a coletividade social contemporânea.

A gestão pública envolve ações, especialmente, através das organizações públicas, dentre elas as estatais e não estatais, que ultrapassam as limitações e padrões predeterminados, vez que ela deve apreender a realidade na qual está

⁵³ Caracteriza-se e diferencia-se da privada quanto às suas finalidades. Enquanto a privada refere à obtenção de interesses particulares, a pública aos interesses da coletividade. Como corrobora Meirelles (2012, p. 65), refere-se a “[...] todo o aparelho do Estado preordenado à realização de serviços, visando às satisfações das necessidades coletivas [...]”, entendendo aparelho do estado toda a rede, inclusive de política pública, como é o caso da intervenção da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos.

inserida e reconhecê-la em constantes movimentos. Entendendo estas determinantes repletas de singularidades e processos sociais construídos de formas dinâmicas e diversas. Exige da gestão uma concepção para além do institucional, considerando a vivência e realidades nesta sociabilidade.

Esta sociedade, que ainda de forma jovem, avançou em questão aos direitos do povo através da regulação a partir da constituinte na década de 1980, muito embora, não há no Brasil, uma camada de políticas públicas amplas, a Constituição Federal – CF de 1988 demonstra, mesmo que minimamente, o caráter da proteção especial que se prevê a intervenção universal por parte do Estado, o que caracterizou a Seguridade do país.

Neste contexto, a assistência social já é demonstrada na CF enquanto dever do Estado destacando a sua forma de gestão democrática.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis [...]. (BRASIL, 1988).

A constituinte prevê no decorrer de seus artigos a descentralização político-administrativa das ações sociais, sobretudo, assegura a necessidade e o reconhecimento da sociedade enquanto parte das discussões sobre a gestão das políticas sociais, dentre esses avanços, demarca fortemente a concepção de democracia alargada, qual percorre a vertente da gestão esperada nas políticas sociais, caracterizando a gestão pública social⁵⁴.

⁵⁴ “A Gestão Social funda-se na concepção de um Estado Social de Direito e, portanto, comprometido com a cidadania de todos os cidadãos de uma nação. Ancora-se em princípios constitucionais que dão

A Constituinte que tivemos nos anos oitenta foi essencial para o processo democrático, fez parte dessas lutas políticas, sociais e democráticas, mas, no caso, significa também a ampliação da noção de democracia, na qual a democracia não é confundida apenas como um tipo de governo, mas é pensada como a presença de direitos sociais, econômicos e culturais. (CHAUÍ, 2004 *apud* PASTOR, 2007, p. 223).

Os direitos na sociabilidade brasileira, nação esta que em período anterior à constituinte passou por uma perversa ditadura militar sobre a hegemonia burguesa, passa a ser legitimado e assim deve ser garantido pelo Estado.

Muitas instâncias e movimentos sociais empossaram-se na tarefa de serem propositivos e fiscalizadores da efetividade da política pública até os dias atuais, período este que se oportunizou fecundo para muita participação popular e reivindicação da ampliação do Estado às demandas sociais.

Os anos 1990 marcaram a complementaridade da seguridade social em várias vertentes. Inicia-se a década com a conquista e reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente com a promulgação do ECA⁵⁵ - Estatuto da Criança e do Adolescente, quebrando o paradigma da culpabilização do sujeito, o reconhecendo enquanto pessoa em “formação”, considerando-a enquanto cidadão de direitos. Outro marcante da década vem através da implementação da LOS – Lei Orgânica da Saúde⁵⁶ e a LOAS.

Todo arsenal jurídico respaldada o cidadão da conquista de seus direitos efetivados, sobretudo, tais legislações já trazem em seu cerne a demarcação da gestão pública social enquanto uma gestão democrática⁵⁷, visto que já demarcava a necessidade do protagonismo e participação da população no processo desses segmentos. Não somente o momento histórico contribuiu para esse fato, mas décadas

forma e conteúdo às políticas, programas e aos serviços públicos. Reconhece no Estado a autoridade reguladora das ações públicas. Usualmente o termo Gestão Social pública é aplicado tanto à Gestão Social de iniciativas do Estado quanto aquelas oriundas da sociedade civil, pela via de suas organizações e movimentos sociais com caráter público não estatal” (BRANT CARVALHO, 2012, p. 42).

⁵⁵ Ver Lei Nº 8.069/1990.

⁵⁶ Ver Lei Nº 8.080/1990.

⁵⁷ “[...] consideramos que a *finalidade da gestão democrática deve ser transformar as condições de vida das classes subalternas, aprofundando e universalizando direitos civis, políticos e sociais, visando contribuir com a superação da ordem do capital*. Uma finalidade que aponta para uma intervenção imediata visando à explanação da emancipação política, na perspectiva de contribuir com a luta pela construção da emancipação humana” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 72-73).

de supressão do Estado e suas ofertas mínimas em serviços acabam por garantir o fortalecimento da sociedade em exigir maior participação no processo democrático, assim a Gestão toma ares do quesito social, tornando-se capaz de intervir e promover melhoras nos serviços direcionados à sociedade.

A Gestão Social tem significado abrangente não se reduzindo apenas à gerência técnico-administrativa de serviços e programas sociais. Refere-se fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; intervêm na qualidade de bem estar ofertada pela nação; na cultura política impregnada no fazer social; nas prioridades inscritas na agenda política; nos processos de tomada de decisão e implantação de políticas e programas sociais; nos processos de adesão dos sujeitos sociais implicados. (BRANT CARVALHO, 2012, p. 43).

Assim sendo há benefícios que fortalecem a agenda e o trabalho promovido pela assistência, seus parâmetros de descentralização e a democratização da gestão. O SUAS delimita tipos de gestão, destacando a União, Distrito Federal, estados e municípios com responsabilidades para o desenvolvimento da política pública em todo o território nacional, ou seja, há a distribuição de responsabilidade aos entes menores para que possam realizar sua própria gestão, baseada em seu território e em determinado contexto social.

A gestão inicial fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios. No nível básico, o município assume, com autonomia, a gestão da proteção social básica. No nível pleno, ele passa à gestão total das ações socioassistenciais. O processo de gestão do SUAS conta também com instâncias de pactuação, que são a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs). A CIT é um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais. Ela negocia e pactua sobre aspectos operacionais da gestão do Suas e, para isso, mantém contato permanente com as CIBs, para a troca de informações sobre o processo de descentralização. As CIBs são instâncias estaduais destinadas à interlocução de gestores, constituídas por representantes do Estado e dos municípios, que representam os interesses e as necessidades da região, referentes à assistência social. Elas negociam e pactuam sobre aspectos da organização e gestão do Sistema Estadual de Assistência Social, observando as deliberações do Conselho Estadual de Assistência Social, a legislação vigente e as orientações da CIT e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Todas as suas pactuações são encaminhadas ao Conselho Estadual para conhecimento, apreciação e/ou deliberações e aos conselhos municipais, CIT e CNAS para conhecimento. (BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015a, Online).

O cenário passa a contar com inúmeros atores na participação, gestão, de execução e ordenamento das ações socioassistenciais. Não mais o Estado ditando as regras e as formas para a execução, agora, a participação coletiva está mais presente e atuante, mesmo em um contexto neoliberal.

Desta forma, o cenário das políticas públicas, sobretudo, às sociais, foi marcado pela forte presença das classes subalternas e por segmentos progressistas, porém, a sociedade sofre grande impacto e desaceleramento deste processo com a imposição dos ideários neoliberais, tais quais trazem concepções lunáticas e perversas ao campo dos interesses sociais.

A radicalização liberal em tempos de mundialização do capital reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo e desarticulando formas de luta e negociação coletiva. Impulsiona-se uma intensa privatização e mercantilização da satisfação das necessidades sociais favorecendo a produção e circulação de mercadorias-capitalistas e sua realização. (IAMAMOTO, 2009, p. 342).

Nesta direção, vem destruindo o imaginário social, desqualificando as lutas sociais, promulgando o retrocesso aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, reduzindo o Estado estritamente aos interesses da hegemonia burguesa.

Neste contexto contemporâneo, de desmonte da proteção social que a clareza da gestão pública social vem sendo cada vez mais invocada e necessária, visto que ela busca a participação⁵⁸ coletiva e o diálogo das partes envolvidas no processo.

A Política de Assistência Social, em sua natureza e história carrega este a característica da gestão social, desde a luta no processo de transição do conceito de bem-estar à concepção de direito, a Política vem construindo mecanismos e canais de participação e diálogo entre as regionalidades.

As políticas sociais funcionam como filtros redistributivos de proteção social e desenvolvimento de seus cidadãos. É no desenho e conteúdo da política social que se voltam às maiores expectativas por redução das desigualdades, enfrentamento à pobreza e oportunidade efetiva de inclusão social de grande parcela de sua população. (BRANT CARVALHO, 2012, p. 42).

⁵⁸ “Nessa perspectiva, a participação apresenta-se como atividade essencial para a construção de uma sociedade mais justa, devendo expressar-se na educação ao modo freireano em: “participação como exercício de voz [...] de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania, se acha em relação direta, necessária, com a prática educativo-progressista, se os educadores e educadoras que a realizam são coerentes com o seu discurso” (FREIRE, 2001 *apud* KAY; CARRARA; KAY, 2013, p. 64-65).

Pensar a Política que historicamente vem tendo a potencialidade de fortalecer o povo e que mais se aproxima dos movimentos sociais por seus objetivos e direcionamentos dentro da lógica do Estado em seu estágio ultra neoliberal é necessário para compreender até que ponto os avanços ocorrem e reconhecer os entraves que a mesma enfrenta por ser uma política de Estado burguês.

Neste paradigma, reconhece-se este espaço enquanto barganha da burguesia, no desempenho do Estado, que vem desempenhando um modelo tecnocrata ao seu desenvolvimento, bem como seletiva e privativista.

Vive-se sob a crise sistêmica do capitalismo globalizado, qual acirra-se nem menos de uma década a crise política no país, o que tem potencializando a redução das políticas por meio do Estado, não tendo a cobertura universal, qual se preconiza na CF.

Vive-se na última década, sobretudo, período de vendaval social, protocolo do Estado neoliberal, com aplicação de compensações econômicas, pressões das agências multilaterais para com a globalização da economia, ajustes fiscais. Nesse sentido a burguesia,

[...]busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um consenso ativo em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira **reforma intelectual e moral**, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise geral do capital internacional, consegue socializar uma cultura da crise, transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia. (SIMIONATO, 1999, p. 87, grifo da autora).

Observa-se que no auge da crise política, no estágio de capitalismo ultra neoliberal, a influência para a reformulação não atinge somente a política econômica, mas de forma ainda mais perversa a social. Inicia-se esta redução do Estado com os critérios de seletividade, sobretudo, na Política de Assistência Social, tendo enfoques reducionistas às mais pobres e pouquíssimas minorias, escorrendo desvairadamente à privatização e terceirização dos serviços à sociedade civil.

Nesse sentido, podemos dizer que existem, do ponto de vista da gestão, possibilidades diferentes de orientação finalística. Em termos gerais, podemos ter gestões orientadas para a manutenção da dinâmica de exploração e dominação, ou pelo menos, mais próxima dessa concepção, ou, então, voltada para a liberdade (superação dos mecanismos de exploração e dominação), ou, pelo menos, mais próxima dessa concepção. Portanto, a finalidade que orienta a gestão encontra-se num leque de possibilidades que varia entre orientações radicalmente destinadas à manutenção da ordem de

exploração / dominação e aquelas radicalmente posicionadas em defesa de um mundo de liberdade para todos. (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 33).

O descalabro da proteção social acontece sobre a égide deste regime político, em caráter democrático mascarado, que vem buscando se enriquecer em detrimento do alargamento do continente de pobreza no país. Assim se caracteriza o ultra neoliberalismo no Brasil contemporâneo.

A política de assistência social, enquanto direito, deve buscar incluir as pessoas que estão invisíveis no processo societário. O mecanismo de gestão nesta política deve ser democrático, através de prevenção, inclusão nos debates, conselhos, fóruns.

Se a gestão social do ponto de vista metodológico refere-se ainda a um conceito em construção, algumas preocupações e princípios muito comuns na ação da maioria dos grupos, como a postura ética a conduta, a valorização da transparência na gestão dos recursos e a ênfase sobre a democratização das decisões e das relações na organização, sinalizam na direção de uma nova cultura política que se dissemina através dessas práticas e dessa noção. E isso representa uma mudança de peso significativa, pois o mundo das organizações que atuam no chamado campo social ainda permanece marcado, em larga medida, por práticas de poder despóticas frutos de uma cultura política clientelista e personalística. Este aspecto constitui mais um desafio expressivo que se coloca à gestão social. (FRANÇA FILHO, 2008, p. 33).

O contexto social, econômico e político não irá fazer a gestão social perder a visibilidade que vêm ganhando nas últimas décadas, pelo contrário, o período de barbárie e caça aos direitos humanos sociais irá convocar ainda mais a mobilização popular em nos mais diversos espaços, sob os diversos contextos e narrativas.

O momento é de fortalecimento da gestão em todos os seus níveis, para que os atores/sujeitos sejam protagonistas da tomada de decisões que fomenta parcerias e fortalecimento para a ampliação de direitos, mobilizações amplas que valorize as estruturas participativas nos processos de gestão pública. A gestão, desta maneira, deve proporcionar o espaço que contemple o interesse de todos, não contribuindo com a visão neoliberal de “política pobre para os pobres”.

3.2.1 As OSCs no cenário da Política de Assistência Social

As iniciativas da sociedade no trato das vulnerabilidades e assistência ao outro sempre existiram, sejam elas individualizadas ou organizadas, porém este

contexto vem passando por mutações no decorrer da história no que tange à sua materialização no contexto da vida cotidiana na sociabilidade, sobretudo, à sociabilidade do capital.

No processo de redemocratização, que aconteceu no final da década de 1980, a sociedade caminha para a conquista de direitos sociais aos indivíduos. Este período histórico se destaca, ainda mais, devido à relação dicotômica que o mesmo representa. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, mais especificamente na década de 1990, há a necessidade de regulamentação e implantação dos direitos. Neste mesmo período, em recente conquista da demanda institucional sob a construção de direitos, dentre eles se destacando a criação e composição democrática dos Conselhos⁵⁹ de direito, bem como no estabelecimento de relações entre os entes governamentais e sociedade civil para a gestão das políticas públicas.

No entanto, com a abertura brasileira aos interesses do capital globalizado, década de 1990, agrava-se a situação social do país, agudizando problemáticas sociais, políticas e econômicas. O Estado brasileiro passa por um processo de reforma, mas compreendido como contrarreforma⁶⁰. A partir do movimento de reestruturação produtiva várias mudanças em nível da gestão da produção trazendo consequências ao mundo do trabalho, atingindo as relações de e condições de trabalho.

Percebe-se que a década de 1990 traz consigo projetos em disputa. A CF de 1988 que propõe a seguridade social, a ampliação de direitos, um sistema público universal, efetivando de fato o sentido da proteção social na nação brasileira e, em contraponto a abertura econômica do país aos interesses neoliberais, que prezam pelo Estado mínimo aos interesses sociais e máximos aos interesses do grande

⁵⁹ “[...] conselhos de direitos, constituídos paritariamente, nos quais se assentam governo e sociedade civil organizada com a função precípua de formulação das políticas públicas para que consubstanciem de forma que o Estado assegure aos cidadãos, esses direitos constitucionalmente garantidos. Assim, a Constituição Cidadã, como ficou conhecida, propicia à sociedade civil organizada sua representação nessas instancias colegiadas, que, juntamente, com as diversas instituições governamentais envolvidas institucionalmente em uma determinada política, irão formular, acompanhar, monitorar e deliberar sobre questões da área de sua competência” (CASTRO, 2012a, p. 82).

⁶⁰ “A reforma do Estado é parte de um processo global de reestruturação capitalista iniciado após a crise do capital nos 1970. Com a crise do Estado de Bem-Estar Social, expressão da crise dos anos 1970, emerge com toda força nos anos 1980 o projeto neoliberal. A resposta neoliberal a crise constituiu na redução do papel do Estado e ampliação da esfera do mercado econômico” (OLIVEIRA, 2011, p. 133).

capital. Esses projetos se chocam e vem perpetuando no descalabro das políticas públicas e na intervenção do Estado até os dias atuais.

Conectados à análise de conjuntura deste processo, que permite apreender a realidade da produção capitalista enquanto geradora de tais contradições e vulnerabilidades sociais, sobretudo, reprodutoras das condições de barbárie vivenciadas na contemporaneidade, compreende-se que,

O capitalismo contemporâneo vem trazendo profundas alterações na composição da classe trabalhadora em escala global [...]. As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, marcadamente na década de 1990, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, foram de grande intensidade, sobretudo no mundo do trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 117).

Pensar as transformações do mundo do trabalho é, diante disso, não ser reducionista na análise, entendendo que a sociabilidade do capital exerce sua força opressora através da luta de interesses de classe. É a partir da concepção de classe e seu antagonismo que se compreende as condições não somente do mundo do trabalho, porém também aquelas à ela atrelada, sendo as sociais, econômica, políticas, dentre outras, tais quais manifestarão o impacto do capital em seu estágio neoliberal, sobretudo, acuando ainda mais as condições de vida do proletariado.

Neste contexto conjuntural, de disputa por narrativas e interesses dicotômicos, será refletido o cenário das ONGs, sobretudo, frente à gestão da Política de Assistência Social e a sua real relevância nesta sociabilidade.

Entende-se, assim, que os movimentos sociais, e as ONGs a eles articuladas desenvolvem até finais dos anos 80 – onde a Constituição é um marco histórico e um resultado desse processo – uma estratégia de enfrentamento / negação ou de demanda / pressão contra ou dirigida ao Estado; entretanto, no contexto dos anos 90, eles passam a incorporar um comportamento de “parceria” de articulação com o Estado. (MONTAÑO, 2003, p. 145).

Antes da década de 1990, era possível deparar-se com discursos caracterizando as ações das ONGs em dois pontos, ora enquanto “caridade e assistencialismo”, ações tapa “buraco” alcançando onde a ação do Estado não chegava, ora enquanto forte organização social popular, compondo o trabalho de base⁶¹ pressionando o Estado e se colocando no enfrentamento das ações

⁶¹ “Base é quem produz riquezas e é explorado e manipulado pelas elites dominantes, em todos os espaços. É começo, alicerce, algo indispensável. É, sobretudo, a parte da classe oprimida que se

opressoras na sociabilidade, muito embora, operacionalizadas pelo Estado. Neste período histórico que antecede a década de 1990 não existia articulação alguma entre ONGs e Estado.

A partir dos anos de 1990, nota-se a mudança neste contexto. Existe, dentre os pilares de seguridade e proteção social a presença destas Organizações no trato das mais diversas políticas públicas, sobretudo, grande representatividade na Política de Assistência Social.

Discutir sobre a crescente presença das ONGs, muito conhecida enquanto terceiro setor⁶², no cenário contemporâneo, sob a égide da hegemonia de ofensiva neoliberal, remete-nos à compreensão sobre o relacionamento Estado e sociedade civil para o estabelecimento de parcerias, no trato das vulnerabilidades, tais quais se considera expressões da questão social.

Desta forma, como se caracterizam as ONGs juridicamente? O Código Civil brasileiro a regulamenta a partir da divisão entre pessoas naturais (físicas) e pessoas organizadas (jurídica), sendo as ONGs representadas pela segunda categoria. São pessoas jurídicas sem fins lucrativos

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas;

V - os partidos políticos;

VI - as empresas individuais de responsabilidade [...]. (BRASIL, 2002, Online).

dispõe a dar sustentação a um processo de mudança. Quem trabalha é a base do mundo e, ao descobrir a força que tem, derruba a velha pirâmide e organiza uma sociedade sem opressão. Trabalho de Base é a ação política transformadora, realizada por militantes de uma organização popular que, conhecendo a realidade de um território, desperta, organiza e acompanha sua população na solução dos problemas do cotidiano e liga essa luta a luta geral contra a opressão” (MTST, 2019, p. 48).

⁶² “Assim, o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). Recorte este, como mencionamos, claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista” (MONTAÑO, 2003, p. 53).

Visto esta tendencialidade, considera-se que tais lógicas, se assim considerássemos esta linha ideológica da fragmentação equivocada, entendendo, de antemão que,

“[...] ao identificar Estado, mercado e sociedade civil, respectivamente como primeiro, segundo e terceiro setores, alguns autores [...] observam que o “terceiro setor” na realidade “é o primeiro setor”. Claro, se este é identificado com a sociedade civil e se, historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado etc., há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais ofertas: o terceiro” (MONTAÑO, 2003, p. 54).

A composição das iniciativas da sociedade civil organizada passa a ser regulamentada por lei, tendo como respaldo jurídico o desempenho de suas finalidades. Observa-se que dentre as instituições há diversas nomeações quais tem suas diferenças no âmbito da fundação jurídica, sendo,

Assim, associação é toda união de pessoas, promovida com ONG, INSTITUIÇÃO, ASSOCIAÇÃO, FUNDAÇÃO E ENTIDADE: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS um fim determinado, seja de ordem beneficente, literária, científica, artística, recreativa, desportiva ou política, entre outras, que não tenha finalidade lucrativa. (MORAIS et. Al, 2003, p. 10).

Considerando a presença diversificada destas organizações sociais, às aproximam-se da perspectiva orgânica, parte do sistema econômico, e processo das políticas públicas das quais essas se referenciam. Sob esta perspectiva reconhece as iniciativas, quando vinculadas às políticas públicas, em duas categorias de diversificação, sendo elas:

Quadro I: Organização da sociedade civil nas políticas públicas

Condições Organizacionais	Sociais	Políticas
Significados	“[...] significado do grupo, da coletividade, para os direcionamentos individuais e coletivos; [...] como a estrutura e as relações sociais afetam comportamentos individuais e coletivos e como a ação social – a ação do indivíduo nos grupos de que participa – afeta ou produz a realidade em que vivemos, inclusive na organização” (p. 36).	“A atividade política [...] é concebida simplesmente como o processo de mobilizar o poder com vistas à dominação e à imposição de interesses, valores ou ideias individuais, grupais ou classistas. [...] as organizações orientam-se por uma racionalidade política: a racionalidade das disputas, das negociações, das convenções, dos acordos, das coalizões [...]” (p. 39 e 44).

Fonte: (SOUZA, 2012).

É a partir da concepção política e/ou social que as organizações têm a possibilidade de intervir na realidade demandada e, sobretudo, desenvolver suas potencialidades frente à execução de seus objetivos.

A legislação também delimita quais vertentes e finalidades institucionais se enquadram para o estabelecimento de uma organização social, no caso da fundação,

Art. 62. [...] poderá constituir-se para fins
I – assistência social;

II – cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
 III – educação;
 IV – saúde;
 V – segurança alimentar e nutricional;
 VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
 VII – pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
 VIII – promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos [...]. (BRASIL, 2002, Online).

Dentre a sua diversidade, reconhece-se que o espaço das ONGs é, sobretudo, em coerência com a dicotomia presente pelos projetos em disputa no país, um espaço que sofre por disputa de várias narrativas e representatividades na sociabilidade brasileira. Dentre elas existem objetivos e finalidades de ação divergentes, bem como seus compromissos e ideologias. “Em linhas gerais, podemos observar pelo menos duas grandes tendências teórico-políticas neste debate. De um lado, uma *tendência regressiva*, por outro, uma *tendência de (suposta intenção) progressista*” (MONTAÑO, 2003, p. 59, grifo do autor).

É através da responsabilização da sociedade civil que a burguesia consegue que seus ideários, qual a partir do estágio neoliberal que tem o intento de que o Estado seja cada vez mais reduzido, e de forma ainda mais agradável aos seus interesses o Estado transfere à sociedade civil, o que resulta em uma sociabilidade “sem conflito e caos social”.

[...] a participação cidadã nas associações da sociedade civil constitui o único mecanismo para evitar a acumulação de poder [...]. Ela promove tanto a *descentralização administrativa*, como a *defesa de direitos e interesses particulares comuns* dos cidadãos associados. (MONTAÑO, 2003, p. 68, grifo do autor).

Esse período histórico demonstra o quanto a sociedade do século XXI está anestesiada, pois nunca houve tanta liberdade para expressar a opinião, reivindicações, entre outras conquistas que foram permitidas por uma sociedade que teve coragem de lutar, mas agora, vê-se que o enfraquecimento das iniciativas sociais organizadas, como é o caso dos sindicatos, a pouca adesão e interesse do cidadão em conhecer e lutar pelos seus direitos encontram eco no isolamento social da atualidade, e todo esse movimento acontece enquanto resultado dos interesses neoliberais.

A falsa sensação de “ordem social” silencia e apazigua os ânimos de quem acredita num sistema que reduz cada vez mais toda benesse social construída no decorrer de décadas. E, com isso o neoliberalismo se beneficia, eliminando as chances que o mesmo considera, de haver a revolução pela classe subalterna. Assim a sociedade vive de forma pacífica, sobretudo, por conveniência e não por direitos reconhecidos pelo Estado.

As alterações na sociabilidade do capitalismo contemporâneo vêm determinando novas mediações no trato da questão social, tais quais vêm sendo gerada pelo Estado burguês e pelo mesmo, são ignoradas.

A omissão do Estado para com as questões sociais é configuração determinante para a compreensão do cenário contemporâneo das ONGs no Brasil, visto que a gestão das políticas públicas, enquanto proteção social, desempenhada pelo Estado, vem sendo terceirizadas e privatizadas.

[...] o interesse do governo neoliberal (e do capital) nas “parcerias” é ideológico, é de contentação e aceitação. Uma vez consolidado o processo de saída do Estado de certo espaço da área social – mediante recortes orçamentários, precarização, focalização, descentralização e privatizações – e esvaziada a dimensão de direito universal das políticas sociais, uma vez que a retirada do Estado da resposta às seqüelas da “questão social” passe a formar parte da cultura cotidiana, então a função ideológica das “parcerias” já terá cumprido sua finalidade, e não será mais tão necessária sua manutenção. (MONTAÑO, 2003, p. 227).

Nota-se a perversidade na intencionalidade do capital frente às parcerias com as ONGs. Transfere-se a responsabilidade da proteção social do Estado à sociedade civil, e com este ato, camuflam as questões precárias acentuadas.

Não se pode negar que a existência das ONGs favorece positivamente os ideários neoliberais no que tange ao estreitamento do Estado, ou seja, o cenário contribui para o aceite e consenso ideológico desta nova configuração de proteção social.

A “parceria” entre o Estado e o “terceiro setor” tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital –, e fetichizá-lo em “transferência”, levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo. (MONTAÑO, 2003, p. 227).

Esse fator já é presenciado na sociedade brasileira desde os anos 1990, e seu fortalecimento só ganha corpo e dimensões descomunais. Pode-se afirmar que a “parceria” entre Estado e “terceiro setor” já está inserida em todas as áreas possíveis na sociedade, podendo prestar qualquer tipo de serviço, de forma fragmentada, precarizada, pontual o direito legítimo do cidadão.

Os direitos sociais, neste contexto, vêm sendo privatizados e terceirizados e, com a Política de Assistência Social, não está sendo diferente. Percebe-se, então, a materialização da tensão entre as narrativas contraditórias dos projetos societários em disputa.

Em tempos de desmobilização do cidadão que não tem força política, o Estado terceiriza o seu dever, a privatização dos serviços continua a existir e o despejo das obrigações acontecem desenfreadamente. “Assim sendo, a chamada “parceria” não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instancias privadas, substituindo o movimento social pela ONG [...]” (MONTAÑO, 2003, p. 146).

Diante disso, há de se reconhecer a relevância, mesmo que de forma contraditória, das iniciativas da sociedade civil no trato das problemáticas sociais e sua intervenção no cotidiano da vida social nesta sociabilidade.

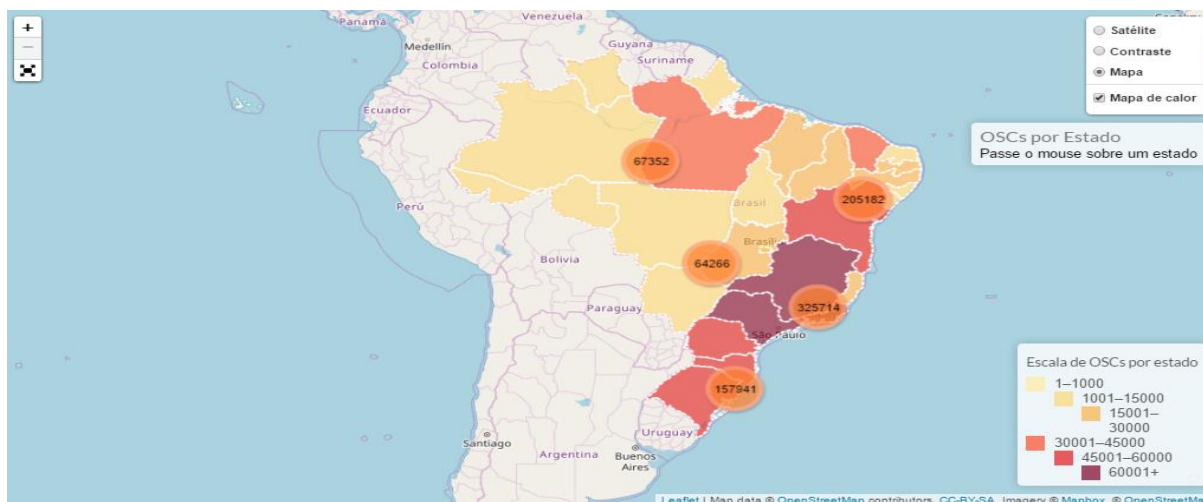
As organizações sociais possuem enorme relevância no novo arranjo e gestão da política social, um arranjo ancorado na parceria Estado, sociedade civil e iniciativa privada. As parcerias público/privado, valorizadas no receituário neoliberal, ganham hoje, para governos de esquerda ou de direita, imprescindibilidade para viabilizar governabilidade social e implementar projetos e serviços sociais decorrentes de políticas públicas [...]. (BRANT CARVALHO, 2013, p. 28).

Através da mediação das iniciativas da sociedade civil organizada que a população tem possibilidades de acessar alguns serviços, e, mais do que isso, aumenta sua probabilidade de apropriar-se de seus direitos, de participar das instancias democrática de direito, sobretudo, de criar situações que possa ampliar seu sentimento de pertença e atingir sua consciência de classe.

Em 2010 já se contabilizava 290 mil Organizações da Sociedade Civil – OSC regulamentadas no território nacional (ABONG), já em 2014 o número chegou à 394.371 em atividade no país. Atualmente o seguimento representa-se por 820.455 unidades distribuídas por todo o país (IPEA, Online). Compreendendo que a maior

parte das ONGs atua nas áreas de: Assistência Social, cultura e recreação (BRANT DE CARVALHO, 2013).

Figura I: Mapa das OSCs no Brasil



Fonte: IPEA, MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, 2019, Online.

Na lógica neoliberal, a seguridade social prevista em lei não é garantida de forma plena no cotidiano, não ofertando acesso universal aos bens e serviços sociais pelo Estado, ou seja, as oportunidades são produzidas e reproduzidas de formas desiguais, se metabolizando na vida cotidiana na sociedade de classe. É neste contexto que se observa a presença de ONGs no país, sendo realidade em todo o território nacional, com maior representatividade nos estados de Minas Gerais e São Paulo, conforme nota-se na imagem acima.

“[...] não há como esquecer a forte expressão política das organizações da sociedade civil articuladas em redes sociais e movimentos, a partir dos avanços na democracia e das demandas de participação [...]” (BRANT DE CARVALHO, 2013, p. 28).

As organizações de interesse sociais e organizam, preparam-se e se articulam através de suas preponderâncias de ação associadas às políticas públicas. Desta maneira estabelecem parcerias com o Estado, caracterizando a parceria entre o público e o privado.

As relações de parceria na ação pública se regem pela lógica do bem público e não pela lógica do privado ou do mercado. A lógica do bem público não é a lógica da benemerência, da compaixão ou mesmo da filantropia; é, sim, a lógica da cidadania. (BRANT DE CARVALHO, 2013, p. 30).

Muito se avança na história, se antes as ONGs estavam ligadas às práticas filantrópicas, atualmente elas, para se caracterizar enquanto política pública, devem adotar a lógica do bem público e, isso acontece não somente em parcerias financeiras, isso ocorre desde o reconhecimento à certificação dos serviços desenvolvidos, tais quais são necessários anteriormente aos procedimentos de parcerias. Ou seja, mesmo as ONGs que não firmam parcerias financeiras com o poder público, se estão inseridas no trato da política pública devem seguir esta lógica.

Com tantos avanços, este espaço ainda se representa fragilizado, trabalhando com poucos recursos, em sua maioria com pouca qualificação teórica, porém, mesmo no cerne destes contextos contraditórios:

São elas por excelência que movimentam os espaços comunicativos primários e as redes espontâneas de sociabilidade. Essas organizações têm muita importância na proteção social dos indivíduos e na inclusão deles em redes de sociabilidade primária. Cumprem papel importante no fortalecimento de vínculos relacionais e de pertencimento [...]. (BRANT DE CARVALHO, 2013, p. 26).

A sua capacidade de impactar a população vem pela proximidade que majoritariamente estas organizações têm com as comunidades em que estão inseridas. O caráter de proteção social que lhe é empregado é outro aspecto que demonstra a forma contraditória deste processo. E nas políticas públicas por exercício estatal o contexto não é diferenciado, visto seus objetivos são estritamente de “reparar” as vulnerabilidades em que o próprio Estado capitalista cria.

Em 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Essa mesma resolução contempla as normas técnicas e os padrões, critérios referenciados pelo SUAS. Com base nessa tipificação, os serviços socioassistenciais são desenvolvidos em parceria com organizações/entidades assistenciais sem fim lucrativos, vinculadas ao SUAS. Esses serviços são implementados nos territórios próximos ao cotidiano da vida da população. Os serviços socioassistenciais – e não os benefícios – são a parte mais substantiva da atenção assistencial. Caracterizam-se como serviços de proximidade nos territórios. Envolvem a produção de ações continuadas e por tempo indeterminado para resolver situações de vulnerabilidade social identificadas e monitoradas nos territórios em que se encontra a população demandante. (BRANT DE CARVALHO, 2013, p. 32).

É um espaço em disputa por ideários, no entanto, é um espaço que tem grande potencialidade frente ao alcance da base e a possibilidade de trabalhar, na perspectiva da gestão democrática conhecimento sobre direitos, trabalhando as potencialidades dos indivíduos em adotarem a consciência e sentimento de pertença na unidade do grupo qual seja parte e referência.

As ONGs representam um novo espaço organizador da sociedade civil, de forma mais espontânea e menos burocratizada. São mecanismos fundamentais de construção da cidadania, atuando como agentes de fiscalização da sociedade civil sobre a sociedade política, no gerenciamento dos assuntos públicos. (MORAIS et. al, 2003, p. 13-14).

Desta maneira, reconhece-se todo o contexto posto, sobretudo, o espaço de iniciativas da sociedade civil enquanto parte estratégia do Estado neoliberal, no entanto a realidade que está dada pode ser vista e organizada de forma a luta e resistência, entendendo que este espaço tem relativa autonomia para trabalhar assuntos que talvez dentro da máquina pública os profissionais não consigam frente à coerção do Estado.

Desta maneira as etapas da gestão neste espaço, desde o planejamento, monitoramento, controle social, operacionalização e avaliação podem ser instrumentos imprescindíveis para a ampliação de suas possibilidades, procedimento este não apenas técnico, mas eminentemente político.

3.2.2 O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: a regulação da parceria entre público e privado

Existe um vasto arsenal de leis que respaldam e regulamentam a existência e intervenção da OSC – Organização da Sociedade Civil⁶³ na sociabilidade Brasileira, legislações estas evidentes desde o século passado.

Estas iniciativas organizadas contribuíram na construção democrática do país, compuseram a luta contra a ditadura, e auxiliaram na luta e formulação de políticas públicas, sobretudo pela intervenção paritária nos conselhos de direitos.

⁶³ “As organizações da sociedade civil são entidades privadas sem fins lucrativos, ou seja, que desenvolvem ações de interesse público e não têm o lucro como objetivo” (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 15).

Suas ações desenvolvidas no âmbito das políticas sociais vêm possibilitando a intervenção mais próxima das realidades locais dos sujeitos e objetos de intervenção, sendo viabilizadas muitas vezes através de parceria com o Estado.

Com a fragilidade jurídica, em respaldo a ambas partes e como forma de estender o acesso de OSC às parcerias no trato da política pública surge o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

O que é o MROSC? O MROSC é uma agenda política ampla, voltada para o aperfeiçoamento da relação entre as organizações da sociedade civil e o Estado que estabelece um novo regime jurídico para celebração de parcerias, estimulando a gestão pública democrática e a valorização das organizações enquanto parceiras na garantia e efetivação de direitos. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2017, Online)

O então reconhecido como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei nº 13.019/2014 entra em vigor em 23 de janeiro de 2016 pela União, Estados e Distrito Federal, e em 1º de janeiro de 2017 nos Municípios. Este período mostra por si só que houve necessidade de preparar, sobretudo, as Instituições para este novo contexto a qual elas estariam inseridas.

Nela, é apresentada uma nova terminologia que atualmente será a forma legal de se referir às iniciativas organizadas da sociedade civil, e demanda outras normativas.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: [...]

I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015). [...]. (BRASIL, 2014, Online).

O MROSC estabelece novas regras para associações e fundações que atuam no trato da política pública, ou seja, prestações de serviços em qualquer nível governamental, de atividades de interesse público, sejam elas na perspectiva de Assistência Social; promoção de direitos; Educação; Cultura; Saúde; desenvolvimento agrário; ciência e tecnologia, moradia, entre outras.

A legislação, se efetiva enquanto fruto da iniciativa da sociedade civil por um novo MROSC, vem regulamentar, destacada em seu Art. 2º, todo o procedimento para o estabelecimento de parcerias do poder público com as OSC.

[...] III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

III-A - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

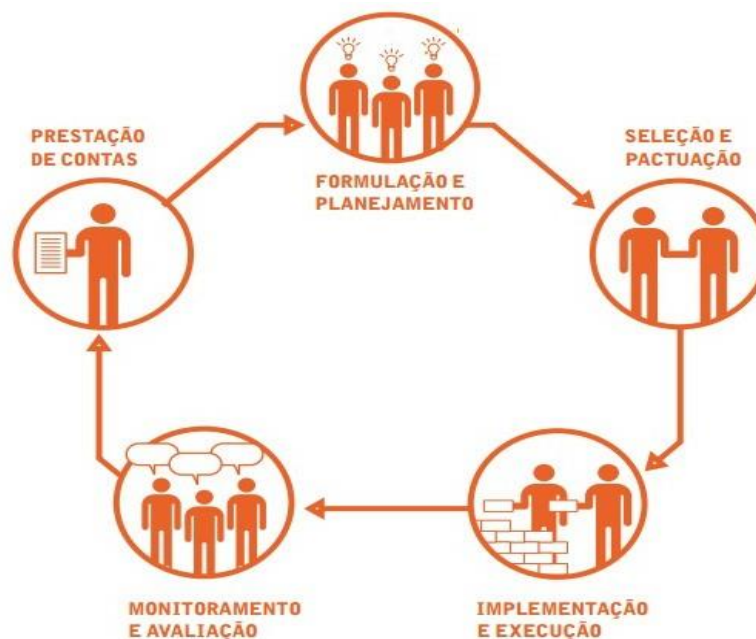
III-B - projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015). (BRASIL, 2014, Online).

Apresenta novas condições jurídicas e administrativas, que, através de chamamento público⁶⁴ o poder público pode celebrar parcerias com as organizações da sociedade civil, podendo se caracterizar enquanto contrato, convênio e/ou termo de parceria, sendo “os termos de Fomento e de Colaboração, no caso de parcerias⁶⁵ com recursos financeiros, e o Acordo de Cooperação, no caso de parcerias sem recursos financeiros” (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 11), estimulando a gestão democrática em todos os níveis da esfera pública, juntamente com as iniciativas das OSCs.

⁶⁴ “Procedimento destinado a selecionar órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, consórcio público ou entidade privada sem fins lucrativos para firmar convênio ou contrato de repasse, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (BRASIL, MINISTÉRIO DA ECONOMIA, Online).

⁶⁵ “**Contrato** é um acordo celebrado em duas ou mais pessoas, no qual direitos e deveres são destinados a cada uma das partes. O contrato é um instrumento legal disciplinado pela legislação em vigor, mas em geral considera-se que as partes têm liberdade para contratar o que quer que seja, desde que o acordo não envolva objeto ilícito. Certas espécies de contrato, no entanto, por tratarem de matérias consideradas de interesse público pelo legislador, foram mais detalhadamente reguladas. **Convênio** normalmente refere-se a um acordo em que as partes juntam esforços para consecução de um objetivo, sendo que seus interesses caminham em uma mesma direção. A expressão “**termo de parceria**” pode ser utilizada com esta mesma conotação” (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 57).

Figura II: Diagrama – Participação da sociedade civil no ciclo de políticas públicas



Fonte: LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 16.

Tendo em vista que as OSC têm grande potencial nos territórios a nova normativa, através da lei, terá meios para aproveitar e potencializar este processo democrático participativo englobando os sujeitos desse processo de gestão pública.

Desta forma o MROSC traz regras diretas, mais claras que irão padronizar a forma de se fazer gestão em parceria em todo o território nacional permitindo ação concreta nas diversas áreas de atuação, seja no público seja no privado, fato que pode ser constatado no organograma acima que indica o caminhar envolvendo cada etapa dessa ação.

A Lei 13.019/2014 também traz para as OSCs a necessidade de agir com mais planejamento e de comprovar tempo mínimo de existência e as experiências prévias na atividade que pretendem realizar. Também devem ser comprovados capacidade técnica e operacional e regularidade jurídica e fiscal. Algumas OSCs também deverão fazer alterações pontuais em seu estatuto social, para que possam acessar recursos públicos por meio de parcerias com o Estado. (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016, p. 27).

Mais planejamento, atuação em rede, tempo mínimo de existência, Experiência prévia, capacidade técnica e operacional da OSC, regularidade jurídica e fiscal. Estes elementos estão presentes enquanto prerrogativas indispensáveis para a parceria entre público e privado. Possibilitando desta forma, mais transparência dos

recursos e acesso democrático das partes ao desenvolvimento dos serviços na parceria.

A desburocratização do processo de prestação de contas, a transparência na aplicação dos recursos públicos e a possibilidade de maior planejamento para execução das etapas da parceria são alguns dos avanços conquistados pelo MROSC. Importante dizer que a nova lei define o chamamento público como regra geral, dispondo um padrão nacional para as parcerias entre as organizações de assistência social e os órgãos gestores. A regulamentação da Lei nº 13.019/2014 no SUAS se deu com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 21/2016. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2017, Online).

O novo modelo instituído de parceria pelo MROSC estabelece uma nova relação que vai restabelecer não somente o cenário da sociedade civil organizada, mas também o espaço público no trato das parcerias. O instrumento aplicado com finalidades públicas através da política pública deve seguir, sobretudo, o princípio do LIMPE⁶⁶, se “igualando” ao poder público quando se insere na gestão da política pública, sobretudo, através de recursos públicos.

O intento de organizar as parcerias, a partir de uma racionalidade ética e técnica, faz da operacionalização, contemplação, controle e fiscalização serem implantadas. A transparência é um dos grandes diferenciais do MROSC.

Estabeleceu também, critérios que habilitam essas organizações para participarem de chamamentos públicos, padronizados nas esferas de governo. As políticas devem seguir os preceitos do MROSC, no caso da Política de Assistência a apropriação se dá de forma a dialogar com os determinantes legais do campo específico.

Quais os requisitos para as organizações da sociedade civil celebrarem parcerias com a gestão pública da assistência social?

As organizações podem celebrar parcerias no âmbito do Sistema Único de Assistência Social com os estados e municípios desde que atendam aos requisitos previstos nas normativas das políticas, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e aqueles indicados na Resolução CNAS nº 21/2016, que são, dentre eles:

- (i) ser constituída em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº 8.742/1993;

⁶⁶ Sigla estabelecida pelo conceito do direito administrativo, evidenciado no Art. 37. da CF-1988 que estabelece que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

- (ii) estar inscrita no respectivo conselho municipal de assistência social ou no conselho de assistência social do Distrito Federal, na forma do art. 9º da Lei nº 8.742/1993;
- (iii) estar cadastrada no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, na forma estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2017, Online).

Faz-se necessário contextualizar que o marco regulatório vale para demarcar a circunstância institucionalizada da sociedade civil no trato das políticas públicas no contexto do enxugamento do Estado frente às questões sociais, entendendo que muitas das parcerias se dão por intermédio de destinação de verba direto ao fundo, não sendo investimento do tesouro municipal, por exemplo, como no caso da destinação do imposto de renda⁶⁷.

Muito engano é afirmar que as OSCs são mantidas por meio das parcerias, ou que todas elas recebem algum tipo de verba para a execução de seus serviços no trato da política pública.

Segundo dados da Abong (2015), em pesquisa realizada no ano de 2014, 54% das OSCs entrevistadas recebem doações voluntárias de pessoas físicas e 49% acessam também mensalidades e anuidades de associados. Aponta ainda os dados do IPEA que sinaliza dentre as mais de 290 mil organizações existentes no país, menos de 10 mil instituições celebraram convênios com o governo federal, mostrando que o percentual do orçamento federal que foi destinado a organizações sem fins lucrativos alcançou categorias de hospitais, santa casas, fundações diversas, não chegaram a 5% do montante.

⁶⁷ “Quem paga Imposto de Renda ainda pode decidir o destino de parte do valor devido. Qualquer pessoa física que tenha imposto a pagar pode indicar essa destinação no momento da declaração do IR, [...]. Até 3% do imposto pode ser direcionado a instituições escolhidas pelo contribuinte. A verba pode ser direcionada aos Conselhos (municipais, estaduais ou nacional) dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos do Idoso. Também estão entre os possíveis beneficiários projetos culturais (com destinação ao Fundo Nacional de Cultura) e programas de incentivo à atividade audiovisual e ao desporto (em projetos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte). Também podem receber o incentivo de até 1% do imposto devido o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica. As doações a esses dois programas não entram na soma dos 3% dos outros casos, de modo que, no total, o contribuinte pessoa física pode decidir o destino de até 5% do imposto devido ao fazer sua declaração. A regra não vale para pessoas jurídicas. A destinação dessa porcentagem do IR não representa nenhum gasto extra da parte do contribuinte. Basta indicar essa destinação no momento da declaração do IR de pessoa física. **Criança e adolescente** – Para os Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a destinação de parte do IR pelos contribuintes representa uma importante fonte de recursos para investimento em projetos e iniciativas voltadas ao atendimento a esse público. A indicação da destinação pode ser feita aos fundos sociais que mantêm os Conselhos, e a verba vai diretamente aos fundos indicados [...]. **Idosos** – Também podem ser beneficiários das doações os Conselhos (Nacional, Estadual ou Municipais) dos Direitos do Idoso. [...]” (MPPR, 2019, Online).

Os dados mostram a perversa lógica lunática do Estado em seu estágio de ofensiva, onde regula, terceiriza e privatiza o trato da coisa pública e em pouco tempo, de forma esdrúxula transfere a responsabilidade, já institucionalizada na sociabilidade, à sociedade civil, se ausentando de tal maneira, descaracterizando o dever do Estado para com as vulnerabilidades, sobretudo, à seguridade social, fato que está em evidência no atual contexto econômico-político brasileiro.

3.3 O trabalho do assistente social na Política de Assistência Social

A Política de Assistência Social se caracteriza enquanto um dos lócus privilegiados para a atuação do assistente social. Sendo um espaço, salvo as observações, de intervenção pública no contexto neoliberal de trato às expressões da questão social.

Políticas sociais, que de acordo com Paulo Netto (2011), representam, de algum modo, respostas por meio do enfrentamento dos trabalhadores para com as expressões do capitalismo, muito embora, representa-se enquanto recurso que atende aos interesses de ambas as classes nesse processo.

[...] configura-se, no contexto da estagnação, como *um terreno importante da luta de classes*: da *defesa* de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho. (BEHRING, 2009, p. 328).

Só é possível compreender o trabalho do assistente social na política de assistência social através da devida apreensão da sociabilidade do capital, como suas contradições são metabolizadas no cotidiano da vida social dos indivíduos, sobretudo, considerando a perversa lógica de Estado reducionista aos interesses públicos e sociais.

Considerando a relação entre políticas sociais, questão social e Serviço Social, sobretudo, a forma como o Estado adota para enfrentar as expressões da questão social, através das políticas públicas, entende a historicidade em tais vinculações. O Serviço Social que, historicamente se faz presente na execução de políticas públicas reguladas pelo Estado é um dos profissionais com maior representatividade na Política de Assistência Social, entendendo a sua habilidade em

propor, gerir e executar políticas, programas, serviços e projetos sociais, estando presente em todas as etapas da gestão de políticas públicas (YAZBEK, 2009).

A reestruturação dos aparelhos estatais, que acontecem devido ao agravamento das expressões da questão social no neoliberalismo traz desafios ao trabalho profissional do assistente social no campo da Política de Assistência Social, tais desafios também apresentados em outros espaços sócio-ocupacionais. Entendendo esta circunstância enquanto inerente ao estágio do capital, sobretudo, contexto que reflete nos serviços públicos que são oferecidos à população por meio das políticas sociais.

[...] o avanço da contrarreforma do Estado e da reestruturação produtiva na década atual do século XXI tem “aprimorado” as suas ações, apresentando significativas consequências para a classe trabalhadora, como aquelas aqui tratadas, com impacto direto para o trabalho de assistentes sociais. (MATOS, 2015, p. 688).

Com a contextualização da conjuntura e o desenvolvimento da Política de Assistência Social brasileira, que vem sendo alvejada e sucumbida pelos governos liberais, é demandado aos profissionais assistentes sociais além de comprometimento, mas sim aprofundamento crítico para, sobretudo, lutar pelo Estado democrático de direito⁶⁸, tendo em suas pautas o fortalecimento dos espaços de controle social, a participação democrática da população nos processos determinantes da política, universalização da seguridade social, dentre outras pautas que devem estar presentes no cotidiano do profissional. Desejo esse que vem sendo concebido desde que a profissão assumiu definitivamente apoio à classe trabalhadora e a luta pela igualdade e discriminação de qualquer espécie.

Imprimem novas racionalidades às formas de organização do Estado e das políticas públicas alterando os processos de distribuição do fundo público e, conseqüentemente, os modos de organização e prestação dos serviços sociais [...]. Essas mediações são fundamentais para a compreensão dos traços universais que particularizam o campo das políticas públicas e, conseqüentemente, os processos socioinstitucionais que irão demarcar as condições nas quais se organizam os processos de trabalho coletivos nas diferentes políticas setoriais e neles o trabalho do assistente social. (ALMEIDA; ALENCAR, 2015, p. 165-166).

⁶⁸ “[...] O Estado Democrático de Direito, modelo estruturado, fundamentalmente, na conformação de uma vontade geral, conciliadora da vontade do indivíduo e da vontade do Estado. Consolida-se como estrutura vocacionada à permanência, comprometida com a função social e a garantia de direitos fundamentais e sociais, constitucionalmente assegurados, assumindo, a democracia, portanto, papel civilizatório na relação sociedade Estado” (PIRES; COSTA, 2012, p. 172).

Essas determinações da dinâmica do capital refletem diretamente no mundo do trabalho, na forma como o Estado se posiciona, sobretudo, na organização da sociedade civil, afeta de forma intensificada o trabalho do assistente social inserido nas políticas públicas por vivenciar todas as dimensões desta determinação. Estando sujeito ao

[...] perfil assumido pelo Estado, em relação às políticas públicas, do alargamento e amplitude dos direitos sociais, dos do alcance da intervenção política resultante das disputas das instituições que conformam a sociedade civil, da constituição e distribuição do fundo público e da capacidade tecnológica e resolutive das políticas públicas. A combinação destes diferentes fatores é determinante para a definição das formas de ingresso, contratação, treinamento, capacitação continuada e disposição organizacional desta força de trabalho. (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 146).

Esta relação se dá, de forma como a sociabilidade em várias determinantes, de maneira dicotômica. Mesmo dentre as fragilizações da política pública, do reducionismo do Estado e do rebatimento aos profissionais assistentes sociais que se não inseridos na política, dialogam com a mesma em seu fazer profissional.

Contudo, a operacionalização do SUAS não é primazia do profissional assistente social, conforme explicitado pela NOB/RH (2006), os equipamentos devem compor equipe mínima de referência. Equipe esta que será responsável pelo planejamento, execução e monitoramento dos programas, projetos e serviços, devendo seguir a rigor o caráter da multidisciplinaridade.

Desta maneira, para a materialização da Política de Assistência Social é necessário de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, quais se caracterizam contemporaneamente enquanto as principais áreas do saber atuando no SUAS, quais:

[...] podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, os/as profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida. (CFESS, 2012, 2012).

Desta forma, o trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, através das equipes de referência, que tem sua matricialidade sociofamiliar⁶⁹ não deve ser esvaziado de criticidade e, perspectiva de totalidade, relacionando-os com os fatores determinantes do cotidiano da vida social na sociabilidade do capital, para não reduzir a ação profissional ao familismo, usando a família não como sujeito de potencialidades e de lócus que carece de intervenção do estado, mas de espaço que deve suprir as condições a qualquer custo de bem-estar social de seus indivíduos.

Neste contexto, de trabalho na Política de Assistência Social, depara-se com dados que apontam a significativa crescente dos trabalhadores no SUAS, representando 30,7% entre 2005 a 2009 (SILVEIRA, 2011).

A expansão da política de assistência social vem demandando cada vez mais a inserção de assistentes sociais comprometidos/as com a consolidação do Estado democrático dos direitos, a universalização da seguridade social e das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social democrático. Isso requer o fortalecimento de uma intervenção profissional crítica, autônoma, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora e com as organizações populares de defesa de direitos. (CFESS, 2012, p. 4).

A maior demanda, sobretudo, pelo assistente social no SUAS, dentre o trabalho interdisciplinar que se constitui a política (RAICHELIS, 2009), retrata o requerimento e fortalecimento pela intervenção profissional ética, especialmente o aprofundamento teórico crítico da categoria, que conforme consoante às normativas do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2012, p. 5), a atuação não pode ter a “[...] execução das atividades arroladas nos documentos institucionais, sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais [...]”. Assim, o assistente social não deve ter sua atuação sob o caráter tecnicista, reduzida aos “manuais e orientações do governo”.

[...] o SUAS ele revela muitas contradições que estão expressas nos documentos do MDS [...]. Como nós temos dois projetos em tensão, um projeto privatizante e um projeto de uma Política de Assistência Social pública, universal e para todos. A gente vai ter então esses documentos expressando essas contradições. Quando eu falo que o SUAS é para ser universal, pra quem dele necessitar e, ao mesmo tempo eu só tenho benefícios que atendem a extrema pobreza eu estou criando diversas

⁶⁹ “Eixo estrutural da gestão do SUAS. Conforme a LOAS, a Assistência Social tem como um de seus objetivos a proteção à família e a convivência familiar como um dos seus princípios” (BELO HORIZONTE, 2007, p. 67), devendo se atentar para que a centralidade da família enquanto grupo de fragilidades e potencialidades para com os indivíduos não torne reducionista a concepção e ações ao “Familismo”. Concepção esta desenvolvida por (MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015).

contradições, nas quais nós profissionais, que estamos lá nas políticas vamos ter que lidar [...]. Os documentos do MDS foram muito importantes [...], mas eles muitas vezes engessaram as ações profissionais [...]. Os manuais operacionais de CRAS, CREAS, de trabalho social com famílias, acabaram se tornando guias normativos e orientativos da prática social, e isso é um problema, porque eles são documentos governamentais, então os documentos do MDS vão dizer, “olha qual é a função do SUAS no atual contexto? É fazer trabalho social com famílias! [...]”. Para analisarmos o trabalho social com famílias, temos duas perspectivas [...], nós podemos perceber o trabalho que a gente realiza com as famílias do ponto de vista da Política de Assistência Social, daí eu pego os manuais, eu leio e traduzo, faço o grupo, faço tudo o que o manual está me dizendo ou eu vou entender que o trabalho social com famílias é aquele que faz parte do nosso Projeto Ético-Político, que está expresso na nossa construção [...], a importância do trabalho disciplinar, ou seja, da minha formação, da minha base teórica, ética-política. Então o trabalho com famílias, essa ação que a gente realiza com famílias, ele tem que trazer a perspectiva da minha formação e não a perspectiva do MDS, porque o MDS [...] as cartilhas faz parte de uma estratégia de governo e que nem sempre vai responder o que meu projeto ético-político está trazendo [...]. (RONZONI, 2016, Via Comunicação Oral).

Compreendendo todas as determinações e os projetos que estão em disputa e, conseqüentemente estão imbricadas no cotidiano profissional do assistente social na Política de Assistência Social, é ainda mais relevante, a requisição da categoria pelo fortalecimento, pela intervenção crítica, sobretudo, comprometida com o princípio ético-político para com a classe trabalhadora.

Através desta perspectiva, refletir sobre as competências e atribuições profissionais do assistente social inseridos na Política de Assistência Social, entendendo que a mesma deve ser sob a luz do Projeto Ético-Político, consoantes com o Código de Ética e a Lei de Regulamentação Profissional, que quando respeitados podem contribuir para que o profissional, junto aos demais, podem contribuir para o fortalecimento no trabalho de base e sucessivamente na construção de uma nova ordem societária, mais justa e igualitária.

A dimensão do coletivo, também é uma categoria importante que não deve ser deixada de lado, visto que é a partir desta que os estágios do trabalho se materializam, como: gestão institucional, gestão da política pública, gestão do próprio trabalho, orçamento, controle social, planejamento, controle social, dentre outros, sobretudo, que conduzem o fortalecimento da categoria enquanto trabalhadores do SUAS.

É necessário que as atribuições e competências profissionais do assistente social trabalhador no lócus da Política de Assistência Social esteja condensada no movimento de apropriação das dimensões do Serviço Social, a fim de capacitá-lo a

apreender a sociabilidade do capital e a dinâmica da realidade social local, entendendo que,

[...] a visão ético-política, o lugar onde eu quero chegar e o lugar que eu quero para o meu usuário, para o SUAS é o que a gente tem que levar em consideração. O trabalho social com famílias, ele vai se desenvolver através de um conjunto de ações, mas eu tenho que fazer opções de como realizá-lo, e a mudança, ela não vem através dos documentos oficiais, ela vem através da contra-hegemonia, ou seja, nesse momento onde a gente quer construir um trabalho social com famílias, se a gente simplesmente executar o que o governo nos manda a gente não vai conseguir fazer nada, é o contrário, a gente tem que fazer o que a gente se formou e se propôs para estar realizando [...]. (RONZONI, 2016, Via Comunicação Oral).

A necessidade desse trabalho na realidade brasileira é urgente e fugiria do padrão tradicional, deixando de ser fragmentada e fortaleceria o trabalho executado pela equipe o que causaria sim, mudança no paradigma do brasileiro.

A perspectiva multidisciplinar presente na Política de Assistência Social deve contemplar uma abordagem ampla, sobretudo, à respectiva complexidade que a ela é exigida ao trabalho social, que tem centralidade na família, que consoante Miotto (2009):

Família é um espaço muito complexo que se constrói e se reconstrói histórica e cotidianamente através das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros, entre ela e seus membros com outras esferas da sociedade, como o Estado, o trabalho e o mercado. A sua organização enquanto unidade de cuidado e também de redistribuição interna de recursos demonstra que a família tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos políticos e econômicos, além da capacidade de produção de subjetividades. Portanto, a família não é apenas uma construção privada, ela é também uma construção pública. (MIOTO, 2009, p. 109).

Considerando a complexidade da Instituição família, enquanto um espaço dinâmico e político na sociabilidade do capital, a perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar contribui na construção crítica do trabalho social, considerando sua subjetividade. As diversas áreas do saber contribuem na unidade do trabalho em equipe, corroborando para a “[...] convivência das diferentes abordagens teórico-metodológicas que fundamentam a análise e intervenção da realidade e estabelecimento do que é próprio e específico a cada profissional” (CFESS, 2012, p. 26).

O trabalho com famílias nesta perspectiva não é linear, ele se materializa de forma contraditória, aspecto este que se constitui cotidianamente na dinâmica do

trabalho no capital. Desta forma, o trabalho profissional do assistente social na Política de Assistência Social, como das outras áreas do saber que estão comprometidas com a garantia dos direitos sociais, devem ter claramente suas habilidades e propósitos para a construção da realidade social consoante com a dimensão ético-política da profissão.

Muito embora, o trabalho deve ser pautado nos eixos: planejamento, que envolve conhecimento para formular, planejar e implementar planos de trabalho individual, coletivo e institucional; o sociopolítico, que corresponde a toda organização coletiva, mobilização, fortalecimento comunitário, da própria categoria, dos trabalhadores de um modo geral; e o prático interventivo, que será a materialização das respostas às demandas apresentadas no cotidiano da ação profissional do assistente social (RONZONI, 20016, Via Comunicação Oral).

Neste caminhar e direção, o CFESS lança o documento “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”, que traz as competências gerais e específicas para o norteio da atuação profissional nesta política.

Esses parâmetros têm como pressuposto que a definição de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho deve ser prerrogativa dos/as assistentes sociais, de acordo com sua competência e autonomia profissional. Isso significa que não cabe ao órgão gestor estabelecer padronização de rotinas e procedimentos de intervenção, pois o trabalho profissional requer inventividade, inteligência e talento para criar, inventar, inovar, de modo a responder dinamicamente ao movimento da realidade. (CEFSS, 2012, p. 4).

Esta publicação, enquanto documento de respaldo da categoria, se fundamenta e referencia legalmente nos princípios do Código de Ética atual profissão, as competências e atribuições destacadas na Lei de Regulamentação da Profissão, os princípios da Resolução CFESS 493/06 e os destaques contidos nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, organizadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

De acordo com o contexto apresentados pelo documento, existem competências que são fundantes para a apreensão do contexto sócio-histórico, qual se situa a intervenção do assistente social nesta política. Entre elas consta:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;

- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 1996, *apud* CEFSS, 2012, p. 18-19).

É a partir da abstração por meio das competências que possibilita o assistente social, realizar constantemente a análise de conjuntura através da perspectiva crítica, para a materialização de sua intervenção no cotidiano da Política de Assistência Social, indo na negativa de reproduzir os mandos do capital na tendência à racionalização ao trabalho tecnocrata.

A dimensão interventiva está presente nas competências específicas do assistente social trazidas pelo documento do CFESS, aspectos apresentados de forma complementar e indissociável.

1. uma dimensão que engloba as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, bens e equipamentos públicos. Essa dimensão não deve se orientar pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias (próprio da Psicologia), mas sim à potencialização da orientação social, com vistas à ampliação do acesso dos indivíduos e da coletividade aos direitos sociais;
2. uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal;
3. uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas;
4. uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs;
5. uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social;
6. Uma dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e saberes no campo dos direitos, da legislação social e das políticas públicas, dirigida aos/às diversos/as atores/atrizes e sujeitos da política: os/as gestores/as públicos/as, dirigentes de entidades prestadoras de serviços, trabalhadores/as, conselheiros/as e usuários/as. (CEFSS, 2012, p. 20-21).

Pela materialização das dimensões apresentadas pelo CFESS, observa-se o arsenal de possibilidades que estão atreladas às competências dos profissionais, podendo elas ser determinantes no estabelecimento de ações e estratégias na composição de reformas e transformações na realidade da vida social.

Neste contexto, ainda traz aos profissionais assistentes sociais que atuam na Política de Assistência Social competências que identificam enquanto essenciais para a realização nesse campo, podendo destacar:

- realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social;
- formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social, em órgãos da Administração Pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social;
- planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais;
- contribuir para viabilizar a participação dos/as usuários/as no processo de elaboração e avaliação do plano de Assistência Social; prestar assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada à política de Assistência Social e acesso aos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social;
- realizar estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- elaborar projetos coletivos e individuais de fortalecimento do protagonismo dos/as usuários/as;
- acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos/as usuários/as. (CFESS, 2012, p. 21-22).

Deter o conhecimento sobre estas normativas orientativas, sobretudo, estar em constante movimento de aprofundamento teórico sobre a sociabilidade do capital possibilita o profissional atuar associado a seu Projeto Ético-Político, apropriando de suas competências para propor, implementar e executar ações que represente constante enfrentamento às tendências que limitam à atuação emancipadora, sobretudo, ao desmonte do Estado democrático de direitos, circunstância que está sendo muito cara aos profissionais no cotidiano.

Faz-se necessário através desta compreensão crítica que o profissional se coloque enquanto resistência de toda ação profissional pontual, ou reduzida à aspectos de financeirização da política pública ou da perspectiva do familismo presente na relação pública do Estado. Assim na contemporaneidade é necessário que o trabalho do assistente social englobe,

[...] diferentes competências e atribuições configurando modalidades interventivas que partem da identificação de necessidades sociais individuais, familiares ou coletivas, com crítica e sistematização das condições de vida da população usuária, reconhecimento e atendimento às necessidades básicas, no acesso aos direitos, serviços públicos. E em procedimentos metodológicos direcionados pelos princípios ético-políticos possibilitem o desenvolvimento de abordagens que coletivizem as reflexões, transfigurem a cultura da ajuda e resulte em novas práxis. (SILVEIRA, 2009, p. 356).

Nesta compreensão, o assistente social, não somente aos inseridos na Política de Assistência Social, devem romper com visões e abordagens conservadoras funcionalistas e pragmáticas, as quais vão ao encontro da lógica neoliberal no que tange ao Estado mínimo aos interesses sociais, perspectiva esta de culpabilização dos indivíduos sociais e reafirmam intervenções que trazem a compreensão da individualidade nos problemas determinantes da sociabilidade do capital.

Dentre os aspectos da política, é importante ressaltar, a importância da organização enquanto classe, tendo em vista a direção profissional, que é implícita, porém, na continuidade do avanço aos pressupostos do projeto ético político, sobretudo, às questões que serão materializadas na Política de Assistência Social.

O assistente social, no lócus da Política de Assistência Social, deve direcionar seu fazer profissional de forma com que estimule o desenvolvimento de potencialidades e autonomia dos sujeitos da intervenção profissional, muito embora, não se trate dos meios vinculados ao mercado de trabalho, quando se fala em potencialidades e autonomia, fala-se de todas as formas, não somente as ligadas ao mundo material, mas do sujeito social, em se reconhecer enquanto classe e se organizar em sujeito social coletivo em favor da construção de seus direitos sociais.

Em outras determinantes, é importante ressaltar, o lócus privilegiado que a Política de Assistência Social representa ao profissional assistente social no que tange à proximidade na esfera do cotidiano da vida social dos indivíduos, da base. Neste

terreno é apresentada a grande potência para a dimensão educativa do fazer profissional do assistente social.

A Assistência Social se revela, tradicionalmente, muito mais para os carentes e os marginalizados. Por outro lado, essa caracterização sobre uma Política Pública provoca a reflexão permanente sobre o que fazer para consolidar práticas transformadoras e como fazer para instigar a participação ativa dos usuários dos usuários num processo já deflagrado [...]. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, traz a possibilidade de construir um novo processo de descoberta e re-significação de ser cidadão e pertencer a um coletivo [...] A educação, entendida como a essência da transformação, revela possibilidades de ensino, o processo que viabiliza a educação das pessoas acontece em todos os espaços coletivos, pautados nos valores sociais [...]. (LIRA, S/D, p. 16-17).

O que Lira propõe ao dizer sobre a possibilidade de ensino para que o cidadão volte a se sentir presente e participe de um grupo é tarefa urgente. Não se pode fazer frente ao sistema vigente de forma individualizada, é um trabalho coletivo e para profissionais que acreditem na emancipação do cidadão seja a saída para a exploração e fragmentação dos direitos socialmente conquistados, pois um cidadão consciente de seus direitos saberá como cobrá-los e, sem sombra de dúvidas, o conhecimento continua a ser o caminho mais propício para a emancipação humana.

Desta forma, “pensar uma prática político-pedagógica implica pensar na concepção de ser humano e de sociedade que se pretende construir e, na qualidade do serviço que se quer prestar” (QUEIROZ, S/D, p. 4.).

CAPÍTULO 4: A DIMENSÃO EDUCATIVA NO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL INSERIDO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR INTERMÉDIO DAS OSCs NA CIDADE DE BARRETOS-SP.

4.1 O Percurso Metodológico

Entendendo que o desnudamento da realidade não acontece sem intencionalidade, é necessário o recurso da pesquisa, enquanto recurso essencial para conhecer o real, devendo ir além do aparente.

Pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partimos do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície. Não é o que aparenta à primeira vista. Ademais, nossos esquemas explicativos nunca esgotam a realidade, porque esta é mais exuberante que aqueles. A partir daí, imaginamos que sempre existe o que descobrir na realidade, equivalendo isto a aceitar que a pesquisa é um processo interminável, intrinsecamente processual. É: um fenômeno de aproximações sucessivas e nunca esgotado [...]. (DEMO, 1985, p. 23).

Continuando esse raciocínio entende-se que a pesquisa é fundante para a realização da ciência e a sua devida contribuição para a sociedade. As reflexões aprofundadas sobre pesquisa é algo presente também nas construções de Minayo, que traz a compreensão,

[...] por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento a ação. [...] as questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. (MINAYO, 2016, p. 16).

Considera-se que a pesquisa não é “neutra”, o interesse do estudo já é um ato político que determina seu posicionamento ao determinar seu objeto e seus objetivos. Esses interesses que surgem através da metabolização do real vivido pelo(a) pesquisador(a). Como acrescenta Bourguignon, os percursos traçados “[...] estão, portanto, relacionados aos interesses do pesquisador [...]. É fruto da inserção do pesquisador no real que, dado a sua complexidade, instiga a busca, [...] a possibilidade de recriação” (BOURGUIGNON, 2005, p. 2).

Com o objetivo de compreender a dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social inserido na esfera não governamental sem fins lucrativos, através da Política de Assistência Social na cidade de Barretos-SP, busca-se o **método** que corresponde e tem a capacidade de desvendar o objeto de estudo, considerando a realidade em movimento, entendendo as categorias de transformação na sociedade capitalista.

A centralidade na matriz teórica do **materialismo histórico dialético** atende os objetivos da pesquisa, oferecendo condições de aproximações com o real, considerando aspectos históricos, culturais, sociais, bem como as categorias da totalidade e da contradição necessários para a leitura dos processos sócio -históricos que se colocam na sociedade capitalista e do próprio Estado vigente.

Segundo Marx, a dialética se dá:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independente de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência, O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1987, p. 29-30).

Compreender que a forma como o sistema capitalista é organizado determina as condicionalidades da vida em sociedade é uma das maiores contribuições que a dialética proporciona. Apreender este processo juntamente ao objetivo deste estudo proporciona maior nitidez ao resultado da pesquisa, através das aproximações com o real.

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é antiga concepção na evolução das idéias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo [...]. Mas o materialismo dialético não só tem como base de seus princípios a matéria, a dialética é a prática social, mas também aspira ser a teoria orientadora da revolução do proletariado. O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da sua humanidade. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Considerando o direcionamento político da pesquisa, que entende a dimensão educativa enquanto uma fecunda característica do Serviço Social no trabalho junto à população, tendo como possibilidades fertilizar grandes mudanças e transformações sociais através da classe trabalhadora, público alvo a qual a categoria se coloca, este método possibilita as devidas leituras e análises objetivadas.

Não deixando se perder do processo a categoria fundante para qual o Serviço Social está e se compromete ética e politicamente, visto que, no âmbito da ciência

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo [...], passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação Métodos das Ciências Sociais com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados. (GIL, 2016, p. 22).

Desta forma, a partir do norteio crítico que o método oferece à pesquisa, foi desenvolvido uma caminhada metodológica visando o alcance dos objetivos propostos inicialmente. Entendendo que a **metodologia científica** se faz útil e necessária para a organização do caminho a ser percorrido, no cuidado da junção do método com os procedimentos metodológicos, auxiliando no caminhar desta pesquisa, no que diz respeito às aproximações com a realidade.

A partir do método materialismo histórico dialético possibilita a real compreensão de como as contradições se dão na realidade cotidiana. Este tem como princípio a dinamicidade do cotidiano, compreendendo tais contradições postas, baseando-se na concepção de que o movimento acontece mediante a contradição ou negação e recusa do posto e do vivenciado.

Como coloca Minayo (2004, p. 21), a abordagem qualitativa de pesquisa lida com questões particulares da realidade, aspectos que não podem ser mensurados, e sim com significados, crenças e valores, ou seja, com a subjetividade. Sendo assim, esta pesquisa buscou a valorização da subjetividade dos participantes e a análise dos fatos em uma perspectiva de totalidade e contradição, buscando alcançar os objetivos inicialmente propostos.

Nessa pesquisa, por meio da visão crítica-dialética possibilita a compreensão da realidade cotidiana considerando a subjetividade, o inesperado, o imprevisível e o imensurável.

Como apontado por Minayo (2016), a pesquisa é uma atividade básica para a construção da ciência, indagando e construindo a realidade, no entanto, é necessária a junção das esferas, teórica e prática. Desta forma, a presente pesquisa se aprofunda na práxis profissional para conhecer melhor a realidade pesquisada.

Essa investigação foi realizada a partir de **estudo exploratório**, utilizando dois modelos de pesquisa: teórica ou bibliográfica e de campo.

Em primeiro momento, a **pesquisa bibliográfica**, a qual se realizou a partir de material já publicado, referências teóricas utilizadas desde a construção do projeto desta pesquisa, sobretudo, teorias publicadas por outros autores, o que permitiu permear o estudo através da contribuição de terceiros (SEVERINO, 2016). Foram utilizados livros, produções acadêmicas, artigos científicos, legislações e publicações oficiais relacionadas às categorias centrais de análise para o desvendamento do objeto, sendo: Trabalho; Serviço Social; Dimensão Educativa. A busca se deu principalmente nas obras de Karl Marx, Harry Braverman, Marilda Villela Iamamoto, Maria Dalva Horácio Costa, Sara Granemann, Ney Luiz Teixeira de Almeida, Giovanni Alves, Paulo Freire, Marina Maciel Abreu, Marina da Glória Gohn, dentre outros.

Em segundo e último momento foi realizada a **pesquisa de campo**, que como diz Gil (2007), tem mais aprofundamento nas questões propostas pela investigação, pois o pesquisador vai buscar no campo desvendar o que evidenciou na parte teórica da pesquisa.

No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de uma interação social com o pesquisador, daí resultando num produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída [...]. (MINAYO, 2016, p. 57).

Esses procedimentos metodológicos possibilitaram à pesquisadora o acesso às informações existentes sobre o objeto de estudo e a possibilidade de identificar e descrever o que foi descoberto através da pesquisa de campo e, conseqüentemente, produzir novos conhecimentos, o que poderá contribuir de maneira direta e indireta com a comunidade acadêmica, profissional e social.

A trajetória investigativa que se deu na pesquisa de campo, compreendida como processo de apreensão ou recolha dos dados, foi realizada por contatos diretos / indiretos, bem como pessoalmente, para buscar informações e assim obter o acesso direcionado aos participantes da pesquisa.

Barros e Lehfeld (2007, p. 105), explicam que esse processo é uma das fases da pesquisa que tem como objetivo aplicar algumas técnicas para melhor aproveitamento e aproximação do objeto de estudo.

A pesquisa de campo, inicialmente havia sido planejada para ocorrer em três estágios, a partir da utilização das técnicas de recolha de dados a seguir: questionário, entrevista e grupo focal.

O questionário, primeiro estágio da pesquisa de campo, foi composto, como colocado por (SEVERINO, 2016, p. 134) como parte de articular sistematicamente as informações dos participantes da pesquisa, sendo esta etapa realizada para a caracterização dos participantes da pesquisa.

Na sequência, após a devolução dos questionários respondidos, foi agendada a entrevista semiestruturada. E por final, havia sido planejada, a realização de um grupo focal, com a participação dos participantes da pesquisa. Consoante Gatti:

[...] no âmbito das abordagens qualitativas em pesquisa social, a técnica do grupo focal vem sendo cada vez mais utilizada [...]. Os participantes devem ter alguma vivência com o tema a ser discutido, de tal modo que sua participação possa trazer elementos ancorados em suas experiências cotidianas. (GATTI, 2005, p. 7).

O objetivo inicial da utilização do grupo focal era o de possibilitar a discussão e aprofundamento sobre o objeto de estudo, provocando a troca entre os profissionais e a construção de uma concepção sobre a dimensão educativa no trabalho profissional de forma coletiva. Tendo como intento que este procedimento representaria ser um espaço de trocas, aprendizados, enriquecimento e construções coletivas no que diz respeito à temática, podendo surtir efeitos positivos na intervenção profissional dos envolvidos na pesquisa. Como colocado por Gatti (2005, p. 10), quando “comparado à entrevista individual, ganha-se em relação à captação de processos e conteúdo [...] ideológicos, representacionais, mais coletivos [...]”.

A quantidade de participantes demarcava a necessidade de desenvolver este procedimento, criando um paralelo sobre a percepção individual e, após com o grupo, coletiva. Visto que, com a composição do grupo focal poderia ser um espaço fértil para surgir elementos que, individualmente, os(as) participantes da pesquisa talvez não seriam levantados.

No entanto, com o decorrer da pesquisa, notou-se pela pesquisadora que todas as possibilidades reflexivas pela maior parte dos(as) participantes da pesquisa se esgotaram na segunda etapa, a entrevista, sendo desnecessário percorrer mais uma etapa, considerando que já haviam sido identificadas as pequenas probabilidades de construção ética, sem ser tendencioso no aprofundamento crítico da temática com os profissionais assistentes sociais.

A pesquisa em sua totalidade obedeceu e se embasou ao regido no Código de Ética do Assistente Social no que diz respeito aos princípios ético-político, em

defesa dos princípios como a liberdade, democracia, cidadania, direitos humanos, equidade e justiça social, bem como apresentado pela Resolução CNS 510/2016.

Depois de realizados os procedimentos de apreensão de dados, as entrevistas foram transcritas e, depois, os conteúdos foram analisados com base na fundamentação teórica da pesquisa, a partir do conceito crítico dialético.

4.2 O Cenário da Pesquisa:

A investigação buscou compreender a perspectiva da dimensão educativa do trabalho profissional dos assistentes sociais vinculados às Instituições da sociedade civil inseridas na Política de Assistência Social da cidade de Barretos-SP.

Barretos, cidade localizada no noroeste do estado de São Paulo, tem 164 anos de história e é mundialmente conhecida como a terra da Festa do Peão de Boiadeiro, a área agropecuária e é muito forte em toda sua região.

A cidade já teve muito prestígio em seu desenvolvimento econômico, desde unidades industriais cafeeiras e grandes frigoríficos, unidades de transporte ferroviário, dentre outros. Sem contar com a grande produção do agronegócio que sempre empregou os munícipes da cidade, como demais pessoas de outros estados. Com o avanço do neoliberalismo e as estratégias do capital frente à crise financeira esse cenário veio sofrendo algumas mutações.

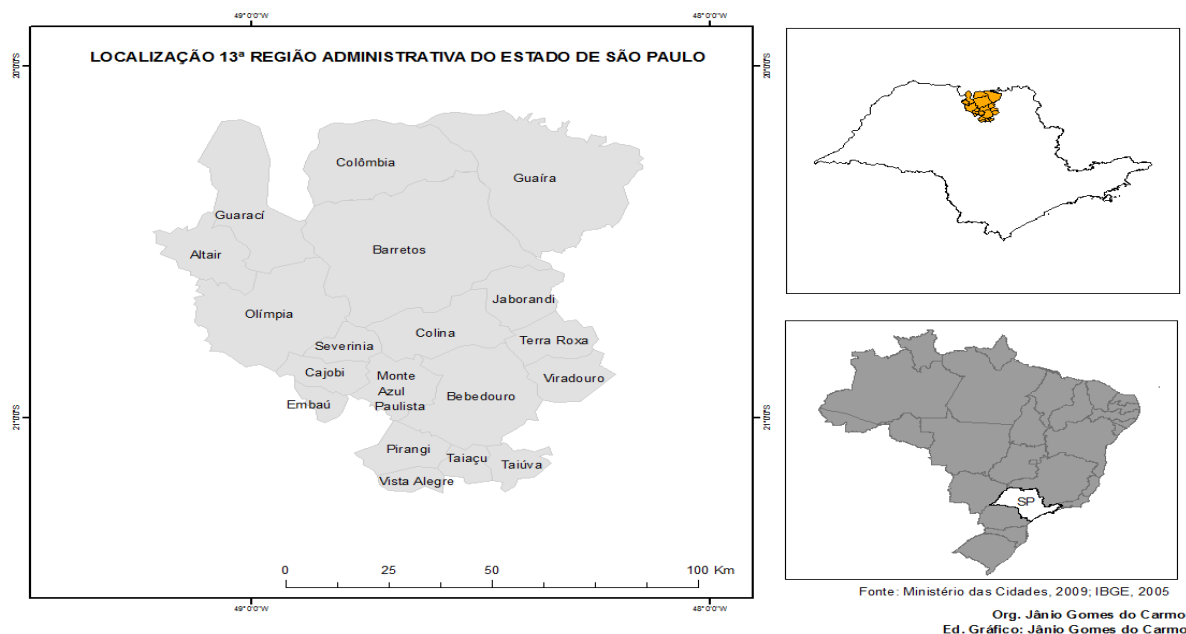
Sua localização geográfica demarca a região desenvolvida que a cidade pertence, fazendo parte da Mesorregião⁷⁰ de Ribeirão Preto, região nacionalmente reconhecida como uma das maiores na produção sucroalcooleira. Muitos munícipes de Barretos fazem parte desta cadeia produtiva, no entanto, o retorno fiscal dessa produção não vem à cidade, visto que as unidades das usinas estão locadas em outros municípios de menor porte.

Barretos é a cidade sede da divisão administrativa do estado, compondo a 13ª microrregião do estado de São Paulo, detendo enquanto município sede, equipamentos públicos de regulação dos serviços estaduais nas diversas políticas

⁷⁰ “Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa” (SEED, Online).

públicas, tais quais: Regional de Saúde, DRADS – Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social, Diretoria Regional de Ensino - DRE.

Figura III: Mapa - Localização da 13ª RE - Região Administrativa do Estado de São Paulo



Fonte: BARRETOS, 2015, p. 29.

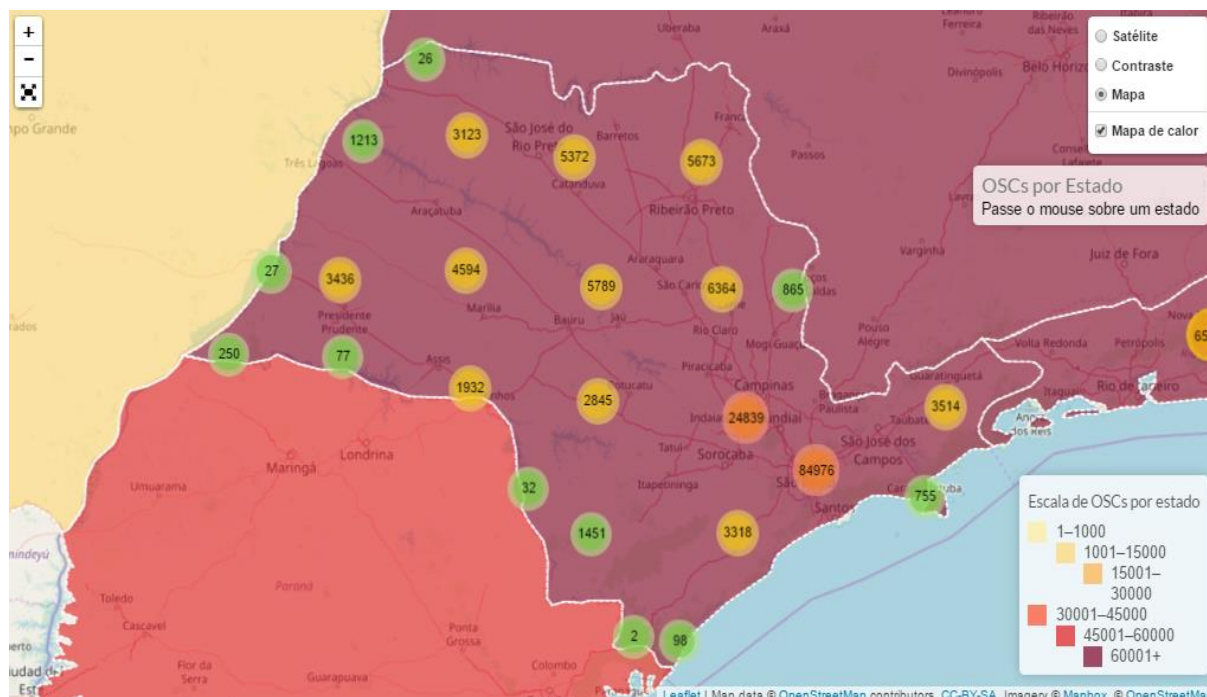
A cidade de Barretos é a mais populosa de sua região administrativa. Sua região representa mais de 4% de toda a área do estado de São Paulo, tendo nesta demarcação a quarta maior densidade demográfica do estado.

Em 2010 a população total da região somava quase 420 mil habitantes, o que representava 1% da população do estado de São Paulo. Nota-se ainda que, 15 de 19 municípios que compõem a 13ª Região Administrativa apresentavam baixo número de habitantes, perfazendo entre 5 a 20 mil, sendo o município de Barretos o único a apresentar população superior a 100 mil habitantes. (BARRETOS, 2015, p. 29-30).

Esse fator pode ser entendido quando se descobre que a grande quantidade de usinas e frigoríficos presentes na região. Pois, são essas grandes organizações que são responsáveis por ofertar centenas de empregos diretos e indiretos fortalecendo a economia não somente de uma cidade, mas, de várias delas.

O estado de São Paulo, região geográfica em que se encontra a cidade de Barretos, caracteriza-se enquanto um dos estados com maior representatividade de Organizações da Sociedade Civil - OSC, tendo já captadas em censo, em todo o estado, mais de 160 mil iniciativas.

Figura IV: Mapa das OSCs – A realidade do estado de São Paulo



FONTE: IPEA, MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, Online.

Observa-se que na macrorregião de Ribeirão Preto o número já mapeado de OSC a classifica entre a quinta regional com maior número da iniciativa de OSC no estado, ou seja, os números regionais não se distanciam do estadual no que se refere aos índices federais. A região tem uma presença significativa das ações da sociedade civil no trato das problemáticas na sociabilidade do capital.

Na cidade de Barretos isto também se evidencia, a cidade tem em seu setor da saúde um importante referencial, também de renome mundial, trata-se do Hospital de Câncer, que recentemente teve o nome alterado visando atenuar o peso da palavra câncer e ao mesmo tempo prestigiar os cidadãos que estão envolvidos em sua rotina de atendimento. Seu nome agora é Hospital do Amor e tem reconhecimento pelos serviços altamente qualificados, tratamento oncológico “humanizado” e no desenvolvimento de pesquisas. Esta unidade de saúde se trata de uma Fundação, seu caráter organizacional se estabelece por iniciativa da sociedade civil no trato da política pública que é internacionalmente reconhecido.

A economia da cidade é fortemente baseada em atividades ligadas ao comércio de carne bovina. Em suas terras possui dois grandes representantes da agropecuária, os frigoríficos, Minerva e JBS.

Outro setor preponderante é o de comércio e serviços, fato destacado pela Associação Comercial e Industrial de Barretos (ACIB, Online), é que a cidade vem expandido seu parque industrial visando potencializar a geração de emprego, bem como a criação de um polo tecnológico, também investe vigorosamente no desenvolvimento do turismo, tendo em vista o fortalecimento constante da geração de emprego e renda neste setor em períodos turísticos. Vale destacar ainda, a importância da Festa do Peão para a cidade, pois durante seu desenrolar a cidade recebe regularmente 1.000.000 de visitantes contribuindo imensamente para o comércio local.

A cidade também conta com um grande e importante Centro Universitário, Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB, que representa um pólo de formação profissional de expressiva qualidade, destacando as faculdades de engenharias mais antigas e tradicionais no estado de São Paulo. A universidade também é referência em toda a sua região. Atualmente oferece mais de 20 cursos de graduação, além dos cursos de pós-graduação *lato-sensu* e mestrado profissional em odontologia. A instituição que é formada juridicamente enquanto fundação é patrimônio da comunidade barretense e tem, por décadas, contribuído com o desenvolvimento educacional de seus munícipes e populações de cidades arredores. (UNIFEB, Online).

O cenário da pesquisa, assim sendo, ficou constituído pela cidade de Barretos, interior do Estado de São Paulo, que possui segundo dados do IBGE (2018) cerca de 120.638 pessoas e uma área estimada de 1.566.161km.

A pesquisa tem grande importância no mundo acadêmico e científico por buscar verdades que estão além das aparências, buscando sempre descortinar a realidade e ir além do que se apresenta de imediato (DEMO, 1985). Dessa forma, todas as características apresentadas da cidade representam o que ela tem de melhor, a festa do peão, o comércio, a agropecuária e a presença da referência nacional e internacional em tratamento e prevenção do Câncer, o Hospital do Amor, assim, a pesquisa visa conhecer outros fatores que estão presente em todas cidades dessa grande nação, os desafios e dificuldades, bem como aspectos que possam promover a transformação social junto às bases nos territórios de intervenção do profissional assistente social, neste caso compreender a dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social vinculados às OSC no âmbito da Política de Assistência Social.

Para tanto, buscou-se conhecer o histórico da Assistência Social na cidade de Barretos, sobre as primeiras iniciativas, quem as desenvolvia até o momento em que se torna efetivamente um direito. Todas as informações a respeito dessa busca foram encontradas em um só documento, trata-se de uma produção da Prefeitura Municipal de Barretos em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, por meio dos técnicos da Vigilância Socioassistencial, denominado: Diagnóstico Socioterritorial do Município de Barretos/SP elaborado em setembro de 2015.

Esta publicação aponta que a Assistência Social realizada no município teve início no ano de 1929 por meio de iniciativas da sociedade civil, com a instalação da Santa Casa de Misericórdia, qual tinha como principal tarefa o cuidado com a saúde pública e o ensino sobre higiene para os barretenses. Os responsáveis por sua administração eram dos “provedores”, que participavam da política local, a organização era executada por membros da igreja católica e a manutenção por médicos diplomados. Chama a atenção o fato da igreja sempre estar presente nas ações de atendimento as necessidades da população, no âmbito do Serviço Social toda leitura que remeta ao passado sempre tem a marca da religiosidade e seu caráter educativo, o público atendido pelas ações institucionalizadas da filantropia era direcionado à população em situação de vulnerabilidade dessa década. Destaca-se também a presença da sociedade civil no trato das vulnerabilidades desde o início da história da assistência no município.

Fato curioso desse momento foi o surgimento de uma emissora de rádio, já no ano de 1939, onde ocorreu a divulgação das campanhas realizadas pelas entidades de Assistência Social do município. No Diário Oficial da cidade foi publicada a destinação de um recurso específico que o município direcionou para a “Assistência Social”, esse fato denotava um recurso que estava representado por “réis”, dinheiro da época. Nesse contexto, percebia-se a estruturação dos serviços prestados à população mais vulnerável, pois já se iniciara a dotação de orçamento específico, além de quadro de pessoas para a execução das ações que tinha como principal responsável o prefeito, para a contratação, nomeação ou demissão além da alocação de recursos. Esse fato aponta a perspectiva assistencialista que marcava forte presença nessa época.

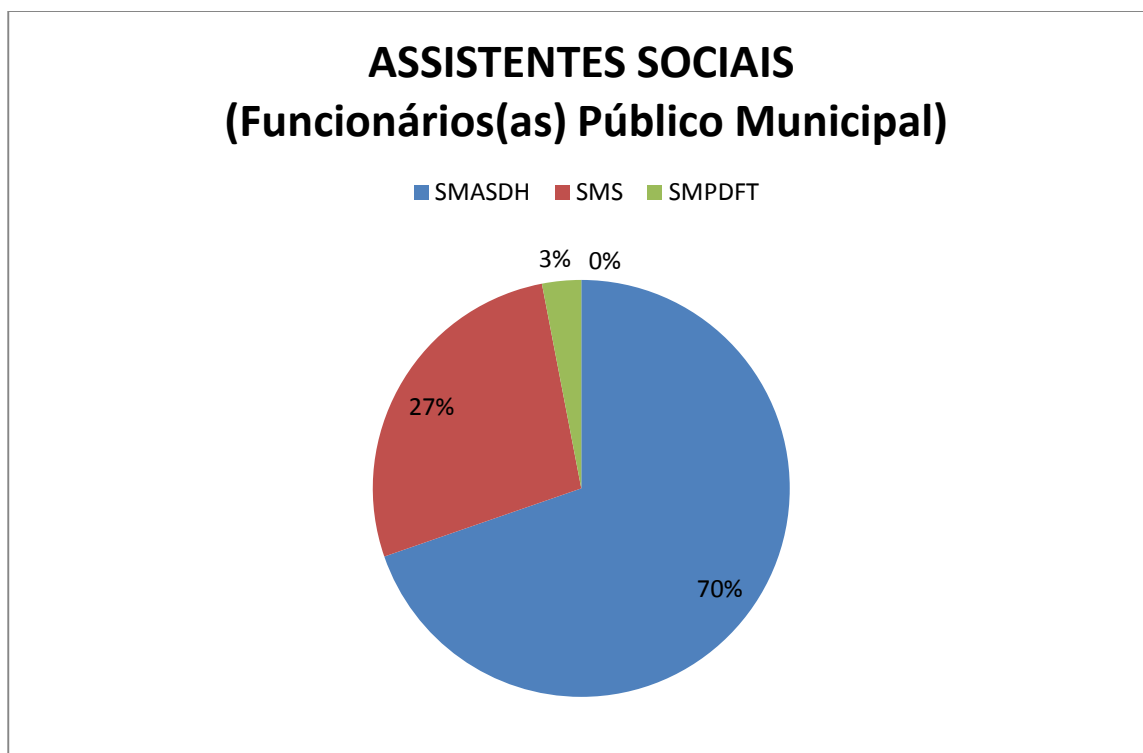
Muitas transformações ocorreram no quadro social da cidade, mas sabe-se que se vive numa realidade onde o capitalismo sofreu mutações, mas isso não o

tornou menos destrutivo, seu novo molde, traz precarização do trabalho, desemprego, redução de direitos e o aprofundamento do caos social. Muitos cidadãos são distanciados de qualquer perspectiva necessitando assim, ainda, das benesses do assistencialismo.

O marcante ano de 1988, data da promulgação de uma nova Constituição Federal no Brasil, que aponta a assistência social como direito social, trazia as ações desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) que foi extinta logo após a criação da Política Nacional de Assistência Social. Entretanto, não é necessário buscar exemplos a nível nacional, pois em Barretos já se fazia presente o trabalho social, quem o realizava e, ainda, o realiza, são as seguintes instituições: Casa André Luiz, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais conhecida como APAE, Educandário Sagrados Corações, Clube das Mãezinhas e Creche Bom Jesus.

E, finalmente, no século XXI, com todas as suas (in)certezas permeadas, ditadas e manipuladas pelo mesmo padrão de sociedade em um estágio mais avançado, o neoliberalismo. Comprova-se que mesmo com o aumento das práticas assistencialistas e sua profissionalização trouxe uma certeza, seu único modo de superação seria qualificar o cidadão, emancipá-lo para que tenha condições de prover sua própria vida até que tenha condições de não mais precisar ser atendido por programas social. Contudo, o modelo de sociedade que se tem não é possível alcançar uma população emancipada, pois é condição fundamental para o atual modelo de produção a miséria, a pobreza e um imenso exército de reserva para que haja a exploração da força de trabalho.

Ao considerar o trabalho do assistente social na esfera governamental municipal, percebe-se que esse profissional está presente majoritariamente na Política Municipal de Assistência Social.

Gráfico I: Assistentes sociais: funcionários(as) públicos municipais

Fonte: BARRETOS, E-TRANSPARÊNCIA, 2019, Online.

Ainda sobre a Política de Assistência Social na cidade, nota-se que a mesma vem se organizando na contemporaneidade através de uma rede de serviços em equipamentos estatais e unidades de execução de serviços por meio das OSCs, se representando como consoante ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que determina,

No sistema SUAS, os “carros-chefe” na condução dos serviços socioassistenciais – o CRAS⁷¹ e o CREAS⁷² – são responsáveis,

⁷¹ “O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. A partir do adequado conhecimento do território, o Cras promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social, se tornando uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Conhecendo o território, a equipe do Cras pode apoiar ações comunitárias, por meio de palestras, campanhas e eventos, atuando junto à comunidade na construção de soluções para o enfrentamento de problemas comuns, como falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros” (BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015d, Online).

⁷² “O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. **Serviços ofertados** A unidade deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), podendo ofertar

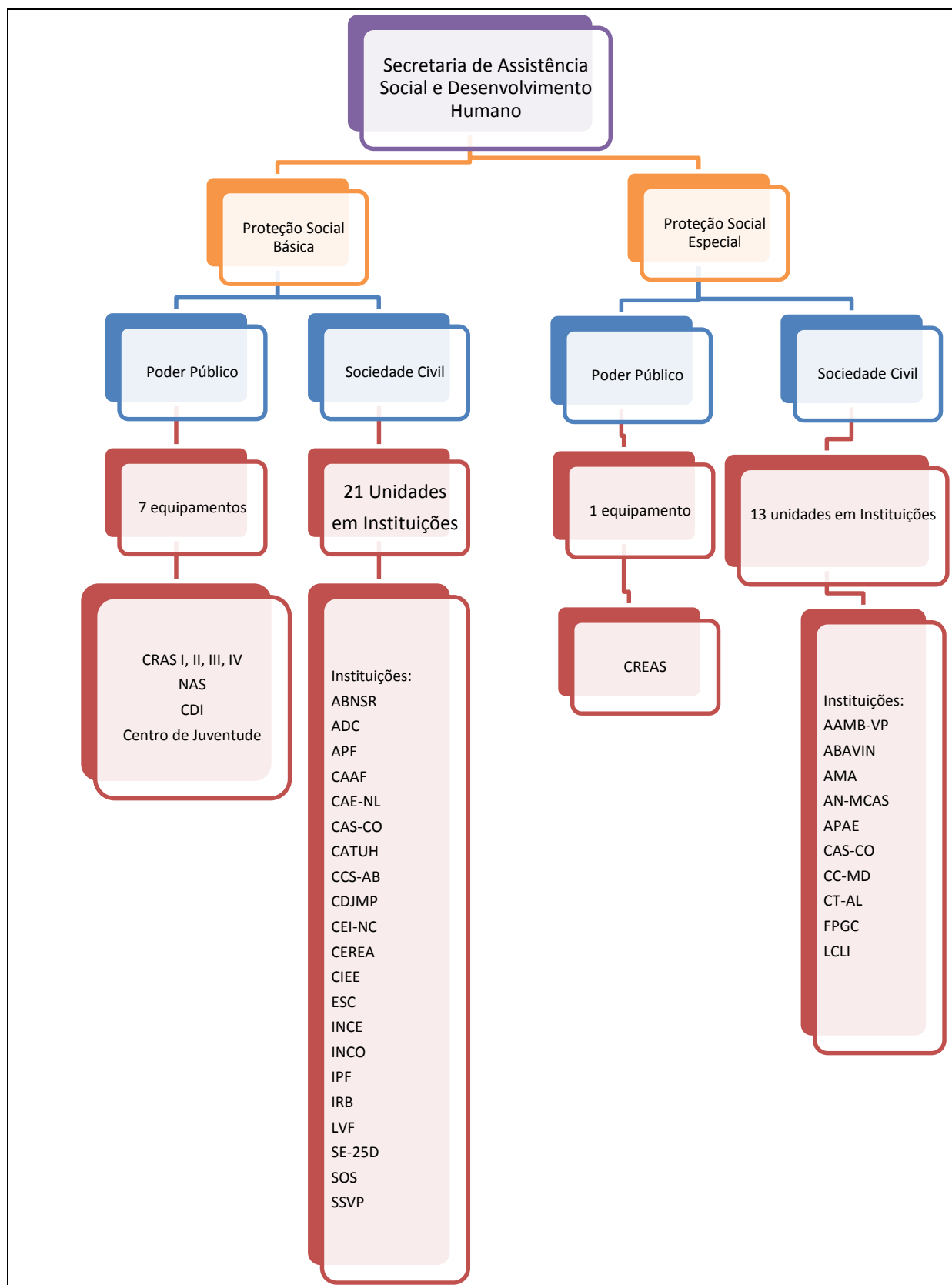
respectivamente, pela proteção social básica e especial. São unidades/ serviços estatais que operam não apenas na atenção direta [...] mas igualmente no arranjo / constituição da malha de serviços socioassistenciais sob a coordenação, monitoramento e avaliação. (BRANT DE CARVALHO, 2013, p. 32).

No aspecto da referência⁷³ dos serviços socioassistenciais observa-se a composição da rede da política na cidade, indo ao encontro do que a pesquisa bibliográfica trouxe no quesito de análise de conjuntura da sociabilidade do capital brasileira. Na cidade de Barretos a presença das OSC é muito mais ampla na execução dos serviços na Política de Assistência Social do que o próprio Estado.

outros serviços, como Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias. É unidade de oferta ainda do serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no Creas também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária” (BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015e, Online).

⁷³ “Quando se retrata o CRAS enquanto referência territorial dos serviços socioassistenciais, fala-se no sentido da gestão da política dentre os níveis de complexidade, sendo este a porta de entrada da Política de assistência em menor complexidade. Desta maneira, “[...] racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando a principal unidade pública de proteção básica uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Dentre as ações de gestão territorial da proteção social básica, destacam-se: 1. articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS; 2. promoção da articulação intersetorial, e 3. busca ativa. A articulação da rede socioassistencial de proteção social básica viabiliza o acesso efetivo da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social; contribui para a definição de atribuições das unidades, para a adoção de fluxos entre o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e os serviços de convivência; e promove a gestão integrada de serviços e benefícios, permitindo o acesso dos beneficiários de transferência de renda aos serviços socioassistenciais locais, com prioridade para os mais vulneráveis” (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009, p. 20-21).

GRÁFICO II: Organograma da Política de Assistência Social em Barretos-SP e seus equipamentos de referência em 2019



Fonte: Criado pela pesquisadora no percurso de apreensão dos dados da pesquisa (2018).

A partir deste contexto, vendo a amplitude dos serviços desenvolvidos pela sociedade civil, considerando as críticas levantadas anteriormente a este espaço no sistema neoliberal, sobretudo, de ofensiva aos direitos sociais, vê-se a relevância de compreender a que ponto a intervenção profissional dos assistentes sociais neste espaço está se favorecendo do espaço para, a partir da dimensão educativa, evidenciar os propósitos de seu Projeto Ético-Político e fortalecer a base para processos de resistência, reformas e conseqüentemente transformações junto à realidade social na busca de uma nova ordem societária.

4.3. O Processo de apreensão dos dados

O ponto inicial para conhecer as instituições que executam a Política de Assistência Social em Barretos, foi a partir de contatos com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano – SMASDH, locada na área central da cidade, mais precisamente no antigo prédio em que servia de sede à Prefeitura de Barretos, que cedeu espaço por algum tempo ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social, para conhecer quais são as OSCs devidamente inscritas para a execução co-participativa desta política.

A SMASDH tem como atribuições:

- Formular, implantar, regular, monitorar e avaliar a Política Municipal de Assistência Social, como parte integrante do SUAS – Sistema Único de Assistência Social;
- Atender diretamente as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos em situação de vulnerabilidade social, encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população;
- Preservar e efetivar a igualdade e universalização dos direitos sociais através de serviços, programas, projetos e benefícios;
- Orientar e monitorar a rede socioassistencial, de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social. (BARRETOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, Online).

Buscou-se, desta maneira, nesse órgão, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, entendendo que o mesmo é vinculado à gestão municipal da Política de Assistência Social, com o intento de identificar as instituições que desenvolvem serviços por meio desta política na cidade de Barretos.

Por que iniciar o trajeto investigativo por meio do CMAS?

O conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é o órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil para discutir, estabelecer normas e fiscalizar a prestação de serviços socioassistenciais estatais e não estatais no município. A criação dos conselhos municipais de assistência social está definida na Lei Orgânica de Assistência Social[...]. Neste âmbito, são representantes da sociedade civil as entidades e organizações da assistência social, as entidades e organizações de usuários, e as entidades e organizações de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Os representantes do governo nos conselhos devem ser indicados e nomeados pelo respectivo chefe do Poder Executivo, sendo importante incluir setores que desenvolvam ações ligadas às políticas sociais e econômicas, como Assistência Social; Saúde; Educação; Trabalho e emprego; Finanças; Planejamento. Os Conselhos de Assistência Social têm como principais atribuições no seu respectivo âmbito de atuação: deliberar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social e seu funcionamento; convocar e encaminhar as deliberações das conferências de assistência social; apreciar e aprovar o Plano da Assistência Social; apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos da assistência social a ser encaminhada ao Poder Legislativo; apreciar e aprovar a execução orçamentária e financeira do Fundo de Assistência a ser apresentada regularmente pelo gestor do Fundo; acompanhar os processos de pactuação da Comissão Intergestores Tripartite – CIT e Comissão Intergestores Bipartite – CIB; divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais; inscrever entidades de Assistência Social, bem como serviços, programas, projetos socioassistenciais; fiscalizar a rede socioassistencial (executada pelo poder público e pela rede privada) zelando pela qualidade da prestação de serviços; eleger entre seus membros a sua mesa diretora (presidente e vice- presidente paritariamente); aprovar o seu regimento interno; fiscalizar e acompanhar o Benefício de Prestação Continuada – BPC e o Programa Bolsa Família – PBF; acompanhar a gestão integrada de serviços e benefícios socioassistenciais; e, exercer o controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, conforme prescrito na NOB/SUAS/RH/2006. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2011b, Online).

Entendendo-o enquanto órgão regulador e fiscalizador da Política de Assistência Social no município, bem como o responsável pela validação e inscrição das instituições que desempenham serviços no âmbito da Política de Assistência Social, o contato possibilitou à pesquisadora o acesso à documentação, disponibilizado por meio do CMAS. Listagem essa contendo todas as instituições com inscrição ativa no conselho. Esta primeira aproximação da pesquisadora se deu a fim de definir seu universo de pesquisa.

Segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 101) o **universo** da pesquisa é o conjunto de elementos que somam características definidas pelo estudo. Baseado nisto o presente projeto de pesquisa terá como universo as OSC, que trabalhem no âmbito da política de Assistência Social na cidade de Barretos-SP, se representando por,

Quadro II: Universo da Pesquisa: OSCs vinculadas à Política de Assistência Social do município de Barretos/SP

ORDEM	INSTITUIÇÃO	SERVIÇO TIPIFICADO
1	ABAVIN – Associação Barretense “Vida Nova”	Proteção Social Especial – Média Complexidade
2	Albergue Noturno Maria do Carmo Abreu Sodré	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
3	AMA – Associação de Amigos do Autista de Barretos	Proteção Social Especial – Média Complexidade
4	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	Proteção Social Especial – Média Complexidade
5	ASAS – Associação Samaritana de Assistência Social	Proteção Social Básica
6	Associação Beneficente Nossa Senhora do Rosário	Proteção Social Básica
7	Associação Cultural de Desenvolvimento Social e Ação Educativa Instituto “Rosentino Bispo”	Proteção Social Básica
8	Associação das Auxiliares Missionárias Bertoni – Vila dos Pobres	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
9	Associação de Defesa da Cidadania	Proteção Social Especial – Média Complexidade
10	Associação Promocional da Família	Proteção Social Básica
11	CAAF – Centro Adventista de Apoio a Família	Proteção Social Básica
12	Casa Assistencial Espírita Nosso Lar	Proteção Social Básica
13	Casa de Convivência Dr. Mariano Dias	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
14	CATUH - Casa Assistencial Trabalhadores da Última Hora	Proteção Social Básica
15	Casa Transitória André Luiz	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
16	CEI Nossa Casinha	Proteção Social Básica
17	Centro Cultural e Social Aruanda Brasil	Proteção Social Básica Proteção Social Especial – Média Complexidade

18	Centro de Ação Social “Casa do Oleiro” e “Casa do Oleiro Kids” 1. Comunidade Terapêutica – Grupo com familiares; 2. Acolhimento Institucional – Crianças	Proteção Social Básica Proteção Social Especial – Alta Complexidade
19	CEREA – Centro de Recuperação dos Alcoólatras	Proteção Social Básica
20	CIAS – Centro de Investigações e Assistência Social	Proteção Social Especial – Média Complexidade
21	CIEE – Centro de Integração Empresa Escola	Proteção Social Básica
22	Conselho Central de Barretos – Sociedade São Vicente de Paulo	Proteção Social Especial – Média Complexidade
23	Creche Dom José de Matos Pereira	Proteção Social Básica
24	Educandário Sagrados Corações	Proteção Social Básica
25	Educandário São Benedito	Proteção Social Básica
26	Fundação Lugar de Viver Feliz – LVF	Proteção Social Básica
27	Fundação Padre Gabriel Correr 1. Casa de Triagem – Grupo com familiares; 2. Casa de Passagem – Pessoa em Situação de rua; 3. Acolhimento Institucional – Adolescentes	Proteção Social Básica Proteção Social Especial – Alta Complexidade
28	Fundação Pio XII – “Hospital do Amor”	Proteção Social Especial – Média Complexidade
29	INCO - Instituto Criança Olímpica	Proteção Social Especial – Média Complexidade
30	Instituto Cesalpina	Proteção Social Básica
31	Instituto Pró Família	Proteção Social Básica
32	Lar da Criança “Legionários de Ismael”	Proteção Social Especial – Média Complexidade
33	Lar dos Cegos “Jose Alvares de Azevedo”	Proteção Social Especial – Alta Complexidade
34	Sociedade Espírita 25 de Dezembro	Proteção Social Básica
35	SOS - Serviços de Obras Sociais	Serviço de Proteção Social Básica

Fonte: Busca realizada pela pesquisadora por meio do Conselho Municipal de Assistência Social de Barretos/SP (2017).

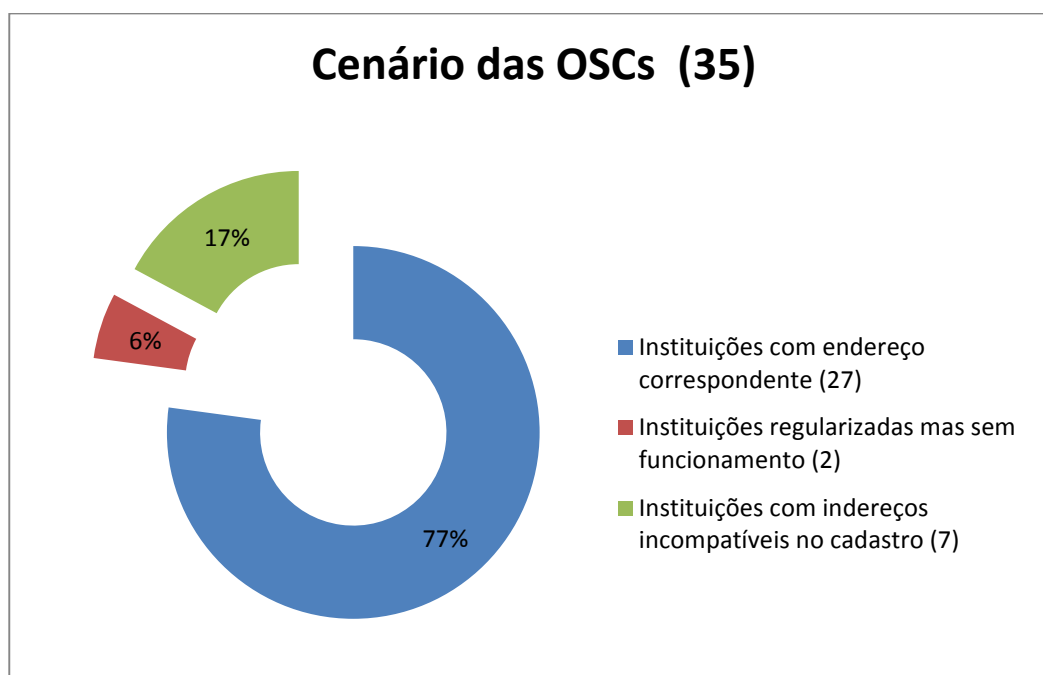
Logo depois da definição e composição do universo, iniciou-se o caminho para a delimitação das OSCs cadastradas no CMAS da cidade de Barretos que tinham o profissional assistente social, para assim compor a amostra da pesquisa.

A **amostra**, que segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 101) é necessária, pois não será sempre possível realizar a pesquisa com o total de seu universo, conforme fundamenta Gil (1999, p. 99) a pesquisa social, por abranger um universo grande, não consegue abordar a sua totalidade.

O caminho, a partir desse momento, com a listagem em mãos contando os endereços, telefones e e-mails das OSCs, era contatar os profissionais assistentes sociais para o prosseguimento da primeira etapa da pesquisa, a caracterização dos participantes assistentes sociais e, posteriormente o agendamento da visita para a entrevista, entretanto, não foi o que aconteceu.

Foi possível verificar que o órgão gestor, junto ao CMAS, ainda tem suas lacunas e falhas na atualização dos dados e cadastros das instituições. As informações desde os números de telefone, sobretudo, com mais relevância ao quesito da alteração de endereços e funcionalidade das instituições. Esse fator exigiu da pesquisadora visita presencial na totalidade das instituições, o que permitiu verificar outros aspectos, entre eles, a localidade, o tamanho do estabelecimento, a condição de funcionamento, atendimento recebido, enfim, todo o caminho percorrido até o final das visitas às OSCs para contatar o profissional assistente social.

Gráfico III: Cenário das OSCs a partir da listagem disponibilizada pelo CMAS – Barretos/SP



Fonte: Elaborado pela pesquisadora através do resultado da sua busca ativa às OSC na Política de Assistência Social em Barretos/SP (2019).

Observa-se que a relação das instituições com dados compatíveis representa àquelas que estão há décadas no mesmo endereço e com seus contatos imutáveis. Dentre as que estavam com dados divergentes, representam em partes às que não estão em funcionamento das atividades e àquelas que mudaram de endereço dentro dos últimos 10 anos.

Desta maneira contatou todas as OSC e possibilitou conhecer a realidade destas instituições no quesito da vinculação com o profissional assistente social.

Entendendo a dinâmica do capitalismo em seu estágio neoliberal, buscou-se atrelar os dados do campo profissional assistente social na Política de Assistência Social na cidade de Barretos, para melhor conhecer este cenário.

Gráfico IV: A Assistência Social em Barretos/SP no ano de 2019

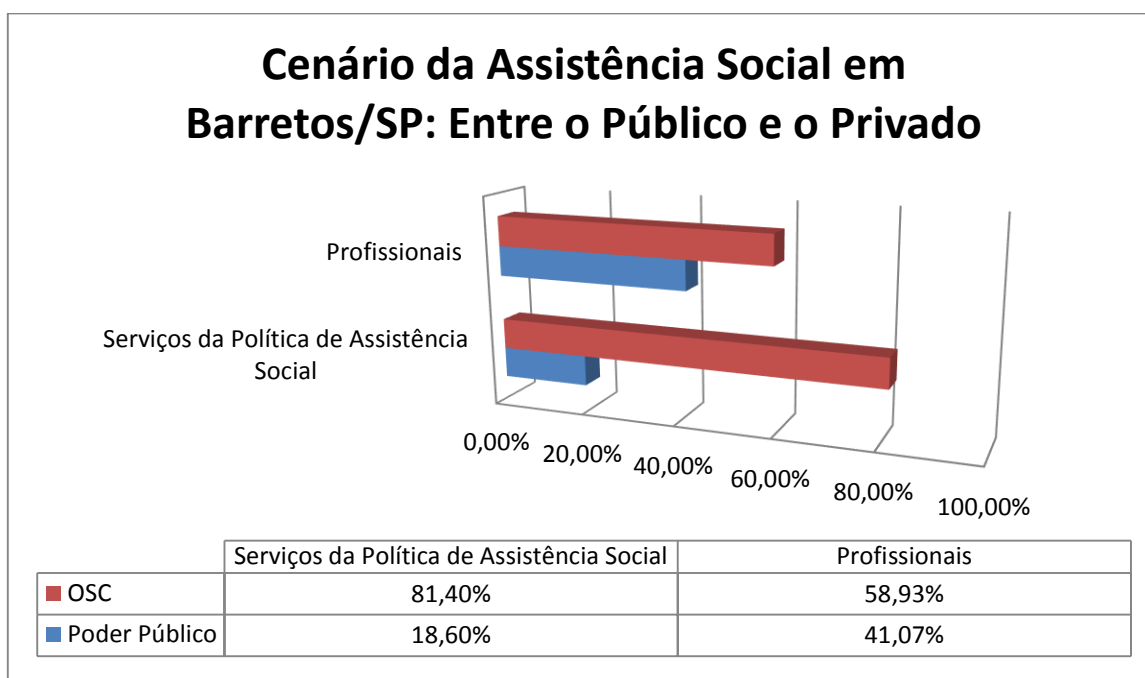
Fonte: Realizado pela pesquisadora através das informações captadas no contato com a SMASDH e com as OSCs (2019), bem como informações no site virtual da Prefeitura Municipal de Barretos. BARRETOS, E-TRANSPARÊNCIA, 2019, Online.

Conforme o gráfico IV apresentado acima, nota-se que dentre todos(as) profissionais assistentes sociais que atuam no locus da Política de Assistência Social o maior número está vinculado às OSCs. Entendendo também que o percentual de profissional por equipamento na esfera não-governamental é bem abaixo do que na esfera governamental.

Com este gráfico é possível fazer uma análise de conjuntura do contexto neoliberal, a política pública, no caso a de Assistência Social, bem como o contexto profissional do assistente social nesta política na contemporaneidade.

Observa-se que a lógica global se materializa no município onde o Estado tem a menor parcela na oferta dos serviços socioassistenciais e em contraponto na “terceirização” às OSCs para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais, mesmo com todas suas fragilidades, conforme reflexão realizada em capítulos anteriores desta dissertação, representa-se o locus de maior empregabilidade do assistente social na cidade vinculado à Política de Assistência Social.

Gráfico V: Cenário da Política de Assistência Social em Barretos/SP: entre o público e o privado



Fonte: Realizado pela pesquisadora através das informações captadas no contato com a SMASDH e com as OSCs (2019), bem como informações no sítio virtual da Prefeitura Municipal de Barretos. PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS, E-TRANSPARÊNCIA, 2019, Online.

Assim sendo, é necessário compreender de que forma estas instituições estão postas na dinâmica da gestão da Política de Assistência Social na cidade de Barretos. Como já anteriormente foi apresentada, a gestão desta política é desenvolvida pela SMASDH por meio do CMAS. A política tem como meio estratégico de intervenção a divisão de territórios⁷⁴e, o SUAS, aponta esta categoria demarcada por perspectivas que são imprescindíveis na gestão desta política social.

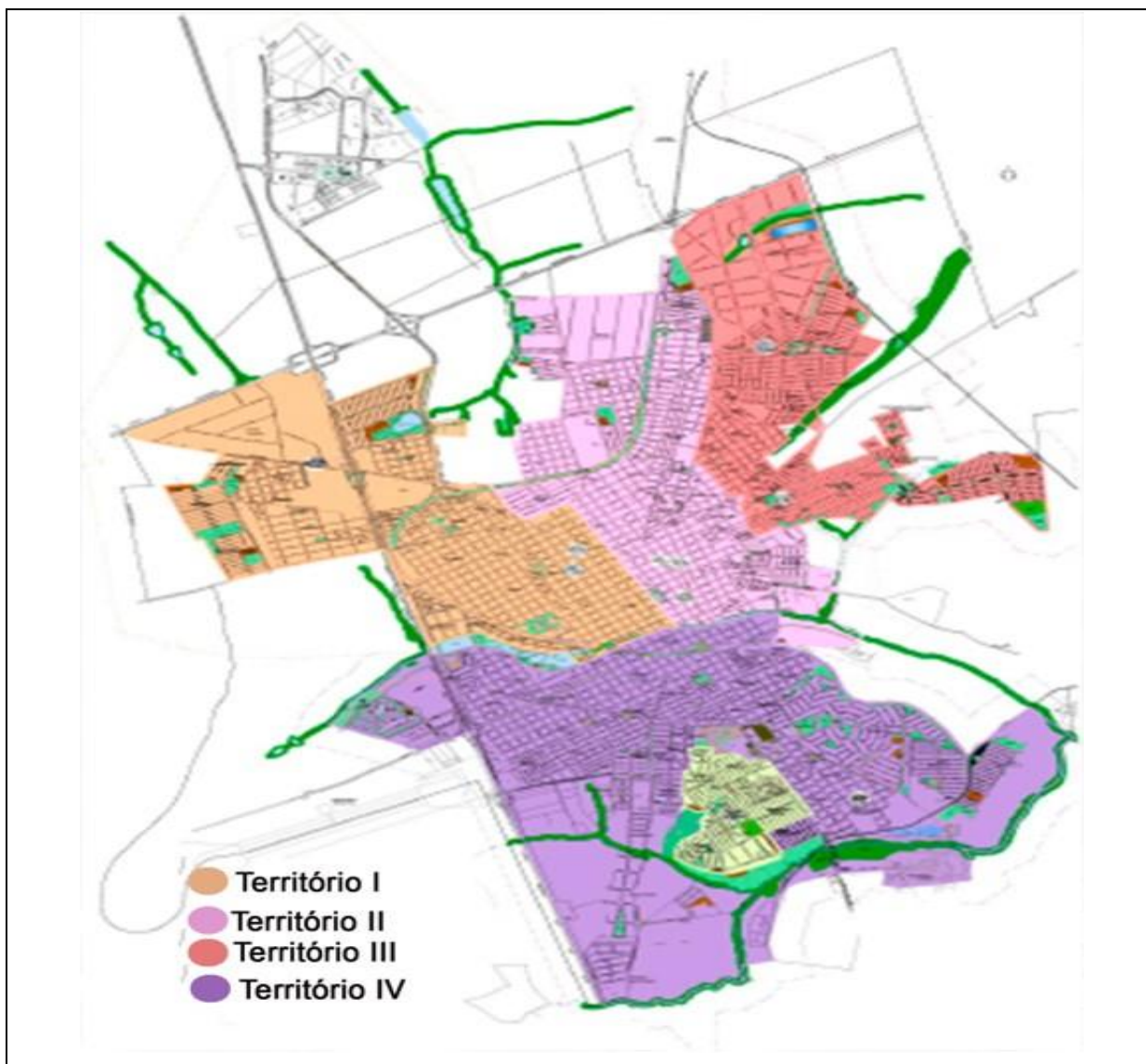
[...] as políticas territoriais são aquelas capazes de elaborar fórmulas inéditas de gestão do vínculo social. Aqui, o lugar realmente faz a diferença, sendo o agente motor da engrenagem das políticas. A partir da inter-relação entre políticas e território é que novas formas de gestão são introduzidas. (KOGA, 2011, p. 253-254).

⁷⁴ “É a partir dessa realidade que encontramos no território hoje, novos recortes, além da velha categoria região? E isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades são os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes um dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais” (SANTOS, 1998, p. 16).

Neste contexto, as políticas territoriais contribuem para que os serviços sejam mais próximo à realidade da população local, conheça sua realidade socioterritorial. Podendo desenvolver seu trabalho social sob a luz da perspectiva do SUAS. Assim podendo propiciar o coletivo para a participação dos indivíduos nos processos determinantes e sociais da política.

A próxima figura apresenta a realidade socioterritorial da cidade de Barretos/SP, contando com 4 territórios de divisão dos serviços socioassistenciais, sendo eles demarcados pela presença dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, CRAS I, CRAS II, CRAS III, CRAS IV, estando presente em bairros de maior vulnerabilidade social. (BARRETOS, 2015).

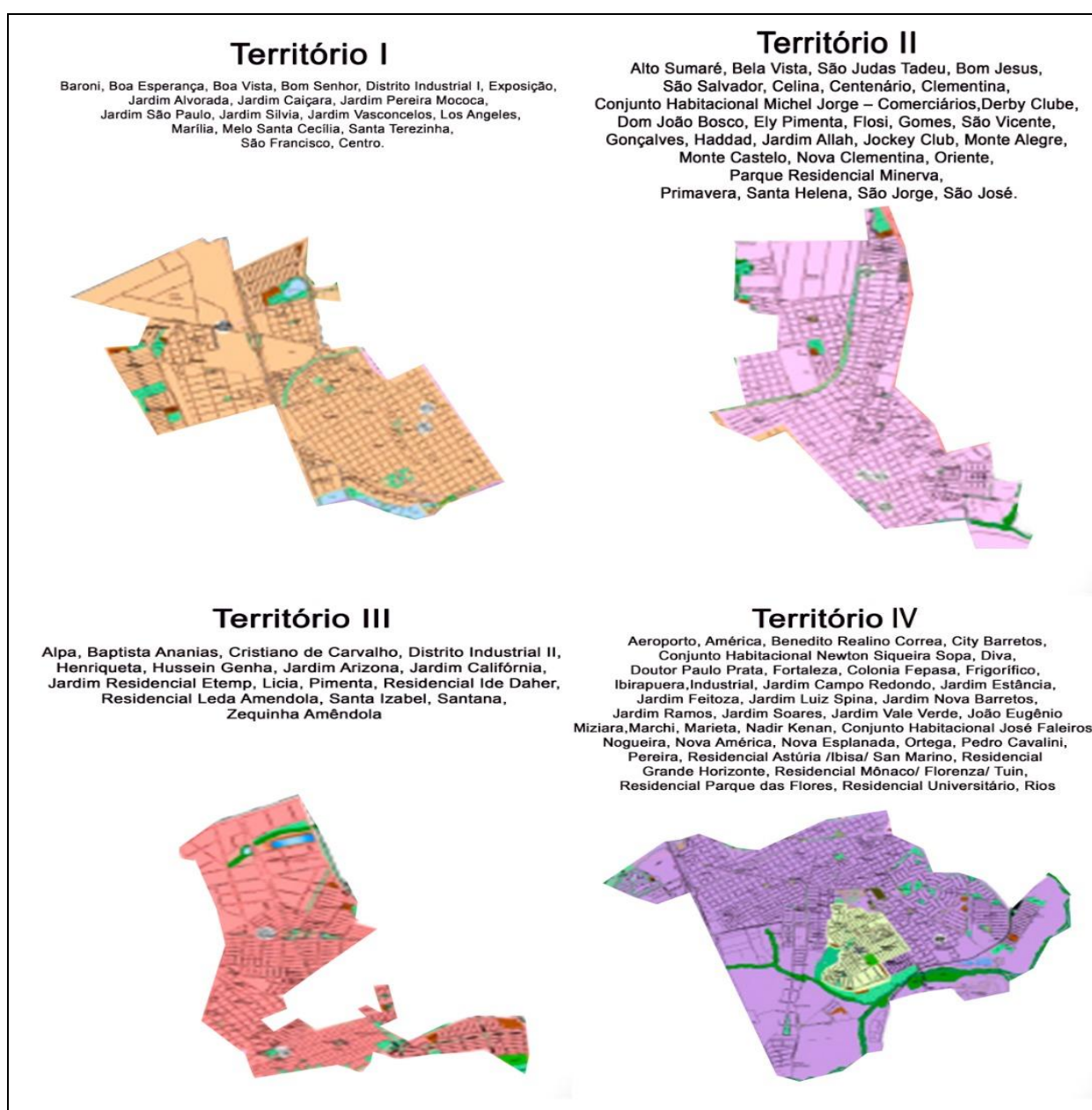
Figura V: Mapa Socioassistencial da cidade de Barretos/SP.



Fonte: Adaptado pela pesquisadora a partir de BARRETOS, 2015, p. 33.

A partir desta perspectiva de territorialização, as Instituições desempenham seus serviços e tem como equipamento de referência para a sua demarcação territorial os CRAS. A cobertura dos serviços acontece em toda a demarcação urbana, tendo enquanto vasta lista de bairros em sua composição. No entanto observa-se que existem territórios com maior área territorial.

Figura VI: Territórios socioassistenciais da cidade de Barretos/SP: demarcação dos bairros de cobertura



Fonte: Adaptado pela pesquisadora a partir dos dados obtidos na primeira aproximação com a pesquisa, por meio do CMAS 2017 e BARRETOS, 2015, p. 33.

As instituições estão distribuídas nos territórios assistenciais que desenvolvem serviços dentre os níveis de proteção social básica⁷⁵ e especial, de média e alta complexidade⁷⁶, àquelas que desenvolvem serviços de proteção social básica, desempenham suas ações na demarcação espacial de seu território de localidade.

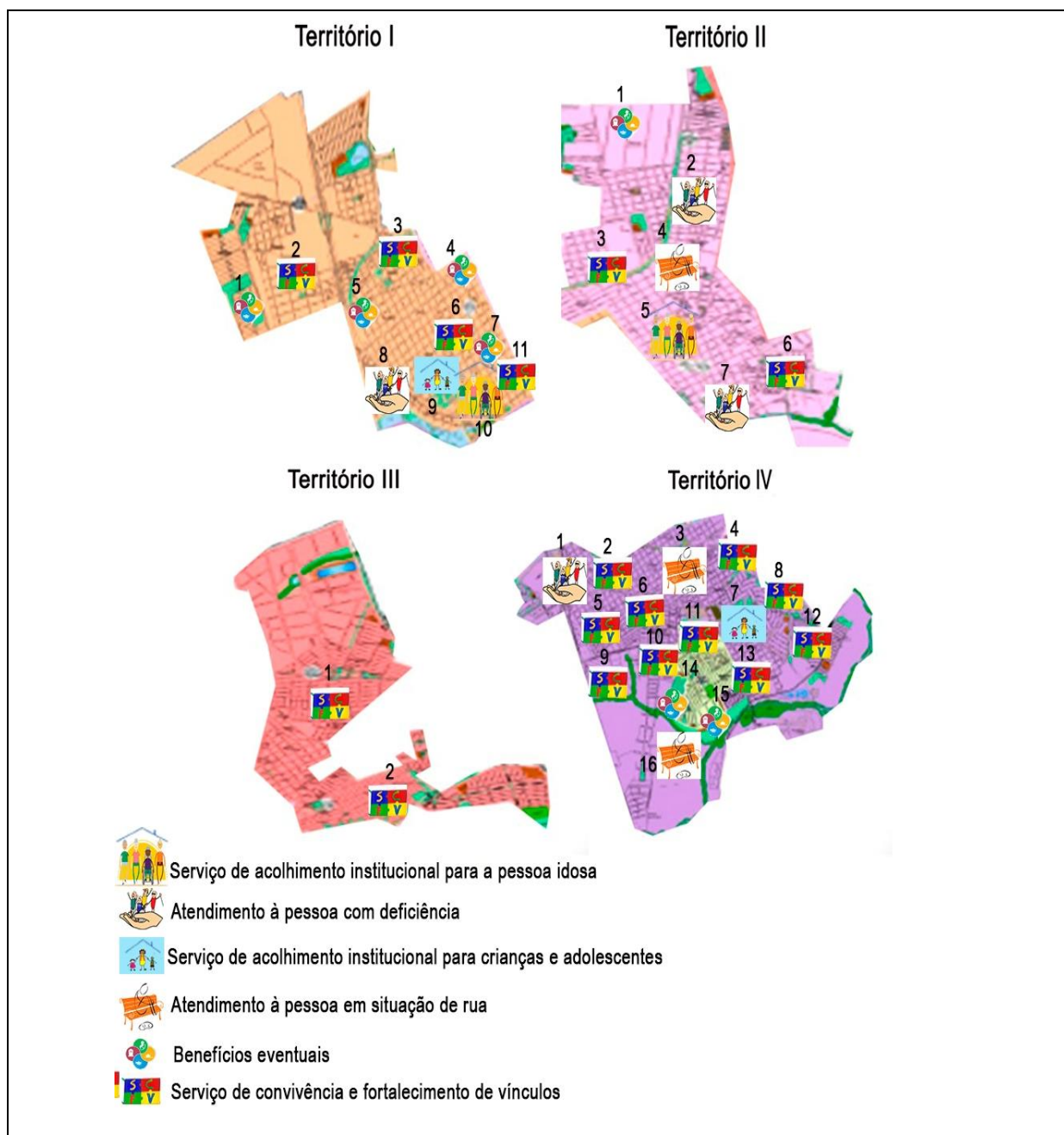
A distribuição dos serviços socioassistenciais nos territórios por meio da participação das OSCs não foram organizados segundo o SUAS. Percebe-se que as instituições socioassistenciais, sem fins lucrativos, foram criadas e desenvolvidas na cidade de Barretos/SP ao longo da trajetória histórica do município.

Nota-se maior presença das OSCs nos territórios I e IV, como demarca o mapa abaixo. É importante destacar que os dois territórios são os de maior abrangência geográfica e populacional. Considerando que os mesmos também foram os pioneiros no processo de urbanização e povoamento da cidade.

⁷⁵ A Proteção Social Básica é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a inserção de famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, Online).

⁷⁶ A Proteção Social Especial organiza, no âmbito do Suas, a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. Tem o objetivo de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. Considerando os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a atenção na Proteção Social Especial organiza-se sob dois níveis de complexidade: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, Online).

Figura VII: Territórios socioassistenciais e a rede de OSCs na Política de Assistência Social na cidade de Barretos/SP



Fonte: Adaptado pela pesquisadora a partir dos dados obtidos na primeira aproximação com a pesquisa, por meio do CMAS 2017 e PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS, 2015, p. 33.

Percebe-se que a oferta do serviço contempla todo o território urbano da cidade, são dezenas de instituições envolvendo centenas de profissionais para que o trabalho seja realizado com a finalidade de atender milhares de pessoas. E mesmo enfrentado os arrochos econômicos presentes na crescente ofensiva neoliberal, com

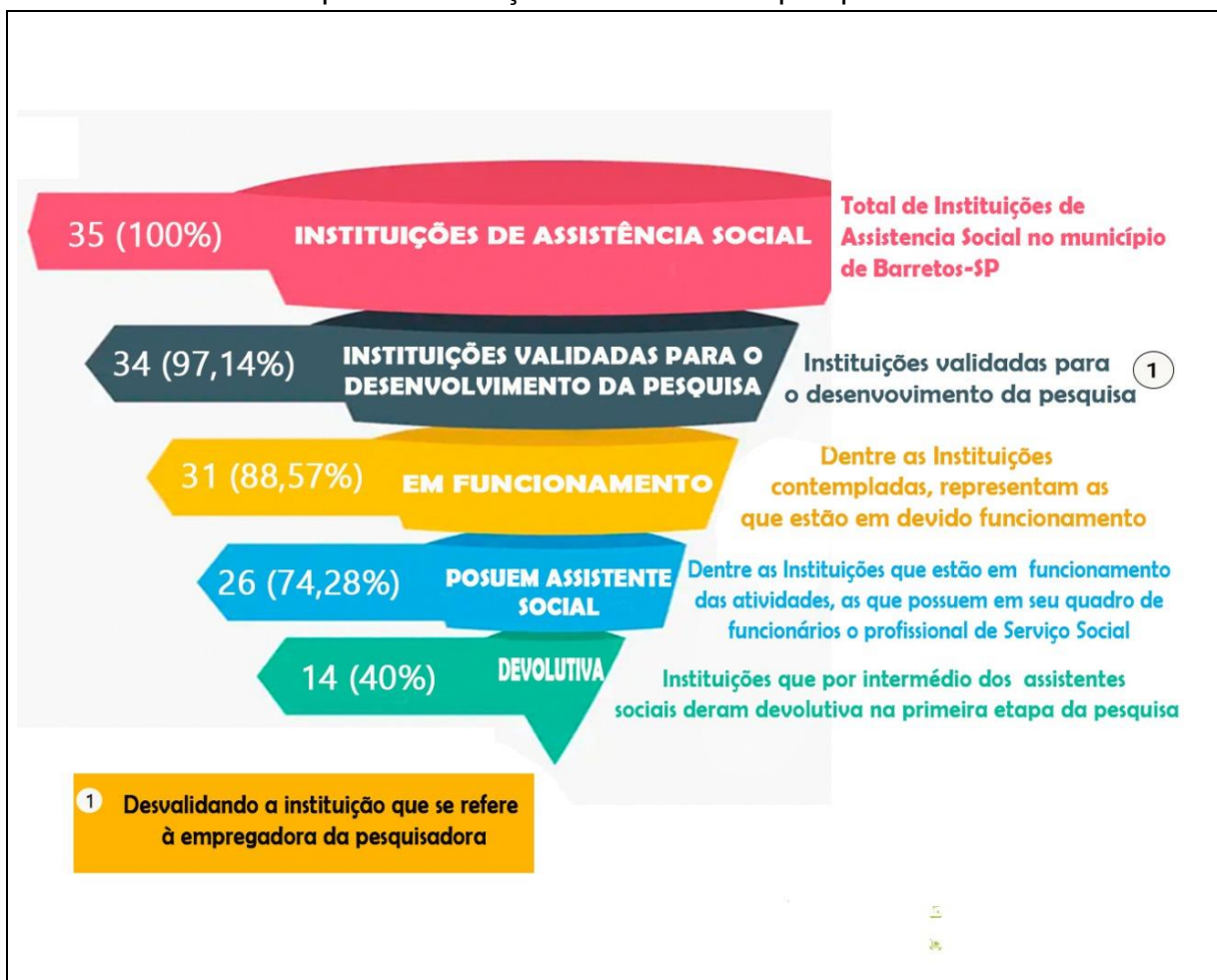
enxugamento de gastos públicos, vêm se firmando enquanto fundamental espaço para o desfecho da Política de Assistência Social nesta representante do noroeste paulista.

A busca por conhecer o trabalho dos profissionais de Serviço Social desenvolvidos nesses espaços levou à pesquisadora, através dos contatos, ao total de 26 OSC com o assistente social em seu quadro funcional, representando 74,28% de todo o universo.

Após a constatação do universo tornou-se necessário elaborar novos critérios para selecionar uma amostra não probabilística intencional. Ficando determinado o critério de aceitabilidade, onde os assistentes sociais que dessem a devolutiva no primeiro contato da pesquisadora representariam a amostra de pesquisa.

O percurso desenvolvido pela pesquisadora até a constituição da amostra se deu da seguinte maneira:

Gráfico VI: Percurso para delimitação da amostra da pesquisa



FONTE: Elaborado pela pesquisadora através das informações captadas no percurso de definição da amostra da pesquisa (2019).

A partir do percurso realizado estabeleceu-se a amostra constituída por 14 organizações da sociedade civil e 16 assistentes sociais, através da devolutiva dos profissionais assistentes sociais na primeira etapa desta pesquisa.

Destaca-se neste processo a grande dificuldade do processo investigativo para a apreensão dos dados, até mesmo com os profissionais que contribuíram com a pesquisa. Percebe-se pouca conscientização por parte dos profissionais sobre a contribuição na construção do conhecimento científico ao Serviço Social.

4.4. Os assistentes sociais: participantes da pesquisa

Quadro III: Caracterização dos(as) participantes da pesquisa

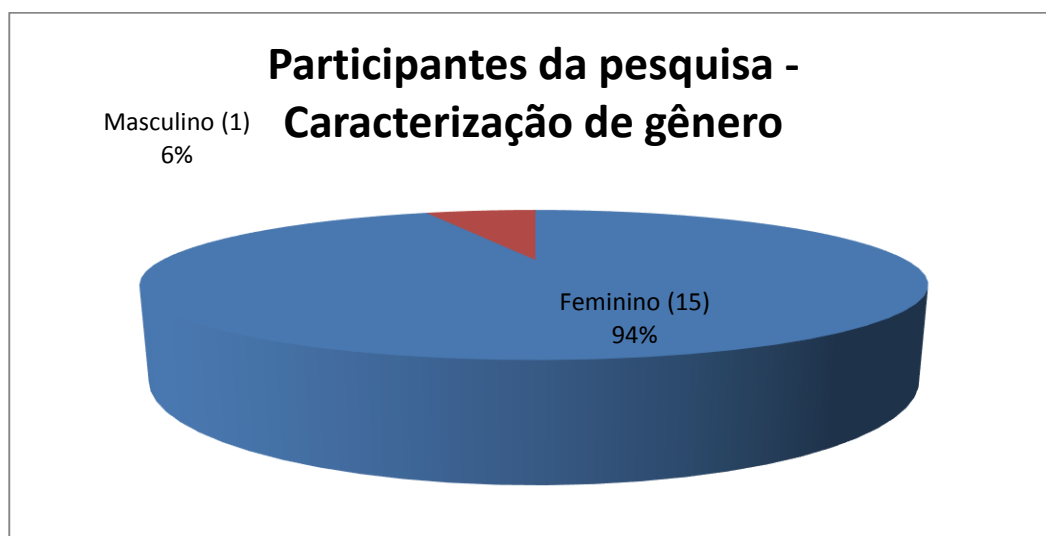
Participante	Idade	Sexo	Tempo de Formação	Local de Graduação	Modalidade	Tempo de Experiência Profissional	Capacitação Continuada?	Se sim, qual	Tempo de atuação
ASSISTENTE SOCIAL A	45 anos	Feminino	12 anos	UNIFEB	Presencial	11 anos	SIM	EAD	6 anos
ASSISTENTE SOCIAL B	49 anos	Feminino	11 anos	UNIFEB	Presencial	11 anos	SIM	Esp. Captação de Recursos; Gestor de Projetos	9 anos
ASSISTENTE SOCIAL C	31 anos	Feminino	9 anos	UNIFEB	Presencial	13 anos	SIM	Esp. Família e contextos sociais; cursos de capacitação continuada	3 anos
ASSISTENTE SOCIAL D	54 anos	Feminino	11 anos	UNIFEB	Presencial	11 anos	SIM	Esp. Educação Inclusiva; Gestão Social Sustentável	5 anos
ASSISTENTE SOCIAL E	32 anos	Feminino	11 anos	UNIFEB	Presencial	11 anos	SIM	Seminários, Capacitações direcionadas pelo poder público e conselhos	7 anos
ASSISTENTE SOCIAL F	43 anos	Feminino	10 anos	UNIFEB	Presencial	6 anos	SIM	MBA	6 anos
ASSISTENTE SOCIAL G	28 anos	Masculino	6 anos	UNIFEB	Presencial	6 anos	SIM	Esp. Direitos Sociais	4 anos
ASSISTENTE SOCIAL H	32 anos	Feminino	9 anos	UNIFEB	Presencial	8 anos	SIM	Palestras e Capacitações pelo município	7 anos
ASSISTENTE SOCIAL I	45 anos	Feminino	10 anos	UNIFEB	Presencial	10 anos	NÃO		7 anos
ASSISTENTE SOCIAL J	35 anos	Feminino	9 anos	UNIFEB	Presencial	4 anos	NÃO		4 anos
ASSISTENTE SOCIAL K	31 anos	Feminino	10 anos	UNIFEB	Presencial	9 anos	NÃO		8 anos
ASSISTENTE SOCIAL L	60 anos	Feminino	11 anos	UNIFEB	Presencial	10 anos	SIM	Pós-Graduação e Cursos Livres	3 anos

ASSISTENTE SOCIAL M	45 anos	Feminino	13 anos	UNIFEB	Presencial	13 anos	SIM	Esp. e Pós-Graduação	13 anos
ASSISTENTE SOCIAL N	40 anos	Feminino	8 anos	UNIFEB	Presencial	3 anos	SIM	Esp. Psicopedagogia	3 anos
ASSISTENTE SOCIAL O	41 anos	Feminino	4 anos	UNIFEB	Presencial	4 anos	NÃO		3 anos
ASSISTENTE SOCIAL P	61 anos	Feminino	38 anos	FMU	Presencial	35 anos	SIM	Esp. Violência Doméstica/ cursos através do poder público e conselhos	6 meses

Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

O quadro refere-se à caracterização dos(as) participantes que compõem a amostra desta pesquisa, definida pelo critério de aceitabilidade na participação, sendo estes assistentes sociais inseridos(as) no espaço sócio-ocupacional das OSCs no trato da Política de Assistência Social no município de Barretos, com o dado, evidencia-se a preponderância do gênero feminino neste grupo.

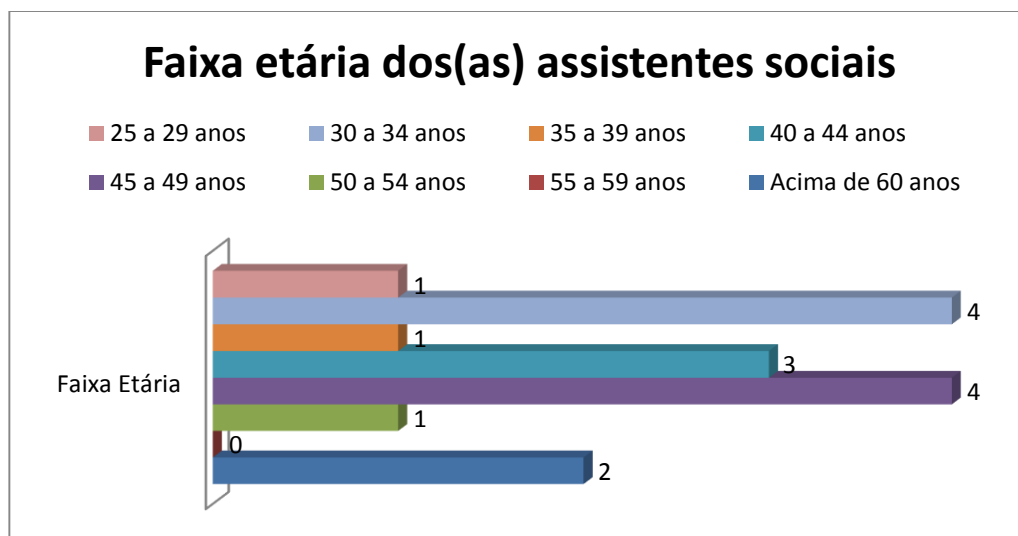
Gráfico VII: Questão de gênero: perfil dos(as) participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

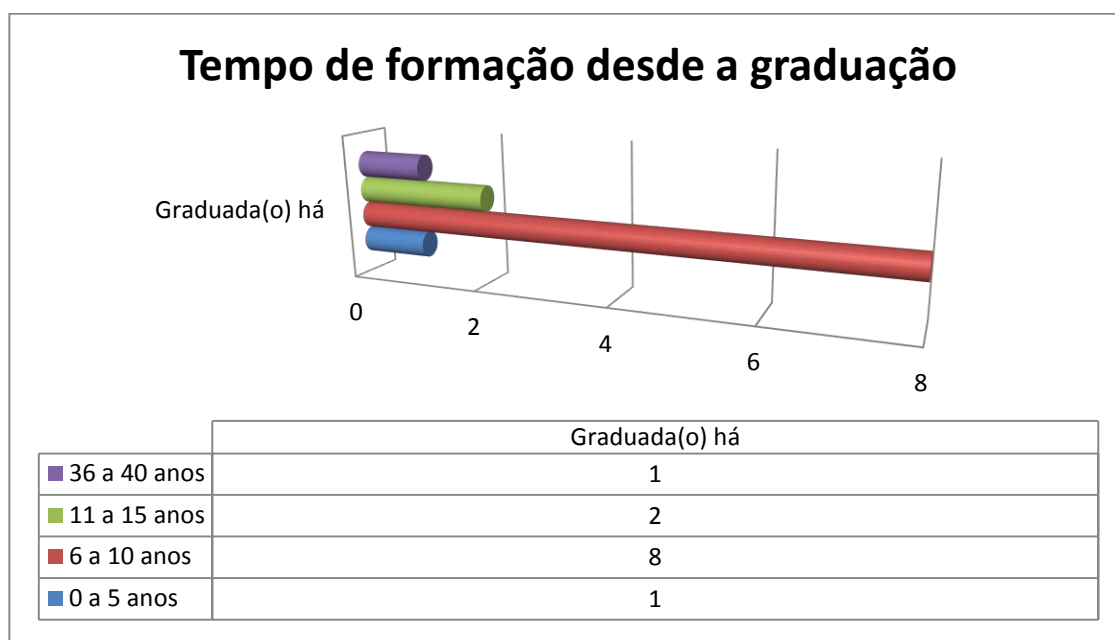
Aspecto que historicamente vem representando a profissão, que historicamente vem sendo ocupada pelo gênero feminino. Inicialmente predominantemente e atualmente majoritariamente exercida por mulheres.

Em relação à faixa etária dos participantes da pesquisa, nota-se que a sua grande maioria representa as faixas etárias de 30 a 50 anos.

Gráfico VIII: Faixa etária dos(as) participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

Dentre estes, a sua grande maioria tem um tempo de formação considerável, no entanto ainda menos de uma década de formação acadêmica em seu primeiro estágio. Muitos em suas primeiras experiências profissionais.

Gráfico IX: Participantes da pesquisa: graduados a quanto tempo?

Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

Dentre eles, 100% realizaram sua graduação em modalidade presencial de ensino, sendo que 87,5% deles se formaram no UNIFEB – Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos, que neste ano de 2019 está completando 18 anos

do curso, sendo essa a primeira universidade na cidade a ofertar o curso de Serviço Social.

Sobre a capacitação continuada, observa-se que a grande maioria se responsabiliza com sua formação permanente, como preconizado ao código de ética. No entanto, através da fala das(os) participantes, nota-se que a busca pela capacitação vai mais ao encontro de atender às necessidades das exigências do mercado de trabalho, ficando de forma secundária a necessidade de capacitação visando a qualidade de seus serviços prestados.

Gráfico X: A capacitação continuada na vida profissional dos(as) participantes da pesquisa.



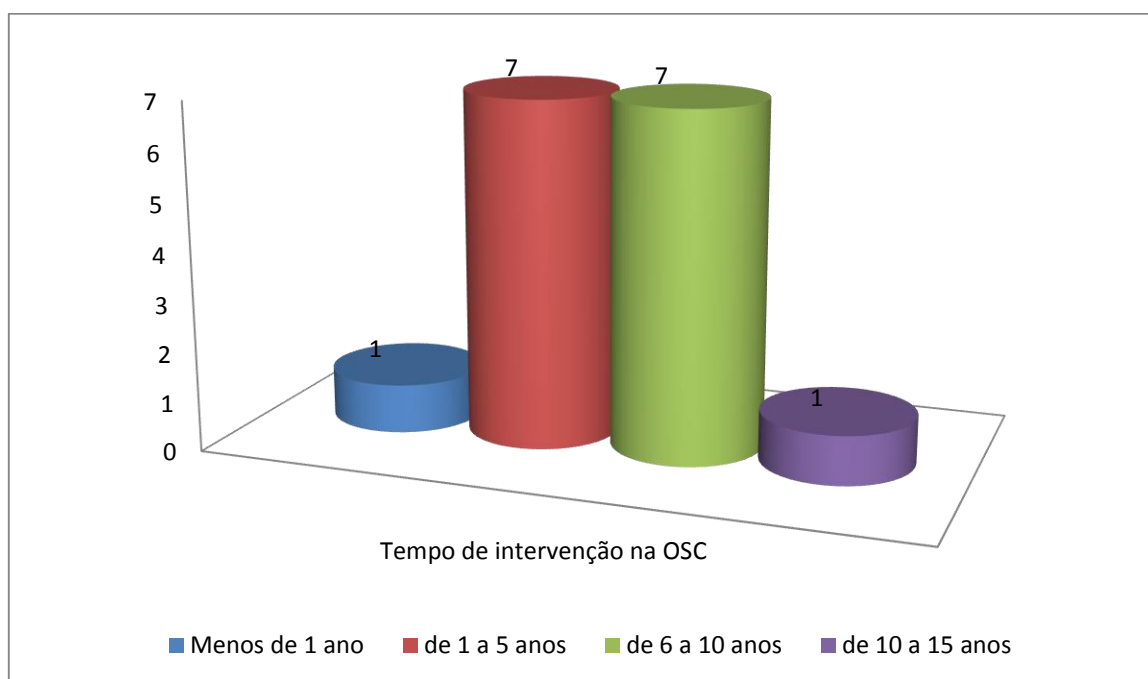
Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

Dentre os profissionais que mencionaram se preocupar com sua formação continuada, 58,34% demonstraram ter realizado pós-graduação em nível *lato-sensu*, não mencionando os cursos livres enquanto parte desse processo; 20,82% elencaram ter realizado pós-graduação *lato-sensu*; 20,82% pontuaram compor sua formação continuada cursos livres, capacitações, congressos, dentre outros.

Junto aos profissionais especializados, encontram-se os títulos de: Psicopedagogia; Políticas Públicas e Direitos Sociais; Captação de Recursos; Gestão de Projetos; Educação Inclusiva; Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável; Famílias e Contextos Sociais; Violência Doméstica. Nota-se que 2 dos 8 elencados, são cursos de pós-graduações *lato-sensu* ofertados no UNIFEB, sobretudo, também vinculados ao curso de Serviço Social na universidade.

Referente ao espaço sócio-ocupacional em que o assistente social está inserido nota-se que o cenário é composto por “certa” estabilidade, onde a grande maioria dos participantes da pesquisa estão vinculados a seu campo profissional há tempo significativo. O que se pode analisar, ser talvez, a estabilidade a devolutiva positiva na pesquisa em detrimento do percentual que se opôs participar.

Gráfico XI: Tempo de atuação profissional dos(as) participantes da pesquisa nas OSCs por meio da Política de Assistência Social na cidade de Barretos/SP



Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

Tais dados permitem considerar que os profissionais já conhecem o campo profissional, os serviços desenvolvidos pelo campo de intervenção, bem como tem vínculos com o público atendido. Elementos estes que favorecem o alargamento da relativa autonomia profissional no espaço sócio-ocupacional.

Os(as) participantes da pesquisa estão, através das OSCs empregadoras, executando os seguintes serviços:

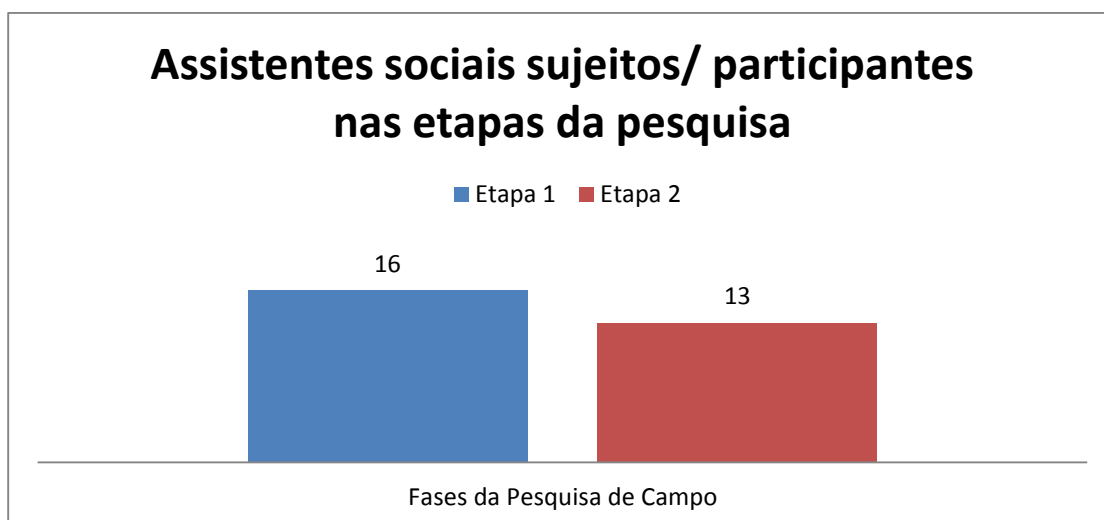
Gráfico XII: Serviços no âmbito da Política de Assistência Social desenvolvidos pelos espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

Na organização dos dados para a seleção da amostra da pesquisa, percebeu-se que um assistente social, deu a sua devolutiva na primeira fase da apreensão das informações, porém, não participou dessa investigação pois, o mesmo entendeu que desempenha funções gerenciais, como coordenadora pedagógica, e não como assistente social. Também, outras duas profissionais não aderiram à segunda etapa da pesquisa, não dando devolutiva aos contatos realizados.

Gráfico XIII: Assistentes sociais participantes nas etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da primeira etapa da pesquisa (2018).

4.5 Análise e interpretação dos dados da pesquisa: a construção do conhecimento entre Serviço Social, dimensão educativa e OSCs na operacionalização da Política de Assistência Social em Barretos/SP.

A pesquisa teve como objetivo refletir acerca da dimensão educativa no cotidiano de trabalho profissional do assistente social, executados na Política de Assistência Social, serviço esse, realizado por OSCs, na cidade de Barretos SP. Apreendendo, sobretudo, sua concepção; como identifica a dimensão educativa na profissão e no desenvolver de seu trabalho.

Considerando o perverso cenário econômico e social a partir do crescimento do capital, depara-se com contextos contraditórios e depredados em seu quesito social. Desnudando a perversa condição societária, qual o assistente social vem intervindo, na sociabilidade do capital brasileiro contemporâneo, sobretudo, no locus da Política de Assistência Social.

Muito embora, o profissional, sendo parte inscrita da divisão social e técnica do trabalho coletivo, tem em sua construção sócio-histórica brasileira o posicionamento junto à sua classe, a trabalhadora, no enfrentamento das expressões da questão social. Para isso é necessário ser pautado em seu Projeto Ético-Político, que através da sua base teórica e crítica vêm contribuindo com possibilidades de compor a resistência nos espaços de trabalho.

Contatar todos os profissionais inseridos nesse espaço foi uma tarefa árdua, grandes extensões foram percorridas, muitos profissionais participando da pesquisa, mas outros com grande resistência, não aderiram a esse importante momento de reflexões sobre o seu trabalho profissional.

Durante toda a pesquisa foi respeitado os princípios éticos para a elaboração de pesquisa com seres humanos, bem como os referentes ao código de ética da profissão, que dentre tantos aponta a “[...] garantia do pluralismo, através do respeito às correntes democráticas existentes e suas expressões teóricas[...]” (CFESS, 1993).

Quando se fala em pluralidade, fala-se em diversas teorias, não confundindo enquanto dimensão ideológica. Esse aspecto é fortemente enunciado pelo compromisso ético na construção de uma nova ordem societária, mais justa e igualitária.

Neste percorrer foi possível identificar os desafios inerentes à profissão e as formas de enfrentamento dos profissionais, além de presenciar também os limites e possibilidades institucionais.

Fato que merece destaque, uma vez que no atual governo, o corte de investimentos em muitos setores importantes à sociedade, não poupa a Assistência Social como alvo e, nem mesmo, as OSCs, que acaba por realizar a execução da política de Assistência Social. Percebe-se que mesmo com várias limitações essas instituições e os profissionais de Serviço Social demonstraram determinação em garantir que o trabalho seja realizado ao público alvo.

Assim, através da oralidade, no percurso metodológico das entrevistas, foi compreendida como a história oral garante ao percurso abarcar as características históricas, sobretudo, determinantes atrelados à concepção das memórias da profissão através da ação do profissional, dos participantes.

Nesta perspectiva a história oral, tem uma visão de totalidade (THOMPSON, 1992, p. 22). Entendida como uma prática social que tem grandes chances de gerar transformações, possibilitou apreensão no decorrer da pesquisa de novas determinações que poderá derrubar barreiras ainda não desvendadas.

Desta maneira,

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos. (ALBERTI, 1989, p. 4).

Destarte, a história oral, conforme as ideias discorridas acima, parte da memória humana e a possibilidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Perpassa o caráter individual, e a lembrança de um indivíduo inserido em um contexto social, tais que são atravessadas pelas relações coletivas.

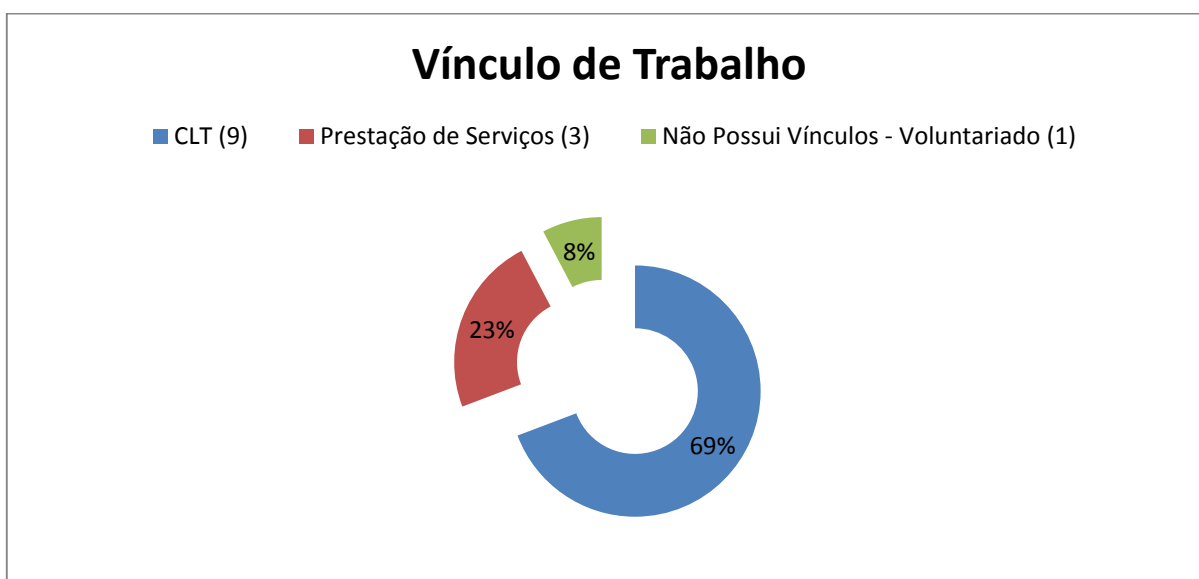
[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e inovadora. (BOSI, 1994, p. 46-47).

Diante do pressuposto e das leituras realizadas, para compreensão desta realidade, considerando os projetos em disputa no seio do Serviço Social, esta percepção foi de grande valia, por provocar aos participantes, através de suas falas, ativarem suas memórias sobre o hoje e o ontem da profissão de forma sutil não tendenciosa, sobretudo, dando elementos para compreender como faz a sua intervenção profissional frente a este contexto.

Visando garantir que os depoimentos fossem fieis às falas dos profissionais que participaram da pesquisa, essas foram tratadas em forma de citação direta, procurando valorizar o conhecimento do entrevistado, seu trabalho, seus desafios e sua história profissional.

Em relação à condição de trabalho dos assistentes sociais no que tange aos vínculos que este profissional tem com o campo de trabalho, observa-se que os mesmos são profissionais do espaço sócio-ocupacional na cidade, caracterizando-se em sua maioria, como trabalhadores com relações formais de trabalho.

Gráfico XIV: Vínculo de trabalho dos(as) participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados entrevista, segunda etapa da pesquisa (2018).

Dentre aqueles que não possuem relações formais de trabalho, observou-se um(a) profissional que detalha seu percurso de vínculo vulnerável na instituição empregadora.

Bem eu iniciei as atividades aqui na instituição, porque antes eu era funcionária de empresa, então a gente era CLT⁷⁷, desenvolvia um trabalho em empresa e eu vim para a entidade como voluntária⁷⁸ em 2016, a entidade ela não tinha uma demanda específica, ela só trabalhava, trabalhava com a família tipo nada assim, era tipo ainda assistencialista, era cesta básica, era leite, era óleo, era a família. A partir de 2018 a gente iniciou o projeto para focado no idoso, então a gente conseguiu o cofinanciamento da Prefeitura e através do Conselho Municipal do Idoso, então 2018 eu já passei a ser assistente social profissional liberal, então a gente 2018, 2019 vínculo autônomo, prestador de serviços⁷⁹. (ASSISTENTE SOCIAL D).

Com a fala do(a) profissional **ASSISTENTE SOCIAL D**, é possível notar a teia de vulnerabilidade que representa as OSCs aos profissionais, onde em sua própria fragilidade emprega o (a) assistente social com muita dificuldade e reproduz ao profissional, danos que, teoricamente, busca-se sanar em seus objetivos interventivos. É um espaço de complexas contradições.

A fala também é categórica em demonstrar o ranço assistencialista que está umbilicalmente entranhado no seio dessas iniciativas e os desafios para a profissionalização e sustentabilidade organizacional.

Neste cenário, na cidade de Barretos/SP, a Assistência Social é desenvolvida, por meio das iniciativas da sociedade civil organizada, em mais de 35 instituições e tem um público imenso que depende dos serviços prestados. E mesmo com as

⁷⁷ “O art. 3º da CLT define o empregado como: *“toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”*. Empregado é o trabalhador subordinado que recebe ordens, é pessoa física que trabalha todos os dias ou periodicamente e é assalariado, ou seja, não é um trabalhador que presta seus serviços apenas de vez em quando ou esporadicamente. Além do que, é um trabalhador que presta pessoalmente os serviços. Desta forma, EMPREGADO é toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, de forma pessoal, sob a dependência deste e mediante salário, nos termos do disposto na CLT. Entretanto, a Reforma Trabalhista criou, através do § 3º do art. 443 da CLT, uma nova modalidade de relação empregatícia, o chamado contrato de trabalho intermitente, no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade. Assim, ainda que se possa constatar a prestação de serviços de forma esporádica, o trabalhador que presta serviços sob esta forma de contrato é reconhecido como empregado e tem garantido o direito ao vínculo empregatício para com o empregador que o contratou. Na avaliação desses requisitos a lei impõe o exame, principalmente, dos fatos em caso concreto, não sendo decisivo apenas o que tenha sido formalizado por escrito, mas o que decorre da relação prática entre as partes” (GUIA TRABALHISTA, Online).

⁷⁸ “O trabalho voluntário é definido como a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade” (GUIA TRABALHISTA, Online).

⁷⁹ “AUTÔNOMO é todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e com assunção de seus próprios riscos. A prestação de serviços pode ser não só de forma eventual, mas também habitual. Isto porque o § 2º do art. 442-B da CLT (alterado pela Lei 13.467/2017) dispõe que não caracteriza a qualidade de empregado prevista no art. 3º da CLT o fato de o autônomo prestar serviços a apenas um tomador de serviços” (GUIA TRABALHISTA, Online).

difficultades cotidianas no cenário político e econômico existe grande empenho para o desenvolvimento deste trabalho.

Conforme já esclarecido, a pesquisa buscou conhecer a dimensão educativa no trabalho do assistente social, esse fator representa ir além do fazer pragmático, de mera execução rotineira, pois o assistente social desempenha na sociedade um importante papel, o de educador.

O público atendido nessas Instituições representa diversidade, sim! E não somente alguém que busca uma ajuda ou um apoio pontual, a diversidade de problemáticas sociais que estão presentes na vida desses cidadãos são apenas, alguns dos reflexos da questão social que perduram na sociedade vigente. Dessa forma viu-se a necessidade de compreender a quem se dá a intervenção profissional do(a) assistente social, perguntando-lhes: **qual é o público atendido pela instituição?**

Proteção Social Básica, público alvo, as crianças, os idosos e os adolescentes, mas proteção social básica trabalha famílias. E o público prioritário é a criança, adolescente e o idoso, englobando todas as faixas etárias. (ASSISTENTE SOCIAL A).

Hoje a gente atende o idoso a partir de 60 anos e a criança a partir de 4 anos que é o CMDCA no SCFV são aplicadas atividades socioeducativas e lúdicas aos participantes dentre outras. (ASSISTENTE SOCIAL B).

O público-alvo, na verdade assim, nós já tivemos atividades para todas as faixas etárias. Para criança, adolescente, adulto e idoso, mas hoje a gente tem projetos para área da Criança e do Adolescente de 7 a 17 anos e nós temos também o trabalho que é o nosso foco principal com idosos, nós fazemos diversos atendimentos com idosos. (ASSISTENTE SOCIAL C).

Hoje o foco é o idoso mesmo, a gente tem 40 idosos, 2018 nós fechamos com 40 idosos. Além das famílias, que faziam parte dessas famílias que eram atendidas, então 2018 fechou com 40, a meta, se Deus quiser e a gente crescer mais, que a gente está numa área importante aqui, que é uma área bem central de Barretos. (ASSISTENTE SOCIAL D).

Observa-se que dentre as ações em nível de proteção social básica, os serviços executados pelas instituições é o SCFV⁸⁰, dentre eles, é notório perceber a

⁸⁰ “Trata-se de um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. Esse serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no

existência da oferta majoritária às duas pontas geracionais, a criança e o adolescente, bem como o idoso.

O serviço que abrange todas as idades demarca, nesta polaridade geracional, seu público prioritário, sobretudo, destacando situações de maior vulnerabilidade dentre eles.

Segundo a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013, considera-se público prioritário para o atendimento no SCFV crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas nas seguintes situações:

- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência e, ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência. (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015, p. 8).

Nota-se que a demarcação prioritária acontece por situações de extrema vulnerabilidade, muito embora, demarcada pela violação dos direitos fundamentais pela ausência do Estado em prevenir tais circunstâncias.

Nota-se que muito do cenário de investimento do SCFV em alta densidade a estes públicos, demarcando lacuna na oferta de serviços na proteção básica aos indivíduos sociais com idade média, acontecem, sobretudo, em decorrência dos reflexos do enxugamento dos recursos públicos às políticas sociais, sobretudo, a Assistência Social.

desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Deve ser ofertado de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários. Os usuários do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários. O trabalho realizado com os grupos é organizado em percursos (para mais informações sobre a organização dos grupos do SCFV em percursos, conferir a pergunta nº 38), de forma a estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências; desenvolver junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade; e fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2017, p. 8).

O impacto da PEC 55/241⁸¹ tenciona um caos social através da lógica do congelamento dos investimentos públicos, em uma sociedade envelhescente, com projeto de aposentadoria tardia e desemprego estrutural.

Tal perspectiva ecoa nos municípios, trazendo ao cenário da prestação de serviços por meio das OSCs em Barretos/SP uma nova necessidade de estratégica organizativa, visto que desde o ano de 2018⁸² não acontece financiamento por parte do órgão gestor da política para as OSCs na execução do SCFV, tais quais pôde ser observado no início deste capítulo, são a maioria absoluta na execução das ações a mérito deste serviço a nível municipal.

Sobre a assistência social, a análise aponta que o ajuste promovido pela PEC 241 pode comprometer os avanços realizados no combate à pobreza, à desigualdade e na promoção da cidadania inclusiva. “As ações assistenciais, notadamente o Benefício de Prestação Continuada, o Programa Bolsa Família e o Sistema Único de Assistência Social colocaram o Brasil em patamar civilizatório mais elevado, ao afiançar direitos e proteção ao público em situação de vulnerabilidade, seja pela situação de pobreza, seja devido à violação de direitos. Logo, o Novo Regime Fiscal poderá impor uma descontinuidade da oferta socioprotetiva, o que constrangerá as proteções já afiançadas pela política assistencial”. (OBSERVATÓRIO DE ANÁLISE POLÍTICA EM SAÚDE, 2016, Online).

Frente ao desmonte do sistema protetivo pelo Estado e os reflexos na excussão dos serviços em todas as esferas, as OSCs se vêem na necessidade de se organizar e criar estratégias para garantir seus atendimentos prestados.

⁸¹ “De acordo com a PEC aprovada, a partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A inflação a ser considerada para o cálculo dos gastos será a medida nos últimos 12 meses, até junho do ano anterior. Assim, em 2018, por exemplo, a inflação usada será a medida entre julho de 2016 e junho de 2017. Para o primeiro ano de vigência da PEC, que é 2017, o teto será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluídos os restos a pagar), com a correção de 7,2%, que é inflação prevista para este ano. O regime valerá para os orçamentos fiscal e da seguridade social e para todos os órgãos e Poderes da República. Dentro de um mesmo Poder, haverá limites por órgão. Existirão, por exemplo, limites individualizados para tribunais, Conselho Nacional de Justiça, Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público da União, Conselho Nacional do Ministério Público e Defensoria Pública da União. O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo. A partir do décimo ano, o presidente da República poderá rever o critério uma vez a cada mandato presidencial, enviando um projeto de lei complementar ao Congresso Nacional” (SENADO NOTÍCIAS, 2016, Online).

⁸² De acordo com pesquisa de levantamento realizada na SMASDH (2019), bem como nas publicações do Diário Oficial do Município de Barretos/SP do intervalo dos anos de 2016 a 2019. (FOLHA DE BARRETOS, Online).

O que fica evidente em Barretos é a crescente captação de recursos pela sociedade através da destinação do imposto de renda, que nos últimos três anos de ausência pública a este serviço, o CMDCA⁸³ e CMI⁸⁴, através de chamamento público deliberou grande quantidade de recursos às instituições que desenvolvem SCFV para crianças, adolescentes e idosos⁸⁵.

Existem ainda, poucos espaços que desenvolvem ações para o demais públicos geracionais que não se caracterizam enquanto público prioritário para o SCFV, muito menos recebem investimento público para a execução desta cobertura. Tais quais também são representados na pesquisa.

O público atendido na instituição é desde a criança até o idoso, desenvolvemos projetos com a criança, adolescentes, com o jovem e com o idoso, juntamente com suas famílias. (ASSISTENTE SOCIAL E).

Desde a criança ao idoso. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. (ASSISTENTE SOCIAL F).

Ainda sobre o SCFV, nota-se a existência de ações segmentadas de acordo com a necessidade de vulnerabilidades específicas, entendidas pela rede enquanto

⁸³ “Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) é um órgão público municipal, de natureza colegiada, composto paritariamente por representantes da sociedade civil e representantes do Poder Executivo Municipal, que tem por função precípua formular a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em âmbito municipal, bem como exercer o controle da implementação dessa política. É um órgão de participação popular, fruto da democracia participativa (arts. 1º, parágrafo único, 227, § 7º c/c 204, CR/88), que assegura a participação da sociedade na elaboração das políticas públicas do Município voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes”(MPMG, Online, p. 15).

⁸⁴ “O Conselho Municipal do Idoso é um órgão de representação dos idosos, e de interlocução junto a comunidade e aos poderes públicos na busca de soluções compartilhadas. O Conselho deve estar em sintonia com as políticas nacional e estadual e se adequar as regras e leis aprovadas e regulamentadas. Torna-se importante reconhecer a necessidade de interpretações legais, uma vez que a legislação é um mecanismo inserido na sociedade e que esta, não se apresenta de forma estática. O Conselho Municipal deve estar aberto a participação das diversas tendências políticas e ideológicas, o que o torna mais representativo entre os municípios e perante os demais organismos de poder. Por essa razão, o Conselho não deverá estar atrelado a nenhum partido político. O Conselho municipal deve promover amplo e transparente debate das necessidades e anseios dos idosos, encaminhando propostas aos poderes municipais, principais responsáveis pela execução das ações. O papel do Conselho é consultivo, normativo, deliberativo e formador de políticas dirigidas a pessoa idosa. O Conselho deve se aproximar do poder Público Municipal e dos órgãos de representação Estadual e Nacional estabelecendo, na medida do possível, interfaces que possam ajudar na construção de uma sociedade mais organizada e participativa” (MPPR, Online).

⁸⁵ De acordo com pesquisa de levantamento realizada na SMASDH, bem como nas publicações do Diário Oficial do Município de Barretos/SP do intervalo dos anos de 2017 a 2019. (FOLHA DE BARRETOS, Online).

fundante para a garantia do direito protetivo de pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidades aplicadas.

No caso do(a) participante **ASSISTENTE SOCIAL G**, demarca a problemática da drogadicção sendo trabalhada pela sociedade civil organizada.

Homens, maiores de 18 anos, caracterizados com transtorno do uso e abuso de substâncias psicoativas⁸⁶ e suas famílias. (ASSISTENTE SOCIAL G).

A drogadicção é um fenômeno, que na contemporaneidade demarca várias categorias da sociabilidade do capital. Categorias estas perpassadas pelo mais-valor, consumo, sobretudo, à criminalização da pobreza, a saúde pública e demais políticas de proteção social ofertada pelo Estado, no entanto, como em todas as categorias existentes na sociabilidade, acontecem em projeto de narrativas em disputa, o fenômeno da drogadicção não se faz diferente.

Ao reconhecer que essa problemática, muito longe de tabus e aspectos moralizantes, está carregada de vulnerabilidades, percebe-se que o trabalho caminha consoante ao contexto contemporâneo brasileiro, entendendo que,

Atualmente, a preocupação é cada vez maior com o crescimento significativo do consumo de SPAs⁸⁷, bem como o consumo precoce que vem se manifestando na sociedade capitalista [...]. Este fenômeno da humanidade vem se tornando um grande problema de saúde pública, influenciando também nas questões sociais e econômicas, principalmente na vida dos jovens [...]. Com o crescimento de tal questão não se pode afirmar que a drogadicção é um problema isolado ou particular de algumas pessoas, pois já tomou proporções que afetam toda a sociedade, tanto direta como indiretamente. (VIEIRA; ADÃO, 2012, p. 23-24).

Várias destas vulnerabilidades acontecem decorrentes das condições de vida na sociabilidade do capital, caracterizadas enquanto refrações das expressões da questão social.

Observa-se que a atuação do participante, **ASSISTENTE SOCIAL H**, também vai ao encontro dessas expressões de grande vulnerabilidade, intervindo em instituição que atende,

⁸⁶ Substâncias Psicoativas são entendidas como: “Produtos químicos, de origem natural ou de laboratório, que produzem efeitos sentidos como agradáveis, sobre o SNC. Estes resultam em alterações na mente, no corpo e na conduta. Na verdade, os homens sempre tentaram modificar o humor, as percepções e sensações por meio de SPAs, com finalidades religiosas ou culturais, curativas, relaxantes ou simplesmente prazerosas” (BUCHER, 1995 *apud* AZEVEDO, 2000, p. 53).

⁸⁷ SPA – Substância Psicoativa.

Crianças de 0 a 12 anos em situação de risco e vulnerabilidade e seus familiares. (ASSISTENTE SOCIAL H).

Esta instituição, como as demais, desenvolve um papel de extrema relevância na cidade, vez que desenvolve o serviço de acolhimento institucional para crianças no município. Muito embora este serviço seja de responsabilidade do Estado, o mesmo se exima do encargo, transferindo à sociedade o trato de operacionalizar esta função.

Se tratando no contexto do trabalho de institucionalização de crianças e adolescentes, observa-se a importância da instituição, através da fala do(a) assistente social em considerar a família neste processo. Qual deve ter uma visão de crítica, considerando os determinantes socioculturais na análise de conjuntura para não ser apenas um equipamento no trato da Política de Assistência Social operacionalizando, a partir do ECA, a fim de contribuir com a Judicialização às avessas.

Tais determinações do conceito acima são expressas na fala da Profa. Dra. Rúbia Ronzoni, ao descriminar que,

[...] quando a gente tem que acessar o judiciário na política pública, deveria ser para que? Para acessar a justiça para processar o Estado quando ele não der conta de cumprir com suas funções, mas geralmente o Estado aciona suas medidas para punir uma família que deixa a criança em casa se não tem vaga na creche, aciona o Estado para tirar a criança quando ela tem alguma situação de vulnerabilidade para encaminhar para adoção, ou seja, a justiça ele funciona muito mais para penalizar do que para cobrar do próprio Estado suas funções. Então a família brasileira, ela é sobrecarregada de funções e ainda não conta com aparelho, reforço estatal [...]. (RONZONI, Via Apresentação Oral, 2016).

A tendência da inversão dos papéis existe, então exige a leitura crítica para não reproduzir tais lógicas do projeto em disputa na atual sociabilidade.

Ainda sobre as determinações da sociabilidade do capital, sobretudo, refrações estas que se materializam na vida da população que vive do trabalho, observa-se a oferta de serviços a outros segmentos de grande vulnerabilidade, representados na fala dos participantes.

Na ONG eram moradores de rua⁸⁸, aqui é Medidas Socioeducativas⁸⁹ (ASSISTENTE SOCIAL L).

Bem, lá na instituição a gente atende basicamente o Serviço de Convivência! Especialmente o serviço com pessoa idosa, mas nós também atendemos adultos, mulher adulta e família com crianças e adolescentes, mas basicamente é a que tem na composição o idoso! Ah, e aqui no CREAS nosso público é família também, mas é mais direcionada para **a família que sofreu algum tipo de violação de direito**, ou alguma privação, negligência, que envolve principalmente os vários tipos de violência: física e psicológica. A **questão do abuso sexual, idoso** na negligência, no abandono, certo! (ASSISTENTE SOCIAL M).

A demarcação da fala destes(as) assistentes sociais é trazida pela concepção profissional de dois espaços de intervenção, em circunstâncias opostas. São funcionárias do poder público municipal e, também, com vinculação, no período da pesquisa, nas iniciativas da sociedade civil organizada. Desta maneira, agregam em suas visões e concepções às experiências adquiridas.

⁸⁸ “Termo correto em utilização, em decorrência da sua condição, rompendo com o estigma da rotulação e reducionismo da condição à caracterização da pessoa. Caracteriza-se este grupo enquanto heterogêneo e que possuem em comum a pobreza extrema, inexistência de moradia (convencional regular), com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, utilizando dos logradouros públicos e áreas degradadas enquanto moradia, de forma temporária ou permanente. O Decreto 7.053/2009 “Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências” (BRASIL, 2009).

⁸⁹ “Previstas no ECA enquanto medidas repressivas aplicáveis a adolescentes de 12 a 18 anos incompletos que cometam ato infracional. Entendendo por ato infracional à conduta de crime ou contravenção penal, diferenciando o termo através da compreensão descrita no Estatuto em seu Art. 27. onde retrata que “os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente imputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecida na legislação especial.” (BRASIL, 1990). Retratando-se ao SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Sobre as Medidas Socioeducativas:

“Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições” (BRASIL, 1990).

Entendendo que no que se refere à Política de Assistência a sua colaboração é junto ao “[...] Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ofertado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS” (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2016, p. 12).

Nota-se a clareza dos profissionais sobre os diferentes públicos, sobretudo, as situações de vulnerabilidades existentes na intervenção do trabalho no nível de proteção social especial da Política de Assistência Social.

A criminalização da pobreza⁹⁰ é um aspecto que perpassa, demarcando a expressão da vulnerabilidade para a execução destes serviços. O estigma que circunda, sobretudo, a população em situação de rua, bem como os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa, exige do profissional leitura crítica de conjuntura para que o serviço ocorra de forma a contribuir com os processos individuais e sociais dos sujeitos, se colocando enquanto resistência para com este paradigma da sociedade capitalista na não reprodução do dano pela “máquina pública” operacionalizadas pelo trabalho coletivo composto por profissionais assistentes sociais.

Outro fenômeno da sociabilidade brasileira, enraizado de vulnerabilidades e desproteção se apresenta na fala dos(as) profissionais em relação ao público alvo dos serviços, à pessoa idosa.

Entendendo que “o fenômeno do envelhecimento no Brasil veio pra ficar, configurando ao mesmo tempo, uma conquista na qualidade de vida no país e um desafio que precisa ser enfrentados pelas famílias, pela sociedade e pelo estado” (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 1994, p. 72), desta maneira, a oferta de serviços de proteção social voltadas a este público será cada vez mais evidente, vez que,

O século XXI vem trazendo aspectos que exigem da população novos olhares e posicionamentos, situações inerentes à este debate é um desses novos perfis societários oriundos da vida cotidiana e do século atual, o envelhecimento. (VIEIRA; LIMA; GALDONI, 2016, p. 163).

⁹⁰ “A penalização e a criminalização das classes subalternas e de seus movimentos e organizações sociais não são fenômenos recentes ou novos. Ao contrário, são indissociáveis da processualidade histórica do desenvolvimento e expansão do capitalismo e das relações de dominação e exploração que as classes dominantes instituem sobre as classes subalternas. Em suas expressões contemporâneas, tanto a penalização dos “pobres” quanto a criminalização dos movimentos sociais constituem ações sociopolíticas orquestradas pelos Estados, nas variadas formações socioeconômicas, como respostas às expressões das desigualdades sociais acentuadas pelas ofensivas do capital para recuperação dos processos de sua expansão e valorização. Assim, essas ações são mecanismos de controle e administração das diferentes expressões da “questão social” e das manifestações e resistências populares a elas, que se materializam na criminalização da “pobreza”, na judicialização do protesto social, na repressão política aberta e na militarização” (LONGO; KOROL, 2008 *apud* DURIGUETTO, 2017 p. 104-105).

Considerar o fenômeno permite olhar as vulnerabilidades que este público carrega. A grande presença de idosos em situação de abandono é fator presente na realidade do século XXI, sempre, em todos os momentos da história, houve “asilos” e a questão do abandono. Entretanto, mesmo com o passar de tantos séculos isso ainda continua a persistir, vale destacar vários determinantes da sociabilidade contemporânea que distancia o ser humano do seu semelhante, tais quais, as tecnologias, “enriquecimento” de alguns x empobrecimento em massa sociedade, enfim, a sociedade ampliou, porém, o abandono continua presente, fato este enquanto determinante da lógica produtivista da sociabilidade do capital.

Neste contexto o trabalho de acolhimento na cidade foi representado pelos(as) participantes da pesquisa.

É uma instituição de longa permanência para idosos – ILPI⁹¹. (ASSISTENTE SOCIAL I).

Nós atendemos atualmente dois públicos! Um é o idoso não acamado, acima de 60 anos e o outro é o adulto com deficiências múltiplas de leve complexidade. Nós atendemos esses dois públicos só que agora, desde 2019, desse ano, conforme as novas parcerias com a Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal do Idoso nós vamos dar preferência só para os idosos, tanto é que quem vai regulamentar essas vagas é o CREAS, já fizemos reuniões e é que quem vai regulamentar essas vagas e vai mandar pra nós, por exemplo, tenho 16 idosos e o resto é abaixo de 60 anos, que alguns vieram de outra instituição [...], mas que nós não vamos pegar mais esse público, mesmo estando dentro do nosso estatuto. E se caso a gente vá pegar é por contra-partida da casa, o município não vai ter nada com isso, não vai arcar com nada, por isso que a casa resolveu só acolher o idoso, porque tanto o CMAS quanto o CMI resolveu que vai dar respaldo somente ao idoso, então, por isso resolveu ficar somente com esses dois públicos. Aí, fechou para esse abaixo de 60 e nossa capacidade é para 30 moradores, a gente tá em reforma atualmente, então de 16 até 30 a gente disponibilizou esse restante de vaga, mas por exemplo, a Secretaria vai mandar, por exemplo, se vir um idoso, a gente tem um protocolo de internação que a gente aderiu, se não estiver dentro dos parâmetros daqui a gente não vai acolher, por exemplo, se vier acamado, a gente não vai ter profissionais, porque o nosso quadro é o mínimo do mínimo. Então, se não estiver dentro do quadro daquilo que a gente consegue oferecer esse serviço, a gente não vai pegar por não conseguir dar uma resposta. (ASSISTENTE SOCIAL J).

Algo a ser pensado com muita racionalidade, em tempos de capital fetichizado, onde é estimulado o individualismo, o cenário de trabalho precarizado, de até mesmo da implosão da categoria não-trabalho, da não-aposentadoria, dentre

⁹¹ ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos.

outros, é necessário racionalizar a tendência crescente deste serviço de acolhimento na sociabilidade do capital.

Outra dificuldade encontrada no cotidiano de trabalho dos(as) participantes são os empecilhos governamentais, tais quais materializam a reflexão do Estado mínimo aos aspectos sociais, sobretudo, contexto reacionário de enxugamento do mínimo que já se havia conquistado, por sinal, a duras penas em um tempo muito recente.

Pensar nesta teia de vulnerabilidades, de sujeitos, que pela lógica do ideário de produtividade na sociabilidade do capital, com suas atenuantes nas determinações de classe, são jogados à margem da sociabilidade, depara-se com a população com deficiência, muitas vezes descontempladas dos direitos mínimos e essenciais. Este também foi representado na pesquisa através do(a) participante.

Atendimento a pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.
(ASSISTENTE SOCIAL K).

O processo de inviabilização desses sujeitos acontece até os dias atuais, mesmo com normas, regimentos e legislações, nem todos os espaços estão acessíveis para ser ocupados por essa população, nem o Estado que gere as leis e normativas atende, em todos seus equipamentos, essas exigências.

A exclusão, neste sentido, significa a frustração da possibilidade de realização. Uma porta que se fecha dizendo que você não cabe num mundo particular pelo único motivo de ser como é. Em oposição a esse mundo em que apenas alguns têm as melhores oportunidades [...]. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, S/D, p. 14).

Neste sentido, ações desenvolvidas por profissionais comprometidos, estimulam que este público ocupe, como nunca, os espaços societários. O serviço é necessário não a fim de segregar ainda mais o público, mas a partir de uma visão de totalidade, despertar a consciência, sobretudo, através da unidade, resistir juntamente com e para com eles na construção e ampliação de direitos, sobretudo, efetivados.

A partir da concepção do campo interventivo pelos assistentes sociais participantes desta pesquisa, é possível fazer aproximações com o real de sua intervenção profissional para além da superficialidade.

Desta maneira, faz-se necessário discutir sobre a intervenção do profissional, o qual representa um dos ricos aspectos da ação profissional, pois é neste espaço

que se materializa a luta do profissional, na busca por soluções para as problemáticas sociais que interferem no dia a dia da sociedade.

Segundo Sposat (2006) o profissional nos espaços institucionais se vale de estratégias que se apoiam no conhecimento e em sua formação teórica, técnica e política para atuar e compreender seu ambiente de trabalho, ou ainda, do seu quadro de pessoal, e assim efetivar seu trabalho nas instituições através de intervenções qualificadas.

Esta categoria, que é facilmente detalhada ao fazer profissional precisa ser melhor apreendida, entendendo que,

Dimensão Interventiva: aquela em que se explicita não somente a construção, mas a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social. Compreende intervenção propriamente dita, o conhecimento das tendências teórico-metodológicas, a instrumentalidade⁹², os instrumentos técnicos-operativos e os do campo das habilidades, os componentes éticos e os componentes políticos, o conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e o reconhecimento da realidade social. Esta explicita o fazer profissional; dela emerge a existência, a materialidade e a concreticidade da profissão. Implica uma possibilidade do exercício profissional do assistente social, visto sob a perspectiva crítica, como superação de uma prática reiterativa. O atendimento às demandas postas pelos usuários exige do profissional a recriação constante do conhecimento e das mediações que norteia a caminhada da teoria às práticas. É também na dimensão interventiva que ficam explicitados os instrumentos técnicos-operativos, éticos e políticos presentes no exercício profissional do assistente social. A importância do trato analítico na construção da intervenção profissional é fundamental, uma vez que não há possibilidade de construção interventiva sem necessariamente ocorrer a análise dos fenômenos sociais, dos determinantes presentes na realidade social. Os assistentes sociais entendem que seu papel fundamental é posicionar-se, tomando como referência as necessidades apresentadas – via demanda de atendimento – pela classe subalterna, buscando consolidar uma situação profissional cuja marca seja a defesa dos direitos sociais previstos na legislação social brasileira. (TORRES, 2009, p. 2014).

Com base nesta compreensão, foi questionado os(as) participantes a **falarem sobre a sua intervenção profissional na instituição.**

Meu trabalho aqui é formular projetos, coordenar, é orientar, formular reuniões socioeducativas, dar as reuniões socioeducativas, ministrar essas reuniões com as famílias, com os grupos. Nós temos várias oficinas, as oficinas na verdade, são como um suporte para poder trabalhar com as famílias, e esse é o meu trabalho aqui na instituição, elaborar projetos,

⁹² “Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais” (GUERRA, 2000, p. 12).

coordenar, tudo isso! Atendimento coletivo, eu elaboro tudo, lista de presença, portfólio de todos os projetos, desde a gestão até a execução do projeto. (ASSISTENTE SOCIAL A).

Na fala do(a) participante, **ASSISTENTE SOCIAL A**, observa demarcadamente as etapas da gestão em seu trabalho individual, o planejar, executar, monitorar. A gestão institucional também é destacada.

Sobretudo, observa-se que a categoria gestão não é compreendida pelo(a) ASSISTENTE SOCIAL A, de maneira intrínseca ao trabalho, onde faz diferenciações entre gestão e execução. A intervenção socioeducativa, é um aspecto que tem ênfase em sua fala.

Entende-se que a compreensão desta categoria, enquanto fundante do trabalho humano, essencial para o trabalho do assistente social, tal qual em função exercida Política de Assistência Social é destacada entre as dimensões do fazer profissional, sendo,

[...] uma dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços a indivíduos, famílias, grupos e coletividade, na perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e participativa, capaz de produzir, intersetorial e interdisciplinarmente, propostas que viabilizem e potencializem a gestão em favor dos/as cidadãos/ãs [...]. (CFESS, 2011, p. 20).

Através da fala do(a) participante observa a presença da prática burocrática que, talvez pela escassez de recursos humanos, é destinado ao profissional de Serviço Social funções que não são de suas atribuições dentro da Política, sobretudo, uma logística que pode resultar na limitação do trabalho técnico do profissional.

Já a(o) participante, **ASSISTENTE SOCIAL B**, demarca a sua intervenção enquanto gestão da instituição, destacando que se distancia da prática interventiva direta com os usuários dos serviços ali prestados.

Eu sou aqui, além de assistente social, sou a coordenadora, eu coordeno entidade, então desde a parte da limpeza, alimentação, fazer lista, tudo sou eu que faço, tem a secretaria, eu que comando o serviço dela, parte de prontuário, de inscrição de usuários, e o meu contato direto com o monitor que uma vez ao mês a gente se reúne, todos os monitores, final de semana eu avalio com cada oficineiro⁹³, para ver como, o que está sendo feito na oficina, como que tá a motivação dos usuários. Fico mais na gestão do que na intervenção direta. Toda semana acompanho as atividades socioeducativas e de 15 em 15 dias o psicólogo participa, para ver como está o usuário, a parte psicológica, a motivação. Eu tenho muitos idosos que estão

⁹³ Nomenclatura adotada ao profissional que ministra atividades na Política de Assistência Social, ex: oficineiro de HipHop, Capoeira, Bordados, dentre outras.

com problemas de diabetes, hipertensão, tem uns já tá começando aparecer mal de alzheimer, a gente tem que focar bem nessa área da saúde, prevenção auditiva, que nem agora em maio, eu vou ver se eu consigo com a Fono, ela estar vindo, fazer a prevenção auditiva, alguns usuários que usam aparelho, pois nunca mais levou, só troca a “pilhinha”, tem que ver se o grau aumentou ou diminuiu, ou como é que está, que nem eu, estava com um idoso aqui que estava falando que não estava escutando, aparelho novinho que a filha deu, pouco tempo atrás, aí eu falei com ele [...] ele disse a não estou escutando, liguei para a filha e disse, olha da uma levadinha na Fono, vê como é que está, foi, levou ele, fez a manutenção e estava cheio de “cerinha”, não vai escutar mesmo. Então a gente toma todo esse cuidado, cada dia eles estão com um humor, aí por a gente ter um vínculo, tem um usuário aqui desde que eu entrei, então você passa a conhecer ele, o dia que ele te fala um bom dia diferente, você vê que ele está com algum problema, isso que é o gostoso, porque você vai acompanhando a trajetória, o duro é quando a gente perde um, ano passado mesmo, perdemos três, então é complicado, desestrutura todo o grupo. Muitas das vezes a gente que comunica, a gente tem que trabalhar tudo de novo para aceitar essa quebra de vínculo, mas é muito bom, eu gosto. (ASSISTENTE SOCIAL B).

Observa-se que, por mais que o(a) profissional não aplica diretamente as ações com a população, ele(a) tem a construção do vínculo estabelecido com a população, e esta categoria é de extrema importância para a construção significativa da profissão com o seu público em direção aos objetivos da categoria.

A minha intervenção profissional na instituição é a minha principal atividade ali dentro, é a elaboração, a coordenação dos projetos, e eu faço todo o acompanhamento deles também. Faço o monitoramento, faço a avaliação, trabalho também com a orientação da equipe e faço atendimentos individuais também com os usuários para fazer acolhida, para fazer os encaminhamentos quando necessário, fazer as orientações e o contato direto com o CRAS ou com a rede socioassistencial, então fica tudo a meu encargo mesmo. (ASSISTENTE SOCIAL C).

ASSISTENTE SOCIAL C, tem clareza do seu processo de trabalho coletivo na instituição. Apreende a categoria de gestão perpassando pelas etapas de seu fazer profissional, sobretudo, retrata com clareza seu trabalho com caráter educativo na instituição.

Relata que sua atuação inclui orientações, coordenação de projetos, monitoramento, atendimentos individuais e coloca em movimento os múltiplos saberes fundamentais para realizar o exercício profissional.

A coordenação de tais conhecimentos “[...] consiste também num conjunto de princípios e exigências interligadas que norteiam os homens no processo de conhecimento e na atividade transformadora” (KAMEYAMA, 1995, p. 100).

[...] nossa atuação profissional aqui, assim, nós, respeitamos o tempo do idoso, que eles são bastante, como é que eu vou te explicar, eles tem um certo receio de chegar e falar os seus problemas para gente, mas com isso tudo a gente conquistou eles, então com os idosos aqui a gente vai visitar, faz visita domiciliar, a gente dá encaminhamento, o que mais... a gente tem as reuniões socioeducativas aonde a gente faz palestras, tem o Senac que vem aqui, então a gente busca parceria para estar desenvolvendo, para poder alimentar as oficinas e fazer das oficinas uma, não só aquela coisa de, mas que traz benefício pro idoso, então a gente tem parceria também com a secretaria de saúde, agora a ação profissional nossa é que a gente faz o trabalho individual e também o trabalho em equipe, toda quinta-feira a gente faz as nossas oficinas, nas oficinas a gente faz roda de conversa, com temas que a gente discute, na maioria é aquele tema do cotidiano deles, ou da violência que está acontecendo, ou um assunto que está, então a gente trabalha isso aqui com eles. (ASSISTENTE SOCIAL D).

A fala expressa o trabalho do(a) assistente social enquanto parte do trabalho coletivo. Contextualiza também os instrumentos metodológicos de trabalho que o assistente social detém para execução de seu trabalho com a população, entendendo estes enquanto recursos para atingir a finalidade da ação profissional com a população.

[...] falaremos do instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos de trabalho) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciados – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). (TRINDADE, 2000, p. 23).

Os instrumentais, que são meios articulados para a efetivação do trabalho em todo o processo de gestão, sendo necessários à articulação do instrumental enquanto elemento do fazer profissional do assistente social.

Os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com uma finalidade. Quanto maior nosso conhecimento teórico, mais ampla será nossa cadeia de mediações, maiores as nossas possibilidades de construí-las. (PRATES, 2003, p. 6).

Desta forma, ao dialogar com a intervenção profissional dos assistentes sociais esses elementos serão evidenciados.

Nota-se a intervenção marcada de práticas reiterativas, preenchidas de ações sob o aparente da vida social do indivíduo, não identificando conceitos que trazem a concepção de direito das intervenções, muito embora a carência da análise para além da individualização das problemáticas sociais vivenciadas pelos indivíduos,

considerando os determinantes da sociabilidade do capital, qual o Serviço Social se posiciona e vem intervir.

O pensamento limitado pela pressão do dia a dia se restringe a dar respostas automáticas e superficiais a diversas situações singulares que são homogeneizadas a partir de sua superficialidade por meio de instrumentos de gestão de políticas sociais pautados em um arcabouço jurídico-burocrático e dessa forma organizam a rotina dos serviços que possuem impacto no cotidiano da família trabalhadora. A diversidade de atividades da vida cotidiana leva a visão limitada apenas aos fenômenos do real: enxerga-se a pobreza, mas não o movimento histórico-econômico que a engendra; conhece-se o adolescente infrator, mas não a dinâmica que o leva a se constituir enquanto tal etc. (LACERDA, 2014, p. 23).

A forma como o profissional se coloca na dinâmica do trabalho dentro da sociabilidade do capital, suas apreensões, sobretudo, suas constantes reflexões em caráter totalitárias, reflete diretamente em suas respostas interventivas, carregadas de determinação ideológica.

A minha intervenção dentro da instituição é enquanto responsável técnica, desenvolvendo trabalho, ações e projetos a nível da proteção social básica com atendimento às famílias e seus membros em situação de vulnerabilidade social, ações que contribuem para o fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário, ações que previnem situações de risco social, proporcionando dentro da instituição aos usuários, um espaço de vivência, um espaço de encontros intergeracionais, pautado com a rede socioassistencial do município. O trabalho desenvolvido dentro da Instituição é articulado com as demais políticas públicas de forma a garantir ações e o protagonismo das famílias e dos membros atendidos. (ASSISTENTE SOCIAL E).

O(A) participante, **ASSISTENTE SOCIAL E**, consegue explicitar em sua fala a importância de sua ação profissional no contexto comunitário e societário que está inserido(a).

Enfatiza seu posicionamento em considerar relevante que os sujeitos sejam protagonistas dos processos em que participam na instituição, bem como no cotidiano de suas vidas, considerando seu fazer profissional pautado nesta direção.

A fala do(a) participante **ASSISTENTE SOCIAL F**, evidencia outras mediações contemporâneas que a profissão é convocada a considerar e intervir.

Atuo com o acolhimento dos usuários, também atuo no desenvolvimento dos grupos de Serviço de Convivência, também com atendimento individualizados, nosso público aqui, que busca os serviços da sede. Nós temos uma atuação com um projeto na escola Paulina, que é um projeto que desenvolve um trabalho totalmente voltado à adolescentes, mais

especificamente meninas, que visa o empoderamento feminino, é parte do nosso serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Nós temos uma equipe, eu como assistente social, o psicólogo e o pedagogo. Esse ano estamos tentando incluir um profissional de artes cênicas, para poder complementar um pouquinho mais as atividades. Acontece uma vez por semana, com média de 3h à 6h semanais. A intervenção do assistente social é muito importante, uma porque ele pode atuar em várias vertentes, ele é um complemento da equipe multidisciplinar. Sem a visão, o olhar do assistente social dentro de uma instituição que visa trabalhar dentro do social, não tem como caminhar. Dentro da minha visão o profissional da área do Serviço Social ele é totalmente, a sua participação é importantíssima. Através da importância do profissional na área de assistência é que vem agregar a atividade socioeducativa, porque nem todas atividades podem ser desenvolvidas por uma outra área, por um outro profissional, então cabe ao profissional de Serviço Social as suas atribuições específicas, sem ele o resultado não seria tão bom quanto a presença desse profissional, é assim que eu consigo ver essa atuação dentro do meu mercado de trabalho. (ASSISTENTE SOCIAL F).

A questão de gênero, dentro da perspectiva societária onde é interessante para o capital que exista tais demarcações divergentes é sim pauta do assistente social, compreendendo não somente as expressões da violência, mas a categoria fundante que se beneficia com toda a construção do imaginário social na divisão de gênero nesta sociabilidade.

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possui raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macro-determinações, pois, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as (os) idosas (os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las (los) dentro da ordem do capital. Em outras palavras, a classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e a dominante. (CISNE, 2012, p. 87-88).

Apropriar dos conceitos e das expressões societárias contemporânea possibilita intervir com a criticidade esperada ao profissional, analisando as categorias fundantes e abalando as estruturas burguesas através de uma intervenção para além do aparente, e aí, se nota a diferença determinante que o Serviço Social pode ecoar no trabalho social, como o(a) participante mencionou, identificar lacunas societárias, sobretudo, trabalhar com os indivíduos na forma com que eles abalem essas estruturas e provoquem, juntos, a transformação social.

A fala do(a) participante, **ASSISTENTE SOCIAL G**, elucida a importância da indissociabilidade das dimensões do trabalho profissional, teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo. Intervir considerando os determinantes societários

para melhor responder as demandas sociais apresentadas. No caso deste(a) profissional, o trabalho se dá,

[...] direto com a porta de entrada da CT, que é a Comunidade Terapêutica, somos responsáveis pelo acolhimento, triagem do setor social que é todo um levantamento dos fatores de uso de fatores problemáticos, mais uma construção histórica do indivíduo, é um levantamento dos fatores de risco, traços de rompimento de vínculo familiar, isso a porta de entrada, enquanto a atuação dentro da CT, que é comunidade terapêutica ele trabalha direto com o acolhido na promoção e efetivação dos direitos, seja assistencial, previdenciário, tudo que tenha esse caráter emancipatório, o Serviço Social tem essa atribuição.(ASSISTENTE SOCIAL G).

Considerar os determinantes sócio-históricos é tarefa primordial do(a) assistente social para não reduzir as problemáticas de caráter estrutural do capital enquanto individualizadas.

Para se pensar sobre o exercício profissional para além da aparência, a todo momento se faz necessário exercitar mentalmente o movimento entre singular e universal no que diz respeito aos elementos envolvidos no exercício profissional cotidiano e suas interconexões com a dinâmica real da sociedade, bem como se pensar em objetivos imediatos e mediatos do exercício profissional, orientando cada pequena ação cotidiana a construções maiores. (LACERDA, 2014, p. 24-25).

E na reflexão, não desvinculada dos processos societários determinantes do capital, que geram por sua existência e aprofundamento às vulnerabilidades que são expressas na vida cotidiana, sobretudo, materializadas na vida dos sujeitos na qual o Serviço Social vem intervir e ter como público alvo nessas organizações.

A atuação do profissional de Serviço Social na instituição de acolhimento é bem ampla. Ele articula toda rede socioassistencial visando o fortalecimento de vínculos das famílias atendidas. Está sempre em contato com a equipe técnica do judiciário, elaboração de relatórios, projetos, **plano individual (PID) e familiar de atendimento (PFA)**, participação de audiências concentradas revisando a situação de cada criança em acolhimento e reuniões com a rede. (ASSISTENTE SOCIAL H).

O trabalho em rede novamente se faz presente na fala dos(as) participantes da pesquisa, o que demonstra a grande relevância do mesmo em busca de uma sociedade que garanta a proteção social dos indivíduos.

As vulnerabilidades são materializadas de forma que as profissões são invocadas para entender esses sujeitos sociais em sua individualidade, sobretudo,

dentro da lógica de totalidade na sociabilidade e, as diversas políticas como forma de, na complexidade dos sujeitos, garantir o caráter protetivo às suas demandas.

Portanto, não se pode analisar e planejar a Assistência Social isolada do conjunto das políticas públicas e nem se pode reforçar a perspectiva de que o enfrentamento das desigualdades estruturais pode se dar pela via da resolução de problemas individualizados e que desconsiderem as determinações objetivas mais gerais da sociabilidade. Os desafios que se colocam demandam dos/as profissionais, e dos/as assistentes sociais especialmente, uma articulação na defesa do SUAS e de todas as políticas sociais, a partir de uma leitura crítica de realidade e das demandas sociais. (CFESS, 2011, p. 28).

O plano de atendimento, destacado na fala do(a) **ASSISTENTE SOCIAL H**, representa-se enquanto mais um instrumento metodológico de intervenção profissional multidisciplinar. Visto que, desprendendo do caráter punitivo e culpabilizador, a equipe cria estratégias, respeitando o protagonismo dos indivíduos e suas famílias, em criar seus próprios caminhos e possibilidades para enfrentar a situação que está vivenciando, tendo o compromisso do profissional direcionar maneiras que o Estado, sobretudo, possa ofertar subsídios para caminhar frente a este processo de superação.

Para tal análise, a concepção do usuário enquanto “vítima do sistema” não contribui, já que, sob uma perspectiva fatalista, imobiliza o sujeito que não tem qualquer autonomia e poder de resposta às situações; tampouco o sujeito é o algoz de sua condição, o culpado por suas penúrias a quem deve ser reeducado, ressocializado. Cada um de nós é fruto do contexto histórico em que está inserido e das respostas que a ele dá, as alternativas que escolhe, os valores que pautam tais escolhas e vão sendo materializados. Para compreender a natureza humana, não há afirmação mais radical que a de Marx de que o homem é síntese de suas relações sociais, objetiva e subjetivamente [...]. (ALENCAR, 2014, p. 26).

Este caminho crítico da formulação dos planos de atendimento (PAF e PAI) como menciona o(a) **ASSISTENTE SOCIAL H**, no trabalho de fortalecimento familiar, estreitando vínculos, vai ao encontro do que a Profa. Dra. Rúbia Ronzoni (2016), traz em relação ao cuidado para não reproduzir a “judicialização às avessas”, entendendo, de ante mão, que a intervenção do(a) **ASSISTENTE SOCIAL H** se dá em casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, no processo de destituição da guarda familiar (temporária e/ou definitiva).

A profissão de Serviço Social demonstra o quanto está inserida nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, esse fator pode ser confirmado quando é

possível verificar sua atuação junto a outros órgãos, se na década de 1930, a profissão tinha seu espaço restrito a ações caritativas e ligadas à Igreja, na atualidade, tem seu trabalho nas mais diferentes esferas, interligados intersetorialmente; com o judiciário, a saúde, habitação, educação, dentre outras.

Os(as) **ASSISTENTES SOCIAIS I e J**, através da descrição de suas intervenções no contexto dos serviços de ILPI, contribuem para a compreensão sobre os fenômenos que perpassam a sociabilidade brasileira contemporânea.

A minha intervenção profissional dentro da instituição de ILPI ela é voltada tanto no setor de projetos como na parte do RH, na responsabilidade técnica, então na realidade, respondo no tudo pela entidade, **respondo pela equipe também dos técnicos de nível superior da entidade ILPI.** (ASSISTENTE SOCIAL I).

Aqui a gente faz um pouquinho de tudo, desde motorista até fazer brigadeiro numa festinha deles, faz um pouco de tudo, mas o meu trabalho é, por exemplo, quando aquele morador, vamos dizer o idoso, que não tem benefício a gente entra com o pedido pra eles, se tem idade, se não tem documento, a gente vai atrás, tô até com um problema aqui sério com certidão de nascimento lá do Rio de Janeiro, que não tá dando certo, mas que vai dar, que roubaram os documentos, que ele estava na casa de passagem⁹⁴. Eu elaboro ofícios, eu faço projetos quando lançam editais de chamamentos públicos, faço os relatórios mensais, anuais, ajudo na parte de coordenação, assim supervisionar o trabalho e passar para o nosso gerente administrativo, que é o que faz toda a parte organizacional da entidade, seria ele, às vezes, não tem profissional para acompanhar no médico, e eu vou, às vezes, vou no retorno, ou levo para fazer algum exame, **participo também junto com a psicólogo onde fazemos algumas reuniões com os moradores** mesmo, é isso aí, renovação de alguns documentos, renovação do CMI, CEBAS⁹⁵, entre outras coisas.(ASSISTENTE SOCIAL J).

O(A) **ASSISTENTE SOCIAL I**, se coloca-se enquanto parte da gestão da Instituição, enunciando claramente as etapas do trabalho institucional e pessoal que realiza na instituição: a elaboração de projetos sociais, responsável por determinada equipe de profissionais, tendo a responsabilidade técnica do trabalho ali realizado,

⁹⁴ “A tipificação dos Serviços Socioassistenciais, em seu Art. 1. Por meio da descriminação dos serviços em nível de proteção social exemplifica esteve serviço enquanto serviço de acolhimento institucional (BRASIL, CNAS, 2009). “[...] este Serviço configura-se como acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. Deve ser ofertado em unidades (abrigo institucional e casa de passagem) distribuídas no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos” (MPES, Online, S/D).

⁹⁵“É um certificado concedido pelo Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Agrário e da Saúde, às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social que prestem serviços nas áreas de educação, assistência social ou saúde” (CEBAS, Online).

não destacando estes processos enquanto parte da intervenção indireta aos usuário, como se fossem distanciados, no entanto, entende-se desta maneira.

A gestão institucional também é um espaço que o assistente social ocupa na política pública e que através dos determinantes de seu caráter ideológico pode contribuir favoravelmente para o acesso dos usuários da política pública aos determinados serviços, ou não.

O desafio é sobre a tendência de racionalização burocrática tecnicista que esta representa, sendo necessário apreender os determinantes e suas mediações para a metabolização do cotidiano profissional, sobretudo, institucional, o que também se faz presente na maior parte da fala do(a) **ASSISTENTE SOCIAL K**, que retrata realizar:

Atendimento familiar e domiciliar, contatos telefônicos, reuniões com técnicos, elaboração de projetos e prestação de contas, Oficinas com usuários, encaminhamentos sociais entre outros. (ASSISTENTE SOCIAL K).

Embora o(a) **ASSISTENTE SOCIAL J** demonstre certa fragilidade em suas relações profissionais, sobretudo, na compreensão de suas atribuições dentro do serviço, a mesma traz ações de caráter de direito que são mediados e efetivados através de sua ação profissional.

Saber ocupar os espaços profissionais existentes é um grande desafio para o profissional de Serviço Social, pois são amplos, mas sempre requisitados por outros que acreditam poder desenvolver algum trabalho de referência, e isso é válido, no entanto, nenhuma outra profissão esteve tão próxima do cotidiano social da família, seja separadamente ou conjuntamente. Décadas e décadas de atendimento, iniciado no viés caritativo conservador e mais tarde alçado a aliado fundamental da classe trabalhadora, no entanto, observa-se este desafio, do distanciamento dos determinantes sócio-históricos da sociedade e sua rica contribuição para com os sujeitos coletivos, público alvo das ações do Serviço Social.

O retrato do trabalho de muitas profissões, poderiam ter espaço nesta pesquisa, porém optou-se firmemente a de Serviço Social. Nota-se que nessa instituição os múltiplos fazeres da profissão remetem a uma precariedade alarmante da profissão e suas relações de trabalho neste espaço organizacional. Entretanto, mais à frente, o(a) profissional exerce suas atividades, e mesmo não sendo exclusivas da profissão, no caso: determinados relatórios, coordenação, supervisão e até mesmo

acompanhamento de “moradores”, as exerce, para que o atendimento ao público da instituição seja constituído.

No que se refere à autonomia do trabalho, as condições objetivas de estruturação do espaço institucional devem assegurar aos/às profissionais o direito de realizar suas escolhas técnicas no círculo da decisão democrática, garantir a sua liberdade para pesquisar, planejar, executar e avaliar o processo de trabalho, permitir a realização de suas competências técnica e política nas dimensões do trabalho coletivo e individual e primar pelo respeito aos direitos, princípios e valores ético-políticos profissionais estabelecidos nas regulamentações profissionais. (BEHRING, 2003 *apud* CFESS, 2011, p. 32).

Nesta teia vulnerabilizada e contraditória, que o(a) assistente social se insere, tanto no terreno de luta e embate profissional, quanto as suas relações e condições de trabalho, a fala dos(as) assistentes sociais que atuam nas duas esferas de execução da política pública, governamental e não governamental, contribuirão para o alargamento da compreensão do trabalho nos espaços, destacando que realizam:

Na **Ong eu ficava mais na parte administrativa, orientação e apoio**. Eu fazia os relatórios, as planilhas de controle, a pauta das reuniões e orientando o gestor, no caso, o Presidente, das normativas legais, era esse o meu papel. Só intervinha no caso crítico, o resto eram os orientadores. (ASSISTENTE SOCIAL L).

Na verdade, na Instituição eu fico mais na parte técnica mesmo, questão de projetos, relatórios, na verdade a gente tem um trabalho muito bom com voluntários, a gente sabe que tem uma turma aí que é **contra o voluntariado**, mas a gente tem uma experiência excelente ali com o voluntariado. Então, quem praticamente desenvolve, quem faz as ações são os voluntários que tem diversas formações, desde pedagogo, administrador, professor, e pessoas sem formação com ensino médio que trabalha, assim, no caso, como orientador! **Então, a minha parte é a parte técnica, de projetos e desenvolvimento de projetos para dar direcionamento ao projeto. Hoje, a gente não tem nenhum recurso, nenhum subsídio do município ou estadual, nada!** A gente trabalha com recurso próprio, através, principalmente, com **doações dos sócios**, porque é uma instituição espírita, e as campanhas com a sociedade, com a comunidade, com os associados e os frequentadores, é o que a gente mantém. Então, ali o meu trabalho é mais na área técnica. (ASSISTENTE SOCIAL M).

A ação da profissional abrange diversas atividades e esse fator aponta o quão fundamental é o domínio das diversas formas de atuação, sobretudo, sobre a necessidade de renovação constante de saberes. Cabe também uma reflexão aos outros profissionais que poderiam desempenhar essas tarefas, uma vez que elas não são atribuições privativas do Serviço Social, entretanto, coube à profissional realizá-las.

Ademais as atribuições e competências tendem a ser utilizadas nas mais diversas áreas de atuação, havendo suas particularidades de acordo com a demanda específica do espaço sócio-ocupacional (CFESS, 2011).

No entanto, observa que com a fragilidade técnica que as OSCs são formadas, por diretores e fundadores, em sua maioria, de “boa intenção”, mas pouco conhecimento técnico, o assistente social é utilizado para suprir essa lacuna e repassando a outros, muitas vezes o contato direto com a população dos serviços.

Nota-se que os(as) assistentes sociais denotam uma certa disparidade entre os campos, vez que no poder público estão na linha de frente dos serviços, sem deixar de contribuir na gestão do equipamento, sobretudo, nos processos de gestão do seu próprio trabalho.

O(A) profissional, **ASSISTENTE SOCIAL M**, demonstra não se incomodar com a presença de voluntários para realizar tarefas que poderiam ser feitas pelo profissional de Serviço Social de forma profissional e assegurada de direitos.

Certo é dizer que não se pode ser reducionista na análise e generalizar que este trabalho é feito de maneira inadequada e sem compromisso, no entanto a questão se coloca através da análise de conjuntura do trabalho na sociabilidade do capital e suas condições. O poder público transfere à sociedade civil o serviço que é de sua responsabilidade, não emprega os “operacionalizadores” e não repassa verbas às organizações, o que ficou evidente na sua fala. A falta de apoio e suporte por parte do município e ainda do Estado, às instituições vão reproduzindo, muitas vezes a lógica do trabalho voluntariado e referenciando a tendência do neoliberalismo sob a ótica do mundo do trabalho. O(A) participante ainda alegou que atua nesta condição junto a esta Instituição.

Muitos profissionais acreditam que os limites de seu trabalho estão relacionados somente a orientação, outros, mais pragmáticos, se limitam a produzir relatórios e planilhas, pondo no papel a situação do público que por eles e/ou instituição são atendidos. É necessário cuidado para não reproduzir o que o capitalismo tanto enseja, um atendimento engessado, burocrático e pontual, ou ainda, um atendimento que se dá “[...] de forma seletiva, [...] realizada mediante procedimentos burocráticos (delimitação dos “problemas”, “público-alvo” e dos recursos a serem alocados), persiste a ineliminável heterogeneidade das situações” (LACERDA, 2014, p. 22).

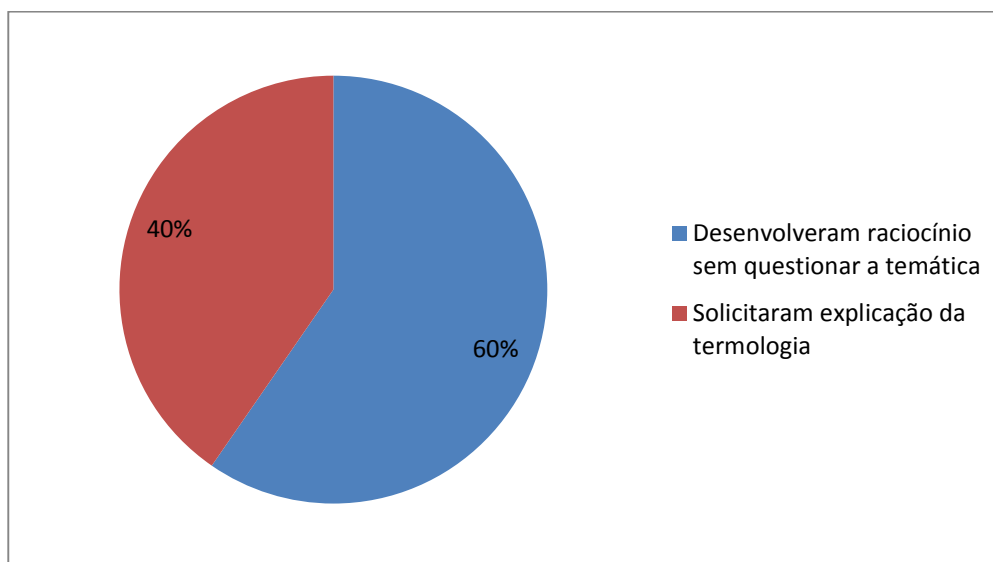
Dentre as perguntas que foram cuidadosamente elaboradas para conhecer o trabalho dos(as) assistentes sociais, houve a preocupação em que a **dimensão educativa** estivesse presente em suas pontuações e que o profissional a reconhecesse.

Sabe-se que o Serviço Social tem mantido constantemente o fortalecimento da profissão para que não volte a ser um agente reproduzidor dos interesses do ideário capitalista, mesmo tendo essa realidade presente, a dimensão educativa vem sendo uma importante característica que tem trazido contribuições marcantes ao trabalho do assistente social.

Dessa forma, indagou os(as) em **como os(as) mesmos(as) compreendem e percebem a dimensão educativa do trabalho profissional do assistente social, sobretudo, no seu trabalho.**

No desenvolvimento deste assunto, os(as) profissionais em sua grande maioria, apresentaram dificuldades de apreender e/ou desenvolver um raciocínio analítico-crítico no que tange sua concepção da categoria dimensão educativa.

Gráfico XV: Apreensão dos(as) participantes acerca da Dimensão Educativa.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora através dos dados da entrevista, segunda etapa da pesquisa (2018).

Aos profissionais que demandaram explicações para compreender a temática foi reformulada a palavra **Dimensão**, de maneira a não explicar o conceito e assim oferecer uma direção para uma compreensão. Assim, sugeriu-se a palavra **Caráter** empregando a mesma pergunta, **substituindo dimensão por caráter.**

Nota-se que o percentual de profissionais, 40% da amostra, não tinham percepção do que é o termo dimensão educativa, sendo um dado muito significativo.

Dentre os demais, 60% dos(as) participantes que desenvolveram uma concepção sobre o tema, há profissionais que se equivocaram quanto a dimensão educativa de seu trabalho e, ainda assim, não solicitaram explicações sobre seu significado, o que inflama ainda mais o contingente de profissionais que até o momento da pesquisa não tinha concepção sobre a terminologia, mas de alguma maneira trazem em suas falas a compreensão demarcada desta categoria. Desta forma, todos responderam a partir de suas concepções acerca da temática.

Alguns(as) participantes consideram a dimensão educativa como aspecto do espaço interventivo e não inerente da profissão.

Não, no trabalho em geral do assistente social pode ser até que exista e eu não há compreenda. Aqui mesmo na entidade, é muito pouco, essa parte do Serviço Social, em relação à coordenação em dar a última palavra, vou te dar como exemplo, tem instituições de longa permanência que a parte do Serviço Social que constroem as regras e ninguém intervém naquilo, se ela faz uma triagem, por exemplo, algum trabalho na parte educativa, ou até algum trabalho com físió, psicóloga ou musicoterapeuta, ninguém vai interferir naquilo que ele está falando, dizendo, orientando, diferente daqui. Aqui se eu ver uma pessoa que não tem um perfil, que eu olho, assim, e falo: essa eu não vou acolher, mas se a diretoria fala: “não, você tem que acolher!” quem manda na verdade aqui, são eles, não eu! Acho que falta bastante aqui, essa parte, de autonomia, sim, até eu não acho muito ruim, porque aí aumenta nosso trabalho, aí você fica com mais dor cabeça, fora as que você já tem, então, aí eu nem dou muita bola, porque aqui tem muita gente para mandar, muitos diretores, e cada um fala uma coisa e aí você fica meio perdido, faça isso, faça aquilo e eu faço o meu serviço, fora o dos outros, é muito complicado isso aí. Então eu acabo brincando com os outros profissionais: “Oh, gente! Eles têm que fazer um cursinho no SEBRAE para aprender a administrar, aprender a chamar a atenção num lugar separado”, porque elogio é para todo mundo, não para chamar a atenção, mas eles fazem ao contrário, chamam a atenção perto de todo o mundo, á chato isso aí! Ah, é muito difícil, mas a gente vai levando. Porque senão a gente fica sem serviço, e corre o risco de ser mandado embora, porque aí você vai lá e coloca seu ponto de vista e se não estiver bom, eles mandam embora mesmo, como já aconteceu com outros profissionais, não na área do Serviço Social, mas em outras áreas, pois se falar um “a” eles mandam embora, mesmo! Embora eu não acho que tenha muito a ver com a parte do educacional, tem mais a ver com a parte de assistência, orientação, com equipe multiprofissional, porque não acho que é só um trabalho de um profissional que vai ajudar aquele morador, aquele idoso ou aquela criança, a palavra educacional pra mim vai mais para a área da Educação, que vem de berço, que hoje em dia os pais jogaram totalmente, alguns, não vou generalizar não, toda a parte da educação, para a escola, sendo que não é da escola, acho que deve ter um trabalho com assistente social e psicólogo, não sei se estou certa nesta questão, porque como eu disse, aqui foi meu primeiro trabalho, como eu vejo aqui, mas para a área da assistência e um pouco da área da saúde [...], então eu acho que não tem muito a ver com essa parte de educação, mas nunca trabalhei com essa área [...]. (ASSISTENTE SOCIAL J).

Nota-se que o(a) participante da pesquisa, **ASSISTENTE SOCIOAL J**, não reconhece a dimensão educativa, através da mediação do trabalho e seus instrumentos, tais quais destacou em sua fala, como: orientação, trabalho multidisciplinar, a dimensão educativa. Vinculou a não possibilidade da dimensão educativa em suas intervenções na Instituição, devido à sua restrita e quase nula autonomia, vinculando estas aos exemplos de regras. Importante frisar a divergência entre autonomia profissional, aquela para propor suas intervenções às de cunho institucional, no que tange as regras mencionadas.

Disse Iamamoto (2004), mesmo que os assistentes sociais possam conferir uma direção social ao seu trabalho, a interferência dos órgãos empregadores acontece seja através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e nas relações de trabalho. Nesse contexto, o(a) profissional, demonstra pouca autonomia até mesmo para dar norte ao seu trabalho profissional, tamanha insegurança a faz acreditar que não exista essa dimensão na instituição esquecendo-se que essa dimensão seria dada por ela, durante seu exercício profissional.

Ainda, sobre a “relativa” autonomia, a fala do(a) participante, demarca a violação do direito do profissional, assegurado em seu Código de Ética Profissional (1993),

Art. 2º - Constituem direitos do/a assistente social:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à profissão; [...]
- h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções; [...]. (CFESS, 1993, Online).

Já o(a) participante **ASSISTENTE SOCIAL D**, demonstra não ter compreensão da dimensão educativa no processo de trabalho, confundindo-a inicialmente aos proposto pelo Código de Ética (1993), no que tange ao compromisso do profissional à capacitação continuada.

Olha, é muito importante, eu, por exemplo, fiz pós-graduação em educação e fiz gestão social sustentável, então acredito que **tem que continuar buscando o conhecimento**, acredito não, tem que continuar! Porque o mundo nos sufoca nas nossas ações, a gente, através de orientação técnica a gente alivia mais essa carga nossa, **tem horas que a gente fica com grito de socorro na garganta e você não tem como, alguma resposta para aquele momento**, presenciei esses tempos uma agressão familiar, onde conseguimos efetivar o direito do idoso com a medida protetiva, mas quando

menos imaginava o filho que é todo “problemático” estava lá dentro de novo com seu consentimento, parece que a gente não consegue avançar. Nesses momentos, de nó na garganta, há necessidade de respostas e como é que você vai proceder? Qual é a linha que você tem que tomar? E a quem você tem que encaminhar? Porque a demanda, mesmo que seja o idoso, mais o idoso hoje, pelo menos o que a gente atende aqui, o que frequenta a entidade, ele tem “n” problemas, ele é a ancora da casa, então financeiramente, porque ou ele a família está vivendo da aposentadoria ou vivendo do benefício “LOAS”, então são problemas financeiros, problemas de relacionamentos, problemas com justiça, então assim, a gente precisa estar bem, por mais que você estude, tem horas que é necessário mais ainda e parece que a gente não consegue intervir naquilo, quando isso acontece, você respira, você não dá resposta, você marca uma outra reunião e busca estar fazendo, o que é bacana é que a gente tem uma equipe bacana de assistente social e psicólogo, que a gente sempre discute sobre o tema, e a gente precisa disso, precisa mesmo estudar, não pode ficar só com a graduação não. (ASSISTENTE SOCIAL D).

A compreensão do(a) profissional que é necessário se debruçar constantemente aos estudos e aperfeiçoamento para melhor desenvolver suas habilidades profissionais é de extrema relevância ao contexto. No entanto, nota-se sua visão sobre o fazer profissional é direcionada ao indivíduo, no caso da violência contra o idoso, problemas relacionais, com a justiça, elementos que são apresentados desassociados da compreensão determinante da sociabilidade, trabalhando a individualização dos problemas sociais, nesta classe que determina quem são as pessoas que sofrerão por tais vulnerabilidades.

Não quer dizer que essa compreensão deve ser clara para passar de forma ideológica ao indivíduo, sobretudo, o norteamento do trabalho profissional se dará a partir da compreensão individual que o profissional tem da lógica do capital à sociabilidade.

Tais percepções podem ser retratadas por Iamanoto,

Estabelece-se que o fatalismo e o messianismo correspondem a práticas profissionais empíricas que apenas reificam a sociedade e que o criticismo libertador faz parte de uma prática profissional científica, ou seja, aquela que foge do senso comum e do espontaneísmo, vai em busca das relações que existem entre os fatos, ultrapassando a superfície destes e indo de encontro com a essência dos fenômenos sociais, selecionando e adequando para tal, técnicas, conhecimentos e métodos que auxiliem no esclarecimento de respostas e na mudança da realidade”. (IAMAMOTO, 1992: 115-116, grifo da autora)

O sentimento de frustração demonstrado, nada mais é do que a visão messiânica da ação profissional, “culpabilizando” o idoso por receber de volta o filho que é “problemático”. Há a individualização na análise.

Não é somente com a provisão material, nem com o debate coletivo a modo apaziguador das circunstâncias societárias que existirá a transformação, o profissional, consciente da totalidade, metabolizada nas relações sociais pode propor intervenções que corroborem com o processo reflexivo, organizativo, sobretudo, transformador nos seus micros espaços, ecoando no macro.

Está caminhando, a gente vê que os avanços foram bastante significativos, mas precisa de muita coisa para a gente alcançar o que realmente precisa ser modificado, incluído na Política de Assistência, eu penso que precisam ser aperfeiçoadas. É um processo, as coisas não podem ser estagnadas, elas tem que avançar e na medida que vai avançando, a gente vai conquistando nossos espaços, dentro do nosso projeto, dentro da nossas ideias, dentro do que o Serviço Social busca. (ASSISTENTE SOCIAL F).

Observa-se a percepção embaralhada de Política de Assistência Social em detrimento da profissão Serviço Social e vice e versa. O aprofundamento teórico para distinguir os projetos que cada um deles tem é necessário, para além de compreender um, enquanto profissão, e o outro, como política social, sobretudo, para entender qual é a função do profissional naquele espaço, demarcado por forte disputa ideológica.

[...] confundir e identificar o Serviço Social com a Assistência Social reduz a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social, regional e internacional do trabalho. A Assistência Social, que possui interface com todas as políticas públicas e envolve, em seus processos operativos, diversificadas entidades públicas e privadas, muitas das quais sequer contam com assistentes sociais em seus quadros, mas com profissionais de outras áreas ou redes de apoio voluntárias nacionais e internacionais. Serviço Social, portanto, não é e não deve ser confundido com Assistência Social embora desde a origem da profissão, os/as assistentes sociais atuem no desenvolvimento de ações socioassistenciais, assim como atuem nas políticas de saúde, educação, habilitação, trabalho, entre outros. (CFESS, 2011, p. 11-12).

É através do aprofundamento teórico sobre as categorias em perspectiva crítica, distanciando do aparente, do burocrático, dos manuais, que o assistente social entenderá a importância do seu fazer político e ideológico, sobretudo, a fecundidade que este espaço historicamente representa à sua intervenção.

Já **ASSISTENTE SOCIAL A** trouxe várias compreensões em sua fala, algumas que demarcam a direção profissional, outras, remetendo às práticas remotas.

Eu compreendo a dimensão educativa de “educativo mesmo” porque a partir do momento que você cria vínculo com aquelas famílias, você trata elas com muita simplicidade, você se coloca no lugar dela, no mesmo nível educacional que ela, então ela fica muito à vontade com você, então ela acaba

aprendendo, quais são os valores que ela acaba aprendendo, por exemplo, trabalhamos vários temas no socioeducativo, **vou dar exemplo no financeiro, o financeiro não é só você entender que vai sobreviver com um salário de 985,00 ou 995,00; é você organizar esse salário dentro da família, é uma educação financeira.** Ah, como é que eu faço é economizando na água, vamos ver como é que eu faço, economizando no sabonete, ah não joga fora, junta, pra você fazer um novo sabonete, você ta economizando, no final do mês você tem uma diferença no seu salário, então essa é uma educação financeira simples, didática, essa educação eu acho muito importante, eu só dei um exemplo da financeira, têm várias, de você mostrar o fortalecimento de tudo isso. Então, eu acho que a educação é importante, sim, dentro da área de Serviço Social. Essa parte de você mostrar o conhecimento pro próximo, mas com simplicidade, de você **mostrar o que é de direito e de dever, porque não é só o que é de direito tem o dever também.** E a gente deve tentar fazer com que ele tenha esse parâmetro, que ele seja protegido, mas que ele também tenha essa obrigação, é isso que eu penso! Então, esse é no meu trabalho, então já fiz a ponte, no meu trabalho que eu presto, eu acho muito importante, **agora dentro da minha área eu acredito que é sempre conhecimento, sempre eu to lendo me atualizando,** pesquisando, tentando entrar dentro das normativas embora a instituição suga nosso tempo, que às vezes a gente direciona nosso trabalho pra outras coisas que não é da nossa área de Serviço Social e isso é muito triste, mas a gente tem que se sujeitar a isso muitas vezes, mas é assim, quanto mais educação você tiver dentro da sua área maior o seu crescimento, você vai saber todo, toda essa habilidade de desenvolver a área de Serviço Social. Educação é tudo é crescimento profissional. (ASSISTENTE SOCIAL A).

ASSISTENTE SOCIAL A, demonstrou, no início de sua fala uma compreensão de trabalho educativo que vai ao encontro com que Abreu (2011), defende sobre a dimensão educativa, caracterizando através do vínculo da profissão com a população. Esta aproximação, de acordo com o(a) participante só tem possibilidades de acontecer nas relações que não são demarcadas por hierarquias intelectuais, que em vez de aproximar, distancia os sujeitos dos profissionais, inviabilizando da construção coletiva a que tem de fecundidade.

No entanto, observa-se que a concepção transita muito, ainda, preza à provisão do material aos indivíduos, o que não tem como não haver, afinal antes de garantir direitos é preciso garantir o direito básico, de subsistência, porém o caráter educativo, na visão da pesquisadora, sob a luz da perspectiva crítica, não pode ser reduzido a estes aspectos como solução dos problemas e transformação das relações sociais dos indivíduos vinculados ao Serviço Social.

Ainda assim, os aspectos de direitos dos sujeitos são contemplados na sua fala, bem como a necessidade da construção democraticamente igualitária para com a construção do dever. Isso se mostra muito relevante, visto que a população, muitas vezes, pode ser sucumbida de um direito quando ela se “omite” no dever. A política do toma lá, da cá da sociabilidade do capital.

O trabalho vulnerabilizado, com várias prerrogativas de ação no espaço das OSCs novamente se evidencia na fala dos(as) participantes, onde destaca analisar enquanto triste relação que furta do profissional a capacidade de se aperfeiçoar, de análise crítico-reflexiva, sobretudo, na proposição de suas ações.

ASSISTENTE SOCIAL B, acredita que a percepção da dimensão educativa vai muito ao encontro do perfil profissional do assistente social,

acho que vai muito de profissional para profissional, porque tem profissional que não adianta, ele é assistente social por ser, Mas tem, a gente conhece muito, mas tem aqueles que gosta de cada vez mais aprender, pra quê? pra estar usando junto com a população que atende, eu acho que se for nesse cunho, eu acho que tem. E **você sempre tem que estar estudando**, tem que estar antenada, **porque tudo muda**, desde quando eu me formei, quando eu me formei eu tinha uma visão totalmente diferente do Serviço Social, hoje em dia eu falo, poxa, como que eu era retardada, e outra coisa, tem profissional, não sei se você vê com a mesma visão que a minha, que ele está ainda lá na **época da revolução industrial**, de como o Serviço Social surgiu, pensando daquele jeito, não vendo os outros parâmetros, que o Serviço Social hoje em dia, ele abre vários leques, **você pode tratar diversos tipos, você não precisa ficar só naquela mesmice**, e outra coisa, você, tudo bem, a gente tem que te relevar, ver, conhecer o foco, a realidade do usuário, mas ao mesmo tempo você não pode deixar ele prestar atenção, achar que você está invadindo o espaço dele, porque se ele achar que você está invadindo o espaço dele, ele se fecha igual uma “ostrinha” aí você não consegue mais nada. Eu acho que tem, mas você tem que estar sempre olhando, vendo, o que às vezes é bom pra um, uma metodologia que é bom pra um não é para o outro, então você tem que ter um jogo de cintura. (ASSISTENTE SOCIAL B)

O(A) participante, **ASSISTENTE SOCIAL B**, demarca alguns desafios presentes na contemporaneidade ao Serviço Social. A presença do conservadorismo nas ações profissionais dos(as) assistentes sociais, sobretudo, desconectas da concepção de classe que o Serviço Social adota desde o movimento de reconceituação.

Destaca a importância de compreender as diversas materializações e mediações possíveis, de forma estratégica para o alcance da realidade do público atendido. Está aí, um dos grandes desafios posto ao profissional.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 1998, p. 20).

Ser criativo e propositivo torna-se uma necessidade, para assim, a partir do conhecimento da demanda, suas realidades, movimentações e organizações, “os projetos socioeducativos podem converter-se em um recurso organizacional importante, capaz de comprometer e envolver os usuários com as atividades e serviços prestados pela organização / instituição” (EIRAS, 2017, p. 130).

Sobre o caráter educativo, eu entendo que sim, dentro da Instituição a gente tem, como a gente acabou até mesmo envolvendo outras políticas públicas ali para atendimento desses idosos, é necessário, assim, que minha intervenção, enquanto profissional, embasado no conhecimento, em passar um pouco de conhecimento, do que são as políticas públicas, do que realmente é a proposta do direito. dentro das instituições, que na verdade eu acredito que seja um dos maiores impasses que a gente tem, transformar as entidades que na grande maioria se fundam com o intuito de fazer, de ajudar, o intuito seria ajudar, então o profissional ali dentro, o assistente social acaba sendo responsável sim por realmente passar essas orientações, que entra dentro do caráter educativo, **mas passar essas orientações e fazer com que a equipe e a população e mesmo os moldes do trabalho dentro da instituição tenha realmente um caráter, dentro do viés de direito mesmo e não da boa vontade, não dá ajuda, nem nada disso. Então existe sim um trabalho, é constante.** Um trabalho de educar mesmo, de passar informação, de trocar ideias, de construir junto, mas que se faz necessário mesmo estando ali há alguns anos, ainda assim todos os dias, às vezes, eu me pego ainda dentro de debates lá dentro para a gente deixar cada vez mais claro, assim, qual é o papel de uma instituição realmente de Assistência Social? Qual é? Até mesmo quanto a minha atuação também, é deixar claro o que realmente é o papel do assistente social, que às vezes é difícil também para entender, porque muitas vezes eles acreditam que é meio que faz tudo, e não é bem assim, a gente tem as nossas atribuições e a gente tem que ter um foco ali dentro, para a gente de repente não assumir responsabilidades que não são nossas. Mas eu creio que sim, o trabalho tem esse viés educativo sim e isso é constantemente nas relações profissionais, ou mesmo com a nossa relação aos usuários. (ASSISTENTE SOCIAL C).

O(A) participante **ASSISTENTE SOCIAL C**, transitou por elementos importantes que exigem atenção do profissional de Serviço Social, sobretudo, foi o(a) único(a) a debruçar sobre a reflexão da dimensão educativa não somente aos usuários, mas um trabalho invocado ao profissional, de resistência junto aos próprios diretores das Instituições, que muitas vezes não tem dimensão de política pública, o que se deve fazer por direito e o que não, como bem foi demarcado na fala, muito pouco adianta ter um trabalho de fortalecimento de base, de caráter de direito do cidadão se a própria diretoria não entender tais determinações e ser contraditórias nas no cotidiano institucional.

[...] é preciso reforçar que o exercício profissional não ocorre de maneira tão linear: configura-se aí um embate entre aqueles profissionais que entendem que, para o Serviço Social construir respostas profissionais, é preciso

fortalecer as atribuições determinadas pela organização e outros profissionais que entendem serem os caminhos para a construção de respostas profissionais indicados pelo projeto ético-político, pelos usuários e pela realidade social. (TORRES, 2009, p.210).

Nota-se que o(a) participante retrata as questões metabolizadas em seu cotidiano e tem apreensão crítica da realidade. Elenca, quando vai falar sobre o trabalho com a população, fala-se sobre construir junto, em mostrar os espaços, mediar à garantia de direitos.

Como profissional eu compreendo a dimensão educativa no meu ambiente de trabalho de forma eficaz da natureza da profissão, trabalhando **características individuais articuladas no coletivo dos sujeitos, partilhadas com outras categorias de profissionais**, que juntos contribuimos na obtenção dos resultados, nas transformações das famílias e dos direitos dos atendidos. O profissional, de forma educativa, ele **desempenha um papel de mediador entre os direitos dos cidadãos, através de ações, de intervenções, trabalhando as complexidades e vulnerabilidades familiares respeitando os limites, possibilidades e divergências culturais**. (ASSISTENTE SOCIAL E).

ASSISTENTE SOCIAL E, também trata com determinações totalitárias a dimensão educativa. Observa-se que é considerado em sua fala, elementos para além do aparente social, indo à essência das demandas. Destaca o trabalho coletivo, a mediação de direitos, o respeito pelas características individuais conectadas com às coletivas.

Como foi demarcado, trabalha as complexidades e vulnerabilidades destes indivíduos, respeitando as possibilidades e as divergências culturais na sociabilidade.

É perceptível, no público atendido dentro da comunidade que a maioria sofre por falta de informação e muitas vezes é o que colabora para manter essa situação, então muitos precisam **acessar direitos**, precisam compreender quais são os seus direitos e o Serviço Social nessa dimensão do **empoderamento**⁹⁶, dessa construção de validação do direito, isso é muito importante, então, na minha conduta lá com os **demaís profissionais** da equipe é sempre validar que ele tá lá recebendo, não é nenhum favor, nenhuma caridade, mas sim um direito dele, um direito de se tratar, de se

⁹⁶ Entende-se pela fala do(a) sujeito/participante a conotação de empoderamento em deter conhecimento sobre sua realidade, as possibilidades que o cerca e seus direitos, sobretudo, considera a palavra como um jargão que vêm sendo apropriado pelo capital para a responsabilização ou individualização da superação de refrações da questão social, quais, representam

“[...] assim, muito menos do que uma construção interna de fortalecimento endo-cultural-político. A palavra passou a ter o sentido da ideia de posse e subjugação do outro. Empoderar-se passou a ser não o autoconhecimento e fortalecimento existencial do grupo, mas a imposição exterior sobre qualquer outro” (FERREIRA, 2017, Online).

recuperar, um direito de ter autonomia, de não precisar viver nessa condição, ele construir uma outra perspectiva. (ASSISTENTE SOCIAL G).

O(A) profissional acredita que é a partir da autonomia e do conhecimento que o cidadão terá ferramentas para o enfrentamento das agruras sociais.

Tendo clara a leitura societária, o público atendido pelo(a) profissional através da instituição, é um público estigmatizado moralmente. O atendido que chega até esse tipo de serviços para o tratamento, tem demarcação espacial e carrega marcas da desproteção do Estado por anos e anos, o tratamento é a ponta do “iceberg” da desproteção do Estado.

Homens estes que sofrem rejeição e preconceito, afinal o alcoolismo e a drogadicção são fatores que levam o indivíduo à exclusão social. Dessa forma, o trabalho com esse público deve ser ainda mais qualificado, contando também com outros profissionais, em outras áreas do saber, que fortalecem ainda mais o trabalho coletivo no viés educativo, valorizando este cidadão e lhe mostrando caminhos de perspectiva para resistir à situação de vulnerabilidade enfrentada.

O trabalho socioeducativo supõe um conteúdo, um campo temático que o referência. Por sua vez, o campo temático inclui as questões e problemas concretos vivenciados pelos usuários. Ou seja, o campo temático é a possibilidade de apreensão racional das questões e problemas concretos vivenciados pelos usuários, bem como de apreensão da possibilidade de construção de alternativas concretas para a superação. (EIRAS, 2017, p. 140).

Nota-se que nas últimas falas, encontra-se aspectos da pedagogia emancipatória, com grande leitura crítica da realidade, sobretudo, a consciência da forma como, juntos, os profissionais e atendidos construirão novas realidades sociais.

Observa-se a relevância da dimensão educativa, sobretudo, o grande impacto que tem na vida dos indivíduos que vivenciam situação de risco e vulnerabilidade instalada, em caráter de proteção social especial.

ASSISTENTE SOCIAL H, compreende que,

Sim, há dimensão educativa, em atendimento com famílias que muitas vezes não tem orientações para oferecer um ambiente adequado para seu filho, com algumas orientações e encaminhamentos essas famílias conseguem ser fortalecidas e superar suas fragilidades. (ASSISTENTE SOCIAL H).

A interpretação sobre o reconhecimento ou não da dimensão educativa no trabalho do profissional encontra diferentes compreensões aos participantes da pesquisa. O(A) profissional não titubeia em reconhecer a existência da dimensão em seu trabalho, e o principal, que se encontra no atendimento à família, Esse procedimento de pensar “respostas” para todo o grupo familiar, sem sua separação, é relevante para que soluções sejam encontradas, sobretudo, que essa família, que muito embora esteja “desprotegendo” por que tem sido “desprotegida” pelo Estado em sua proteção social, conheça os mecanismos de resistir e encontrar caminhos para superação. É através deste olhar, que o(a) profissional tem oportunidade de planejar, atender e intervir de maneira mais adequada à realidade dos sujeitos envolvidos neste processo social de rupturas e violações.

Outras compreensões são levantadas.

Eu entendo que existe o trabalho educativo dentro do lado do profissional, mas acredito também na relação até aonde pode deixar chegar esse trabalho dentro da gestão, então vamos falar da parte de gestão, presidentes, diretores para com o profissional, se for uma gestão aberta que deixa o profissional trabalhar, ele consegue fazer um trabalho legal, junto com a equipe multidisciplinar ou até mesmo sozinho dentro do contexto do segmento da instituição onde ele está. (ASSISTENTE SOCIAL I).

A liberdade para atuar é apenas um dentre os grandes desafios postos à profissão. Desde que assumiu a capacidade de gerir, o profissional tem contribuído de forma fundamental no andamento de serviços em diversos órgãos, seja eles governamentais ou não. A presença do profissional nos espaços da sociedade civil deixa restrita sua autonomia de gerir e ser propositivo por diversos entraves, dentre eles, recursos, falta de estratégia profissional, bem como o escasso nível técnico das direções que, por muitas vezes, pode desconsiderar a importância de algumas ações, encaixando o assistente social, na lógica rotineira da produtividade de resultado na esfera organizacional, como é o caso de elaboração de projetos para captação de recursos.

O(A) profissional **ASSISTENTE SOCIAL K** compreende que,

O caráter educativo do Serviço Social é mais no educativo de colocar as pessoas o direitos delas, de mostrar aonde, ensinar elas aonde elas podem conseguir um benefício, uma consulta, às vezes as pessoas não têm informação sobre isso é passado para trás os órgãos públicos nos equipamentos então assistente social é um facilitador, um orientador, facilitador desse processo. (ASSISTENTE SOCIAL K).

O(A) profissional detalha a dimensão educativa como uma função informativa, onde o usuário de seus serviços pode encontrar orientações relevantes. Afirma, com suas palavras, que o(a) profissional é um orientador, facilitador e que com seu trabalho pode contribuir junto ao cidadão para que suas necessidades sejam correspondidas.

É teoricamente nós estamos preparadas, entender essa teoria e prática que é a grande questão, até para alguns profissionais, porque quando perguntam o que a gente faz, eu digo, eu faço tudo! Tudo o quê? Dentro do quê? Tá entendendo! Sendo que a gente faz lá na faculdade primeiramente se é empresa que você vai trabalhar, fazer seu planejamento, de que forma você vai nortear a população, não falamos nada, não mudamos nada, nós norteamos para que o outro encontre o caminho e possibilidades de garantias de direito. Então eu acho que esse é o que vou te dar aqui o exemplo pelo que eu faço hoje. É, eu entrei no CREAS já discutindo o sistema, “peraí, o que você está me pedindo para fazer eu vou fazer, mas, não preciso fazer da forma que você acha que deve ser, porque o seu público pode ser todo de medidas, mas então nós somos diferentes”, cada um tem seu tempo, como é que eu vou trabalhar uma coisa redondinha, e tive problemas? Não! Tive questionamentos. Graças a Deus, fazendo da maneira que eu acredito que seja melhor. É a certa? Eu não sei, só vou saber daqui há seis meses ou um ano quando vou saber o resultado que será levantado, se foi positivo ou não! (ASSISTENTE SOCIAL L).

ASSISTENTE SOCIAL L traz determinantes do cotidiano profissional de extrema relevância, da importância do profissional saber quais são suas atribuições nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, somente assim terá melhores condições de apreender a realidade local, considerando a análise de totalidade, sem reproduzir estigmas a quaisquer que seja o público.

Mostrou também o quanto a realidade profissional é dinâmica, ela se dá no cotidiano das vidas sociais, e a realidade muda a todo tempo, não podendo aplicar regras engessadas de tratamento a tudo e todos, tem que respeitar a individualidade e a história que cada indivíduo carrega.

Já o(a) participante **ASSISTENTE SOCIAL M**, tem a possibilidade, através de sua experiência profissional, de dialogar sobre a dimensão nas duas esferas da política pública, a governamental e não governamental.

Na verdade, assim, quando eu penso nessa palavra dimensão educativa, de todos eles não somente dentro do nosso trabalho, **mas em toda relação ela tem um processo educativo, e** a gente, o tempo todo ta fazendo dentro do nosso trabalho profissional, eu acho que não tem como a gente com a pessoa, com o objetivo educativo, principalmente conosco, ta certo que a gente aprende muito, **mas eu acho que acaba sendo um objetivo nosso esse processo educativo** porque você, nas nossas orientações, nas nossas

intervenções, acho que de qualquer forma a gente faz um processo educativo principalmente em grupo, pois você traz uma reflexão, algo que você estudou para desenvolver naquele grupo com aquela temática. Hoje, a gente trabalha, nós optamos trabalhar com “comunicação não violenta” no grupo, e o tempo todo a gente tá aprendendo e o tempo todo a gente tá passando algo de positivo e a gente vê que tá havendo um processo de mudança, então quando a gente interfere de alguma forma com uma palavra, uma ação ou às vezes até com uma chamada da pessoa a gente tá produzindo um processo educativo. Eu acho que não tem como a gente fugir desse, **eu acho que é intrínseco nosso**. Então, tanto aqui no órgão público, quanto no serviço de convivência, acho que o próprio nome, o próprio objetivo do serviço de convivência, embora a gente tenha um foco maior com a pessoa idosa, você fala, mas a pessoa idosa ela, já tá mais para não tem o que aprender! Eu digo, claro que tem, então eu acho que a gente faz o tempo todo uma troca nessa interação, mas a gente tá produzindo algo educativo. (ASSISTENTE SOCIAL M).

O reconhecimento do(a) profissional sobre a dimensão educativa em seu trabalho acontece de forma espontânea. Diz que é algo intrínseco à profissão, isso decorre da forma como o(a) profissional realiza seu trabalho, ao explicar, ao fornecer subsídios para que o cidadão tenha conhecimento de seus direitos. O assistente social realiza um trabalho educativo em todas as suas relações, entre profissionais, entre profissionais e usuários, etc.

O projeto ético-político da profissão de Serviço Social não é um código escrito, ele é idealizado pela profissão, sendo representado pelo fazer histórico, pelas lutas e movimentos aderidos, e materializado em diversos documentos e normativas, publicadas, sobretudo, pelo conjunto CFESS/CRESS que de forma fragmentada, destacam o modo de pensar e agir da categoria com o decorrer da sociabilidade e nível de maturidade profissional.

No entanto, mesmo não se representando enquanto um único produto materializado como: “livro, documento ou resoluções”, não deve haver dúvidas que o Projeto Ético Político está posto no sentido de transformar a sociedade e com isso imprime-se fortemente a direção social às ações profissionais da categoria. Dessa forma, questiona-se você **percebe a dimensão educativa presente no projeto ético-político do Serviço Social?**

Éh, era isso que eu ia te falar, eu assim, do jeito que eu acabei de falar, sempre fortalecendo o projeto ético-político, sempre trazendo conhecimento, sempre estudando, entendo toda essa teoria, pra gente trabalhar o projeto ético-político a gente tem que tá dentro mesmo daquela lei, daquele projeto, eu não sei se tô sabendo explicar claro, pois pra mim é claro que eu sei buscar esse conhecimento, trazer pra junto senão você não consegue, você fatia, fica fragmentado, você não consegue, tem que sair da sua área muitas vezes, você tem que sair um pouco para depois você voltar, você saiu do seu projeto

ético-político mas você é obrigado a fazer isso. [...] tá entendendo, é assim que eu penso! (ASSISTENTE SOCIAL A).

O exercício profissional do assistente social pode, em muitos momentos, não ter reflexão, tão importante no cotidiano de seu trabalho. É justamente esse movimento durante a ação que traz consigo um saber que também pode ser compreendido como conhecimento técnico ou como uma solução de problemas.

Pérez Gómez (1992) retrata que o profissional realiza seu trabalho, entretanto, ao descrever como é executado, encontra em definir como o projeto está inserido, sabe-se que é intrínseco da profissão, porém, muitos profissionais não compreendem a dimensão dos processos em que ele perpassa durante sua ação profissional.

Não é questão específica de modernizar, e que nem eu falei, para cada usuário você tem que ter um jogo de cintura, você tem que saber enxergar nele, não é porque você é usa com José uma, que aquela técnica vai dar pro Joaquim ou pro Manuel, não, e como se fosse que nem criança, você fez pedagogia? É que nem criança, você tem que usar táticas, tem muitas horas que você tem que jogar e como se fosse a ideia dele, partir dele a vontade de querer mudar, de querer ingressar, de querer conhecer coisas novas, que nem eu tenho aqui muitos idosos, só que cada um é de um jeito, tem um grupo de idosos, que aceita passear, sair, que nem nós fomos no carnaval ontem, nós fomos no Carnaval terça-feira, nos vamos no carnaval amanhã, e tudo, mas tem aquelas que não aceitam, que acha um absurdo, falam "nossa que mulher, o marido dela deixa?", entendeu? então assim, tem que saber ter o jogo de cintura, tem que ter a didática, para usar uma metodologia com cada um, porque se você não fizer isso, você não vai, você não vai agradar a todo mundo, mas você conseguir trazer ele para dentro da instituição, então esse é o olhar que você tem que ter, você tem que saber o horário de você chegar, o que você falar, como falar, como abordar certos temas, que nem eu trouxe o ano passado pra cá uma palestrante para falar sobre sexo, falar sexo com idoso? ensinar ele a usar camisinha? então você tem que usar uma técnica? eu trouxe um grupo de teatro, contando a história, sabe o Serviço Social deveria usar mais, ensinar mais essas técnicas, como o profissional ter esse jogo de cintura, não chegar lá, colocar aquela metodologia, criar aquela ilusão que é só aquilo, que não é aquilo, as vezes aquela metodologia não vai servir você vai ter que colocar outra, e aí é um dia matando um leão por dia. (ASSISTENTE SOCIAL B).

As respostas que **ASSISTENTE SOCIAL B** busca para o exercício de sua profissão demonstram o quanto a criatividade deve estar presente nas ações profissionais. Isso comprova que a profissional não cai, em momento algum, na armadilha tendenciosa da racionalização, não se prende somente à leitura inscrita em manuais, e busca, para somar ao seu exercício profissional, o teatro, para conceber experiências aos usuários de seus serviços que vão trazer, de forma lúdica, algumas experiências incomuns para a assistente social. Assim sendo, recorrer à criatividade

é sempre necessário para fazer valer a dimensão educativa na sua atuação, sobretudo, no que tange o direcionamento ideológico e ético da profissão.

É, eu acho que entra, eu já tinha entrado um pouquinho, em relação a nossa luta diária para conseguir realmente que a nossa prática seja realmente esteja embasada dentro do nosso projeto ético-político, realmente a visão do profissional e mesmo tudo do nosso campo de trabalho em relação ao profissional tem mudado muito, mas ainda assim a gente encontra alguns impasses no dia-a-dia para entender que não é realmente a caridade que nós somos um profissional capacitado, para trabalhar dentro da efetivação dos direitos e que nós temos um código de ética, nós temos o nosso projeto ético-político que embasa toda nossa ação e às vezes no decorrer do dia a dia é um pouco, a gente encontra encontra alguns entraves sim, nosso cotidiano, de acordo com a organização ali da entidade, às vezes algumas orientações que tem ali, alguns posicionamentos, vem contra o nosso projeto ético-político, então assim as estratégias que a gente tem que fazer, que a gente tem que adotar dentro do campo profissional para a gente conseguir atuar de maneira ética pautada dentro do nosso projeto ético-político e é claro sem causar maiores atritos ali dentro, que mesmo assim a gente acaba tendo mas as estratégias no nosso dia-a-dia que pode assim ser o diferencial para conseguir que essa prática é uma esteja embasada com esse projeto ético-político ou não mas é mais uma vez volta no caráter educativo até mesmo para se compreender para se respeitar o profissional e respeitar esse posicionamento é necessário sempre tá discutindo é necessário sempre tá apresentando a nossa proposta de trabalho qual que é o nosso viés, qual que é o nosso compromisso, o que a gente tem a oferecer aí dentro com os usuários, para os usuários e para instituição, mas a gente acaba sempre ficando um pouco na linha de frente entre direitos dos usuários e interesse às vezes das instituições, mas realmente, por mais que passaram-se décadas a gente ainda encontra pensamentos conservadores em relação a nossa profissão e muitas vezes até mesmo por outros profissionais da área e romper com isso é uma luta diária mesmo todos os dias em cima de todas as discussões que a gente tem, em cima de toda estratégia que a gente tem que abordar que a gente tem que tentar guardar para conseguir fazer com que o trabalho tenha êxito, tenha qualidade, mas também a gente consiga permanecer no espaço que a gente está, é complicado mas é possível, trabalho de formiguinha mas é possível. (ASSISTENTE SOCIAL C).

Pode-se verificar na reflexão de ASSISTENTE SOCIAL C a quantidade de empecilhos para a realização do exercício profissional, pois não se trata apenas de ir à instituição e pô-lo em execução, vai muito além disso. Esse tem sido um diferencial na profissão de Serviço Social, saber lidar com a situação, entre os direitos dos usuários e os interesses da instituição, pois nem sempre está tudo alinhado, pronto e concebido. É destacada ainda, a existência de conservadorismo por parte de alguns profissionais em relação ao seu trabalho, esse fator decorre, em muitos momentos, por outros profissionais acreditarem que a assistente social deve limitar-se a distribuir cestas básicas e aconselhar seus usuários numa prática desprovida de reflexão.

Este contexto compõe a construção da identidade da profissão, em seu seio, bem como a memória societária em torno do Serviço Social. As estratégias são

elementos de resistência frente à efetivação do Projeto Ético-Político, é necessário embasamento, sobretudo, é necessário, ser propositivo e criativo como traz Iamamoto (2003).

Quando você sai da faculdade e que você cai no mercado de trabalho, aí que a gente vai ver o peso de cada instituição que você vai trabalhar, eu por exemplo, eu já trabalhei em instituição privada, já trabalhei em hospitais e agora em ONGs, terceiro setor, cada uma tem sua regra, tem sua forma de olhar as coisas, mas quando você entra na empresa, a gente vai observando, a gente vai filtrando tudo e aí, pra ver até aonde você tem o equipamento, pra que você possa trabalhar, isso é uma experiência muito rica de cada um, só que quando você chega aqui aí você vai buscar todo aquele conhecimento da área escolar que você ouvia na parte do marxismo, que você não entendia nada e que hoje na atuação você vai vendo tudo, vai fazendo a correlação dos estudos, das teorias, a prática é diferente? É diferente, só que o alimento está ali na base educacional, então isso foi importante para mim. E quando você entra em qualquer lugar você tem que ter projetos, não tem como, não tem dessa que você vai trabalhar lá e só vai atender, se eu trabalho em uma ONG se meu projeto não é aprovado eu não tenho financiamento para mim atuar; se eu trabalho em uma empresa, que eu também tive experiência, nessa empresa eu tenho que desenvolver um projeto a empresa vai falar que o Serviço Social fica sentado atrás de uma mesa, é o caso onde nós perdemos campo de trabalho no SENAC [...], aqui em Barretos nós tínhamos 1 mas no estado de São Paulo tínhamos 40 [...]. Então o profissional [...] ele tem que estudar, ele tem que saber fazer projeto, então a gente vai ter noção disso quando você tá na atuação, se você não tiver como fazer um projeto você está fora, e pra você fazer um projeto você tem que estar super ligada, desde edita (chamamento público), a integração que você tem com a Secretaria de Assistência, com seu contador, então a atuação profissional ela é uma ligação para o serviço acontecer, está nas mãos de um assistente social a atuação de uma entidade, de uma ONG, do terceiro setor, isso é muito sério, só que a gente vai aprender isso quando você está no campo do trabalho, porque você vai pensar assim vou fazer meu TCC, mas não, você acha que seu TCC foi um problema, então você se prepara que o problema não foi o TCC, tem que ser tudo no papel, tem que prestar conta até de uma vírgula, porque o dinheiro não é seu, é uma responsabilidade muito grande, porque na verdade é nosso CRESS que está em jogo, isso assim, dentro do Projeto Ético-Político a responsabilidade é muito grande, então a gente tem que saber fazer projeto e pra isso a gente tem que estudar, porque cada ONG é uma demanda, então você faça a demanda que você entende, porque é nessa que você vai fazer um bom projeto. (ASSISTENTE SOCIAL D).

A reflexão do(a) profissional traz uma importante reflexão sobre a realidade da profissão, muitas vezes, durante a vida acadêmica, é idealizado a profissão com respostas prontas, entretanto, quando exerce o trabalho, encontra quase sempre os limites e possibilidades da profissão frente a disputa de narrativas e projetos, nesta sociedade contrária aos princípios do Serviço Social. Isso deriva da frase já conhecida da profissão dita por Iamamoto (2004), da “relativa autonomia no trabalho profissional”, pois nem sempre é possível realizar integralmente as ações planejadas, é necessário, em determinadas instituições seguir um manual que deve ser

executado. Tais fatores tem peso para a concepção do trabalho do assistente social e o convite à reflexão constante para planejar as ações profissionais devem ser constantes, sobretudo, conhecimento este que dará melhores condições de compreender as devidas mediações da teoria e materializá-la na prática do trabalho profissional.

Como profissional eu percebo a dimensão educativa presente no Projeto Ético-Político de forma que através das ações, através do trabalho, através das intervenções, sejam comprometidas com questões éticas que garantam a qualidade dos atendimentos, bem como nos deixam um alerta sobre as possibilidades sobre as diferentes direções educativas impressas pelos profissionais a partir da sua vinculação aos interesses de determinada classe social. (ASSISTENTE SOCIAL E).

De forma sucinta, é descrito na fala do(a) participante o que é idealizado pela profissão, o compromisso com a qualidade no atendimento e as muitas possibilidades para o atendimento à determinada classe social, através das ações e intervenções de seu exercício profissional.

Essas ações [...] no caso a nossa atuação ela visa uma transformação desse indivíduo, então o projeto Ético político também caminha pra isso, dentro desse processo a importância dessa transformação, da atuação desse profissional, até enquanto profissional, será que nós estamos colocando em prática tudo aquilo que teoricamente pede pra ser feito, eu penso muito também que isso é muito individual, eu posso ter uma certa concepção, outro profissional pode ter outra forma, acho que isso vem também como você vê o ser humano, qual a transformação que você busca para o indivíduo que você atende no seu dia a dia, qual as ações que você prioriza, que isso vai trazer um bom resultado, um significado para a vida social desse indivíduo, qual é a forma que eu trago isso para mim e minha atuação, vejo que isso é muito particular, embora nós tenhamos nossos instrumentos teóricos, mas acho que influencia muito também como o profissional vê a atuação dele no mercado de trabalho. (ASSISTENTE SOCIAL F).

Compreender o trabalho do profissional assistente social para transformar a realidade dos indivíduos é um fator preponderante. A profissão buscou nessas oito décadas de história abandonar o conservadorismo e buscar atender os interesses da classe trabalhadora. **ASSISTENTE SOCIAL F** enxerga tudo isso de forma muito clara e busca realizá-la não somente teoricamente, uma vez que entende que cada indivíduo é um ser único.

Na atuação profissional em que se constrói no entendimento das expressões da questão social que são múltiplas, a gente vê a fragilidade da população que são múltiplas diante da garantia de seu direito, falta de informação e é

importante esse entendimento de que o processo educativo da população em relação a garantia de seus direitos é importante para alcançar essa emancipação, esse é o objetivo! (ASSISTENTE SOCIAL G).

ASSISTENTE SOCIAL G compreende o contexto histórico da profissão e entende as diversas formas das expressões da questão social, e, diante uma população fragilizada pela pauperização têm a profissão o dever em prestar um trabalho ainda mais qualificado e crítico, entendendo os determinantes estruturais.

Enxerga também que é através do processo educativo que a população poderá atingir sua emancipação, enunciada através do fortalecimento da base, não como processo passível, mas como orgânico e molecular.

Hoje o Serviço Social tem como objetivo Garantir Direitos as famílias que delas necessitam com algumas intervenções dos profissionais da rede pra promover essa família. (ASSISTENTE SOCIAL H).

Apesar de nossa classe ser nova, ela deveria crescer mais, e acelerar um pouco mais, mas pensando ainda muitos cantos que já abriu, essa dimensão educativa ética com direitos e deveres ela vem abrangendo e buscando a sua legitimação social da profissão e garantia de seus direitos e deveres e dos seus serviços prestados. (ASSISTENTE SOCIAL I)

Nota-se que há compreensão do histórico da profissão de Serviço Social, apesar de suas 8 décadas de existência representarem muito quando se trata do quanto essa profissão evoluiu, mas deve ser ressaltado que o trabalho visa enfrentar empecilhos do modo de produção capitalista, esse modo de produção é extremamente origina-se muito anteriormente à profissão e detém capacidade de modificar-se e, sendo o este um sistema de desenvolvimento econômico, que preza a acumulação de riquezas em detrimento do povo, as condições materiais de produção e reprodução do capital em si, datada a séculos remotos (MESZÁROS, 2011), detém princípios divergentes ao do Serviço Social.

Pensar no projeto profissional é, de antemão, pensar além de direitos e deveres, é compreender a busca incessante por uma nova ordem societária, de forma que direitos não seja uma política de cecear a voz da “minoría” que é maioria nesta nação. Desta maneira a luta do Serviço Social deve embasar-se para concomitantemente fortalecer a sua resistência e sua intervenção, sobretudo, compreendendo o fecundo da dimensão educativa, no que tange, principalmente ao contexto econômico político de chancelamento do povo brasileiro, sua memória e direitos.

Na verdade, faz muito tempo que eu não leio esse projeto ético-político, então vou falar, não sei o que vou falar, bem na parte do trabalho do profissional tem que ter a parte da ética que é muito fundamental, porque você não pode sair por aí contando sobre a vida do morador, teve um caso de um morador que veio conversar com portas fechadas com histórias muito engraçadas, mas a gente não podia sair por aí contando, então é muito importante ter a ética, nem sei se estou respondendo sua pergunta, e essa questão do educacional, pegando um gancho, se abrisse, por exemplo, na parte educacional, abrir essa parte na área da educação, nem sei se tem, senão to falando asneira, pra ta passando essa parte do social, da educação, para a criança e para o adolescente, porque coisas que tem que vir de cedo as pessoas nem entendem o que seria isso. Embora muito presente seria a pessoa não entender o que é Serviço Social, o que o Serviço Social faz, na verdade eu escutei piadinhas assim : você faz faculdade para distribuir cestas básicas, uma piada muito sem graça que entra pelo ouvido e saí pelo outro e você fica pensando a pessoa não tem entendimento , as pessoas leigas não sabem para que tem os CRAS ali, para que ela possam utilizar algo gratuito, talvez abrindo uma grade educação junto com o Serviço Social eles já venham ali já colocado nas grades, já vem de criança [...]. (ASSISTENTE SOCIAL J).

O mundo acadêmico é de fundamental importância no trabalho profissional do assistente social, o distanciamento ocorre com muitos profissionais causando uma desatualização que pode ser nociva ao profissional e à profissão. Esta necessidade de proximidade tem sido requerida desde 1996 na perspectiva das Diretrizes Curriculares (ABESS/CEDEPSS, 1996), que segundo Iamamoto (2013) é responsável por redimensionar a profissão e torná-la ainda mais sólida e qualificada na leitura da realidade da sociedade vigente. Entender a sociedade atual não é apenas estar preparado para o capitalismo e suas mazelas, mas é também criar terreno para o atendimento dos usuários dos serviços prestados pelo profissional,

O antes da profissão, ela mostrava que a pessoa podia ter aquilo, mas como uma caridade, como, porque o outro é bonzinho, vamos fazer isso para pessoa, hoje não, nosso papel ensinar pessoa que é um direito dela informar que é um direito que nada vem de graça que ela paga por determinados benefícios que ela também contribui para que ela receba tudo isso de volta, então hoje não é mais é assistencial é mais uma garantia de direitos mesmo. (ASSISTENTE SOCIAL K).

A reflexão do(a) profissional foi sucinta ao sinalizar sobre a presença da dimensão educativa contida no Projeto Ético-Político da profissão. Fato que pode acontecer por diversos motivos, pois o entendimento sobre o projeto da profissão ganha diferentes interpretações na forma teórica ou no momento que o realizar nas ações profissionais. Fato concreto é que deve ser levado em consideração o debate sobre o Projeto Ético-Político pode ser considerado recente, pois sua história ficou

destacada na transição dos anos setenta aos oitenta do século passado. Assim sendo, foram nessas décadas que começam a ganhar força a condição para a edificação deste novo projeto o que viabilizou: a recusa e a crítica do conservadorismo na profissão da profissão. (PAULO NETTO, 1999). E estes aspectos permeiam enquanto desafio a categoria até os dias atuais.

Olha, eu acredito que não tem como não! Se você faz a prática teórica você está dentro da linha educativa, faz aquilo que nós realmente aprendemos, as nossas intervenções, as nossas ações dentro do nosso projeto ético-político, não tem como você falar que não vai fazer uma intervenção educativa. Eu não vejo, eu, profissional x, dentro de uma ação minha, seja com adolescentes, seja com população de rua se não tiver trazendo algo produtivo e algo que vá fazer o outro pelos menos consiga se ver ou enxergar nas entrelinhas, eu penso desta forma, não sei se é isso que você tá me perguntando, mas é isso. (ASSISTENTE SOCIAL L).

Compreendendo, sobretudo, o contexto societário, de ofensiva neoliberal, de encruzilhada contra aos direitos humanos e sociais na sociabilidade brasileira, a concepção aprofundada e crítica do assistente social em o posicionamento ético-político é ainda mais invocada, visto que tais retóricas que tem demarcações, territorialidades e classe para ser alveja. É através da concepção coerente, radical, que o projeto ideológico poderá ser materializado na resistência destes tempos bicudos.

Entende-se que é a partir da concepção que o profissional tem do Projeto Ético-Político que irá imprimir certa direção em seu trabalho, concepções estas que estarão enraizadas à dimensão educativa no seu fazer profissional. Desta maneira, a partir do estímulo dos(as) profissionais a refletirem e externalizarem acerca de sua visão e direcionamento ético-político, provocou-os(as) para discorrerem **como percebem a dimensão educativa em seu cotidiano profissional?**

Percebo, por exemplo, da parte educacional financeira que é um dos exemplos trabalhados, éh, isso é uma educação, educação financeira é muito importante, principalmente para o nosso público da proteção social básica, é um público completamente vulnerável, mas falta essa forma de conhecimento educacional mesmo, dele ter uma educação financeira em casa dei esse exemplo, mas tem muitos outros, têm vários e isso faz realmente a diferença. Você vê que eles aprendem economizar e ganham mais dinheiro, ainda tá um processo de amadurecimento, eu acho que isso é importante, tá amadurecendo, na verdade porque ele vai reproduzir isso tudo, esse conhecimento, pra quem? Para a próxima geração e isso é gratificante e isso é um crescimento, isso tem vários exemplos, como na instituição tem vários exemplos, por exemplo, nós temos a oficina de Informática, os pais dessas crianças não sabem ligar o computador. Hoje, eles estão tendo essa oportunidade com essa oficina de crescimento digital, de uma inclusão digital

e isso vai trazer o quê? Tá agregando, todo esse conhecimento, essa inclusão social. Então eu acho que tudo é um crescimento, tudo vem junto com a educação e ela é aporta de entrada pra tudo. Sem conhecimento, sem educação a gente não vai conseguir mudar, não vai conseguir transformar. A dimensão educativa se destaca em todos os pontos do trabalho! Mas, alguns mais, outros menos, essa é a diferença do Serviço Social, são grupos, tem grupos, temos grupos, uns entendem melhor, outros nem tanto, e assim a gente vai moldando! Porque não é uma coisa pronta, o Serviço Social é dinâmico o ele evolui a todo momento, a educação também evolui a todo momento, porque é dinâmico pra mim ,é tudo dinâmico, não é uma coisa estagnada, estancada, não é uma coisa dinâmica mesmo, então eles aprendem, eles aprendem! No limite deles, porque não conseguimos atingir o topo. (ASSISTENTE SOCIAL A).

Nota-se na fala dos(as) participantes a correlação de suas ações, de suas atribuições com o fazer institucional, que por vez pode, sim ser contemplados nesta reflexão quando destacado a objetividade, no caso de assistentes sociais que estão no exercício da gestão institucional, demarcando a diferença deste profissional neste cargo é demarcar quais as providências que as ações institucionais e profissionais almejam, atrelando às determinações societárias.

Ainda se nota o distanciamento destas reflexões críticas tais quais orientam o fazer profissional na direção de um objetivo profissional, o fortalecimento da base para a construção de novas realidades, sobretudo, de uma nova ordem societária.

Assistente social tem que ter, quando trabalha dentro de uma instituição ter esse olhar, o que às vezes é você conversar muito com o usuário, no dia a dia, você ir conhecendo qual são as deficiências que eles têm, aí poder estar trançando, as vezes você não pode estar sanando 100%, mas se você sanar 60% já está bom, que nem esse dia que teve a palestra com o grupo lá da Fundação Paulo Prata, a respeito do sexo, que tem muitos casos de AIDS na terceira idade, que é uma idade que tá tendo mais casos, porque, as vezes o parceiro da senhora sai com meninas mais nova, a menina pode ser portadora do vírus da AIDS/HIV, uma sífilis, uma hepatite, eu tive casos aqui, ainda bem que não passou para a parceira, mas... então você tem que ter este olhar, ver o que está acontecendo, e jogar lá, vamos fazer tal coisa, posso estar trazendo, vocês vão estar querendo, vocês querem saber? então jogar, se a maioria aceitar. Eu tive um caso de uma senhora de não querer participar da palestra, e é motivo dela, aí ela veio, nesses encontros após a atividade eu sirvo um café da manhã legal, aí ela ficou sentada aqui, aí ela foi chegando, e aí quando eu vi ela já estava no meio do grupo fazendo pergunta, então você não quer participar, fica aí para esperar o café, aí quando vi já estava lá, foi uma que mais fez perguntas. você tem que criar meios que te ajudem atingir o foco. (ASSISTENTE SOCIAL B).

ASSISTENTE SOCIAL B trouxe determinações importantes que vão ao encontro ao direcionamento ético-político da categoria, além do conhecimento teórico é deter apreensões da realidade, macro, mas também dos sujeitos determinantes no fazer profissional.

Conhecer a realidade dos indivíduos a partir da concepção da sociedade de classe, possibilita ao profissional ser propositivo nas ações, entendendo todas as ações com devida importância, pois as vezes é através de um “pequeno” assunto ou temática que a pessoa não entra em uma situação de risco ou não aprofunda sua situação de vulnerabilidade.

O vínculo e acolhimento da profissão, a partir da gestão do seu trabalho, garante com que os indivíduos se percebam sujeitos do seu processo social, não como forma de culpabilizá-los e transferir responsabilidade, mas no sentido de demonstrar que as problemáticas não são individualizadas e que a apreensão crítica do contexto fará com que assumem o centro de cena e lutem por seus direitos, sobretudo, em unidade, coletivamente.

Eu acho que eu acabei entrando um pouquinho a nossa questão nas respostas anteriores, Mas eu creio que sim, como havia dito, no dia a dia no trabalho qual a população usuária, no trabalho com os outros profissionais que atuam com a gente que não são da mesma área, mas a gente busca cada vez mais orientar a equipe, orientar o espaço, orientar a população atendida sobre diversos, quando fala do **caráter educativo** acredito que não seja só apenas dentro das políticas de assistência, mas com outros fatores também que a gente acaba orientando também encaminhando, E isso se dá também no dia-a-dia com os profissionais ali dentro. Essa construção no cotidiano de se saber dessas trocas que a gente faz, mas nós enquanto o assistente sociais dentro de uma instituição a gente tem um peso muito grande sim, que é de fazer com que realmente a instituição ela tenha conhecimento do que é a instituição, do que é o **trabalho profissional, do que é realmente os direitos desses usuários ali dentro, ou mesmo se perceber enquanto o que é realmente uma instituição** e acaba ficando muito ao nosso encargo mesmo fazer isso e não deixar que ela que ela se desvie muito do foco daquilo que ela se propõe mas caminhar dentro dessas orientações, dentro desse processo educativo mesmo, para construir assim, diria talvez assim criar um entendimento geral ali dentro do que realmente não somos, do que realmente nós propomos não para população e o que constitui realmente essa instituição, então por exemplo dentro dos grupos, nós fazer nós fazemos grupos socioeducativos grupo de convivência com os idosos, dentro desses grupos a gente aborda vários temas e alguns temas às vezes, a gente divide, sou eu e uma psicóloga que que faz ele, que desenvolve o grupo, **mas a gente desenvolve em diversas temáticas para orientação**, para trazer realmente conhecimento, **para discutir algumas coisas com eles, sair um pouco do senso comum e trazer de repente uma visão pouco mais crítica sobre alguns assuntos**, então isso tudo a gente consegue ir Trabalhando dentro dos grupos, mas no atendimento individual também, orientação sobre os direitos que eles têm, orientação sobre os espaços que eles possam ocupar, organização, e até mesmo para os usuários compreender também o que é a instituição, a gente faz esse trabalho socioeducativo educativo com eles também, e da mesma forma nas **reuniões de equipe**, Sempre tem as dúvidas, a gente sempre tenta sanar, de acordo com conhecimento que a gente pode passar, de acordo com o conhecimento que a gente adquiriu no decorrer no decorrer dos anos, a gente vai passando, trocando com eles nas reuniões também, é isso! (ASSISTENTE SOCIAL C).

A compreensão de que o Serviço Social se insere a partir de disputa ideologia permite ao profissional entender que em todos os momentos de sua ação profissional se deparará com a necessidade crítica da resistência.

Percebe-se que busca também a sintonia com os outros profissionais na instituição para que os usuários de seus serviços possam ser ainda mais participativos, dessa forma, seu pensamento em promover os usuários à protagonistas desses momentos coaduna com o que o projeto ético-político da profissão de Serviço Social expressa, o fortalecimento da categoria profissional e ainda os usuários dos seus serviços.

Começa pelo projeto, não é relacional, porque o relacional, a gente como ser humano, a gente é ser humano adaptável, então no acolhimento, a gente acolhe a pessoa, o respeito, porque você tem que entender a dor daquela pessoa, e absorver, porque se você não tiver como resolver o problema daquela pessoa, pelo menos você ouviu e é isso o que o ser humano naquele momento está precisando, então esse relacional a gente tem que ter, depois da parte desse relacional, o interno, o externo e o desenvolver dos projetos que você tem para a entidade, então isso daí, o **trabalho multidisciplinar**, isso tudo faz parte, a gente tem que entender como que é isso, então é igualzinho, isso começa lá na sua família, você tem um elo familiar, então assim todo lugar é sociável, só que no trabalho tudo isso vai funcionar em cima do seu projeto, então eu acredito que o assistente social, eu tenho certeza, ele tem que ser muito respeitado, pois a ação de uma instituição está nas mãos do assistente social, então a gente tem que andar de cabeça erguida, é em cima dessa batalha que a gente vai se valer enquanto profissional. É o projeto em andamento, é o **desenvolvimento do projeto**, para prestar conta deste projeto, a documentação, a evolução de prontuário, então isso tudo tem que ter, aí você faz um bom projeto, aí você trabalha em qualquer lugar. Diferente de um hospital por exemplo, eu trabalhei na esfera hospitalar público [...], assim a gente trabalhava, é interessante que a gente trabalhava mas são aspectos diferentes, é banco de sangue, é ver se o exame está na onde deve estar, é umas coisas vamos dizer assim, burocrática, o serviço no ambulatório funciona se as pastas dos pacientes estão todas em dias, então eu via aquilo como um horror, então o que eu comecei a fazer, comecei a fazer palestras, eu ia na sala do atendimento, pois eu pensava, o assistente social não é para fazer um trabalho burocrático, não é isso, além de busca de ambulância, essas coisas que a gente tinha que fazer no atendimento, comecei a dar palestras, falar sobre doenças transmissíveis, sobre a área que a pessoa estava esperando, passar informações para ela, eu fiquei dois anos nesse trabalho [...], eu que comecei fazer o trabalho do assistente social lá, então você começa a criar, levar a informação ao paciente. Eu trabalhei em uma usina, quase 16 anos, aonde eu tive a minha formação nessa usina. Não tinha assistente social lá, o que eu fiz, eu criei um projeto que chamava abelhinha, onde eu ia lá no cortador de cana fazer ele voltar para o EJA, só aqui em Barretos eu criei uma sala com 80 alunos lá no “Giuseppe”, então eu trouxe os funcionários da empresa onde eu atuava todos para estudar, Barretos e Guaira, então eu fiz uma sala de EJA aqui em Barretos, Guaira, Morro Agudo. Então eu consegui formar essas pessoas e hoje elas estão em outro nível. Então quer dizer, ao longo da minha vida, você olha para trás você vê, você fez alguma coisa, então se você ficar só no atendimento e você não ver a evolução do seu trabalho, eu acredito que você não é assistente social, então é aí que eu me vejo enquanto

assistente social, você tem que criar, é bacana quando você vê [...] hoje o departamento da usina é só benefícios médicos. Então da minha historinha pós faculdade, eu acredito que eu me sinto assistente sócias, gerei frutos, na minha maneira. O que eu amo mesmo é colocar o pessoal no mercado de trabalho, eu amo isso, e que eu ajudo as famílias aqui da entidade [...]. (ASSISTENTE SOCIAL D).

ASSISTENTE SOCIAL D demarca a sua compreensão da dimensão educativa perpassando em todos os níveis da gestão de seu trabalho. Corrobora ao explanar a importância da visão na elaboração do projeto, seja ele de intervenção ou institucional. É nele que será materializada de forma organizada a forma como você enxerga a realidade e aonde você espera chegar.

Discorre sobre suas experiências profissionais, e ao desenvolver o raciocínio através da oralidade, acessa a memória, o que possibilitou destacar elementos e conquistas que já construiu na perspectiva educativa em todo seu fazer profissional.

É possível sim relacionar ações educativas no meu ambiente de trabalho partilhado com outras categorias profissionais através da identificação de situação de vulnerabilidade vivenciada pelas famílias atendidas com o **estudo social, com atendimento psicossocial, com as oficinas desenvolvidas e o atendimento e as reuniões de convivência e fortalecimento de vínculos**. (ASSISTENTE SOCIAL E).

ASSISTENTE SOCIAL E, elencou os instrumentais presentes no seu fazer profissional que corroboram para a apreensão da realidade, sobretudo, o estabelecimento de estratégias e desenvolvimento de ações educativas. Demarca a sua ação sendo de caráter multidisciplinar, o que é de grande relevância, visto que é através de várias áreas do saber, cuja ideologia os levam à mesma direção, a construção de um Estado amplo de direito aos indivíduos sociais.

Ela deveria estar presente em todos os pontos da intervenção, há profissionais e profissionais, isso é muito subjetivo. Na minha visão particular, em tudo, nosso código de ética exige, temos que colocar em prática, senão não faria sentido, eu procuro em minha prática, procuro exercer de forma que faça a diferença na vida das pessoas que eu estou atendendo, senão não faria sentido eu ter escolhido essa profissão. (ASSISTENTE SOCIAL F).

ASSISTENTE SOCIAL F demarcou a fragilidade que identifica na categoria, quando coloca em dúvida sobre a dimensão educativa intrínseco do trabalho profissional do assistente social, desta maneira presente em todas as etapas de seu fazer profissional.

Sinaliza o quanto depreender da visão educativa frente ao projeto Ético-Político da profissão é perder o sentido da profissão e das ações na sociabilidade.

Com certeza, sempre, sempre, isso caminha junto o profissional que não tem clareza dessa dimensão educativa ele tem uma prática “morta”, é impossível realizar uma intervenção, a fim de garantir direitos sem ter essa dimensão do processo educativo. (ASSISTENTE SOCIAL G).

Neste contexto, **ASSISTENTE SOCIAL G**, deixa claro sua opção ao realizar seu trabalho em conformidade com o projeto da profissão. Típico do profissional que consegue construir sua atuação conforme as três dimensões presentes no exercício profissional, que já foram aprofundadas em capítulos anteriores e que serão descritas apenas para fortalecer a orientação deste profissional, são elas: a dimensão ético-política, técnico-operativa, teórico-metodológica, todas cimentadas entre si, e trabalhadas de forma a completar de forma consistente o trabalho do assistente social.

Sim, no meu caso em todo processo. Através de atendimento com a família da criança acolhida que muitas vezes não tem conhecimento dos trâmites necessários para ter a guarda da criança novamente, em atendimento orientamos e encaminhamos aos órgãos necessários para que os direitos as famílias e as crianças sejam garantidos. (ASSISTENTE SOCIAL H).

O fortalecimento da família pode se dar de diferentes maneiras, existem ações pontuais, sim! Existem urgências, sempre! Mas, pode-se aferir que as necessidades de muitos cidadãos também pode se dar pela informação, de se entender os caminhos que devem ser percorridos para que um, dentre muitos direitos, seja efetivados, daí se sustenta a importância do trabalho educativo, que conduz, que liberta, que dá a direção que o cidadão tanto necessita, e que muitas vezes sozinho, não encontra o norte para seus direitos.

Eu não acredito que ela está em um todo não, nós não conseguimos ainda atingir todas as metas relacionadas a proposta do assistente social, nós conseguimos em alguns processos chegar em um todo, mas não todo processo chegar ao termo final, por algumas consequências, de questão de ordem e até mesmo interventiva do Profissional ou a ponta que é dentro da minha questão um profissional que nós devemos contar com a gestão eu bato nessa tecla da questão da gestão porque ela é importante para o desenvolvimento do profissional ele desenvolver por completo o seu trabalho. (ASSISTENTE SOCIAL I).

ASSISTENTE SOCIAL I analisa que a dimensão educativa não está presente por toda a etapa da gestão do trabalho do assistente social. Demarca que a categoria precisa continuar avançando.

Identifica a dimensão educativa, não sendo presente de seu trabalho, por ser característica do profissional que está na ponta⁹⁷. Retrata claramente a fragilidade dos profissionais acerca de apreender o seu processo de trabalho e suas refrações interventivas de forma coerente ao projeto profissional na sociabilidade do capital.

Na minha parte aqui eu acredito que não, mas se fosse por exemplo da psicóloga. A gente estava fazendo uma reunião, eu e a psicóloga, por que nos temos um morador que não era mudo, ficou mudo, deu AVC, veio de outra instituição, ficou muito tempo acamado, voltou a tona, todo mundo pensou que fosse morrer, porém ele se reabilitou, está ótimo, porém afetou as cordas vocais, ele não tem som, então eu e ela queremos fazer um trabalho com ele nessa parte do educativo, de ensinar a ele, porque ele tem um entendimento, ele escuta tudo, ele fala as frases, conversa por mão. Então eu e ela sentamos para conversar para fecharmos isso aí [...]. Ai entra o educativo, na parte do preventivo. A parte de enfermagem tem, a parte de higienização. Não estou na operacionalização e não faço o planejamento das ações, eu redijo o que me passam. Na verdade eu sou meio mandada, como eu não tenho experiência nenhuma, o que eles me pedem eu faço, se eu não sei vou procurar saber, entender, conhecer e fazer o que estão me pedindo. (ASSISTENTE SOCIAL J).

ASSISTENTE SOCIAL J também avalia que sua ação profissional está esvaziada do caráter da dimensão educativa, desenvolvendo seu raciocínio deparou-se com uma ação que considera ser deste cunho. Ação de ensinar um atendido que não escuta mais a se comunicar.

Mostra que a fragilidade de conhecer suas atribuições na política, no serviço desempenhado pela instituição, sobretudo, a direção política que o Serviço Social tem e deve imprimir neste espaço para além de política e sim de disciplinariedade, depara-se com apreensões reducionistas, sem análise de conjuntura e pragmáticas das ações educativas, como se esta dimensão se resumisse apenas a determinadas ações planejadas no cotidiano profissional, com ressalvas à quais ações são essas?

Na verdade o trabalho do serviço social dentro de uma instituição, da onde eu trabalho. Ele é 100% educativo, a gente indiretamente ou não, a gente está orientando a pessoa a determinados caminhos, por exemplo, eu fico mais na parte burocrática, mas de projeto de prestação de conta, então o meu papel dentro da Instituição é orientar sobre novas mudanças, novas formas de trabalhar, o que podia fazer e o que não pode ser feito mais, as vezes uma explicação porque a mudança ela é difícil de ser aceita não é todo mundo que

⁹⁷ Menção ao ato de estar na intervenção direta ao público dos serviços sociais.

consegue entender, ter habilidade de explicar de tentar convencer a pessoa que é necessário, sobre elaboração de projetos, depois com a equipe, orientar equipe de quais os caminhos a seguir tá, a parte social mesmo de atendimento ao usuário diretamente ela é feita mais pela outra assistente social, então eu fico mais na parte burocrática da instituição mesmo. (ASSISTENTE SOCIAL K).

Ao afirmar de forma numérica que o seu trabalho é completamente educativo a profissional compreende a importância de continuar a efetuar seu trabalho de forma propositiva para continuar a contribuir com os usuários de seus serviços. Mesmo que sua atuação não seja direta com eles, tem total apreensão crítica da realidade em compreender que as suas ações são, dentro do trabalho coletivo, fundamental, para a garantia dos direitos de seus atendidos e que essa realidade possa acontecer de forma cada vez mais duradoura.

Olha, você falando em projeto ético-político, é muito complicado, porque a gente falando de projeto ético-político e às vezes a gente toma partido, eticamente, a gente acaba não sendo ética porque você toma partido. Vou dar um exemplo claro do que a gente fala que nós trabalhamos sempre contra, remando contra a maré, eu já penso entre direita e esquerda, porque a gente trabalha com esquerda, que esquerda é pobre e que direita é rica e na realidade a gente deve trabalhar nem para o rico e nem para o pobre e sim para o ser humano e automaticamente, eu conheço várias profissionais que acreditam que ser assistente social é ter um projeto ético-político é ter um partido político, então fica um trem meio esquisito, acho que até para entender, é uma questão muito contraditória e isso não é coisa de Barretos não, é coisa de estado de São Paulo e de algumas meninas que conheci e que ficou claro, eu sou de esquerda, eu sou de direita, geralmente a maioria é de esquerda, e sendo que não tem nada a ver, o nosso direita e esquerda é o povo, a nossa população, então não tem dessa, direita, esquerda é a nossa população. Nós somos apartidárias, então devemos ter um trabalho voltado na ética, no respeito com o outro entendendo o nosso universo político e de que forma nós vamos nos alinhar para melhorar o outro para nortear o outro para que ele melhore a nossa comunidade, o nosso meio, até mesmo o sistema. Pode ser que eu esteja até errada! (ASSISTENTE SOCIAL L).

As diferentes formas de interpretação do projeto profissional do Serviço Social recolhidas durante a pesquisa demonstram o quanto são variadas as suas formas e expressões. Para **ASSISTENTE SOCIAL L** a relação da profissão com o projeto está profundamente relacionada em pertencer à esquerda, leitura ideológica esta não política em seu sentido amplo, mas sim reduzida à concepção partidária.

Seu posicionamento político a favor ao povo brasileiro, representado pela classe trabalhadora demarca sua concepção política não-partidária, no entanto é preciso ir além, a partir da concepção ideológica, embasar-se profundamente em arcabouços teóricos para imprimir com coerência no fazer profissional, processo esse

de contribuir com a consciência de classe dos indivíduos qual o assistente social deve se colocar enquanto parte e não superior.

Olha, deixa eu pensar qual concepção ...ah, eu não sei, eu acho que não tem como separar! Porque a gente tem o projeto, tem a **questão da ética**, do **projeto ético-político** e que muitas vezes ele fica não sei se to falando besteira, to pensando aqui, as vezes acaba ficando um pouco assim no teórico! Como a gente ta mais assim na prática, diferente de você que ta assim estudando mais, eu acredito assim que a gente precisa ser aproximado pra que a gente possa ter assim, uma força maior, no processo educativo, éh, eu vou dizer por mim, a gente fica envolvido na prática e a gente vai fazendo e só quando tem esses momentos de reflexão que a gente tem muito principalmente com a equipe, quando a gente para para discutir a gente faz essas reflexões o tempo todo mas que, não que esteja muito distante, mas como a gente faz os estudos, como eu posso explicar?? Como a gente ainda está para desenvolver o trabalho e a gente tem **muito contato com a realidade dessas famílias**, especialmente as que a gente atende no CREAS fica um pouco difícil você levar muito a **questão ética, questão teórica**. Bem, eu vou falar por mim! Meu objetivo sempre foi andar junto, com ética, junto com aquilo que a gente aprende, eu busco o tempo todo e eu acredito que a equipe, falo por mim, busque o tempo todo andar junto, não é uma coisa separada, é isso? É essa concepção, eu acredito que tem que andar junto, eu vejo que é o fazer profissional ele é realmente educativo é uma **questão educativa** não de imposição, eu acho que da transformação, da mudança, então eu acho que anda junto, seria isso! Eu entendi isso. (ASSISTENTE SOCIAL M).

O(a) profissional destaca sua ausência no tocante à leitura e as produções acadêmicas produzidas em Serviço Social. Aponta ainda, que está mais na prática e, portanto, encontrou algumas dificuldades em proferir resposta à questão apresentada, mas afirma da importância da ética no caminhar profissional. Dessa forma, mantém firme ao seu compromisso com os usuários de seus serviços, outro fator que chamou a atenção foi o de acreditar que a trabalho educativo realizada com seu público anda junto com o desejo do profissional em promover a transformação e o fortalecimento de seus atendidos.

A entrevista, através dos(as) participantes, possibilitou evidenciar como a dimensão educativa está sendo compreendida pelos profissionais, sobretudo, como que a mesma vem se materializando no cotidiano profissional do assistente social. Cotidiano este repleto de contradições, de fragmentações, sobretudo, flagelados.

Observa que as ações desenvolvidas no espaço de OSCs por intermédio do Serviço Social vem corroborando para com a coletividade dos indivíduos sociais de alguma maneira, no entanto presenciou algumas ações de cunho mais pragmáticos, carregados da perspectiva da “ajuda” e a pequena minoria demonstrou de fato, materializar o discurso do sujeito de direito.

Pôde apreender elementos nesta pesquisa que demarcam a grande lacuna presente na formação profissional nos(as) profissionais, tais apresentaram, em sua grande maioria leitura e abordagem rasa dos determinantes sociais apresentados através da expressão da vulnerabilidade dos sujeitos atendidos.

Entretanto, dentre estes é possível identificar falas soltas, conceitos, que são empregados de forma não totalitária com os determinantes sociais. Não são pessoas que exercitam com uma visão deturpada do Serviço Social no que tange em considerá-lo enquanto “caridade” ou “ajuda”, no entanto pela falta de aprofundamento para transitar entre as dimensões teórico-metodológico; ético-político e técnico-operativa da profissão, tais quais se entrelaçam através da dimensão educativa.

Observa-se que apesar do Projeto Ético-Político ser claramente enunciado, as diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social ser estritamente rígida no cumprimento proposto a esta direção política, o código de ética demarcar o dever da capacitação continuada, a pesquisa retrata que ainda há uma formação fragilizada, onde os profissionais ainda reproduzem a perspectiva reducionista e limitada em seu fazer profissional.

As concepções ideológicas se chocam neste espaço, observa-se que são apresentadas pela fala dos participantes diversas matizes da dimensão educativa presente nos mais diversos lapsos temporais da profissão. Observa-se a presença, da “pedagogia da ajuda”; “pedagogia da participação” e a “pedagogia da autonomia”.

A pedagogia da ajuda no Serviço Social é demarcada por Abreu (2011, p. 104) como uma concepção que vem se aprofundando e complexificando em função do cenário contraditório, de interesses ideológicos divergentes na sociabilidade. Fato este presenciado contundentemente no último ano no cenário político-cultural brasileiro, sobretudo, refletidas e reproduzidas no que tange a elegibilidade do “mérito” a determinados serviços e direitos, discursos estes, tristemente também apresentados de forma velada pela profissão.

Tais são apresentadas pelas falas dos participantes no decorrer da pesquisa através das falas na percepção do trabalho: “problemas judiciais” enquanto “problemáticos”; “caráter financeiro”; falas de cunho moralizadoras, dentre outras.

A pedagogia da participação que demarca a ação profissional do assistente social fundamentada no desenvolvimento comunitário. De acordo com Abreu (2011, p. 106), é uma vertente de modernização do conservadorismo, pautadas na psicologização das relações sociais, reutilizando a assistência educativa na forma de

controle e responsabilização dos sujeitos individuais para com o alcance de seu bem-estar-social.

Tais são apresentadas pelas falas dos participantes no decorrer da pesquisa através das falas na percepção do trabalho: “motivação”; “fator que desestrutura o grupo”; “problemas de relacionamento”; “Família ser ajudada para ajudar”; “Direitos, porém tem deveres”, dentre outras.

A pedagogia emancipatória ancora-se, sobretudo, pelo viés do marxismo, como versa Abreu (2011, p. 128), trata-se de um processo de politização das relações sociais, compreendendo que é através da intervenção na base para a tomada de consciência da classe subalterna.

Tais são apresentadas pelas falas dos participantes no decorrer da pesquisa através das falas na percepção do trabalho: “protagonismo nos processos”; “empoderamento e questões de gênero”; “considerar os fatores de risco e construção histórica dos indivíduos”; “processo e mediação para a efetivação e garantia de direitos”, “construção coletiva”, “respeito às individualidades”

Considerando aqueles que não tem concepção nenhuma sobre a dimensão educativa, associando-o somente a espaço de trabalho ou política pública focalizada, tendo apreensões totalmente deturpada ou desconectadas da realidade do Serviço Social.

Observa-se que este aspecto, não é realidade somente deste município e/ou das OSCs, mas da Política de Assistência Social, que historicamente vem carregada do ranço da caridade e da filantropia aos mais pobres, sobretudo, espaço de pouca dimensão política. No entanto, no caso das OSCs que não compreendem va sua fértil representatividade, por estar próximos às bases e sem interferência direta de coerção do Estado, na maioria dos casos apresentados, reproduzem lacunas junto aos seus profissionais, os limitando muitas vezes de sua capacidade crítica, reflexiva e interventiva.

Contexto este que reflete diretamente aos usuários dos serviços, remetendo-nos a compreensão dos primórdios da profissão no que tange a oferta dos serviços enquanto elemento de lacrar a voz da população no sentido a luta por seus direitos e à construção de sua consciência de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social desde seus primórdios intervém junto às expressões da questão social, ocasionadas pela contradição capital x trabalho à sociabilidade, sobretudo, junto à classe trabalhadora, tendo desde então fortemente demarcada a dimensão educativa presente em seu trabalho profissional.

As mutações foram imensas, tanto que resultaram em profundas transformações no decorrer dessas oito décadas na sociabilidade brasileira e, ao se colocar frente aos interesses da classe trabalhadora, demarca com seu posicionamento ético-político a dimensão educativa enquanto fecunda característica de seu trabalho para permear os objetivos ideológicos da categoria, se entrelaçando com as demais dimensões: Teórico-Metodológica; Ético-Política; Técnico-Operativa.

Considerando o atual momento econômico-político do Estado brasileiro e a presença da ofensiva neoliberal, vê-se a necessidade e relevância desta categoria enquanto ferramenta de construção e transformação social que a profissão detém juntamente aos usuários de seus serviços.

Nesta perspectiva a pesquisa propôs aproximar-se dos(as) assistentes sociais, trabalhadores(a) do SUAS na esfera não-governamental na cidade de Barretos-SP, para compreender a dimensão educativa do trabalho deste profissional inserido na Política de Assistência Social, por intermédio das OSCs na cidade de Barretos-SP.

As Instituições Sociais, na gestão da Política de Assistência Social na cidade, apresentam-se enquanto maior parcela para a execução dos serviços socioassistenciais, como também é locus de maior empregabilidade do profissional vinculado à esta política no município. Com observações à fragilidade deste espaço, tanto na oferta dos serviços, tanto enquanto campo de trabalho para o assistente social, há de se considerar que o espaço tem suas potencialidades, são instituições que se encontram no seio de bairros e territórios de maior índice de vulnerabilidade e apresentam grande proximidade com o cotidiano da vida social dos indivíduos.

Sobre a Política de Assistência Social, a mesma tem grande história com a profissão, o assistente social sempre esteve presente na gestão desta política e, por ter enquanto público de seus serviços pessoas com maior vulnerabilidade social, faz com que o profissional aproxime da base de forma a conhecer as suas vulnerabilidades e estimule suas potencialidades.

A pesquisa trouxe, de antemão, um dado muito relevante que, através do seu primeiro estágio, tornou possível conhecer o perfil dos assistentes sociais no locus

destas instituições não governamentais, na gestão da Política de Assistência Social, observou-se que mais de 53% dos assistentes sociais representados pelo universo da pesquisa não se disponibilizaram para participar da pesquisa. Foram feitas 5 tentativas a cada profissional que não deram a devolutiva, porém não se obteve sucesso. Tal percentual é muito alto demonstrando uma fragilidade na compreensão da importância da pesquisa para a construção do conhecimento ao Serviço Social que serve de luz ao exercício cotidiano profissional, bem como, em alguns casos, notou-se certa insegurança de retratar seu trabalho profissional.

A composição da amostra desta pesquisa oportunizou um público heterogêneo, com idades diferentes, tempo de formação, tempo de atuação, nível de proteção social que está inserido, públicos diversificados, dando um leque maior à pesquisadora para compreender a dimensão educativa sobre várias percepções e contextos diferenciados.

Através da análise de conjuntura societária, observa-se que as implicações vulneráveis do mundo do trabalho e à seguridade e proteção social apresentam-se veementemente na cidade de Barretos, sobretudo, no cotidiano profissional dos(as) assistentes sociais participantes da pesquisa.

Um primeiro dado de grande relevância é a fragilidade das condições de trabalho em que os profissionais se colocam. Notou-se também que os rebatimentos do fortalecimento do Estado mínimo, mesmo que as instituições já façam parte da lógica do Estado para o mercado neoliberal, atualmente sofrem com cortes dos investimentos, quais antes já eram mínimos. Avalia-se ser os rebatimentos da PEC do teto público às políticas públicas sociais, onde as instituições alocam sua força de trabalho técnico com muito direcionamento à captação de recursos, o que tem representado meio de sustentabilidade institucional, forma de manter seus projetos para a comunidade, sobretudo, meio de trabalho para o profissional assistente social. Estas características têm furtado do profissional, de sua capacidade técnica interventiva, a apreensão crítica e totalitária, da realidade econômica-social a qual vão intervir.

Através das entrevistas foi possível verificar que o trabalho dos(as) profissionais se dá de forma comprometida com público alvo, no entanto, observa-se grande lacuna na capacidade crítica-reflexiva para com as refrações da questão social no cotidiano de trabalho.

Nota-se que existe uma fragilidade que perpassa a formação profissional dos(as) envolvidos(as), uma vez que, ao ser reproduzida “algumas palavras”, quais são habituais à categoria, por exemplo, o projeto Ético-Político, alguns(as) participantes tomaram a referência como “um documento único a ser lido” ou algo a ser vinculado às “instâncias partidárias”.

Outra questão apresentada, que reforça tal fragilidade por parte da maioria dos(as) participantes, foi reduzir a dimensão educativa a um estágio da gestão do trabalho / espaço de intervenção, ou relacionar a dimensão educativa materializada em seu fazer profissional reduzida à “resolução de problemas” e “voltadas à provisão material”, como economia doméstica, dentre outras.

Demarcaram fortemente a limitação institucional e a “relativa autonomia” de forma ainda mais restrita, no entanto, esta característica como bem demarcado por um(a) dos(as) participantes exige estratégia profissional para atingir os objetivos da profissão.

Vale ressaltar, como abordou-se no decorrer da pesquisa, retratado por Ronzoni (2016), que o Serviço Social deve ter claro, no desempenhar da Política de Assistência Social, qual projeto está a defender, o do Estado, o Institucional ou o seu disciplinar naquele espaço, sobretudo, com vistas a quê? A busca de estabelecer a ordem do capital ou em provocar o processo orgânico para a construção emancipatória, como apreendemos em Abreu (2011).

Neste quadro, a função pedagógica da prática dos assistentes sociais ressitua-se nas relações sociais vinculadas a mediações que viabilizam processos contraditórios de reforma intelectual e moral, em curso na sociedade. No contexto dessas mediações são distinguidos recortes da pedagogia subalternizantes e da construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. (ABREU, 2011, p. 185).

Tornando a reflexão evidente, sobre os processos de disputa em concepção e direções que o trabalho do assistente social vem tomando na contemporaneidade, nota-se, através dos dados da pesquisa, que há uma minoria de profissionais enfatizando com maior clareza, a dimensão educativa crítica presente em seu trabalho, demarcando-a em todo o processo de gestão.

Este pequeno número de profissionais demonstra apreender a realidade de forma crítica, não individualizando as problemáticas sociais que lhes são apresentadas e, sobretudo, intervindo dentre os mais diversos estágios da gestão do

trabalho de forma a contribuir para o fortalecimento dos grupos enquanto potencialidade para a transformação social, qual se coloca enquanto parte.

Outra categoria levantada na pesquisa foi sobre os processos em que o profissional se depara no âmbito institucional, junto com as hierarquias diretivas, bem como, com outras áreas do saber, tais determinantes apresentam a necessidade do profissional ser didático, reconhecendo este elemento enquanto processo de enfrentamento e de resistência profissional para com a qualidade dos atendimentos prestados em nível institucional, e ainda, o processo de efetivação de direitos e ampliação da concepção de democracia de todos os envolvidos na política pública.

A fragilidade apontada pela pesquisa sobre a compreensão dos(as) profissionais em relação a dimensão educativa, de antemão, sinaliza a precariedade do mundo do trabalho em que o profissional também é sucumbido. Não há como pensar na responsabilização total do profissional, entendendo o contexto contraditório que o profissional se coloca no sistema capitalista, contexto este de precariedade e rebaixamento da vida do trabalhador.

Desta maneira, a pesquisa comprova seu pressuposto inicial, onde se partia da ideia de que a consciência da potencialidade desta dimensão, e, a forma como ela está sendo conduzida está esvaziada do processo ético-político que o Serviço Social adota, enquanto categoria, pela maior parte dos profissionais neste espaço, entendendo-se que esta falta está furtando da categoria a capacidade do impacto interventivo profissional junto à classe trabalhadora, neste caso de pesquisa, os usuários dos serviços da Política de Assistência Social.

Vive-se um período de afronta a democracia brasileira, o assistente social mais do que nunca é convocado a se posicionar de forma crítica e ter percepção aprofundada dos determinantes sociais qual vivencia a sociabilidade contemporânea. As refrações da questão social que se materializam em seu trabalho através do cotidiano da vida social da classe trabalhadora

Vive-se tempos de estrangulamento dos recursos financeiros aos direitos sociais que se relacionam às medidas de forte cunho liberal, reacionárias, de caráter anti-intelectual e até democrático, tais quais impactam diretamente na vida social do trabalhador, sobretudo, impactando o imaginário da coletividade nesta sociabilidade. Tempos este de encruzilhada contra o saber, contra a educação política, que torna ainda mais óbvia e necessária o ato de defender a democracia e a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores.

Entendendo o contexto e o caminho traçado pela profissão, percurso de luta e resistência às contradições do capital, a pesquisa estabelece o compromisso para com a realidade profissional acadêmica, sobretudo, a interventiva. Retrata dados que podem contribuir na práxis dos(as) profissionais, no alargamento da concepção de qual dimensão educativa é exigida do(a) profissional, indo ao encontro do compromisso ético-político.

Entende-se que é através do fortalecimento da base, da transferência do mecânico do cotidiano da vida social para o orgânico das relações sociais que se dará a transformação das realidades, condições e determinantes sociais, é que o profissional assistente social tem grande potencial para atingir, juntamente com outros profissionais, os intentos de seu Projeto Ético-Político, no que tange à luta pela desigualdade social e todas as suas refrações, almejando a superação deste modo de sociabilidade de valor, onde o ter se sobressai ao ser.

Destarte, cabe enfatizar que não se pretende exaurir a temática nesta pesquisa, mas sim iniciar um processo de reflexão dialética, entre as dimensões profissionais, o contexto societário e a fecundidade presente no Serviço Social, contribuindo para o fazer profissional frente ao fortalecimento dos serviços prestados em coerência aos pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira Alfredo Bossi. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABESS. **Diretrizes Curriculares do Serviço Social**. ABPESS, 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/legislacao_dirtrizes.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. **Tudo que você precisa saber antes de escrever sobre ONGs**. ABONG: São Paulo, 2015.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UNB, p. 593-608, 2009.

ACIB, Associação Comercial e Industrial de Barretos. **Conheça Barretos**. Disponível em: <<http://www.acibarretos.com.br/conheca>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Tradução Wolfgang Leo Maar, 1995.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

ALENCAR, Mônica Maria Torres; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. In: **Katálisis: Florianópolis**, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 52, p. 24-47, dez/1996.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. In: **o social em questão ano XVIII**, n. 34. 2015.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Globalização: O capital e suas contradições**. Editora Práxis: Londrina, 2001.

ALVES, Giovanni. Toyotismo e subjetividade: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. In: **ORG & DEMO**, v. 7, n.1/2, p. 89-108, 2006.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Editora Práxis: Londrina, 1999.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. In: **Katálisis**: Florianópolis, v. 12. n. 2. Florianópolis: UFSC, p. 188-197, jul./dez. 2009.

ANDRADE, Renato. **Serviço Social, gestão e terceiro setor: dilemas nas políticas sociais**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. In: **Serviço Social & Realidade**. Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação do trabalho**. 2. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Renata Cruz Soares. **Usuários de cocaína e AIDS: um estudo sobre comportamento de risco**. 2000. 283f. Tese (Doutorado e, Ciências Médicas). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2000.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XIX, n. 58, p. 109-130, nov. 1998.

BARRETOS, Prefeitura Municipal. **Assistência Social**. Disponível em: <<https://www.barretos.sp.gov.br/assistencia-social>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BARRETOS, Prefeitura Municipal. E-transparência. Gestão de Pessoas. **Relação de Servidores**. Referência março de 2019. Disponível em: <http://s2.asp.srv.br/etransparencia.pm.barretos.sp/servlet/wwpessoalservidor?IH0dULlcUAB5LQRI_JIOss5IDA6wzGFkiR0kiwLquEi6ldGk92we3Xi8bGbp9TS>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BARRETOS, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. BORIN, André Luis dos Santos; CARMO, Jânio Gomes; SILVA, Tatiana Aparecida da Silva (coord.). **Diagnóstico socioterritorial do município de Barretos**. Barretos: Prefeitura Municipal, 2015.

BARRETOS, Prefeitura Municipal. **Folha de Barretos**. Disponível em: <<https://www.barretos.sp.gov.br/jornal>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UNB, p. 165-184, 2009.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2007

BARROS, César Mangolin. **O Conceito de modo de produção**. Acesso em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/934137/mod_resource/content/1/elementos%20b%C3%A1sicos0_MODO_DE_PRODU%C3%87%C3%83O.pdf>.

BATTINI, Odária. **A questão da instrumentalidade do Serviço Social**. 2011. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/A-quest%C3%A3o-da-instrumentalidade-do-Servi%C3%A7o-Social1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BEHRING. Elaine Rossetti. Política social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 301-322, 2009.

BEHRING. Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da Assistência Social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

BLUME, Bruno André. **Como funciona o teto de gastos públicos**. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/teto-de-gastos-publicos-infografico/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: UNB, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: T.A. Queiroz - Editorada Universidade de São Paulo, 1987.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, PUC, São Paulo, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 20).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 318).

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. Entidades sociais na prestação de serviços socioassistenciais. In: SÃO PAULO, Governo do Estado; SEDS, Secretaria de Desenvolvimento Social. **ONGs e o combate à extrema pobreza**. p. 24- 39. 2013.

BRANT DE CARVALHO, Maria do Carmo. Gestão Social: uma questão ainda em debate no século XXI. In: JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates; DIAS, Sylmara L. F. Gonçalves; WANDERLEY, Mariangela Belfore; MENDONÇA, Patrícia. **Gestão Social: mobilizações e conexões**. São Paulo: LCTE Editora, p. 42-57, 2012. (Coleção Enapegs, Vol. VI).

BRASIL. CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Resolução Nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso 15 dez. 2018.

BRASIL. CNS, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 510**, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 2015d. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. 2015e. Disponível em: <

<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Fundo a fundo**. 2015b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/financiamento/repasses/fundo-a-fundo>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, 2015a. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **O que é**: A Assistência Social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar. 2015c. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Proteção Social Básica**. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/basica>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Proteção Social Especial**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/assistencia-social/protecao-social-especial>>. Acesso em 15 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Plataforma +Brasil. **Glossário**. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/ajuda/glossario>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Caderno de orientações técnicas: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto**. Brasília: MDSA, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno Capacita SUAS: Volume 1 – SUAS: Configurando os eixos de mudança**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha BPC: Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social**. Brasília: MDS, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2011**: CRAS, CREAS, gestão municipal, gestão estadual, conselhos municipais, conselhos estaduais, rede privada e Centros POP. 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/publicacao_eletronica/censo2011/conselho-municipal.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Cartilha SUAS 2**: implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de Assistência Social. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC**. 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/entidade-de-assistencia-social/marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-2013-mrosc>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Perguntas Frequentes**: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **NOB-RH anotada e comentada**. Brasília: MDS, 2011b. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da república federativa do Brasil de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo,

Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei orgânica de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 dez. 1993. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm>. Acesso em: 10. out. 2018.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Institui o código civil. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 12.594 de 18 janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.019. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 01 ago. 2014. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/l13019.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.100, p. 679-708, out./dez 2009.

CARVALHO, Rogério Tobias. **Imunidade tributária e contribuições para a Seguridade Social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas. Conselho. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas; GOTIJO, Rúbia Braga; AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, p. 82-84, 2012a.

CASTRO, Rogério. O Serviço Social como processo de trabalho: lamamoto X Lessa. In: **Ideação**. Foz do Iguaçu: UNOESTE, v. 14, n. 1. p. 67-85, 2012b.

CEBAS, Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na área de Educação. Perguntas Frequentes. Disponível em: <<http://cebas.mec.gov.br/perguntas-frequentes-cebas>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CENDALES, Lola; MARIÑO, German. **Educação não-formal e educação popular**: para uma pedagogia do diálogo cultural. São Paulo: Loyola, 2006.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1ª ed. ampliada. Brasília, CFESS, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta**: fórum social mundial. Belém: CFESS, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_Manif_-_FSM_eletronico.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1ª ed. ampliada. Brasília, CFESS, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Aprovado em 15 de março de 1993. CFESS, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 493/2006 de 21 de agosto de 2006. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 2006.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Em 2019, não soltaremos a mão de ninguém!** 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1532?fbclid=IwAR24A7XN8bqg6oDohzSTcUXP-tzu3BgP7nzovru8awUVk15XX9f1HbFvPgl>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, CFESS, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 493/2006**, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2006. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

CHANLAT, Jean-François. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos, 13).

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CODO, Wanderley. **O que é Alienação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. (Coleção primeiros passos, 141).

COLIN, Denise. Apresentação. In: BRASIL. MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Brasília: SNAS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Controle Social. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/consoc.html>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COSTA, Maria Dalva Horácio. Os serviços sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, Ana Elizabete (ORG.). **A nova fábrica de consensos**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COSTA, Maria Dalva Horácio. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: MOTA, Ana Elizabete et. al. (org.) **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 304-352, 2006.

COTRIM, Vera. **Trabalho produtivo em Karl Marx**: velhas e novas questões. São Paulo: Alameda, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DHNET. **Educação Não Formal**. Disponível

em:<http://www.dhnet.org.br/educar/pnedh/integral/nao_formal.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. In: **Katálisis**: Florianópolis. v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez. 2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**: Cortez, São Paulo. n. 128. p. 127-152. 2017.

EIRAS, Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 49-76, 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.84, ano XXVI, p. 21-36, nov./2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4 ed. ver. Ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Ricardo Alexino. O desgaste de termos como “empoderamento” e “protagonismo”. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/o-desgaste-de-terminos-como-empoderamento-protagonismo/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, Jeová Torres; MASHI, Rogério Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (Orgs.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Cariri: UFC, p. 26-36, 2008.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1981.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 31 ed. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos A. (Orgs.). **Educação popular: utopia latino-americana**. Tradução de: Jaime Bizeh. 2. ed. – Brasília: Ibama, 2003.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Ed. Liber Livros, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOHN. Maria da Glória. Educação Não Formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. In: **Investigar em Educação: II^a Série**, n. 1, p. 35-50. 2014.

GOHN. Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleções questões da nossa época; v. 1).

GONÇALVES, Hebe Signorini. O Estado diante das organizações não governamentais. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (Org.). **Organizações não governamentais: soluções ou problemas?** São Paulo: Estação da Liberdade, 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel: a política e o estado moderno**. 8 ed. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRANEMANN, Sara. Processos de trabalho e Serviço Social. In: CFESS-ABEPSS-CEAD/UNB. **Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Módulo 1. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD, p. 153-166, 1999.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 49-76, 2017.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS - UNB, 2000.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 28, n. 91, p. 5-33, 2007.

GUIA TRABALHISTA. Formas de Trabalho e Configuração do Vínculo Empregatício. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/vinculoempregaticio.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IANI, Octavio. Globalização e Neoliberalismo. In: **São Paulo em perspectiva**. v. 12 n. 2. p. 27-32. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez; 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et. al. (Orgs.) **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional. 2. Ed. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, p. 251-272, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. et al. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, n. 3, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UNB, p. 341-376, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Barretos**, população estimada. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/barretos/panorama>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das organizações da sociedade civil**. 2019. Disponível em: <<https://mapaosc.ipea.gov.br/resultado-consulta.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

KAMEYAMA, Nobuco. **Concepção de teoria e metodologia**. Cadernos ABESS, n. 3. São Paulo: Cortez, 1995.

KAY, Márcia; CARRARA, Maurício; KAY, Patrícia. Paulo Freire e a gestão democrática: uma leitura da experiência de participação na secretaria de educação do município de Santo André/SP. In: **Administração Educacional**. Recife, v.3 n.9, p. 53-81, 2013.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, Karel - **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LACERDA, Lélica Elis P. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, p. 22-44, jan./marc. 2014.

LARA, Ricardo. A dialética do trabalho: apontamentos sobre a teoria marxista do valor. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (ORGs). **Cenários, contradições e pelegados do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

LÉXICO, Dicionário de português online. **Status quo**. Disponível em: <https://www.lexico.pt/status_quo/>. Acesso em 15 abr. 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso. **As ações sócio-educativas e o projeto ético-político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica**, 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFSC, Florianópolis, 2006.

LIRA, Lídia (Elaboração). **Prática pedagógica na Assistência Social: fortalecendo o processo de inclusão social através dos CRAS**. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania: Pernambuco, S/D.

LOPES, Laís de Figueiredo; SATOS, Bianca; BROCHARDT, Viviane. **Entenda o MROSC: marco regulatório das organizações da sociedade civil: Lei 13.019/2014.** Brasília: Presidência da República, 2016.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo.** São Paulo: Senzala, 1967.

MACÁRIO, Eptácio. Trabalho, práxis social e educação: notas para uma teoria da atividade educativa. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 409-440, jul./dez. 2009.

MACHADO, Aline Maria Batista. Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012.

MARCATO, Célio Tiago; CONTI, Celso Luiz Aparecido. Justiça e igualdade na escola: a falácia da meritocracia. In: **Devir Educação**. v.1 n.1 p. 66-74, 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. In: **Serviço Social & Saúde**. Campinas-SP. v. 12 n. 1, p. 145-156, 2013.

MATOS, Maurílio Castro. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Escrita, 1968.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital:** resultados do processo de produção inédita. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Tradução de Octávio A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, Karl. **O Capital.** Coleção Os Economistas. Livro Primeiro / Volume I. Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 38 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MESZÁROS. István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo; Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos).

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). **Pesquisa social: teorias, métodos**, In: **Katálisis: Florianópolis criatividade**. 23. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria. **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**; Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 497-512, 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAIS, Ana Carolina Bittencourt; BRANDÃO, João Pedro Pereira; VIEIRA, Marcela Cristina Fogaça; FUCHS, Marcos Roberto; GABRIELA, Marina; MARTINS, Paula Lúgia (Colab.). **Manual do Terceiro Setor**. São Paulo: Instituto Pro Bono, 2003.

MOTA; Ana Elizabete; TAVARES, Maria Augusta. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, p. 229-254, 2016.

MPES, Ministério Público do Estado do Espírito Santo. **Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua**. Disponível em:

<<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/fcd74bd2-b062-4b8b-b8bf-12caf78d9003.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

MPMG, Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Conselhos municipais dos direitos da criança e dos adolescentes:** perguntas e respostas. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFAA5C7C6B8A015C7DD335531171>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

MPPR, Ministério Público do Estado do Paraná. **Conselho Municipal do Idoso.** Disponível em: <http://www.pcd.mppr.mp.br/arquivos/File/MINUTA_CONSELHO_MUNICIPAL_DO_IDOSO_COMO_CRIAR.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MPPR, Ministério Público do Estado do Paraná. **Pessoa física pode destinar parte do IR a projetos sociais.** 2019. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/2019/04/21332,15/Pessoa-fisica-pode-destinar-parte-do-IR-a-projetos-sociais.html>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MTST, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. **O caderno de formação:** método de trabalho de base e organização popular. São Paulo: MTST, nº 38, 2009. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Caderno%20de%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%20-%20M%C3%A9todo%20de%20trabalho%20de%20base%2015out09.PDF>>. Acesso: 10 abr. 2019.

OBSERVATÓRIO DE ANÁLISE POLÍTICA EM SAÚDE. **IPEA analisa impactos do novo regime fiscal na assistência social e na saúde.** 2016. Disponível em: <<https://analisepoliticaemsaude.org/oaps/noticias/d87f17f1f8a2841d1b4cc9b46a516d89/>>. Acesso em 03 mar. 2019.

OLIVEIRA; Edistia Maria Abath Pereira; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. In: **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 128, p. 143-163, jan/abr, 2017.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica. In: Revista Urutária, n.º 24, maio/junho/julho/agosto 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/10698/7171>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PASTOR, Márcia. A democratização da gestão da política de assistência social: fragmentos de um estudo. In: **Katálisis:** Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 222-227, jul./dez/ 2007.

PAULO NETTO, José. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.84, ano XXVI, p. 5-20, nov. 2005.

PÉREZ GÓMEZ, Angel. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, Antonio. (Coord.). **Os professores e a sua formação**. Tradução Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. In: **Anais do IV Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2012. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000100032&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PIRES, Maria Coeli Simões; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa. Estado Democrático. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas; GOTIJO, Rúbia Braga; AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, p. 171-174, 2012.

PLÁCIDO, Lara Ribeiro; SOUZA, Tiago Bittencourt. O método Paulo freire: primeiras aproximações. In: **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. Ano XVI, n. 28 jan. 2017. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/psR18Fk8vYsjPac_2018-3-17-11-34-46.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, Jane Cruz. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração Marxiana. In: **Revista Virtual Textos & Contextos**. n. 2, dez. 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PREBISCH, Raúl. Transformación y desarrollo. La grantarea de América Latina. Cepal, Santiago, 1970; In: “Crítica al capitalismo periférico”, **Revista de La Cepal**, 1976.

QUEIROZ, Cleonilda. Epígrafe. In: LIRA, Lúcia (Elaboração). **Prática pedagógica na Assistência Social**: fortalecendo o processo de inclusão social através dos CRAS. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania: Pernambuco, S/D.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UNB, p. 377-392, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAMALHO JÚNIOR, Álvaro. Neoliberalismo Empírico. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas; GOTIJO, Rúbia Braga; AMABILE, Antonio Eduardo de Noronha. **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, p. 352-355, 2012.

RONZONI, Rúbia dos Santos. Análise de conjuntura: Serviço Social e política de assistência social. In: **I Seminário Catarinense de Serviço Social e Seguridade Social**. Via Comunicação Oral. Florianópolis: CRESS/12ª Região, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IE3nPP99tEw>>. Acesso em: 19 out. 2018.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica; SOUZA FILHO, Rodrigo; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: questões para reflexão”. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço social**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, p. 25-48, 2017.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção básica de serviço social; v. 6).

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1998.

SÃO PAULO, Governo do Estado. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha de orientação para o atendimento a pessoas com deficiência** (SEM DATA).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SCHIMIDT, Janaina Albuquerque de Camargo; SILVA, Mossicléia Mendes. A assistência social na contemporaneidade: uma análise a partir do orçamento público. In: **Katálisis**: Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2015.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: 2. ed. Ed. Universitária/UFPB, 1999.

SEED, Secretaria da Educação. **Mesorregiões Geográficas**. Disponível em: <<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1586&evento=8>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SENADO NOTÍCIAS. PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai a promulgação. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVEIRA, Jucimeire Isolda. Sistema Único de Assistência Social: institucionalidade e processos interventivos. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo; Cortez, n. 98, p. 335-361, abr./jun, 2009.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: CFESS-ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social** - Brasília: CEAD, p. 87-106, 1999.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1986.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA. Sônia Maria Fleury. **Os direitos dos (desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Unesco/ Mds, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

SOUZA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, n. 8, v.1, p. 119-132, abr. 2008.

SOUZA FILHO, Rodrigo; GURGEL, Cláudio. **Gestão democrática e Serviço Social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. Biblioteca básica de Serviço Social. Volume 7 São Paulo: Cortez, 2016

SOUZA, Herbert José. **Como se faz análise de conjuntura**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Renato Santos. **A condição organizacional**: o sentido das organizações no desenvolvimento rural. Santa Maria: UFSM, 2012.

STEWART JR, Donald. **O que é o liberalismo**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

TEIXEIRA, Solange Maria. Política social contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Maria Silva; CARLOTO, Cássia Maria (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, p. 211-240, 2015.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? In: **PERSPECTIVA**, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul-dez. 2005.

TONET, Ivo. Qual política social para qual emancipação? In: **SER Social**, v. 17, n. 37, p. 279-295, jul-dez. 2015.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. In: **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul/dez. 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. In: **Temporalis**, n. 4. Rio de Janeiro: ABEPSS, p. 21-42, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisas em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Legião Brasileira de Assistência (LBA)**. Disponível em: <http://fonte.ufsm.br/index.php/legiao-brasileira-de-assistencia-lba?fbclid=IwAR3mMXgKPCHH7X1-YmgKjiN5WxTw2VSSdQSLsB10LGp3MfwDHLg_3tn6ZfQ>. Acesso em 17 jan. 2019.

UNIFEB, Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos. História. Disponível em: <<https://unifeb.edu.br/institucional/historia>>. Acesso em : 25 mar. 2019.

VIERA, Camila Barbosa; ADÃO, Leilane dos Santos. **Codependência química: os reflexos da drogadicção na família**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social). UNIFEB, Barretos, 2012.

VIERA, Camila Barbosa; LIMA, Maria José de Oliveira; GALDONI, Natáielani. Envelhecimento ativo: a correlação da família e da comunidade para a efetivação deste processo. In: PARREIRA, Lúcia Aparecida; PIANA, Maria Cristina; NOGUEIRA, Fernanda Andrade C. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 163-180, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos profissionais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 143-164, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário de Pesquisa de Campo



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Franca
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS



Questionário de Pesquisa de Campo

Mestranda: Camila Barbosa Vieira

Questionário de Pesquisa de Campo	
Idade:	
Sexo:	
Tempo de formação profissional:	
Local onde cursou a graduação:	
Modalidade de ensino:	☐ Presencial ☐ Semi-Presencial ☐ À Distância
Tempo de experiência profissional:	
Capacitação continuada?	☐ Não ☐ Sim
	Quais?
Local de trabalho?	
Tempo de atuação profissional na Instituição?	
Qual Serviço tipificado prestado na Instituição?	

Barretos/SP, _____, 2018.

Apêndice B – Entrevista Semi-Estruturada



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Franca

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS



Roteiro Entrevista - Pesquisa de Campo

Mestranda: Camila Barbosa Vieira

- 1 – Qual seu vínculo empregatício?
- 2 - Qual público atendido pela Instituição?
- 3 – Retratar sobre a sua intervenção profissional na Instituição?
- 4 – Como você compreende a Dimensão Educativa no trabalho profissional do assistente social?
- 5 – O assistente social tem aproximação com a dimensão educativa em seu fazer profissional?
Sim () Não ()
- 6 – Como você avalia a dimensão educativa presente no projeto ético político do Serviço Social?
- 7 – É possível, enquanto assistente social, relacionar a dimensão educativa com o seu cotidiano profissional?

Fale da sua experiência profissional

Objetivo da entrevista e grupo focal

- Refletir acerca da dimensão educativa no cotidiano de trabalho dos participantes.
- Pelos profissionais: sua concepção; como vê na profissão; como identifica no desenvolver do seu trabalho.

Apêndice C - Termo de consentimento e livre esclarecimento (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____

Eu, _____

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **O Trabalho Profissional e Dimensão Educativa do Serviço Social na esfera da política de Assistência Social**. O projeto de pesquisa será conduzido por (Camila Barbosa Vieira), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientada pela Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. *Tratando-se de uma pesquisa que visa compreender a dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social junto às ONGs no exercício da Política de Assistência na cidade de Barretos-SP.* Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante

Camila Barbosa Vieira (assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Camila Barbosa Vieira

Endereço: Av. Sacadura Cabral n.873 – Bairro Fortaleza, Barretos-SP

Tel: (17) 9.8804-4610

E-mail: camila-b-v@hotmail.com

Maria José de Oliveira Lima (assinatura)

Orientador

Profa. Dra. Maria José de Oliveira Lima

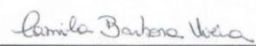
Endereço: Av. Major Nicácio n. 2527, Vila Santa Cruz, Franca-SP

Tel: (16) 9.8111-3341

E-mail: mj.oliveiralima@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca
Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Dr. Antônio Petraglia - CP 211. CEP: 14409-160 - FRANCA - SP
Telefone: (16) 3706-8723 - Fax: (16) 3706-8724 - E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

Apêndice D - Folha de rosto para a pesquisa envolvendo seres humanos (Plataforma Brasil)

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: O Trabalho Profissional e Dimensão Educativa do Serviço Social na esfera da política de Assistência Social.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 23			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: CAMILA BARBOSA VIEIRA			
6. CPF: 395.613.738-82		7. Endereço (Rua, n.º): avenida sacadura cabral aeroporto casa BARRETOS SAO PAULO 14773101	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 17988044610	10. Outro Telefone: 11. E-mail: camila-b-v@hotmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 23 / 03 / 18		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO		13. CNPJ: 48.031.918/0007-10	
14. Unidade/Orgão:		15. Telefone: (16) 3706-8840	
16. Outro Telefone:		Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.	
Responsável: 		CPF: 181.060.828-73	
Cargo/Função: 		Data: 26 / 03 / 2018  Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXOS

Anexo A - Comprovante de envio do Projeto (Plataforma Brasil)

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Trabalho Profissional e Dimensão Educativa do Serviço Social na esfera da política de Assistência Social.

Pesquisador: CAMILA BARBOSA VIEIRA

Versão: 1

CAAE: 87148718.2.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 032502/2018

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O Trabalho Profissional e Dimensão Educativa do Serviço Social na esfera da política de Assistência Social, que tem como pesquisador responsável CAMILA BARBOSA VIEIRA, foi recebido para análise ética no CEP UNESP - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Camp. de Franca em 09/04/2018 às 10:52.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

Anexo B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP - Plataforma Brasil)

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Trabalho Profissional e Dimensão Educativa do Serviço Social na esfera da política de Assistência Social.

Pesquisador: CAMILA BARBOSA VIEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 87148718.2.0000.5408

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.600.100

Apresentação do Projeto:

O projeto é apresentado nos moldes do que se exige para uma investigação no campo a que se propõe.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos específicos e secundários estão claramente delimitados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios da pesquisa estão alinhavados nos argumentos de sua justificativa e os eventuais riscos foram explicitados oportunamente pelo(a) pesquisador(a).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa define o foco de sua preocupação, alinhava contexto profissional, socorre-se de bibliografia adequada ao problema que levanta, propõe caminho que transita da investigação exploratória à análise de instrumento de pesquisa consoante métodos apropriados de análise de dados, propõe-se numa perspectiva crítica e é dotada de coerência e consistência, bem como exequibilidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram cumpridos.

Recomendações:

Não há recomendações.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 2.600.100

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1098924.pdf	04/04/2018 13:47:41		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/04/2018 13:47:10	CAMILA BARBOSA VIEIRA	Aceito
Outros	autorizacaoCMAS.pdf	29/03/2018 17:32:34	CAMILA BARBOSA VIEIRA	Aceito
Outros	QUESTIONARIOCAMILA.pdf	29/03/2018 17:30:59	CAMILA BARBOSA VIEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRostoCamila.pdf	26/03/2018 13:26:19	CAMILA BARBOSA VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	OTrabalhoProfissionalaDimensaoEducativadoServicoSocialnaesferadapoliticaeAssistenciaSocial.pdf	21/03/2018 20:23:57	CAMILA BARBOSA VIEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 16 de Abril de 2018

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br